

Ateliê de História

Departamento de História ISSN 2358-4440 Volume 04, nº2, 2016



Universidade Estadual de Ponta Grossa

Reitor: Carlos Luciano Sant'Ana Vargas

Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes

Diretor: Luis Fernando Cerri

Diretor Adjunto: Lucimar Araújo Braga

Departamento de História

Chefe: Roberto Edgar Lamb

Adjunto: Rosângela Wosiack Zulian

Revista Ateliê de História UEPG (Departamento de História
- Universidade Estadual de Ponta Grossa).
Ponta Grossa, PR, 2016-122p.

Volume 04, nº2, 2016

Editores

Marco Antonio Stancik (UEPG)
Edson Armando Silva (UEPG)
Francieli Lunelli Santos (NUTEAD/UEPG)

Conselho Editorial

Amanda Cieslak Kapp
Cláudio Luiz Denipoti
Myriam Janet Sacchelli
Niltonci Batista Chaves

Projeto gráfico e criação capa

Edson Gil Santos Jr.

Diagramação

Edson Gil Santos Jr.

Pareceristas ad-hoc deste número

Daniela Moscato

Itamar Lopes

Jamaira Pillati

Niltonci Chaves

Robson Laverdi

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores.

APRESENTAÇÃO.....	09
O USO DE DADOS DEMOGRÁFICOS NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
Talítha Maria Brandão Gorgulho	
Thaís Nívia de Lima e Fonseca	11
A MENTALIDADE RENASCENTISTA ATRAVÉS DA EUROPA ATÉ A COLÔNIA: DO PRESTÍGIO DA INTELECTUALIDADE A VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO	
Artur Lemos Campos	27
EDUCAÇÃO, OS USOS E OS SENTIDOS NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO SOB O REFORMISMO ILUSTRADO, EM ESPECIAL EM MINAS DO OURO, NO SÉCULO XVIII	
Fabrício Vinhas Manini Angelo	35
A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM MAIS COMPLETA DE CULTURA ERUDITA NA AMÉRICA PORTUGUESA NOS “SISTEMA FÍSICO E OUTROS TESOUROS DESCOBERTOS” PELOS JESUÍTAS JOSÉ MONTEIRO DA ROCHA E JOÃO DANIEL – SÉCULO XVIII	
Eulália Maria Aparecida de Moraes	51
MÃES TUTORAS - OS REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA TUTORIA E AS AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE SEUS FILHOS - COMARCA DE VILA RICA, 1770-1830	
Kelly Lislie Julio	63

**OS LIVROS E AS MESAS: COMO A PALAVRA IMPRESSA CIRCULOU ENTRE PORTUGAL E AMÉRICA
PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII**

Hevilton Wisnieski da Silva

Cláudio Luiz DeNipoti 73

DIREITO A TERRA E CONDIÇÃO DE TRABALHO NO SUL DO MARANHÃO A PARTIR DA LIDERANÇA DE MANOEL DA CONCEIÇÃO

Ronísia Mara Moura Silva

Robson Laverdi 85

REPRESSÃO E CONFLITOS: ALEMÃES E NACIONAIS NOS DISCURSOS DO JORNAL “O COMÉRCIO” E NA DOPS NO PERÍODO DO ESTADO NOVO EM UNIÃO DA VITÓRIA (PR)

E PORTO UNIÃO (SC)

Zuleide Maria Matulle

Niltonci Chaves 97

PROJETO DE PESQUISA: OS 100 PRIMEIROS ANOS DA IMPRENSA: UM INVENTÁRIO COMEMORATIVO A PARTIR DA REVISTA DO IHGB

Alvaro Daniel Costa

Claudio Luiz DeNipoti 113

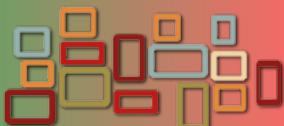


Ilustração capa:

The Lesson (c. 1770)

Klaus Georg Melchior (1737-1806)

(Disponível em: http://germanhistorydocs.ghi-dc.org/sub_image.cfm?image_id=2779)



APRESENTAÇÃO

Este Dossiê sobre **Cultura e Educação na América Portuguesa**, envolve os pesquisadores do GCEAP, grupo multi-institucional, com pesquisadores brasileiros e portugueses, que busca articular suas atividades em torno da temática na abrangência do Antigo Regime luso-brasileiro (século XVIII e décadas iniciais do século XIX).

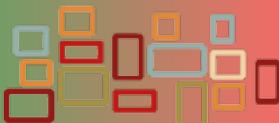
O propósito é verticalizar discussões sobre a cultura escrita no período, nas diferentes vertentes que integram os interesses de pesquisa da equipe, quais sejam as relações entre a instrução e a educação para a formação dos quadros administrativos no Império português, as relações entre as atividades econômicas, a formação profissional e os projetos educacionais no Império, particularmente na América, as relações entre o Iluminismo e a cultura escrita, e entre esta e as práticas culturais e educativas como mediadoras de sociabilidades, assim como o estudo das instituições e de seus componentes num mundo supostamente ilustrado.

São temáticas fundamentais para documentar e discutir a passagem do domínio político ao império da língua, assim como para perceber a presença e importância do elemento letrado, sua demografia, geografia, formação, formas e mecanismos de sociabilidade.

Para a compreensão dos fenômenos relacionados a este processo é necessária uma visão que combine, ao mesmo tempo, a atenção às especificidades de cada uma das partes, e o entendimento das dinâmicas mais gerais que estiveram em ação no momento em que o Estado português procurava soluções para os seus dilemas políticos, econômicos e culturais, e que as estruturas do Antigo Regime iam dando lugar a novas formas de organização e exercício do poder.

O GCEAP tem como metas decorrentes a publicação de trabalhos científicos dos seus integrantes e orientandos de mestrado e de doutorado (livros, artigos, comunicações, etc.), a formação em pesquisa por meio da orientação de bolsistas de iniciação científica, o incremento das linhas de pesquisa às quais estão vinculados os pesquisadores, em seus respectivos programas de pós-graduação.

Claudio Luiz DeNipoti
(Editor)
Ponta Grossa, Dezembro de 2016.



O USO DE DADOS DEMOGRÁFICOS NA PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Talítha Maria Brandão Gorgulho¹

Thaís Nívia de Lima e Fonseca²

Resumo: O trabalho proposto tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada nas coletas de dados, bem como algumas análises que foram base para minha dissertação de mestrado e que servirão de suporte para minha tese de doutoramento na mesma instituição, cujos estudos se iniciam este ano. No primeiro estudo foram investigadas as estratégias e práticas educativas de órfãos de famílias abastadas da segunda metade do século XVIII na Comarca do Rio das Velhas. Deste modo, baseada na historiografia econômica e demográfica pretende-se, por ora, discutir a metodologia utilizada para a coleta dos dados e como se deu a escolha desses sujeitos. Pretende-se ainda, de maneira resumida, apontar como se caracteriza o grupo estudado através de uma análise quantitativa desses sujeitos.

Para o referido estudo foram utilizados os 488 inventários que se encontram alocações no IBRAM de Sabará – MG. A aproximação com metodologia demográfica tem se mostrado muito útil para as análises em História da Educação, já que há um considerável número de documentos que podem ser utilizados para estudos em séries. Portanto, emprestando-se dessa metodologia mostra-se possível demonstrar padrões como, por exemplo, das práticas educativas realizadas por determinados grupos no período estudado. Alguns poucos historiadores da educação já vêm se utilizando dessa metodologia. O presente trabalho, acredita-se, irá acrescentar à discussão, a medida que pretende ajudar a observar e aprimorar o uso de dados demográficos, ainda pouco utilizados, mas que demonstram-se muito ricos para as análises da História da Educação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a metodologia utilizada na coleta de dados, bem como algumas análises que foram base para minha dissertação de mestrado defendida em 2011, na Faculdade de Educação da UFMG, e que servirão de suporte para minha tese de doutoramento na mesma instituição, cujos estudos se iniciam este ano. No primeiro estudo foram investigadas as estratégias e práticas educativas de órfãos de famílias abastadas da segunda metade do século XVIII na Comarca do Rio das Velhas. Deste modo, baseada na historiografia econômica e demográfica pretende-se, por ora, discutir a metodologia utilizada para a coleta dos dados e como se deu a escolha desses sujeitos. Pretende-se ainda, apontar como se caracteriza o grupo estudado através de uma análise quantitativa desses sujeitos e como, apenas a título de exemplo demonstrar como esses dados nos ajudam a entender a educação nas Minas setecentistas.

A pesquisa documental para a realização do estudo que deu origem ao artigo foi orientada por alguns procedimentos da pesquisa, por meio da utilização de metodologia quantitativa. Foram levantados todos os inventários que se encontravam arquivados no Museu do Ouro/IBRAM em Sabará-MG correspondentes ao Cartório do Segundo Ofício, relativos à segunda metade do século XVIII. Essa coleta resultou num banco de dados com 488 inventários e que será disponibilizado para consulta no Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação/GEPHE da Faculdade de Educação da UFMG.

O banco de dados, que se apresenta em tabelas elaboradas no Excel e divididas por década (de 1750 a 1800), possui os seguintes campos de informação:

- Nome – em que se apresenta o nome do inventariado;
- Referência – identificação do documento no arquivo de origem;
- Anos abertura/encerramento – ano de início e término do processo;
- Sexo;
- Localidade – onde morava o inventariado;
- Naturalidade;
- Valor de Monte-mor;
- Número de escravos;
- Número de filhos;
- Testamento/translado – se o inventariante possuía testamento e se tinha cópia no inventário;
- Observações – onde foram colocadas informações mais específicas ao tema deste trabalho, tais como se há ou não assinaturas dos filhos, tutores ou pais, se há meação, etc.

1 Professora de História, Doutoranda em Educação pela UFMG, Mestre em Educação pela mesma instituição, graduada em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de São João del Rei.

2 Doutorada em História Social pela Universidade de São Paulo (2001), pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense e na Universidade de Lisboa (2006-2007), e pós-doutorado na Universidade de São Paulo (2012-2013). Professora Associada de História da Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-Graduação em Educação (linha História da Educação) da mesma instituição.

CRITÉRIOS PARA A DEFINIÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.

Para explorar o tema proposto, extraíram-se da *população* de inventariados levantados, relativos à segunda metade do século XVIII, duas *amostra*. O termo *população* aqui é utilizado para representar todo o grupo de inventariados levantado nesta pesquisa. De acordo com a definição do Glossário de Termos Estatísticos da Puc-RS: “População – Conjunto de elementos de interesse com pelo menos uma característica em comum.” “Amostra - Uma parte finita e não vazia extraída de uma população.” www.pucrs.br/famat/statweb/glossarios/gloesta/gloesta.htm

A *amostra 1*, que será chamada de “*mais abastados*”, corresponde a 20% dos inventariados classificados, seguindo critérios que serão elucidados mais à frente, como sendo os mais abastados daquela *população*. A *amostra 2*, chamada de “*demais*”, representa os 80% restantes da mesma *população*. Definir os critérios para chegar a esse padrão foi um trabalho difícil, e há a consciência de que este tipo de categorização, muitas vezes, pode se mostrar impreciso e questionável. Buscando maior segurança, procurou-se amparo em metodologias usadas por outros pesquisadores, que serão demonstradas a seguir.

Cabe esclarecer, inicialmente, o que se entendia por “abastado” no período. Segundo o *Vocabulário português e Latino* escrito por volta de 1712 por Raphael Bluteau, abastado significa “Homem abastado, aquele que tem o que lhe abasta, bastante rico.” BLUTEAU, 1712-1728.

Contudo, sabe-se que a abastança podia representar mais do que a capacidade de se acumularem riquezas, e, por esse motivo, achou-se por bem levar em conta a associação de dois critérios, o monte-mor e a posse de escravos, para classificar os inventariados, homens e mulheres, como abastados para os padrões desejados neste estudo.

No inventário, o monte-mor representa o valor monetário total dos bens de família acumulado pelo sujeito ao longo da vida. Esse é o valor que era distribuído na divisão de bens, determinada de acordo com as *Ordenações Filipinas*, entre os herdeiros do inventariado. Vale observar que, ainda que, na partilha, o legatário recebesse a herança em bem material e não em moeda, para se chegar ao valor do monte-mor, todo bem material possuído pelo inventariado era previamente avaliado, de acordo com o mercado, e seus preços eram adicionados ao valor do restante das posses do indivíduo. Assim sendo, o

monte-mor aparece nos inventários em valores da moeda da época, Réis, e não em bens materiais.

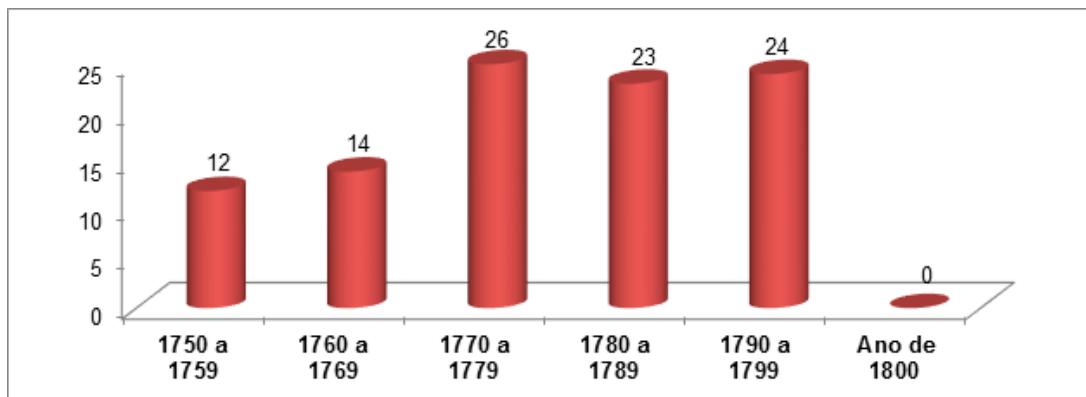
Desse modo, o monte-mor pode ser um indicador da fortuna pessoal. No entanto, a fim de melhor classificar esses sujeitos como abastados, além do valor de monte-mor como indicador, utilizou-se ainda o número de escravos pertencentes a esses indivíduos.

Alguns dos historiadores que estudam os padrões de riqueza para a América portuguesa no século XVIII, como Karina Paranhos, Ângelo Alves Carrara e Carla Carvalho de Almeida, consideram que riqueza está ligada à acumulação de um vasto patrimônio. No entanto, eles vão além: mais do que um grande cabedal, a posse em quantidade de determinados bens era essencial para configuração de riqueza. Paranhos (2009) exemplifica tal afirmação dizendo que a posse de escravos tinha mais valor do que a de roupas e ferramentas.

A posse de escravos era considerada um elemento de distinção social e signo de poder. De acordo com Santos, ao estudar a concentração de riqueza e estrutura fundiária da Comarca do Rio das Velhas no século XVIII, “a propriedade de pessoas na sociedade em foco transcendia a dimensão do investimento econômico, de força de trabalho; era um elemento de distinção, capaz de conferir *status* ao seu possuidor.” (Santos, 2010, 3).

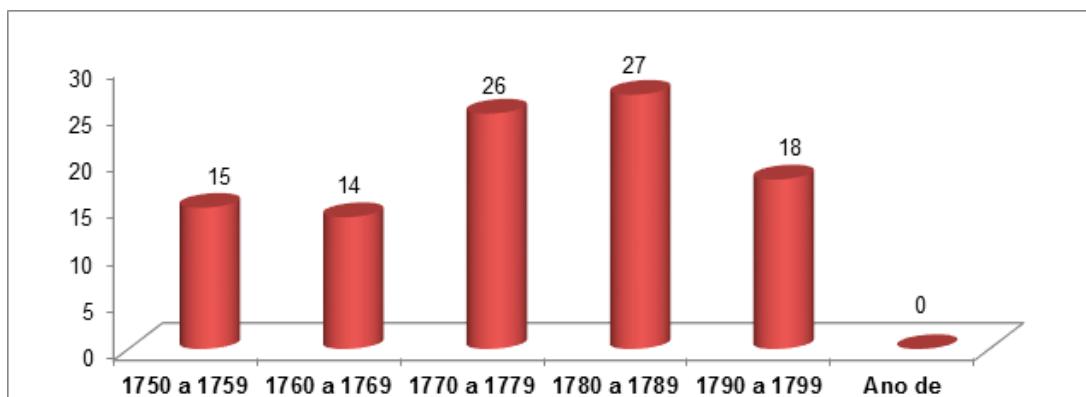
Observando esses critérios, foram extraídos da *população* os “*mais abastados*” (*amostra 1*), ou seja, 20% dos inventariados que apresentavam os maiores valores de monte-mor juntamente com a posse de escravos, o que totalizou cem documentos. Os “*mais abastados*” (*amostra 1*), selecionados seguindo critérios já esclarecidos, totalizaram 99 documentos. Após essa seleção, foi incluído ao grupo o Inventário de José Ribeiro de Carvalho (CSO-I(31)257), que, mesmo não se sabendo o número de escravos que possuía, era um homem importante em seu tempo, como já foi analisado em pesquisas anteriores (Oliveira, 2007 e Fonseca, 2009). Inicialmente, pensou-se em retirar essa amostra por década, a fim de se ter na pesquisa uma amostragem que abrangesse toda a segunda metade do século XVIII. No entanto, optou-se por uma seleção dos indivíduos, levando-se em conta o total dos inventários levantados no período como um todo, e não separadamente por décadas, já que a distribuição dos inventários em que se encontraram os sujeitos classificados como os “*mais abastados*” ficou bastante abrangente, como se observa nos gráficos a seguir.

Gráfico 1 – Distribuição dos “mais abastados” se selecionados por década.



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Gráfico 2 – Distribuição dos “mais abastados” retirados do período como um todo.

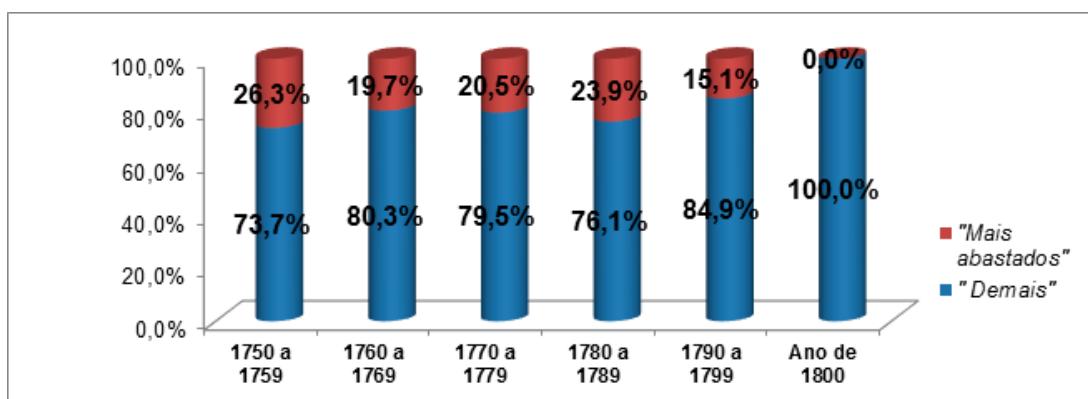


Fonte: Banco de dados da pesquisa

Como não foram observadas diferenças significativas entre os gráficos, optou-se pela seleção dos sujeitos retirados do período como um todo (Gráfico 2), e não por década (Gráfico 1), mesmo porque, dessa forma, englobam-se os sujeitos com maiores valores de monte-mor e maior número de escravos, concomitantemente. Essa preocupação mostrou-se útil, pois, se fossem escolhidos por décadas os 20% mais

abastados, alguns inventários que apresentassem, por exemplo, um valor muito alto de monte-mor, mas uma posse de escravos não tão significativa, acabariam por ser excluídos da seleção se a concentração de 20% da década já tivesse sido atingida. Isso não ocorreu ao se optar pelo critério do período como um todo. O grupo dos “mais abastados” ficou dividido na população da forma como se apresenta no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Distribuição dos “mais abastados” na população.



Fonte: Banco de dados da pesquisa

REDESCOBRINDO OS “MAIS ABASTADOS”.

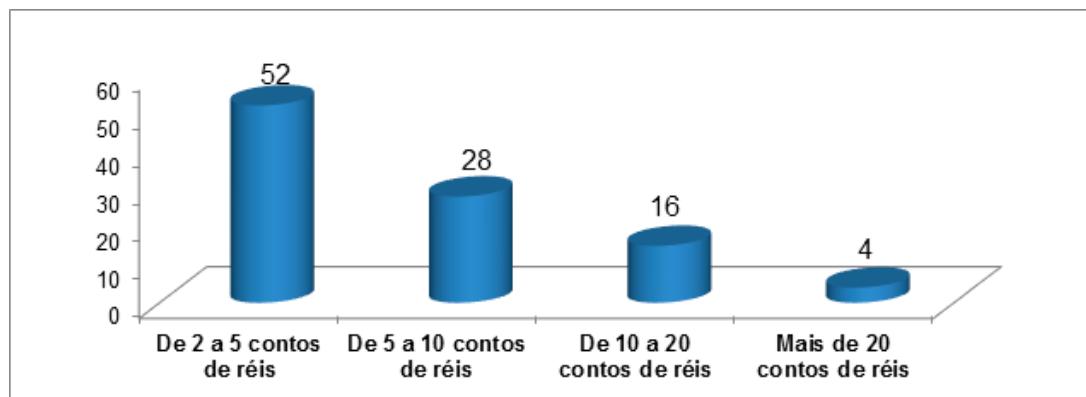
Como os dados nos ajudam a traçar o perfil, ou perfis, dos sujeitos estudados?

A seriação de dados, através da quantificação e partindo daí para algumas análises qualitativas permite visualizar melhor o perfil dos sujeitos estudados. Será feito, neste momento do texto, a observação dos indícios referentes às informações quanto

à distribuição dos sujeitos da pesquisa nas faixas de riqueza, quais as atividades econômicas exerciam, informações quanto a posse de escravos, quantos aos inventariados eram casados, solteiros ou viúvos, quantos homens e quantas mulheres e quais as inferências pode-se fazer a partir de tais informações.

Os valores de monte-mor nos documentos selecionados variam de 2:198\$537 réis a 45:171\$571 réis, conforme se nota no gráfico a seguir.

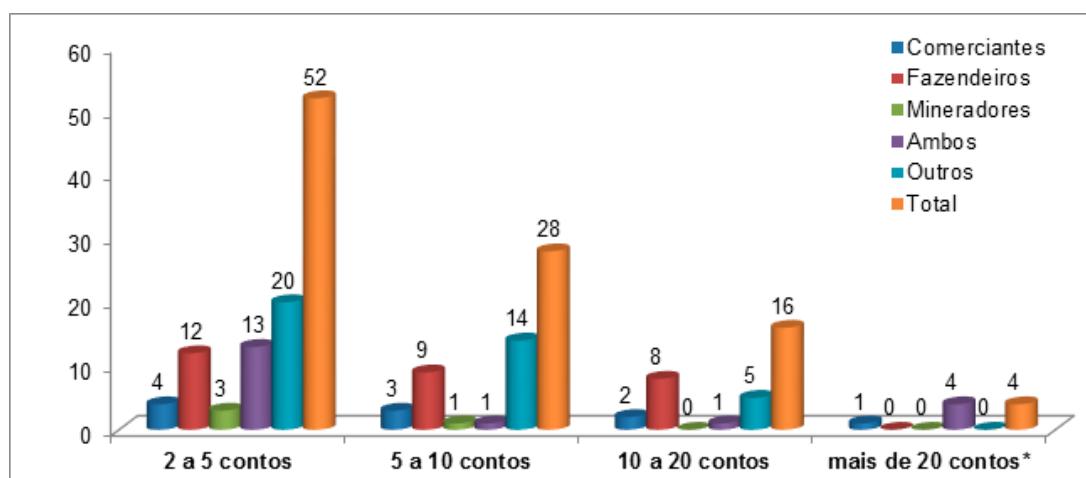
Gráfico 4 – Faixas de riqueza.



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Quanto às atividades exercidas pelos inventariados, os documentos mostraram a distribuição da seguinte forma:

Gráfico 5 – Distribuição das atividades nas faixas de riqueza.



Nesta faixa de riqueza há um sujeito que é tanto Drogista/Boticário, portanto Comerciante, quanto Fazendeiro e/ou Minerador. A saber: José Correa da Silva CSO-I (18)159. Fonte: Banco de dados da pesquisa

Observa-se no gráfico que as atividades que são mais representativas, entre os “mais abastados” são as de: comerciante, fazendeiro, mineradores ou ambos (designando os que exerciam atividades de fazendeiros e mineradores concomitantemente).

Esses dados aproximam-se da ideia, que vem sendo desenvolvida por uma historiografia econômica mais recente, de que há, na Comarca do Rio das Velhas, a partir do início da segunda metade do XVIII, uma transição de atividades e investimentos, um pro-

cesso gradual de adaptação e complementaridade entre a mineração e a agricultura. Sabe-se que existiam, no período, várias outras atividades, porém se optou por representar separadamente no gráfico as que mais apareceram nas fontes, agregando as demais, juntamente com as que não foi possível identificar, no ícone denominado “outras”.

Com relação à posse de escravos, esta parece estar intimamente associada ao tipo de atividade exercida, ou seja, quanto mais era demandado esse tipo de mão de obra para o desenvolvimento da atividade, maior era o número de escravos. Por exemplo, inventariados ligados a atividades como agricultura e pecuária, bem como mineração, eram os que mais possuíam escravos; já os que exerciam atividades ligadas diretamente ao comércio, como os donos de lojas, possuíam bem menos cativos. Entre os inventários dos “mais abastados”, pode-se afirmar, com certeza, de nove deles serem inventários de comerciantes, e a média de escravos nesses documentos é de apenas 7,3 cativos. Se observarmos, porém, os inventários que se pode afirmar serem pertencentes a fazendeiros, proprietários de terras minerais ou ambos (53 documentos), essa média aumenta para 33,6 escravos.

A média do plantel para todo o grupo dos “mais abastados” é de aproximadamente 25 escravos – número que se apresenta menor se comparado a outros estudos feitos, mesmo para períodos posteriores ao deste trabalho, e que podem ser importantes como referências. Segundo Douglas Libby (1988), em apenas 163 (provavelmente os que possuíam maior cabedal) de 6.583 domicílios foram arrolados plantéis com mais de 30 cativos, entre 1831 e 1840. Outro pesquisador que trata da posse de escravos e a relação desta com os níveis de riqueza da população da Minas entre 1831-1885, Afonso de Alencastro Graça Filho (2002), afirma que em 103 inventários dos maiores fazendeiros da região de São João del Rei, feitos nesse período, a média de escravos por fazenda era de 36 cativos.

No presente estudo, para a primeira faixa de riqueza (de 2 a 5 contos de réis), a média arrolada para o plantel é de 17 escravos; já para a segunda (de 5 a 10 contos de réis) é de aproximadamente 25 cativos. Na terceira faixa (de 10 a 20 contos de réis), localiza-se uma média de 30 escravos o plantel. A quarta faixa, onde se encontram os inventariados mais abastados, com monte-mor superior a 20 contos de réis, a média de escravos aumenta significativamente e chega a mais de 63 indivíduos.

A média da escravaria era semelhante se compararmos a posse entre os homens e as mulheres. Aproximadamente 23,12 para os inventariados masculinos e 23,62 para os femininos. Apesar de números próximos quanto à quantidade de escravos, não podemos afirmar que as mulheres tinham o mesmo padrão de investimento que os homens nessa camada da sociedade, já que, como será observado mais à frente, muitos desses escravos eram oriundos dos bens do casal, para os casos de inventários de mulheres casadas, e de herança dos maridos, para os inventários de viúvas.

Outra forma de distinção, para além do número de cativos possuídos, eram os títulos honoríficos, as patentes militares. Entre os homens mais abastados da segunda metade do XVIII na Comarca do Rio das Velhas, encontram-se 16% (12) com patentes militares, sendo: seis Alferes; três Capitães; dois Sargentos-mores e um Tenente. Saliente-se que o indivíduo que traz o inventário detentor do maior monte-mor (superior a 45 contos de réis) e de uma escravaria de 61 cativos, Alexandre de Oliveira Braga/CSO-I(33)266, fazendeiro e minerador, é relacionado como Alferes. De acordo com Boxer, 1963, 267, a Coroa Portuguesa concedia patentes e honrarias militares, entre os indivíduos mais poderosos da sociedade mineira, como recompensa ou em troca de lealdade.

O interesse da Coroa em conquistar a lealdade dos mais poderosos dava-se pela necessidade de se fazer presente em terras tão distantes. Em 1756, o Desembargador e Intendente da Comarca do Rio das Velhas, Domingos Nunes Vieira, envia uma carta a Diogo de Mendonça Corte Real, informando sobre a remessa da relação das fazendas que entravam nas Minas, assim como sobre a relação dos homens abastados daquela Comarca, Lista dos homens abastados. AHU, cx: 70; doc.: 40 (carta) 24/07/1756. Pode-se supor que essa lista serviria, também, para que a Coroa tivesse o conhecimento de quem eram os homens com maior influência nessa região, haja vista que um dos critérios para ser uma pessoa influente era o poder econômico. Há quatro inventários, no grupo dos “mais abastados”, que são relativos a homens presentes naquela lista de 1756. Como esses inventários são das décadas de 1770 e 1790, pode-se inferir que tais sujeitos mantiveram suas fortunas por um longo período. A saber: Antônio Pereira Marinho CSO-I(66)496; Matias Pereira Pinto CSO-I(39)293; João da Serqueira Queirós CSO-I(47)348; João Francisco da Silva CSO-I(36)284.

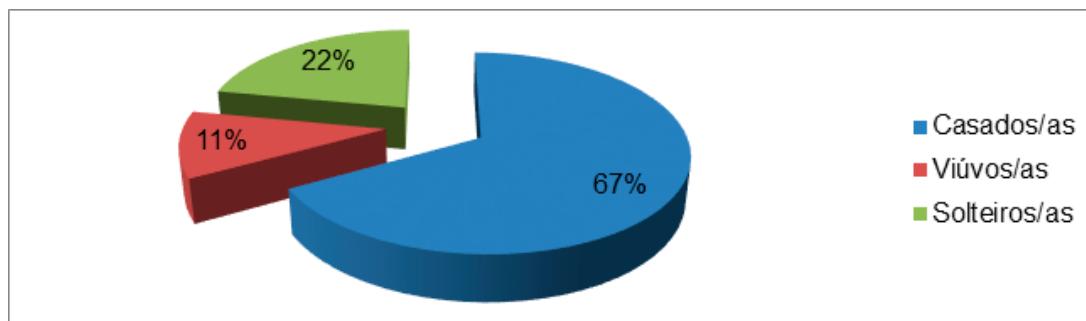
Com relação à distribuição da riqueza por sexo, podemos observar que a porcentagem de homens entre os mais ricos é um pouco maior que a do restante da população inventariada desse período. Se dentro do grupo dos “demais” os inventariados masculinos são pouco mais de 68%, contra quase 31% de mulheres, entre “os mais abastados” aproximadamente 75% são homens e 25% são mulheres. Interessante observar ainda que, desses 25%, em apenas um caso temos uma mulher solteira e que provavelmente não herdou riquezas de sua família, uma vez que ela foi classificada em seu inventário como “crioula forra”, Josefa de Souza Freire CSO-I (32)259.

Entre os outros inventários feitos por mulheres e parte dos “mais abastados”, 20 são de mulheres casadas e quatro de viúvas. Para esses casos, podemos, a princípio, inferir que suas riquezas eram, pelo menos para a maioria, relacionadas a rique-

zas de seus maridos, pois foi possível observar que em 20 dos 24 inventários há menção a casamento por “carta de ametade”, ou seja, quando tudo que o casal possuía era dividido ao meio entre os cônjuges. Há ainda a possibilidade de a riqueza dessas mulheres serem herança de suas famílias de origem. No entanto, esses dados necessitam de uma análise mais aprofundada e que não foi possível realizar nessa dissertação. De todo modo, com os dados já retirados, pode-se perceber que, mesmo aparecendo significativamente no grupo dos “mais abastados”, as mulheres aqui analisadas ainda estavam longe do nível de atuação social e econômica dos homens do mesmo grupo.

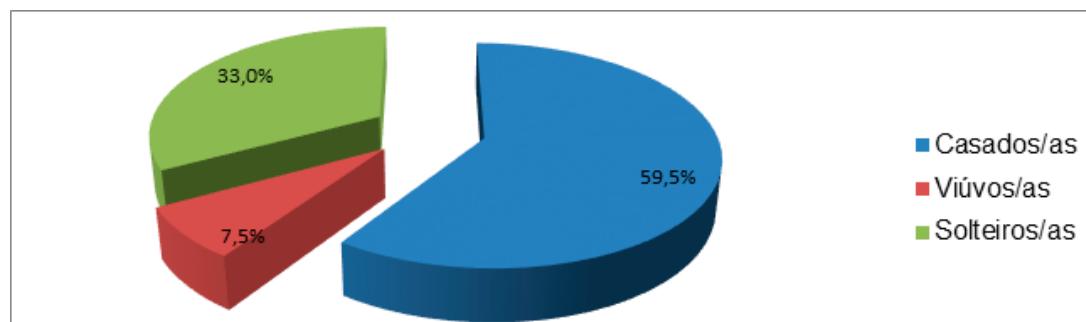
Conforme podemos observar no Gráfico 6, a grande maioria dos inventariados (de ambos os sexos) do grupo “mais abastados” (78% somando casados/as e viúvos/as) contraiu matrimônio em algum momento de suas vidas.

Gráfico 6 – Estado civil dos “mais abastados”



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Gráfico 7 – Estado civil dos “demais”



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Tais dados, se comparados com o restante dos indivíduos elencados para esta pesquisa, os “demais”, mostram-nos que a porcentagem de famílias oficiais aos olhos do Estado e da Igreja entre os “mais abastados” é maior. De acordo com o Gráfi-

co 7, os indivíduos casados ou viúvos somam 67%. Essa diferença permite-nos deduzir que, por haver mais matrimônios entre os “mais abastados”, mesmo havendo filhos ilegítimos ou naturais, a quantidade relativa dos mesmos era menor neste grupo

que nos “demais”.

É sabido que na Capitania de Minas Gerais no século XVIII havia características muito particulares de povoação, devido aos tipos de atividades que aqui se desenvolviam e a forma como esta Capitania foi povoada. Uns dos principais responsáveis pelo povoamento da região, além dos negros, principalmente escravos, foram homens que em sua maioria vinham de Portugal em busca de riqueza e prestígio. Esses portugueses eram, muito frequentemente, solteiros, e, quando casados, raramente traziam consigo suas esposas. Não se volta aqui ao conceito de as Minas terem sido colonizadas por indivíduos aventureiros que, uma vez nestas terras, tinham a intenção de enriquecer e voltar para o Reino. Os dados acima, pelo contrário, vêm mostrando que esses homens, casando-se ou não, se enraizaram, e muitos chegaram a constituir famílias. Não obstante, tais famílias tinham contornos peculiares que fogem aos modelos ideais de família católica, conforme já analisado na Introdução deste trabalho.

Todas essas características de ocupação e desenvolvimento vêm ajudar a formar os grupos sociais existentes nas Minas setecentistas. Se as diferentes formações das famílias coloniais influenciavam na educação que era dada aos seus filhos, e como influenciavam, é uma das questões em discussão neste trabalho. E para responder a essa questão, antes é necessário que se perceba, minimamente, como se davam as relações entre alguns dos membros dessas famílias.

FILHOS E HERANÇAS: LEGISLAÇÃO, LEGITIMAÇÃO E ACESSO ÀS LEGÍTIMAS

As *Ordenações Filipinas*, que vigoravam no Brasil durante o período estudado, atribuíam diferentes denominações e direitos aos descendentes, filhos e filhas, de acordo com o tipo de relação que era mantida por seus pais. *Legítimos* para os filhos de matrimônios, *ilegítimos* para os gerados fora do casamento – sendo que desses poderia ainda haver os *naturais*, quando os pais não eram casados, mas não possuíam nenhum impedimento para isso.

Legítimos e naturais são os mais comumente encontrados na documentação, mas havia, além dessas, outras distinções explicitadas nas ditas *Ordenações*. Na documentação não foi encontrado nenhum órfão definido como *ilegítimo*, mas, em alguns casos, é possível classificá-lo como tal através da idade, por exemplo, observando se o mesmo foi concebido no período em que um dos pais estava em matrimônio

com outra pessoa. No entanto, são pouquíssimos casos em que se pode fazê-lo com segurança, e, por esse motivo, para as análises pretendidas, optou-se por dividir os filhos em *legítimos* (correspondendo aos que eram oriundos de matrimônios) e *ilegítimos/naturais* (correspondendo aos que eram filhos anteriores ou posteriores – nascidos depois da viuvez – aos casamentos, bem como os filhos fora destes.)

Entre os filhos considerados *naturais* subdividiam-se mais três categorias: *sucessíveis* e *insucessíveis* – identificando respectivamente os que poderiam e os que não poderiam receber herança – e os *espúrios*, concernentes às pessoas que não poderiam, por algum impedimento, contrair matrimônio, como os filhos de clérigos ou de concubinatos entre pessoas casadas, por exemplo. Eram os chamados “filhos de pais incógnitos”, ALMEIDA, Cândido Mendes de. Comentando *Ordenações Filipinas*, livro Quarto, Título XCIX. Lisboa, já que a reprovação ou a ilegalidade do coito que os gerara impedia que fossem assumidos perante a lei e a sociedade.

As *Constituições Primeiras do Acerispado da Bahia*, legislação eclesiástica que aplicava ao Brasil os preceitos tridentinos, mostravam-se bastante afinadas com a legislação civil. Elas previam que os nomes dos pais das crianças batizadas, oriundas de relacionamentos não ratificados pela Igreja, só poderiam constar no registro paroquial se não houvesse escândalo, Vide, 1720: Título LXVII, 285. Contudo, é importante notar que os pais possuíam deveres e direitos para com os filhos, qualquer que fosse a condição de nascimento destes.

Ainda de acordo com as *Ordenações*, durante o matrimônio os filhos *legítimos* deveriam ser criados e custeados em suas necessidades por ambos os genitores. Havendo separação, as mães tinham a obrigação de criar seus rebentos, com “leite somente”, Livro Quarto, Título XCIX, até a idade de três anos. Isso ocorreria, entretanto, se não houvesse nenhum impedimento, como por exemplo, ser a mãe uma nobre ou, ainda, se estivesse doente, precisasse se sustentar com seu trabalho ou não possuísse leite.

Aos pais cabia o dever de arcar com as demais despesas, Livro Quarto, Título XCIX, I. Para os *ilegítimos*, os pais tinham exatamente as mesmas obrigações que tinham para com os *legítimos*, inclusive para os filhos *espúrios*. Pode-se dizer que a legislação portuguesa demonstra, assim, certa tolerância para com os filhos nascidos *ilegítimos* de qualquer espécie, mesmo os “condenáveis” pela moral católica.

Entretanto, os compromissos deveriam partir

não só dos pais para com os filhos, mas reciprocamente. Nas palavras de Brügger:

Aos pais caberiam os cuidados de criação, alimentação e educação dos filhos, e a estes, a obediência, a gratidão e o amparo daqueles. Não só em momentos importantes como a escolha da carreira a ser seguida ou o casamento, as atitudes filiais deviam se manifestar, mas no decorrer de toda a vida. (BRÜGER, 200, 159)

Ana Luiza de Castro Pereira (2007), em seu estudo sobre a concorrência de filhos legítimos e ilegítimos à herança de seus pais, aponta que, apesar de as *Ordenações Filipinas* terem servido como um norte para as sociedades do Império português, elas eram reinterpretadas e adaptadas de acordo com os locais em que eram aplicadas.

Interessante observar que, se por um lado a legislação dava aos pais a obrigação igual sobre cria-

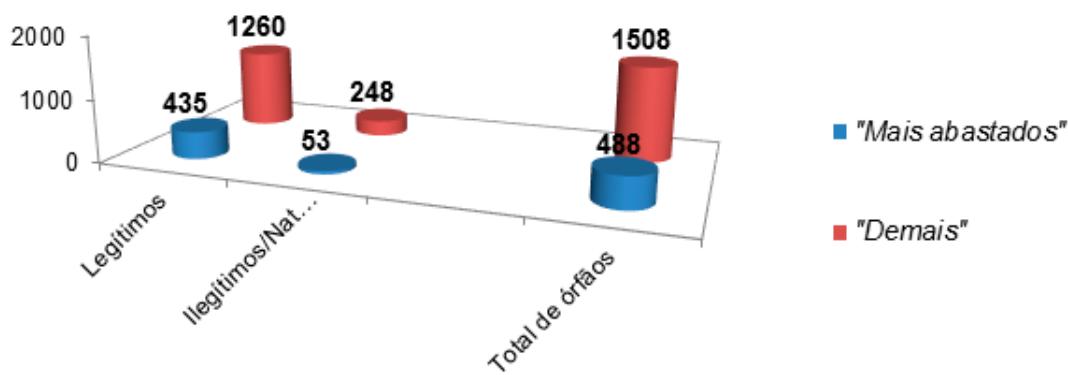
ção dos descendentes, oriundos de qualquer tipo de união, por outro, a concorrência pela herança dos genitores recebia alguns limites na equiparação dos filhos, já que nem todos os filhos ilegítimos tinham o direito de herdar de seus pais.

No livro quarto, título XCVI, das *Ordenações Filipinas*, “Como se hão de fazer as partilhas entre os herdeiros”, trata-se o tema da seguinte maneira:

Quando um homem casado, ou sua mulher se finar, deve o que ficar vivo, dar partilha aos filhos do morto, se tiver, quer sejam filhos d'entre ambos, quer da parte do que se finou, se forem legítimos ou tais, que por nossas *Ordenações*, ou Direito devam herdar bens.

Nos documentos analisados, em um universo de 488 órfãos, filhos do grupo dos “*mais abastados*”, 53 foram apontados como ilegítimos/naturais, ou seja, pouco mais de 10%.

Gráfico 8 – Filhos legítimos e ilegítimos/naturais



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Interessante perceber que a porcentagem de filhos ilegítimos/naturais encontrada entre os “*mais abastados*” (10,9%), se comparada com os números obtidos na pesquisa de Brügger para a Comarca do Rio das Mortes, apresenta proporção semelhante. No entanto, os números de Brügger, se comparados com a porcentagem de filhos ilegítimos/naturais encontrados para os “*demais*” da Comarca do Rio das Velhas (16,5%), mostraram-se inferiores. A autora analisou 300 inventários e testamentos da população em geral, sendo que em 11,7% dos mesmos foi detectada a presença de filhos ilegítimos. Aparentemente, a autora inclui naturais e ilegítimos aos que ela chama ilegítimos. (2007 - p. 164).

No grupo restante da população estudada, cha-

mado de os “*demais*”, há 1.508 órfão relacionados, sendo 248 ilegítimos/naturais, ou seja, aproximadamente 16,5 %. Esses números demonstram que, para a população aqui estudada, os “*mais abastados*” tinham menos filhos ilegítimos/naturais que os “*demais*”.

Mesmo assim é importante percebermos, como nos chama a atenção Brügger, que o número de filhos ilegítimos/naturais encontrados na documentação certamente é menor do que o número real de ilegítimos/naturais nessas sociedades, pois apenas os pais que possuíam bens fariam inventário e testamentos, e somente os que tinham a intenção de reconhecer os ilegítimos/naturais os mencionavam em seus documentos. Dos 53 órfãos ilegítimo-

mos/naturais, apenas quatro possuíam irmãos que eram declarados legítimos, e todos aparecem sendo reconhecidos e recebendo suas heranças da mesma forma que seus irmãos legítimos. Um caso exemplar é o do órfão filho natural de José Ribeiro de Carvalho CSO-I (31) 257, que recebeu legítima igual à de seus oito irmãos considerados legítimos. Se o destino dado à herança foi aproximado ao dado por seus irmãos legítimos, parece uma análise interessante, mas essa abordagem terá que ficar para um estudo posterior.

No século XVIII, quando havia órfãos, filhos e herdeiros parecem assumir, se não o mesmo, pelo menos um sentido muito próximo (Não havendo órfãos, havia a possibilidade de se legar a pessoas que não fossem filhos). Desse modo, para herdar era necessário ser reconhecido como filho, e o reconhecimento dos filhos ilegítimos/naturais também era orientado pelas leis civis, na forma das Ordenações. Os nobres do Reino precisavam de um parecer régio para reconhecer seus filhos ilegítimos/naturais. Já os plebeus poderiam fazê-lo sem tais pareceres. Um dos instrumentos para o reconhecimento da prole ilegítima/natural, mais utilizado e difundido nesse período, eram os testamentos. Tido com um instrumento de perfilhação solene, normalmente indicava não só o reconhecimento público da paternidade ou maternidade, como também a inclusão do filho no rol de herdeiros.

No testamento de Manoel Rabelo, CSO-I (16) 150, fazendeiro e dono de engenho na região de Roça Grande (Comarca do Rio das Velhas), podemos ler a seguinte informação, que demonstra essa ligação estreita entre os sentidos de filho e herdeiro: “Declaro que não sou casado e que tenho um filho natural de nome Manuel com uma crioula de nome Isabel Cardoso o qual instituo, por ser meu filho, como meu herdeiro universal.” (grifo nosso)

A composição da sociedade mineira no século XVIII influenciou sensivelmente não só os índices de ilegitimidade, como também as possibilidades de acesso por parte dos ilegítimos/naturais ao legado deixado por seus genitores. Nesse contexto, Pereira (2007), comparando documentos da Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, Cabeça da Comarca do Rio das Velhas e a Vila de São João do Souto, Acerbispado de Braga em Portugal, explana que, muito possivelmente pela mestiçagem social que havia na Vila de Sabará, a tolerância para com os filhos ilegítimos e seus pais era consideravelmente maior do que a vista nas terras de “aquém-mar”.

No mesmo estudo, a autora consegue perceber, através da análise de testamentos, que em Sabará havia, por parte de alguns pais, uma “inteira preocupação com a boa criação dos filhos ilegítimos e com o seu sustento porque *não possuía uma prole legítima*” Pereira, 2007, 8. Permanece sem resposta no estudo da autora se os filhos ilegítimos eram reconhecidos e recebiam maior preocupação com relação a sua criação pelo fato de seus pais não possuírem filhos legítimos. Brügger, para a Comarca do Rio das Mortes, também verifica que a “aceitação” para com os filhos ilegítimos era maior quando não havia legítimos. Porém, é interessante a consideração que a mesma faz: “...a existência de uma prole legítima não constituía um impedimento cabal, quando os pais realmente desejavam reconhecer sua prole ilegítima e habitá-la como sua herdeira”. Brügger, 2007, 165.

De acordo com a legislação, (essa lei se encontra nas Ordenações Filipinas, Título 96 - “Como se hão de fazer as partilhas entre os herdeiros.”), a herança deveria ser dividida de forma igualitária entre os filhos e o cônjuge que ficasse, fossem esses filhos legítimos ou ilegítimos/naturais. Não tendo filhos, os herdeiros seriam os parentes ascendentes, podendo-se incluir ainda os irmãos. Um caso exemplar é o inventário do Sargento-mor José Ferreira do Vale, CSO-I(50)377, natural de Salvador, morador do Arraial de Santa Luzia, solteiro e sem filhos, e que morreu em 1779, deixando como sua herdeira universal uma irmã.

Estudando inventários de Ouro Preto, Mariana, São José del Rei e São João del Rei entre os anos de 1750 e 1822, Carla Almeida (2001) afirma que havia uma prática muito comum nas famílias mais abastadas dessas vilas de se fazer a venda da meação dos bens quando se aproximava o falecimento – essa venda podia ser feita aos filhos, a um deles ou mais, ou a um dos cônjuges.

Na documentação analisada, relativa aos “*mais abastados*”, 36% dos documentos tinham referência à meação (Chama-se meação o ato do inventariado de vender metade de todos os seus bens a alguém, geralmente esposas, filhos ou sócios. Essa metade vendida não entra na soma dos bens para a partilha.), sendo que, destes, um documento foi de meação vendida aos filhos, A saber: Antônio Teixeira de Cardozo, CSO-I(59)441, outro de venda ao sócio, a saber: José da Costa Coimbra, CSO-I(19)170, e mais de 94% eram de venda entre casais (10 de mulheres aos maridos, e 24 de maridos às mulhe-

res). Nessas meações entre casais é comum encontrar prazos prolongados de pagamento, bem como certo período de carência para se começar a pagar. Esse período seria o tempo de um cônjuge se estruturar após a morte do outro. Novamente aparece o já mencionado José Ribeiro de Carvalho CSO-I (31) 257, que, quando vendeu metade dos seus bens a D. Quitéria Maria de Barros, sua esposa, deu a ela 12 anos para que fosse paga a meação de 5:384.280 réis e dois anos para que ela começasse a pagar.

Almeida (2001) ainda diz que essa prática tinha a finalidade de evitar o fracionamento das propriedades e a cobrança de muitas dívidas que podiam dilapidar o patrimônio familiar. No inventário do Alferei Jerônimo Pereira CSO-I (29)249, casado com D. Antônia Vitorina de Passos, residente da Vila de Raposos, ele explicou porque vendia metade de todos os seus bens à sua esposa, dizendo que o fez “para melhor conservação de sua fazenda e descanso de sua mulher”.

Em determinados testamentos e inventários, pôde-se perceber que estratégias de favorecimento a alguns descendentes, como a disposição da terça parte (a terça parte era a parte dos bens do inventário que cabia ao inventariado, podendo este dela dispor como o desejasse), eram adotadas pelos genitores, mesmo que a legislação portuguesa tratasse de forma igualitária o direito de herança dos filhos. Exemplos desse benefício foram encontrados, como no testamento de Carlos de Souza Rabelo, Livro de Testamentos 8(16) (LTCPO) p. 683v-685, morador de Sabará, dono de um Engenho de Cana em sociedade com o Sargento-mor Jacob, e natural do Arcebispado de Braga. O testador deixou declarado que em 1751 possuía nove filhos, sendo oito homens e uma mulher. Todos ficaram registrados como seus herdeiros universais, e a terça parte que lhe cabia deixou para sua única filha, Maria Magdalena de Jesus.

Outro exemplo encontrado de estratégias de favorecimento, também para as filhas mulheres, é o caso do Capitão Vicente Vaz de Mello, Livro de Testamentos 8(16) (LTCPO) p. 737-744, morador do Rio das Pedras, que em 1752 possuía oito filhos, sendo três meninos e cinco meninas, e deixou explícito que sua terça parte deveria ser dividida igualitariamente entre as filhas solteiras. Brügger (2007) observa que, quando se queria beneficiar alguns dos herdeiros, as filhas solteiras eram as que mais recebiam tal favorecimento, o que demonstra uma maior preocupação dos pais para com o futuro des-

sas filhas e o interesse de facilitar seus casamentos.

Nos inventários dos “mais abastados”, não foi encontrado processo que tenha favorecido apenas um herdeiro, ou herdeiros determinados, mas se pode perceber, em raros casos, que, mesmo herdando valores iguais, herdeiros de sexos diferentes, às vezes, recebiam, como legado, objetos diferentes. Este é o caso do Inventário de Francisco Pereira Corrêa CSO-I (28) 245. Casado com Clara [Gonçalves] de Andrade, com quem teve seis filhos, sendo três homens e três mulheres, dono de uma fazenda de engenho de cana, com moinho de moer fubá e de alguns escravos muitíssimo bem avaliados, deixou de legado para os filhos legítimas igualmente no valor de 603.490 réis. As meninas, no entanto, herdaram praticamente apenas escravos e parte na fazenda, já os meninos herdaram, além de escravos e partes na fazenda, instrumentos de trabalho como enxadas, foices e machados. Não é demais imaginar que tal atitude se daria devido ao papel que cada sexo desempenhava na sociedade das Minas coloniais, o que será abordado mais à frente.

Há ainda outra estratégia familiar, a de antecipação da herança, que podia ser realizada pelos genitores em favorecimento de filhos e/ou filhas, os chamados *dotes*. Segundo o dicionário de Bluteau, *dote* é “o que se faz a mulher que se casa, o que se dá ou se promete ao marido para sustentar a mulher, os filhos, a família e mais encargos do matrimônio.” Bluteau, 1712-1728, 296. Moraes Silva fala ainda “os que se dão a Mosteiros, hospitais, para suprimento de suas despesas.” (Moraes Silva, p.640.). Observa-se a utilização desse benefício, por parte dos genitores, a um ou mais filhos, em quatro dos cem documentos levantados referentes aos “mais abastados”.

Essa prática era regulamentada pelas Ordенаções Filipinas no Livro Quarto, Título XCVII “Das Colações”, *Ordenações Filipinas*, juntamente com outros tipos de doações que eram feitas em vida aos filhos. Nesse título, as *Ordenações* obrigavam quem recebesse qualquer tipo de doação a voltar tudo ao montante para a partilha entre todos os herdeiros quando da morte dos pais, ou seja, o valor doado deveria ser devolvido pelo beneficiário da doação, para que esse valor se somasse ao restante dos bens do falecido e se fizesse a partilha. Entretanto, se a doação tivesse sido o *dote*, por ocasião de matrimônio, as *Ordenações* obrigavam a se devolver apenas metade do valor doado.

Se o valor da doação tivesse ultrapassado o valor da legítima a ser distribuída a cada herdeiro, então

o valor da doação deveria ser descontado da terça parte do defunto. Se o valor da doação tivesse sido ainda maior que a terça, o herdeiro favorecido pela doação deveria reembolsar o restante aos demais herdeiros. Aquele que recebia o dote ou qualquer outro tipo de doação podia, no entanto, abster-se da herança se o valor recebido não tivesse sido superior ao valor da legítima somado ao da terça parte do falecido. Se mais de um herdeiro tivesse sido favorecido com doações, era descontado do valor da terça parte a doação do que recebeu o benefício primeiro e assim sucessivamente. Importante salientar que tal procedimento não era aplicado caso a doação fosse para suprir as despesas feitas com a educação dos filhos, já que essa era dever dos pais. A essa prática de se devolver o todo ou parte da doação recebida dava-se o nome de *Colação*, e o objetivo da colação era restaurar a equidade entre os sucessores.

Um caso exemplar sobre a necessidade de se devolver ao inventário o que foi recebido antecipadamente é o encontrado no inventário de João Francisco da Silva CSO-I (37)284 – português do Acerbispoado de Braga, negociante presente na lista dos homens abastados, AHU, cx: 70; doc.: 40 (carta) 24/07/1756, morador do Arraial de Congonhas e casado com Ignes Maria de Seitas, com quem teve cinco filhos. O inventariado deu dotes às suas filhas quando estas se casaram e deixou em testamento a seguinte recomendação:

Afirma que se elas quiserem entrar para a partilha entrarão para o Monte mor com as quantias de seus dotes como por direito é determinado e que contentando-se com os dotes poderão [ilegível] sem que estes sejam citados. CSO-I (37)284.

No mesmo documento, encontra-se ainda a posição de um dos dotados, casado com a filha Eugênia Maria, nas palavras do escrivão:

o dotado Francisco Xavier não quer ser herdeiro e se quer levantar como dote somente o q recebeu sua mulher quando se casou os primeiros que lhe foram dados conforme a declaração 2:800.000 réis e vem para este monte com a metade da dita quantia para se saber se excede o dote a legítima ou a legítima ao dote que são 1:400.000 réis. CSO-I (37)284.

Na maioria das vezes em que foi observada a dotação de legatários nos inventários, esta se fez por ocasião do casamento das filhas. Em apenas um documento observou-se motivação diferente, por ocasião agora do envio de filhas a

Recolhimentos, Alferes Jerônimo Pereira, CSO-I (29)249. Em nenhum caso se observou a concessão de dotes a meninos, apesar de se saber que essa prática era permitida tanto às filhas quanto aos filhos. Brügger, 2007, 174, ao tratar desse assunto, diz que é praticamente uma unanimidade já consagrada na historiografia o predomínio da concessão de dotes às mulheres. Outros autores mencionados por BRUGGER também fazem as mesmas afirmações: Samara(1989), Bacellar (1997), Faria (1998) e Nazzari (2001). Graça Filho (1998), no entanto, afirma que, para o século XIX, foi detectada a dotação bastante difundida e indistinta para ambos os sexos, em relação à Comarca do Rio das Mortes.

Podemos observar com os dados verificados no presente capítulo que as particularidades de ocupação e de exploração da área analisada, como bem já haviam mostrado outros historiadores, a saber: França Paiva (1996), Fonseca, Mello e Souza, Silveira (1997), Pereira (2007), Boschi (1986), dentre outros, dão características muito peculiares às Minas, em especial no século XVIII. A grande presença de negros e a dinâmica da mineração, associada a uma forte urbanização e, ao mesmo tempo, a uma desenvolvida agropecuária, dão formas únicas a essa sociedade. Segundo Mello e Souza, 1997, constituía-se nas Minas uma sociedade cultural em constante movimento, com sujeitos ativos em sua própria história, em que geral e particular se relacionavam de forma complementar e contraditória. Por esses motivos, há a necessidade de, nas palavras da autora, se “analisar a sociedade mineira setecentista partindo das considerações dos seus próprios referenciais” Mello e Souza, 1996, 23. O levantamento dos ditos referenciais foi o que se pretendeu fazer neste primeiro capítulo, que servirá como base para todo o restante das discussões deste estudo.

A educação, formal e não formal, de acordo com o que as fontes nos mostraram no decorrer deste trabalho, pode ser considerada uma herança deixada e buscada pelos órfãos. Portanto, critérios como ser filho legítimo ou ilegítimo, ser órfão de um ou de ambos os pais, ser filho de comerciante ou fazendeiro/minerador, bem como o sexo, vão influenciar significativamente o tipo dessa “herança” recebida por eles. Quais eram essas diferenças e como elas se davam é o que será tratado, de maneira bem resumida, a partir de agora.

POSSIBILIDADES DO USO DOS DADOS DEMOGRÁFICOS PARA ANÁLISES EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

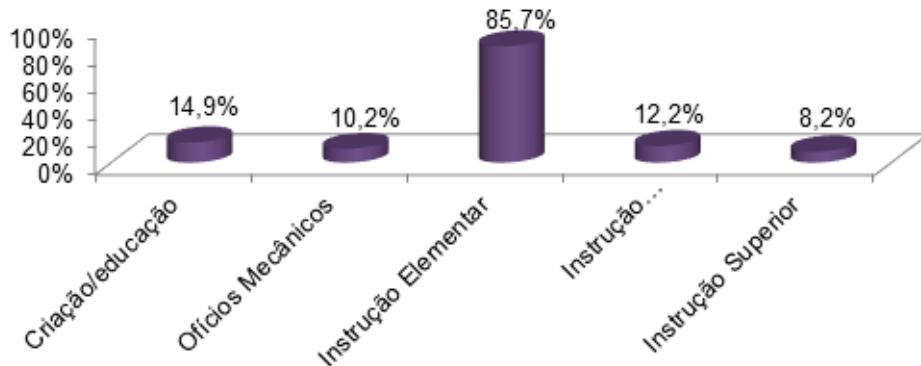
A aproximação com metodologia demográfica tem se mostrado muito útil para as análises em História da Educação, já que há um considerável número de documentos que podem ser utilizados para estudos em séries. Portanto, emprestando-se dessa metodologia sendo possível demonstrar padrões como, por exemplo, das práticas educativas realizadas por determinados sujeitos nos períodos estudados. Alguns poucos historiadores da educação já vêm se utilizando dessa metodologia.

Através do uso da seriação documental, dos dados demográficos extraídos desses documentos, foi possível perceber além do tipo de prática que era destinada a cada órfão, em alguns casos, como ela se dava; se por escolas, conventos (Refiro-me aqui à

ida de Úrsula, filha de José Ribeiro de Carvalho CSO-I (31)257, para o Convento de Nossa Senhora da Conceição na cidade de Angra, Capitania do Rio de Janeiro), recolhimentos, ensino doméstico, feito pela própria mãe ou algum outro membro da família, ou se houve a contratação de professores particulares.

Nos inventários analisados, entre os cem que correspondem ao grupo dos “mais abastados”, 87 assinalam a presença declarada de órfãos. Foram localizados indícios de *práticas educativas* em 51 dos 87 inventários em que há a presença de órfãos, ou seja, em pouco mais de 58% dos documentos. Nestes 51 documentos, há a soma de 281 órfãos, sendo que 140 são do sexo masculino, 139 do sexo feminino, e dois não puderam ser definidos, pois não havia indicação. As *práticas educativas* encontradas, para ambos os sexos, aparecem divididas da seguinte forma (de acordo com o agrupamento pré-estabelecido e explicitado acima):

Gráfico 9 – Porcentagem dos indícios das práticas educativas encontradas nos inventários para os órfãos do grupo dos “mais abastados”.



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Há, em alguns casos, a associação de atividades de mais de um grupo de *prática educativa*. Por exemplo, para muitas meninas, os ofícios mecânicos de coser e bordar vinham junto com o aprendizado das primeiras letras; ou, como outro exemplo, para poucos meninos, o aprendizado das primeiras letras era complementado com o de Latim e Gramática. Por esse motivo, há casos em que os órfãos aparecem descritos em mais de um tipo de *prática educativa*. Fonseca (2006) afirma que esse mesmo padrão de combinação de diferentes *práticas educativas* pode ser observado nas camadas menos fa-

vorecidas e que há exemplos de filhos de sujeitos dessas camadas, como os de oficiais mecânicos, que também aprendiam a ler, escrever e contar; e que a junção dos tipos de educação seria uma garantia de sobrevivência. O aprendizado dos ofícios mecânicos teria a função de garantir o sustento, e a capacidade de escrita e leitura era vista como a possibilidade de uma ligeira ascensão social.

Não obstante, na presente pesquisa, chama a atenção o alto índice de órfãos que estavam inseridos em *práticas educativas* em que se tinha contato direto com algum nível de aprendizagem da leitura

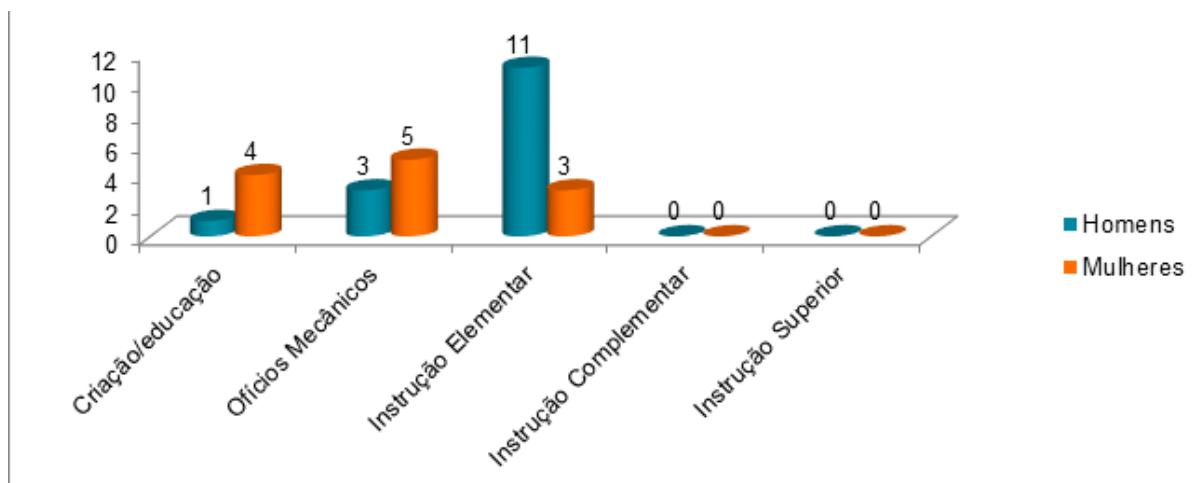
e escrita, identificadas aqui como as *práticas educativas* de Instruções – Elementar, Complementar e Superior. A historiografia da educação no período colonial, conforme já demonstrado, tem evidenciado que a educação na América portuguesa no século XVIII era dada de acordo com o gênero do indivíduo e a sua condição econômica e social. Pode-se afirmar que aos menos privilegiados era mais comum o aprendizado de ofícios mecânicos a fim de garantirem um sustento, podendo também se estender ao aprendizado das primeiras letras. Os escravos podiam aprender os ofícios mecânicos e, até mesmo, a ler e escrever – um modo de valorizá-los e de fazê-los aumentar os rendimentos de seus senhores com trabalhos mais específicos. Já aos filhos de famílias mais abastadas, as primeiras letras eram ensinadas, assim como Latim, Gramática e as operações fundamentais, além de ofícios manuais para as mulheres. Para o universo das camadas mais privilegiadas da sociedade mineira setecentista, os dados da presente pesquisa reforçam tal ideia, pertinente à educação dos órfãos filhos dos “mais abastados”, como se pode observar no gráfico 9.

Cláudia Oliveira (2008), ao analisar a Comarca do Rio das Velhas, afirma que nem sempre havia uma relação direta entre as ocupações dos pais e os caminhos seguidos pelos órfãos, conforme as afirmações de Fonseca, 2009, 103 de que nem sempre a formação profissional seguia a condição social familiar, como indicavam as *Ordenações Filipinas*. Para a Comarca do Rio das Mortes, na Capitania de Minas Gerais, Morais (2009) consegue perceber que

há uma relação estrita entre as posses de bens e negócios paternos e as ocupações dos menores. O grande número de filhos ilegítimos/naturais, maior para a Comarca do Rio das Velhas que para a Comarca do Rio das Mortes, pode ser um dos motivos que ajudam a explicar esse quadro, uma vez que, de acordo com Fonseca (2009), é considerável o número de filhos mestiços de homens razoavelmente abastados que recebiam educação para formação em algum tipo de ofício mecânico, às vezes combinado com o ensino das primeiras letras.

Não foram observadas, para o grupo dos “mais abastados”, diferenças significativas das *práticas educativas* vividas pelos órfãos quando relacionadas com as ocupações realizadas pelos pais. Entretanto, para avaliarmos melhor os caminhos tomados pelos órfãos, sujeitos desta pesquisa, e observar se seguiram ou não os passos dos pais, seria necessária a verificação dos inventários dos próprios órfãos. Pretendo realizar tais análises na pesquisa de doutorado. Contudo, alguns dados interessantes, que relacionam as *práticas educativas* com a ilegitimidade/naturalidade dos órfãos, foram possíveis de ser observados na documentação. Verificaram-se, entre os documentos que trazem indícios de *práticas educativas*, 33 órfãos identificados como ilegítimos/naturais. Desses, 26 (15 homens e 11 mulheres) são filhos de homens solteiros; quatro (dois homens e duas mulheres), de mulher solteira; e três (dois homens e uma mulher), de homens casados. As *práticas educativas* encontradas referiam-se a nove mulheres e 12 homens e se apresentaram da seguinte forma:

Gráfico 10 – Práticas educativas para os filhos ilegítimos/naturais dos “mais abastados”



Fonte: Banco de dados da pesquisa

Como dito acima, foram trazidos para este artigo apenas algumas possibilidades do uso dos dados demográficos para análises em Histórias da Educação a título de exemplo.

Com as demais investigações feitas para o desenvolvimento da dissertação, da qual este artigo se oriunda, pode-se perceber que as práticas educativas dos órfãos das famílias abastadas mostraram-se, na sua grande maioria, intimamente ligadas ao mundo das letras. Se o que se observa para as camadas mais baixas da sociedade é o aprendizado de práticas educativas de ofícios mecânicos, ou seja, voltadas para o trabalho, para os filhos dos “mais abastados” a educação se mostrou estar mais próxima aos moldes da educação devida aos “nobres da terra”, chegando alguns a frequentar a Universidade. Para as órfãs, no entanto, os aprendizados são bem próximos dos que eram destinados aos demais níveis sociais – ofícios manuais associados à leitura e escrita. O que parece se diferenciar neste caso, mas que precisará esperar outro momento para ser averiguado, é o destino que essas órfãs davam a esse aprendizado.

Acredita-se que o presente trabalho acrescenta à medida que pretende ajudar a observar e aprimorar o uso de dados demográficos, que demonstram-se muito ricos, para as análises da História da Educação.

REFERÊNCIAS

FONTES MANUSCRITAS:

Testamentos e inventários referentes ao Cartório do Segundo Ofício (1750-1800). Museu do Ouro/Casa Borba Gato/IBRAM – Sabará.

FONTES IMPRESSAS:

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. Século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CARVALHO, José Pereira de. *Primeiras Linhas sobre o Processo Orfanológico*. 2 ed. Lisboa: Na Tipografia Lacerda, 1816.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, vol.III, 1997.

FONTES DIGITAIS:

Blog oficial do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas. Endereço: mosteiromacaubas.blogspot.com (acesso em 2010 a 2011).

Ordenações Filipinas. Disponível em: www.uc.pt/inti/proj/filipinas/ordenacoes.htm (acesso em 24/06 a 20/11/2009).

BLUTEAU, D. Raphael. *Vocabulário Latino e Português*. Coimbra 1712-1728. Disponível em: www.ieb.usp.br/online (acesso em 2009 a 2011).

Glossário de Termos Estatísticos da Puc-RS: Disponível em: www.pucrs.br/famat/statweb/glossarios/gloesta/gloesta.htm (acesso em agosto de 2011).

LIVROS E ARTIGOS:

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BOXER, Charles. *O Império Colonial Português: 1415-1825*. São Paulo: Martins Fontes, 1963.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

CARRARA, Ângelo Alves. Padrões de existência, regime alimentar e movimento de preços numa sociedade em transição: Minas Gerais, 1750-1900. *Varia História*. Belo Horizonte: UFMG, n. 23, jul 2000, p. 131-153.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. “Segundo a qualidade de suas pessoas e fazenda”: estratégias educativas na sociedade mineira colonial. *Varia História*. Belo Horizonte: v. 22, n. 35, jan/jun 2006.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes. Civilidade e sociabilidade na América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*. São João del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

LIBBY, Douglas Colle. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MORAIS, Christianni Cardoso de. *Posses e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2009 (Tese de Doutorado em História).

OLIVEIRA, Cláudia Fernanda. *Educação Feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750/1800): a constituição de um padrão ideal de mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2008 (Dissertação de Mestrado em Educação).

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
PARANHOS, Karina da Mata. *Representação social e riqueza nas Minas Gerais do século XVIII*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2007 (Dissertação de Mestrado em História).

PEREIRA, Ana Luiza de Castro. Diferentes ao nascer, iguais ao suceder: apontamentos sobre a divisão igualitária dos bens entre filhos legítimos e ilegítimos nas duas margens do Atlântico. In: NEPS, *Boletim Informativo*. Guimarães: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, II série, n.1, julho de 2007.
SANTOS, Raphael Freitas. Concentração da riqueza e estrutura fundiária nas Minas setecentistas (Comarca do Rio das Velhas, século XVIII). Diamantina-MG: CEDEPLAR, 2010.

SILVEIRA, Marco Antônio. *Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997 .

A MENTALIDADE RENASCENTISTA ATRAVÉS DA EUROPA ATÉ A COLÔNIA: DO PRESTÍGIO DA INTELECTUALIDADE A VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Artur Lemos Campos¹

SELVAGENS ENCAMINHADOS À CRISTANDADE

Inicialmente trataremos da diferenciação entre o “selvagem” – que aparece somente como mais um estágio da humanidade a ser negado – e o bárbaro, já tão propalado por toda Europa. Enquanto Agnolin afirma que faz esta escolha, pelo fato de que o termo “se impõe enquanto estágio básico a partir do qual pensar a humanidade - (uma Humanidade finalmente única) segundo um novo modelo universalista missionário construído por etapas” -, fazemos a escolha de usar este mesmo termo por ser o modo como os nativos seriam concebidos pelos europeus

Fica nítida uma característica fundamental para o uso do “selvagem”. Está diretamente ligado às missões jesuítas, afinal, serão estes homens que os catequisarão. Mesmo havendo alguns que possam tratar de uma visão diferente dos nativos, como Las Casas, ainda assim, a visão majoritária continua como do “Selvagem”.

Vale lembrar que, esta nomeação “Tratar-se-ia, enfim, de um “grau zero”, base essencial para fundamentar um inédito processo civilizador, na base do projeto catequético.” (AGNOLIN, 2007, p.15).

E como será, então, o trato dos jesuítas com o selvagem? Como haverá a aproximação e a mitização destes nativos que não dividem nem a mesma língua, muito menos a mesma cultura? Agnolin (2007, p.16) pensará que “renunciando à própria língua e à personalidade do próprio missionário, pretendia aprender, antes, e ensinar, depois”. Diferente do pensamento de Agnolin trataremos como uma aproximação necessária para a realização da catequese. Concebemos que o “renunciar a si próprio” seja o caminho principal que levará a catequização dos ameríndios. Mas não como homens iguais aos homens europeus.

Talvez haja a possibilidade dessa aproximação em nome de um aprender. Ou, talvez, depois da fase de aprender, não seja ensinar, mas doutrinar. Se, afinal, o jesuíta tem como fim a dominação do outro, a sua aproximação, a renúncia de si mesmo, não será nada mais do que um caminho para seu fim, não, um fim em si mesmo. E é o aproximar vendo o outro como outro, pelo simples fato de ser outro, que caracteriza a alteridade. Ou seja, se há uma alteridade será reduzida dentro do aspecto religioso.

Então, pensamos que a alteridade sob o aspecto de uma aproximação religiosa deve ser tratada com certa “desconfiança”. Se existe a alteridade reduzida a esta questão, logo, a visão de alteridade do mundo europeu quanto aos povos do Novo Mundo será novamente reduzida.

Mas, de uma maneira não tão redutiva, há outras possibilidades que po-

Palavras - chave:
Humanismo; Renascimento;
Iluminismo; Educação;
Selvagem; Civilização.

Resumo: A obra² de Agnolin será ponto de partida para este artigo. Visão de um homem no renascimento, de uma existência – ou não – da alteridade, e da relação com o Selvagem da América. Sendo esse ponto essencial para o entendimento de como é consolidada uma visão, uma mentalidade, em relação aos americanos em relação a tudo o que se propõe o humanismo e o renascimento, chegando na sua culminância, o Iluminismo. Vislumbra-se, então, o legitimar da Educação.

1 Graduando em História (Licenciatura) pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Trabalha, atualmente, no Centro de Memória e Pesquisa Histórica da PUC Minas.

2 Referente a obra Jesuítas e Selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séculos XVI –XVII) de Agnolin, 2007.

demos defender, entre o selvagem e o jesuítico. Há de se entender da possibilidade de um hibridismo, afinal, ao aprender a língua dos nativos, algo será absorvido. Resta compreender o quanto será absorvido e o quanto possibilitará a mudança da mentalidade europeia. Segundo Agnolin (2007),

A administração dos sacramentos cristãos acaba por se constituir como o espaço privilegiado de um hibridismo cultural que se encontra na necessidade de reescrever essa relação (ritual) com o sagrado, segundo uma nova estrutura, muitas vezes compartilhada, consciente ou inconsciente, por missionários e indígenas. (AGNOLIN, 2007, p.33).

Diretamente relacionado a essa questão do hibridismo, pensemos na “Indigenização do Catolicismo” (AGNOLIN, 2007, p.32). Talvez, possa-se tratar de um início, de um indício, da alteridade, ou, simplesmente, uma proximidade necessária para que os braços do catolicismo possam alcançar e estrangular o pescoço das culturas nativas, sufocando-as. Afinal, esse seria o produto da “busca missionária”, sendo a apropriação pelos jesuítas de grande importância para o sucesso da evangelização.

De uma maneira comparativa à América Portuguesa, Todorov (2003, p.183) traz como a aproximação com o nativo se deu para seu extermínio. Em sua obra³, constrói um capítulo intitulado “Amar”. Tendo em seu subtítulo “Compreender, tomar e destruir”. No início do mesmo, já traz a afirmação necessária para *compreensão* do motivo da aproximação do jesuítico, o *tomar* e *destruir*. Afirma que Cortez compreenderia o mundo asteca melhor até do que Montezuma compreenderia a realidade de Cortez. E continua declarando que esta compreensão superior não impediria o conquistador de destruir esta civilização, mas, pelo contrário, é o compreender que possibilita a destruição. Fica claro o quanto este “Amar” é empregado como uma figura de linguagem e ironia.

O próprio Agnolin trabalhará quanto ao limite desta proximidade, “aquele inevitável hibridismo linguístico e cultural que caracteriza os textos catequéticos em tupi: ‘jesuíticos’, inevitavelmente, só até certo ponto”⁴. Nesse sentido, há o encontro “do outro” e “da ortodoxia religiosa” no contexto do catecismo e das línguas, tidas como exóticas. Mas, há uma dificuldade de enxergar de maneira tão hori-

zontal esse encontro. Quando, ao assumir a posição de aprendizado e de uma preocupação com a língua dos nativos, parece que a intenção dos missionários está menos ligada a compreender os ameríndios. Mas ao contrário, muito mais de dominá-los e doutriná-los. Daí um certo receio de se dizer de um encontro entre os dois. Às vezes, parecendo mais coerente, tratar como uma questão de enfrentamento (jesuítas) e resistência (nativos).

Para procurar entender um pouco melhor os aspectos da catequese, principalmente entre os séculos XVI e XVII, concordarmos com as palavras de Agnolin: “entendida enquanto missio, que se impõe como desvendamento dos sacras através do “Ministério da palavra”: trata-se de uma das características mais significativas da verdadeira revolução cultural realizado pelo Cristianismo” (AGNOLIN, 2007, p.24).

Esse aspecto de missio, de uma literal missão, é realmente uma característica fundamental para todo o entendimento desta relação para com o Selvagem. É selvagem porque ainda não teve contato com a Palavra. E levá-la é a missão. Não debater a Palavra, mas entregar a eles uma verdade.

A visão que a Europa tem de si, de reveladora da verdade não ficará restrito somente no aspecto do religioso. A verdade, seja pela Palavra, ou pela Razão, será levada e entregue ao Mundo, sem a necessidade de um questionamento dessa revelação, afinal, a verdade é tida como única.

Voltando a missão da Catequese, podemos entender uma das “Problemáticas Modernas da Catequese”, “da forte relação, característica do começo da Idade Moderna, entre o impulso ibérico da reconquista da península, e a conquista (construção) de um Império, com a consequente reconstrução de seu ideário imperial...” (AGNOLIN, 2007, p.29).

Este ideário imperial embutido na catequese não seria conquistado com base no entendimento do próximo como irmão, mas no próximo como um Inimigo. Inimigo este, com nome, sobrenome, e muitas vezes, demonizado. Sendo esta prática de demonizar o “outro” - que não se quer que seja pensado como “outro” – não é prática única aos ameríndios, mas a própria população europeia muito sofrerá e muito sofrerá diante disso.

O Concílio de Trento marcará em vários aspectos, como um movimento de Reforma interna de

3 Referente a obra “A Conquista da América: A questão do outro”.

4 É problemática compreender até qual ponto haverá uma estrutura compartilhada entre o consciente ou inconsciente dos missionários e dos nativos, como este não é o foco principal do trabalho, essas questões foram alavancadas com o intuito de mostrar a complexidade da relação entre estes dois agentes.

um Cristianismo da “Flor do Lácio”. Tanto quanto um peso das confissões, quanto pela força com a qual as perseguições do Santo Ofício varrerão os heréticos e libertinos tanto da Europa, como de suas colônias.

A aceitação dos decretos do Concílio de Trento, confirmados e feitos próprios pelo papado, acabava de reconhecer – e pretendia impor – o poder romano de governar sobre todo o mundo católico, por cima das fronteiras dos Estados nacionais. (AGNOLIN, 2007, p.29)

Confirmado este aspecto de supranacional – característica, também, do humanismo e do iluminismo - fica ainda mais sólida a necessidade, quase vital, da expansão da Igreja Romana. Ao tratar de uma retrospectiva ao século IV, do edito de Constantino e do “Cristianismo como *religio licita*, afirma uma das características que marcam uma continuidade do ideário destes missionários jesuítas, e da Igreja, em si: “Para adquirir o título de religião do Estado romano, o Cristianismo precisava, substancialmente, tornar-se único e universal, como o Império” (AGNOLIN, 2007, p.29).

Minha posição ainda está no que já se pode vislumbrar a ideia supranacional e de extensão de seu domínio. A questão é: a Igreja se vê como um Império, o que de fato, é. E onde, em todas essas discussões, há um campo fértil para o brotamento de uma alteridade? O quanto há de terem participado os humanistas nesta questão? Pensem na diferenciação entre o “Missio” clássico e a vontade do dominador em constituir uma civilização nos trópicos.

No campo do religioso não há somente “trevas medievais”. Afirmar isto seria perpetuar mais uma noção rasa, e quase fazendo de um estereótipo. Há de se pensar – com as devidas problematizações – na figura de Las Casas como um dos primeiros a denunciar as injustiças e durezas cometidas quanto a estes, tidos por selvagens principalmente quanto às encomendas (VÉDRINE, 1977). E há, também, de se tratar de uma futura “crise de consciência” (CHAUNU, 1985) do enfrentamento de seus próprios atos por mentes tão esclarecidas e ilustradas.

É interessante pensar o quanto este “Outro” foi descoberto por um mundo europeu tão fechado em meio as suas próprias questões, sendo este descobrimento interno e externo. O interno sendo aqueles europeus que “fugissem” das convenções dadas

seja um herege, ou um homem que não pratique os preceitos humanistas; o externo, sendo os nativos encontrados no “descobrimento” das novas terras. Portanto, podemos inferir que o convívio entre esses que se consideram civilizados e desconsideram seus “pares” como bárbaros por seguirem determinados ideais. O que, então, poderiam pensar dos novos povos encontrados na América, que não seguem nenhum conceito do “civilizado”?

O Selvagem interno da Europa pode ser tido de várias formas. Precisa-se, agora, trabalhar qual homem seria este que se encontra no Renascimento, para posteriormente, entender todo o processo pelo qual se terá uma mentalidade determinada em relação à América.

A catequese tanto dentro, quanto fora da Europa terá uma função corretiva, tanto no campo dos deveres morais e civis, quanto na correção dos que “sairiam” de sua tutela, como um elemento chave para conversão, tanto entre os europeus, - das massas infiéis; dos camponeses não letrados - quanto dos Selvagens – da América -.

Enfim, com a civilização renascentista se trabalhará a questão do “selvagem” e do “civilizado”, sendo o primeiro interno ou externo à Europa. Quando interno, uma opção que carrega uma esperança de mudança. Esta mudança como algo que o conceito da barbárie não permite. Logo, há uma ligação entre o surgimento do Selvagem, diante os olhos da cultura civilizada renascentista. Afinal, o revivalismo⁵ do período Clássico Greco/Romano reaparece nas Américas, possibilita uma estrutura de percepção do Novo Mundo, e em consequência deste, de uma “Nova Humanidade”.

Molda-se a “civilização moderna”, em relação ao Clássico, forma-se o moderno, e ao encontro dos Selvagens, considera-se civil. É esse o “duplo cruzamento de alteridades” que será essencial para a identidade cultural, do que se concebe por civilização moderna. (AGNOLIN, 2007, p.24).

INTELECTUALIDADE, MENTALIDADE E O NOVO HOMEM

Pensando nesta influência de um humanismo cabe-se, talvez, não diretamente quanto a suas ações, mas, à suas consequências. Ao pensar em todo este movimento como contestação de um local que o religioso ocupa, e o anseio por uma Reforma no in-

⁵ Pensar no conceito dado por Burke (2008), de um revivalismo como um reavivar de culturas passadas.

terior da Igreja e até mesmo, na cisão causada por Lutero e sua Reforma, pode-se pensar em Trento, a reposta da Igreja a este contexto de Reformas.

E o Concílio de Trento com o poder disciplinar no indivíduo do cristão, com a confissão, esta sendo também o fim da literatura catequética, geradora da culpa (AGNOLIN, 2007, p.25). Assim, aparece o poder disciplinar sobre o indivíduo do cristão e, com a relação entre culpa e confissão e, com esta confissão, o fim da literatura catequética também geradora da culpa. Fica, assim, óbvio o “poder disciplinar sobre os cristãos enquanto indivíduos”⁶ que há nestes dominós enfileirados, sendo o Concílio de Trento a mão que organiza todos as peças.

Então, o foco não é mais quanto à preocupação a uma América, somente, ou a uma Europa. Espera-se a compreensão de que estes “dois mundos” não estão separados. A Igreja que age através de seus jesuítas é a mesma Igreja que estabelece o Santo Ofício. Para nós, a distância de civilidades permite entender que a confissão será a culminância desse processo de individualização do “exame de consciência” e consequentemente do processo disciplinador. Diretamente ligado ao catecismo, como ensinamento dos elementos básicos de uma fé cristão, destinado a indivíduos que “compartilham do nível mais baixo da ignorância” (AGNOLIN, 2007, p.25).

Se é evidente uma falta de alteridade no tratamento quanto ao Novo Homem proporcionado pelo encontro da América é devido a uma falta de alteridade já existente dentro do bojo da própria Europa. Pensa-se na confissão como instrumento que funcionará até mesmo entre os de mais alta ignorância, entre os Selvagens que nem da mesma língua compartilham. Há sim uma busca por disciplinar o indivíduo.

Dentre esse encontro, da busca ao Clássico, como redescoberta do Outro, e de uma América, temos o desafio da novidade do encontro do Selvagem americano. A questão da convivência entre o novo e o velho, característica fundamental para entendimento do Renascimento, é algo a se repensar. Afinal, o que se chama de “velho” é o retorno ao período clássico, enquanto o novo, é o que se pretende realizar a partir deste. Mas, há um retorno ao período clássico, por acreditarem estarem mais próximos do clássico do que do período medieval (BURKE, 2008).

Tendo este retorno como uma busca por um

norte só contribui para aprofundar mais o debate quanto à alteridade dos humanistas e renascentistas, que enxergam nesse passado recente medieval uma grande barbárie. Criam um sentido de civilização, talvez, em oposição a estes costumes. Retomando a hipótese de Agnolin, ao tratar da questão da “Construção do Homem na Renascença”, ressalta-se a Igualdade como um característica principal do Renascimento: “Tal questão insere-se na mais abrangente perspectiva de uma ‘construção da Igualdade’, expressão que, como entendemos, ressalta uma das características principais do processo histórico-cultural que se realiza no Renascimento.”. Igualdade seria um conceito chave para o entendimento deste homem, mas, talvez esta visão da busca por uma igualdade não seja no sentido de expansão da igualdade a todos, mas uma busca por seus pares intelectuais. Logo, seria essa igualdade, uma real igualdade?

IGUALDADE NA APARÊNCIA

Tratamos, agora, do possibilitar no século XVI do encontro de alteridades do antigo – romano e grego –, com o novo – Selvagem –, para a constituição de uma mesma base subjetiva, possibilitada pela “alteridade histórica” e da “alteridade espacial”.

Vemos a questão da igualdade se perpetuar, através de uma “mesma estrutura subjetiva e das mesmas representações”. Afirmando quanto a uma comparação horizontal:

Nessa perspectiva, a cultura ocidental encaminhou-se em direção à construção de uma Igualdade, que permitiu a possibilidade inédita de comparação horizontal (distinguindo-se da de uma anterior definição de diversidade estabelecida através de uma hierarquização/verticalidade), com os consequentes efeitos de historicização das alteridades históricas e espaciais. (AGNOLIN, 2007, p.23)

Então tem-se dada as afirmações à construção da igualdade, está relacionada com a construção do homem renascentista, que a partir da retomada do período clássico, a nova porção de terra descoberta e os que habitam lá, constitui uma base subjetiva e de mesmas representações; e que a cultural ocidental, em todo o contexto de século XVI, XVII e XVIII teria caminhado rumo a construção de uma Igualdade, possibilitando uma comparação horizontal.

6 Ao se pensar nas figuras de Pico della Mirandola e Savonarola, tidos por Vedrine (1977), como “dois espíritos opostos” de Florença, mas que querem o mesmo, a reforma das almas e da Igreja, pode-se entender que o anseio pela Reforma, seja ela interna ou de cisão era uma vontade de todos os lados. Podendo pensar, também, em Lutero e Erasmo nesse mesmo quesito.

Quanto a essas afirmativas, este Homem do Renascimento em busca de uma construção de Igualdade, que divide estruturas comuns com os Selvagens, e uma cultura ocidental teriam sido responsáveis, neste mesmo período, pela dizimação de diversos povos – e suas culturas – nativas.

É em nome do ideal do humanismo da busca pela perfeição e domínio da natureza, que o Civilizado irá escravizar o Selvagem, seja ele de América ou África?

Josep Fontana (2005) mostra como o camponês será tratado como uma “erva daninha”, de como as insurgências dos camponeses e Thomas Münzer serão ceifados. E não só ao camponês, a tida *Wise Woman* também será perseguida, terá seus conhecimentos demonizados – da mesma forma com o qual os conhecimentos dos ameríndios serão.

O campesinato tido como um “Mal necessário”, sendo necessário o seu “podar” periódico. Afinal, devem ser controlados, principalmente, em número, em um coeficiente que garanta trabalhadores suficientes para suportar as necessidades de produção, mas, que não seja numeroso o suficiente para saírem do controle.

Trabalhamos as mentalidades europeias para um desenvolvimento lógico, que sustente conclusões posteriores. Uma delas sendo: a intelectualidade nos séculos XVI, XVII e XVIII será objeto de distinção social.

Os que a possuem serão civilizados, homens, iguais. Já os que estão a margem desta construção intelectual serão desconsiderados deste sistema, que teoricamente, seria a valorização do homem.

Essas afirmações nos leva a compreender que, talvez, a Idade Moderna não seja um período de valorização dos homens. Mas, da valorização do homem que galga sua vida no racional, e bestialização dos homens que não compactuam da mesma erudição destes primeiros.

Estes homens bestializados sendo diretamente alvejados por um contexto que presa pelo seu oponente. O que há de se fazer com tais criaturas? O principal desejo é de uma reconquista, como “Missão” da Reforma e da Contrarreforma, de um controle social e de uma sociedade homogênea. A “Cultura Cortesã” (FONTANA, 2005) na busca por estender o costume da etiquetas e dos modos busca esta mesma homogeneização. Todo este contexto em um período de caracterização de um Estado Nação.

Para maiores proximidades entre estes mundos, algumas vezes, tidos opostos, da doutrinação interna da Europa, e da conversão dos selvagens. Ao pensar a questão da imprensa:

Nesse novo contexto e com esses objetivos, a explosão da imprensa reorientará o sistema da catequese cristã, deslocando-a, gradativamente, de uma prática pregadora, fundamentada no gênero do sermão, para uma prática propriamente catequética, desenvolvida através da escrita popularizada pela imprensa. (AGNOLIN, 2007, p.25)

Para além da prática catequética, a imprensa é o catalisador da ebulação cultural desta Europa. Pensar na biografia de Desiderio Erasmo⁷, é nítida as suas viagens pelas tipografias: em Veneza com Aldo Manucio; Basileia com Froben. O Príncipe dos humanistas toma as tipografias de seus amigos como sua residência, e dessa proximidade faz parte crucial para sua erudição e sua disseminação pela Europa.

Enfim, são essas contradições que irão levar este continente a encarar sua “crise de consciência”. Chaunu (1985) tratará exatamente disto, de como o homem se vê iluminado, mas, percebe o seu redor a dominação de homens por homens.

Como um contraponto, vê-se erguida a figura de Montaigne. Um humanista de condições financeiras inquestionáveis, e um dos que mais demonstra alteridade aos Selvagens. Como mostra em um de seus Ensaios, *Sobre os canibais*,

Acho que não há nada de bárbaro e de selvagem nessa nação, a não ser que cada um chama de barbárie o que não é seu costume. Assim, como, de fato, não temos outro critério de verdade e de razão além do exemplo e da forma das opiniões e usos do país em que estamos. Nele sempre está a religião perfeita, o governo perfeito, o uso perfeito e consumado de todas as coisas. Eles são selvagens assim como chamamos selvagens os frutos que a natureza produziu por si mesma e por seu avanço habitual; quando na verdade os que alteramos por nossa técnica e desviamos da ordem comum é que deveríamos chamar de selvagens (MONTAIGNE, 2010 p.145).

Em Montaigne, então, vemos todo contraponto. Ele reforça para o mundo europeu o conceito de Selvagem. Coloca os nativos da América em posição de fruto de um processo natural. Enquanto o signo maior de civilização, as técnicas, como o verdadeiro Selvagem. É uma grande crítica ao ego e a suposta “superioridade” humanista, devido os seus avanços técnicos e sua intelectualidade.

Nesse momento, talvez, seja um enunciar da

⁷ Afirmativa concluída ao longo da leitura da obra de Ivan Lins: Erasmo, a renascença e o humanismo, publicada em 1967 na cidade do Rio de Janeiro pela Civilização Brasileira.

real igualdade. Trabalhar com a concepção de que não será o trabalho de criação quase divina- representado na figura do demiurgo- que garantirá o homem o seu *status* de homem. Mas sim, por ser fruto de um processo natural de desenvolvimento.

Montaigne, ao demonstrar uma mentalidade de alteridade diferente da que se tem trabalhado, só confirma algumas questões. Primeiro, mostra como não é homogênea e constante a mentalidade, por isso, da dificuldade de se trabalhar com a mesma.

E segundo, faz uma crítica a mentalidade que trata o nativo do Novo Mundo como Selvagem, em comparação ao europeu. Montaigne só poderia ter feito esta crítica se observasse sua necessidade, logo, pode-se pensar na força que esta conceituação de Selvagem, de uma visão humanista, teria em todo o velho continente.

E qual seria essa visão humanista? Deve-se começar, essencialmente, por suas características fundamentais. O homem no movimento humanista preza, fundamentalmente por sua liberdade, vê que Deus não está mais no controle de suas vidas, que estas – e as consequências destas – são resultado de suas próprias ações.

E quanto isso será perigoso para se criar um pensamento exclusivo? Marsilio Ficino - humanista neoplatônico - destaca a grandeza do homem, por suas ações e escolhas: o homem poderá se tornar um demiurgo, ou, um porco. O que pode acabar justificando o porquê de alguns homens serem tratados como semideuses, ou, como seres inferiores.

Paul Hazard (1989), mais pragmático e objetivo, retoma a questão da verdade como fruto da razão, sendo que esta procura os lugares onde ela irá reinar soberana. Sendo o mal originário da falta da razão, da preguiça que leva homens a se tornarem menores e a serem conduzidos por outros, podendo assim, justificar um Déspota - tido - Esclarecido, por exemplo.

Se a liberdade é fazer o uso da razão, logo, é limitada aos intelectuais, as almas fortes que se libertam do rebanho. Esta, sendo uma máxima que parece estender e fixar suas raízes por um longo período na mentalidade do colonizador, podendo até, a brotar nas elites locais dos colonizados.

Tanto na Espanha do século XV quanto no(s) Novo(s) Mundo(s) americano(s) verificou-se um dado novo: enquanto, na Espanha, mouros e hebreus tinham adquirido um novo estatuto de alteridade (interna à Europa), a América havia des-

vendido uma alteridade (externa) nova e desconhecida (AGNOLIN, 2007, p.24).

Mas o enfrentamento do Outro é tão presente que parece ser quase intrínseco a esta mentalidade, parece ser quase de uma atemporalidade. O próprio Renascimento, podendo ser tido como uma negação das ideias Bárbaras (VÉDRINE, 1977). Mas o que seria de novo, então, na relação interna do civilizado com o Outro? A noção do que se é tido por Bárbaro é referente às práticas negadas por estes renascentistas. E o que eles negam? A Idade, tida, das Trevas, a Idade Média.

É importante pensar no Renascimento como um movimento que tem seu batismo durante a sua existência. Vasari, ao utilizar este termo, mostra o quanto pretende ser “Novo”. Mas, Jean Delumeau (1993), demonstra o quanto este termo precisa de uma ressignificação, tanto por se tratar não de uma ruptura, de um renascimento, mas de um processo - sendo possível identificar vários resquícios de um Medieval - quanto por se tratar por um momento de promoção do Ocidente pelo Mundo.

De uma maneira sintética, tentamos levantar um aspecto do humanismo, que parece se propagar na mentalidade europeia, enraizando-se até na América. Chegamos então a um pensamento muito similar de Hélène Védrine, em sua afirmação de que “o humanismo não tinha penetrado na profundidade das massas. Tinha ficado como um luxo de intelectual ou da aristocracia” (VÉDRINE, 1977, p.54). Ou, pelo menos, se reconhecendo somente na aristocracia. Este, sendo o principal aspecto a ser extraído do desenvolvimento feito quanto ao humanismo.

EDUCAÇÃO LUSA E O FLORÃO INTELECTUAL NA AMÉRICA PORTUGUESA

Portugal terá peculiaridade nesta mentalidade de que tentamos demonstrar. Tanto em relação a estas luzes, quanto com a formação de seus ilustrados. Pensamos, inicialmente, em ressaltar algumas destas características inerentes ao contexto português.

Para lançar sobre os holofotes as questões portuguesas, Novais (1984) em seu artigo - para a Revista Brasileira de História – intitulado *O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos* - afirma: “outro traço característico da ilustração portuguesa é o seu caráter de importação”. Pen-

semos agora em Valadares⁸ em adição a esta ideia de Novais. Há de se fazer um diálogo entre os dois autores para alçar ao que almejamos.

O que esta importação causaria em Portugal seria uma posição de “Mero Receptor Cultural”, trabalhado por Valadares (2006) como aqueles locais nos quais as luzes seriam recebidas, não emanadas. Se a Europa é tida pela autora como – metaforicamente – ligada como fios de telefone, e a troca de informação através de viagens e cartas como algo intrínseco deste movimento europeu, podemos afirmar que Portugal não teria dialogado com a Europa. Teria escutado os infinitos ecos das vozes que circulavam pela Europa, mas não influenciado por elas.

A principal ligação que se dá de Portugal com este efervescer de seus vizinhos seria com os chamados Estrangeirados⁹. Pensemos de maneira análoga a estes, os mineiros setecentistas que atravessam o atlântico para estudar em Coimbra.

São muitas as proximidades entre estes. Saem do seu local de origem tendo como catalizador o estudo; voltam com um conhecimento para além do cabedal teórico das áreas cursadas; trazem uma mentalidade distinta para um ambiente na qual estes pensamentos não encontraram um solo fértil.

Os estudantes mineiros regressam de Coimbra e trazem em seu seio as ideias absorvidas. São como abelhas, que na sua busca por pólen voam de flor em flor, sendo responsáveis pela perpetuação das mesmas.

O valor que se dá a intelectualidade, a erudição, na Europa a partir do renascimento e do humanismo, é um ponto fulcral para a compreensão da mentalidade desenvolvida no velho continente ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. É este o mercúrio do termômetro que irá apontar o quanto formidável se é um homem, ou quanto bestial este se torna, a fim de legitimar, ou não, diversas práticas de dominação.

Tendo o iluminismo como ápice de toda a valorização da razão e do culto ao pensar, pode-se conceber a intrínseca valorização da educação. Nesse sentido, enquanto há uma relação de transposição de educação heterônoma entre o civili-

zado e o selvagem, há outra transposição entre a educação do civilizado e o colono, onde este assimila de forma autônoma a mentalidade europeia.

REFERÊNCIAS

- AGNOLIN, Adone. Prefácio; Reduzir a Palavra indígena: mecanismos e peculiaridades da política linguística jesuítica na catequese americana dos séculos XVI-XVII. In: **Jesuítas e Selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séculos XVI-XVII)**. São Paulo: Humanistas Editorial, 2007.
- BURKE, Peter. **O Renascimento**. Lisboa: Edições texto e grafia, 2008.
- CHAUNU, PIERRE. Para compreender as luzes. In: **A Civilização da Europa das Luzes**. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.
- DELUMEAU, JEAN. A promoção do ocidente. In: **A Civilização do Renascimento**. VOL I, Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- FONTANA, Josep. **O espelho cortês**. In: A Europa diante do espelho. Bauru: Edusc, 2005.
- HAZARD, Paul. A felicidade; A Razão, e as Luzes. In: **O pensamento europeu no século XVIII**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- LINS, Ivan. **Erasmo, a renascença e o humanismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- NOVAIS, Fernando Antônio. “Reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos” In **Revista Brasileira de História**, 1984, v. 7, p. 105-118.
- TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **A Sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a**

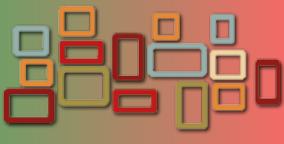
⁸ Trataremos aqui das obras de Virgínia Maria Trindade Valadares, a saber: “A Sombra do Poder: Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais” e “Elites Mineiras Setecentistas: Conjugação de dois mundos”. Na primeira pretendemos extrair as afirmações quanto a relação de Portugal com o Iluminismo e o restante da Europa, na segunda pensaremos quanto às ideias relativas aos estudantes que estudaram em Coimbra e a formaram a Elite Mineira dos setecentos.

⁹ Novais define este como “o intelectual que, saindo para o exterior e respirando os ares da modernidade, se propunha de uma ou outra maneira a “arejar” a pátria”.

Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795). São Paulo: Hucitec, 2006.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **Elites Mineiras Setecentistas: Conjugação de Dois Mundos.** Lisboa: Colibri; Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2004.

VÉDRINE, Hélène. **As filosofias do Renascimento.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.



Palavras - chave:
História da Educação,
Minas Gerais, Século XVIII,
Iluminismo, significados e
sentidos.

Resumo: O presente artigo busca investigar os sentidos e os usos da educação para o século XVIII luso-brasileiro sob o reformismo ilustrado. Além disso, busca-se neste texto investigar os usos e os sentidos que a educação tinha para os testadores de Minas do Ouro no século XVIII. A partir de um debate com a historiografia e do que é possível encontrada documentação impressa e manuscrita apresentou-se uma proposta de divisão dos intelectuais do período e de suas concepções sobre os sentidos e os usos que se devia fazer da educação no período. Para uns existe uma ênfase na educação por diletantismo. Para outros exista o sentido para engrandecimento de Portugal. Para outros, educação serve para o controle das paixões. Existem aqueles que a ênfase da educação é para transmissão de conhecimentos sendo eles artes, ciências, ofícios ou quaisquer outras coisas. Mas existem também aqueles que educação não é mais que uma forma de ganhar a vida e sustentar sua família. Por fim, busca-se enfatizar que grupos diferentes dão ênfases diferentes para a educação.

EDUCAÇÃO, OS USOS E OS SENTIDOS NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO SOB O REFORMISMO ILUSTRADO, EM ESPECIAL EM MINAS DO OURO, NO SÉCULO XVIII

Fabrício Vinhas Manini Angelo¹

INTRODUÇÃO

A partir do século XVII e ao longo do século XVIII desenvolveram-se diversas cenas intelectuais na Europa. Estas cenas foram nomeadas posteriormente com diversos títulos guarda-chuvas como Revolução Científica, Racionalismo, Empirismo e mesmo Iluminismo, Ilustração, Luzes ou mesmo *Aufklarum*. Obviamente muitas dessas cenas intelectuais se influenciaram mutuamente. Parte dessas influências podem ser verificadas pela circulação de impressos, incluindo os censurados, em larga escala por todo o continente e mesmo para as partes da América de colonização europeia. A Encyclopédie, por exemplo, teve grande sucesso até o final do século XVIII, isso é bastante impressionante principalmente pensando que esta foi uma publicação em muitos volumes. Segundo Carlota Boto (1996, p. 40): “A Encyclopédie resultou em 17 volumes de texto e 11 de estampas, agregando o compromisso de mais de 160 colaboradores”, [entre os quais podemos citar Diderot, D'Alambert, Montesquieu, Rousseau, Quesnay, Voltaire e Condorcet]. Além de ser uma proposta ousada em 1757 a Encyclopédie contava já com mais de quatro mil assinantes, elite intelectual que contribuiria para propagar e multiplicar as ideias contidas na obra. Além disso, vários intelectuais fizeram um amplo *tour* pelo Velho continente. Pode-se observar isso no período em que Hume ficou em Paris, ou quando Rousseau foi para Inglaterra. Voltaire, por exemplo, foi à Prússia para trabalhar com Frederico I.

Este amplo movimento cultural parece realmente ter atingido muitos países da Europa e isto não seria diferente com Portugal, um país via de regra bastante refratário aos intelectuais mais produtivos daqueles séculos. Porém, mesmo em um país conservador como este é nítido que estas ideias se fizerem presentes. Portanto, é claro a grande influências que os escritos de Locke tiveram na produção de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Também é relevante a influência do “italiano” Domenico (Domingos) Vandelli na educação em Portugal na segunda metade do século XVIII, entre muito outros. Ainda podemos observar o caso de Dom Luis da Cunha, embaixador português, que passou a maior parte de sua vida fora de Portugal, que tinha entre outras funções comprar instrumentos científicos e livros conectados com as inovações filosóficas e culturais do período. Portanto, com esses exemplos sucintos percebe-se que o Iluminismo teve uma ampla influência ou circulação de impressos, conhecimentos e pessoas sobre a Europa e obviamente sendo apropriado de diversas maneiras.

Sendo assim, neste artigo busco recuperar uma definição para a edu-

¹ Doutorando em Educação pela UFMG. Bolsista CAPES. Orientando da Profa. Dra. Thais Nivia de Lima e Fonseca.

cação no mundo luso-brasileiro do século XVIII que enfatize suas multiplicidades, especificidades, movimentos e apropriações. Para isso, buscarei neste capítulo caracterizar o perfil socio-cultural destes intelectuais. Talvez com isto poderei dizer de maneira mais ampla quem eram os letrados da época. Obviamente, com isto, não se está dizendo que será feito aqui uma pesquisa exaustiva sobre cada uma das personalidades, mas apenas pequenos inventários inclusive agrupando muitas dessas figuras em grupos, buscando indicar características em comum a partir do que a historiografia vem debatendo a respeito². Por fim, a partir dos textos consultados vou sugerir a compreensão que estes agentes históricos tinham da educação, bem como o papel da educação para a humanidade e para eles próprios. O objetivo deste capítulo é apenas apresentar uma pequena contribuição selecionando o fundamental para compreender o problema dos significados da educação para os homens que mais lidavam com o mundo das letras no iluminado século XVIII.

A partir dessa perspectiva, busco frisar a importância de estudos que busquem compreender o significado da educação para os diversos agentes históricos que estavam em contato com o mundo das letras em um rápido panorama dos grandes pensadores do período sendo eles intelectuais ou letrados, passando por alguns funcionários da coroa, especialmente na Minas do Ouro setecentista, chegando aos testadores e apresentando suas práticas/estratégias educativas em relação às gerações seguintes. É importante enfatizar que estes homens conviveram e influenciaram-se pelas luzes do século XVIII. Este trabalho, propõe-se então, a partir da leitura da bibliografia pertinente e de minha principal fonte primárias manuscrita: os testamentos, apontar as diversas concepções de educação em um mundo marcado pelas Luzes presentes no cenário intelectual internacional do período. E, além disso, pretendo contribuir para o desenvolvimento da História da Educação em tempos pretéritos nas Minas do Ouro setecentistas. Neste artigo, buscar-se-á compreender qual o papel da educação para a humanidade que estes letrados atribuíam.

UM SUCINTO QUADRO DO AMBIENTE INTELECTUAL EUROPEU DOS SÉCULOS XVII E XVIII: O ILUMINISMO E "OUTROS MOVIMENTOS"

Este capítulo tem por objetivo inicial traçar um panorama do movimento iluminista e desta forma contribuir para uma compreensão mais precisa das luzes do século XVIII, buscando compreendê-las em sua diversidade e multiplicidade de apropriações. Porém, não se deve ter em conta que o objetivo deste trabalho é apresentar uma revisão de toda a Ilustração, mas sim apenas apresentar uma pequena contribuição para se entender o papel da Educação para os intelectuais, agentes da coroa portuguesa e dos testadores em Minas da época.

Durante muito tempo considerou-se como Iluminismo o movimento cultural que se estabeleceu em Paris ao longo do século XVIII. Posteriormente compreendeu-se que a partir do século XVII e ao longo do século XVIII desenvolveram-se diversas cenas intelectuais na Europa. Estas cenas foram nomeadas posteriormente com títulos guarda-chuvas como Iluminismo, Ilustração e Luzes sempre em oposição ao que havia antes que ficou conhecido como, também pelo título guarda-chuva, Antigo Regime. (cf. Villalta, 1997, 2011, 2015; Boto, 1996, 2011; Furtado, 2012, Carvalho, 1986). Obviamente toda essa "homogeneidade" esconde uma diversidade sem fim de intelectuais, de filósofos, de pensadores, de homens letrados e de homens públicos e até pessoas comuns, mas que tiveram um contato mínimo com a educação formal da época. No limite pode-se pensar que cada pessoa letrada da Europa e mesmo da América no século XVIII tinha sua ideia dos significados das luzes. (cf. FURTADO, 2012). Também pode-se pensar que as luzes nada mais eram que uma mistura de autores que não tinham muita coisa em comum a não ser terem atuado em algum momento do século XVIII(Cf. VILLALTA, 2015 e 2011 e FURTADO, 2012).

Esta multiplicidade de referências, de ambientes, de autores e públicos deu origem a cenas intelectuais muito específica que poderiam mesmo ser separadas em cada um dos países da Europa. Neste sentido, só para ter um panorama, a Inglaterra viu já no século XVII, mais precisamente na década de 1680 John Locke escrever seus principais textos, frutos de seu testemunho e convivência com o ambiente da Revolu-

2 A historiografia sobre o tema é longa a aqui estou me baseando nos textos de Boto (2015), Boto (1997), Carvalho (1963), Carvalho (1986), Carvalho (1978), Dias (1978), Domingues (2001), Fonseca (2009c), Furtado (2012), Morais (2007), Russell (1977), Villalta, (2011), Villalta, Morais e Martins (2015), Zuríbi (2004).

ção Gloriosa de 1689. Portanto, grosso modo, Locke escreveu aquilo que testemunhou. Neste quadro, o grande público consumidor de seus escritos não eram intelectuais dilettantes, mas sim homens preocupados com questões bem pragmáticas relacionadas à quem vai pagar os impostos e qual a relação que teremos com o nosso Rei depois disto que ocorreu. Portanto, Locke é uma testemunha da história que está escrevendo para um público de homens, para o nível do restante do público letrado da Europa, pragmáticos e preocupados com a situação da Inglaterra naquele momento (Cf. ZURIBI, 2004 e RUSSELL, 1977).

Já na França houve várias gerações de intelectuais. Estes intelectuais estavam realmente preocupados em construir um novo pensamento baseado na capacidade dos homens, abandonando de vez a possibilidade de uma verdade revelada. Em alguns casos estes pesadores buscaram sintetizar as duas principais posições filosóficas do períodos nomeadas genericamente de racionalismo e empirismo(Cf. ZURI- BI, 2004; RUSSELL, 1977 e BOTO, 1996). Além disso, alguns eram anti-clericais e profundamente deístas o que não significa que eram ateus. Na verdade, em alguns casos eram bastante religiosos, pelo menos em um período da sua vida. Porém, estas posições críticas em relação às religiões não se aplicavam necessariamente aos monarcas. Muitos destes homens sempre que possível buscaram a proteção o financiamento de algum monarca absolutista dentro ou fora da França(FURTADO, 2012; BOTO, 1996; CARVALHO, 1963 E 1986). Em geral, por serem os mais influentes autores do período, escreveram para um público tão vasto quanto possível e que, por isso, tiveram grande diversidade de recepções. Dentro do cenário francês pode-se mapear livros muito especializados sobre geografia e outras ciências como também livros lacrimoso ou mesmo para se ler com uma mão só e que agradavam todo tipo de público(Cf. FURTADO, 2013; DEL PRIORE, 2005). Basta para isso ver as diferentes posições assumidas nos processos de independência das diversas colônias nas Américas ou mesmo as diferenças entre a Inglaterra do século XVIII e a França do mesmo século.

De modo bastante diferente se desenvolveu o Iluminismo nos estados alemães. Lá a reflexão a partir de Kant, professor universitário muito bem estabelecido, e seus herdeiros como Fichte e Hegel era para um público muito mais específico, na verdade, seus alunos, pois se deu em um ambiente eminentemente universitário, escolar. Tudo isso deu origem a uma filosofia tão refinada quanto árida. Porém, por

outros caminhos e ao longo do século XIX lá também se constituirá um forte movimento romântico que indiretamente influenciado por Rousseau será profundamente anti-iluminista e talvez por isso antirracionalista e anti-antigo-regime (KANT, 1997; ZURIBI, 2004; RUSSEL, 1977).

Já em Portugal, tido por muitos e por muito tempo como terra de obscurantismo e fanatismo religioso; que deu mesmo origem a um velho ditado que diz mais ou menos que se algo é verdade aquém Perineu é mentira além, pode-se perceber uma profunda influência de diversos autores vinculados às luzes como Locke, Montesquieu, Voltaire, Rousseau dentre outros(Cf. Villalta, 2011; Carvalho, 1963 e 1986; BOTO, 1996). Parte disso parece estar vinculado a figuras como Marques de Pombal e os reis portugueses do século XVIII, Dom João V, Dom José e mesmo Dona Maria e Dom João VI. Porém, não deve-se deixar de mencionar intelectuais como Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, Luís Antônio Verney e Ribeiro Sanches. Também não se deve deixar de citar figuras como embaixador português, presente em várias cortes da Europa ao longo da primeira metade do século XVIII, Dom Luís da Cunha e muitos outros homens de Estado que conseguiram garantir a inserção de Portugal no que havia de mais avançado na época. Portanto, com isso busco enfatizar que não se está falando de um Iluminismo que chega as terras lusitanas somente com Marques de Pompal, mas sim que já durante o reinado de Dom João V e talvez antes com a fundação da Academia dos Generosos pelo Pai de Dom Luis da Cunha alguns intelectuais já tinham contatos com estas ideias e buscavam divulgá-las neste pequeno reino. Além disso, não se está falando que algo que acabou com fim do reinado de Dom José, mas que continuou nos reinados de dona Maria e Dom João VI. Também não se pode dizer que isso é uma espécie de reformismo ilustrado e que, portanto, era uma espécie de reforma conservadora ou não ser parte do Iluminismo. Para isso deve-se ter em mente que o Iluminismo radical foi algo, inicialmente específico da França e depois que se espalhou pelo resto do mundo. Sendo assim, até os anos de 1790 o que foi mais comum entre os pensadores, intelectuais e homens de Estado do período é buscar apoio na figura de um monarca absolutista do período para fazer suas pesquisas e divulgar seus resultados e quanto possível transformar estes resultados em “políticas públicas”.(Cf. FONSECA, 2009c; VILLALTA, 1997, 2011, 2015a, 2015b; BOTO, 1996 e 2011, FURTADO, 2012, CARVALHO, 1963 e 1986; CARVALHO, 1978)

No entanto, tudo isso que foi apresentado não chega a ser bem uma novidade na Europa do período. Bem na verdade, isso está presente no cenário intelectual da Europa desde o Renascimento científico e cultural dos séculos XV e XVI. A circulação de impressos, de cartas e os contatos pessoais não é exatamente uma novidade desde este período, haja vista os contatos entre Thomas More e Erasmo de Roterdã ou mesmo as influências mútuas das teorias de Nicolau Copérnico, Giordano Bruno, Galileu Galilei e Johannes Kepler. Parte disto permanece constante como pode ser observado nas influências verificadas pela circulação de impressos, incluindo os censurados, em larga escala por todo o continente e fora deste, como os impressos que foram parar nas mãos dos diversos “revolucionários” americanos. A impressa periódica, simbolizada pelas gazetas, em alguns casos parecidos com as revistas científicas de hoje ou em alguns casos com revistas de divulgação científica, tinham ampla penetração nas camadas letradas da época. A Encyclopédie, outro exemplo, teve muitos exemplares publicados até o final do século XVIII (Cf. BOTO, 1996, p. 33-4 e p. 40).

Além disso, vários intelectuais fizeram um amplo tour pelo Velho continente o que permitiu o contato pessoal entre eles. Isto pode ser observado no período em que Hume ficou em Paris, ou quando Rousseau foi para Inglaterra. Voltaire, por exemplo, foi à Prússia para trabalhar com Frederico I. Ainda podemos observar o caso de Dom Luis da Cunha, embajador português, que passou a maior parte de sua vida fora de Portugal, que tinha entre outras funções comprar instrumentos científicos e livros conectados com as inovações do período. Na verdade o “grand tour” parecia ser parte integrante da formação de qualquer jovem que quisesse se dedicar a carreiras relacionadas as letras do período. Além isso, espaços como as Academias de ciências, de história e belas letras compunham um cenário de trocas fundamental a constituição deste movimento chamado Iluminismo. (Cf. FURTADO, 2012; CARVALHO, 1986 E 1963, DOMINGUES, 2001)

Então, qual era a grande novidade do Iluminismo? São muitas, mas a que pretendo apresentar e defender aqui é que a educação vai passar por uma mudança de sentido ao longo do período. Então se no princípio havia uma associação entre educação, civilidade e religiosidade isto vai se laicizando e a educação passa a ser cada vez mais defendida para a promoção e desenvolvimento do Estado Nacional (República) (Cf. Fonseca, 2009c, p. 17-32) e mesmo para a promo-

ção de interesse individuais. As transformações serão de tal monta que justamente devido, pelo menos em parte, às transformações pelas quais os sentidos que a educação passou que foi possível a formação de uma opinião pública bem informada e que pressionava os Estados e governantes por transformações deste o fim do século XVII na Inglaterra, a partir de fins do século XVIII na França e a partir de fins do mesmo século na América e outras partes da Europa. Portanto, com esses exemplos pode-se perceber que o Iluminismo teve uma ampla influência por meio da circulação de impressos sobre a Europa e obviamente foi apropriado de diversas maneiras, justamente por ter constituído uma grande opinião pública que terá impactos na atual produção científica baseada no sistema de avaliação pelos pares. (Cf. FURTADO, 2012)

Portanto, como uma primeira conclusão, pode-se perceber que houve sim a constituição de diversas cenas intelectuais na Europa e isso pode significar concepções diferentes sobre o papel do intelectual na época e do sentido das luzes e da educação no período. No entanto, devido aos diversos momentos de encontros, tour, academias, universidades, gazetas, salões e etc. havia possibilidades de nivelar os assuntos. E de qualquer forma um dos principais pressupostos do Iluminismo é a possibilidade, ou na verdade, a necessidade do debate público sobre os mais diversos temas. Na verdade pode-se dizer que esta é a principal inovação deste movimento intelectual desde o Renascimento. Com isso pode antever que as Luzes foram marcadas justamente pelas diferenças nas opiniões sobre os mais diversos assuntos e não pela sua homogeneidade.

A EDUCAÇÃO E OS SEUS DIVERSOS SENTIDOS

Uma primeira estratégia para compreender os sentidos que a educação assumia no século XVIII no mundo luso-brasileiro é buscar seus significados nos dicionários de época, para isto consultamos o de Raphael Bluteau, publicado entre 1712 e 1734, e o de Antônio de Moraes e Silva, na edição publicada em 1789, buscando com isto respeitar o recorte temporal da pesquisa que propus. A comparação entre os diversos verbetes relacionados à educação trazem não desprezíveis alterações apontando para mudanças nos sentidos relacionados à educação no mundo luso-brasileiro. A definição de educação para Bluteau é “criação, ensino para a direcção dos costumes”, ou seja, a educação neste período tem

a função de controlar os costumes ou comportamentos. Já no dicionário de Antônio Morais e Silva, educação aparece como “criação, que se faz em alguém ou se lhe dá, ensino de coisas, que perfeiçoa o entendimento , ou servem de dirigir a vontade, e também do que respeita ao decoro”. Neste dicionário além do sentido já presente em Bluteau existe o acréscimo de ensinar coisas que aperfeiçoem o entendimento. Provavelmente está se falando de ensino de matérias e disciplinas mais relacionadas aquilo que compreendemos hoje como educação formal. Além disso, o verbete incluiu significados relacionados à disciplina do corpo e das paixões. Esta diferença inicial parece indicar um aumento das funções da Educação ao longo do século XVIII se em Bluteau (1712-1734) a função da educação é a criação para os costumes, em Morais e Silva (1789) é criação como no outro dicionário, mas também é ensino de assuntos e conteúdos relacionados áquilo que hoje entendemos como escola, além de civilizar e controlar o comportamento/vontade e com isto respeitar os bons costumes.

No dicionário de Bluteau (1712-1734) o extenso verbete sobre o ensino apresenta vários significados, quase todos passam pelo ensino de artes, ciências, conteúdos, em geral com um método. Sendo assim, podemos observar isto na seguinte passagem:

Communicar, & dar lição do que se sabe. [...] Ensinar alguma arte, ou sciéncia, ser professor della [...] Ensinar a alguém alguma arte, ou sciéncia.[...] Quando se quer ensinar huma cousa com methodo, & com ordem, sempre se há de começar pela definição della. As artes, que se costumão ensinar aos meninos, para os fazer capazes das letras humanas, ou das humanidades. (BLUTEAU, 1712-1734)

No entanto, o sentido moral ou exemplar ainda aparece no verbete quanto trata do seguinte sentido: “Certamente, que eu imaginava, que a virtude (se he cousa que com methodo se possa ensinar,) se ensinava aos homens com instruções, & com o medo.”(BLUTEAU, 1712-1734). O verbete ensino neste mesmo dicionário ainda tem o seguinte sentido:

O que o mestre ensina ao discípulo[...] Ensino. Cortezia. Bom ensino. Mao ensino. Bello ensino. Huma das tres especies de cortezia. He tratamento de homens bem doutrinados, ou por experiença da Corte, & da Cidade, ou por ensino de outros, que nella viverão. Vid. Cortezia. Tornando o pé a traz, por, Bom ensino.[...] Mao ensino. Vid. Descortezia. Escandalizado por hum mao Ensino, que lhe fizerão. (BLUTEAU, 1712-1734)

Portanto, aqui Ensinar e ensino carrega um duplo sentidos o de educar para viver em sociedade, para tratar bem ou com cortesia os outros e ao

mesmo tempo é ensino de artes, ciências e conteúdos importantes para os meninos.

Em Moraes Silva de 1789 ensino e, mais uma vez,

instruir alguém em arte, sciencia, ou qualquer coisa que elle ignora[...] ensinou-me filosofia; a dançar, a jogar, a cavalgar, a fallar, ensinou-me Latim, Grego, homem ensinado, o que aprendeu e se instruiu.[...] Menina e Moça era ensinado a livros de historia [...] Ensinar hum cavallo a manejar; o cão a fazer habilidades. § Cavallo ensinado, o que está para servir. [...] Escarmentar, mostrar o caminho, dar as confrontações delle, e as direcções, porque alguém se guie. [...] Os trabalhos ensinão; a experiência, a observação, a conversação dos homens. § Educar..(MORAES SILVA, 1789)

Por derivação ensino neste dicionário é “instrução. Educação. Bom ensino, urbanidade; mao ensino, descortezia. Ensinos , conselhos, direcções , preceitos, máximas de se haver em algum negocio prudencial, ou moral.” Mais uma vez parece ocorrer alterações não desprezíveis ao longo do século XVIII. Em Morais Silva o instruir alguém tem uma forte conotação em ensinar conteúdos ou matérias que alguém desconhece, podendo ser inclusive o sinônimo do que hoje chamamos adestrar um animal. Com isto, conclui-se, que o sentido que cada vez menos aparece neste verbete é relacionada a educação moral ou prudencial, ou seja, aquela que passa pela cortesia ou urbanidade.

Os verbetes instruir e instrução no dicionário de Bluteau(1712-1734) apresentam sentidos para o vocabulário que vão de “Ensinar. Dar ensinos. Instruir alguém na lingua grega. Instruir alguém para representante, ou comediantre” até “Instruir alguém do modo, com que se ha de governar. Vou dando aos meus companheiros (quer dizer) aos meus criados de casa as mesmas instruções. Instruir a alguém. Fazerlhe alguma advertencia.” ou ainda “A acção de instruir. Instrucção. Criação, Instrucção dos meninos.” até:

“Instrucção. Documentos, ou principios da doutrina, par conhecimentos das sciencias assi humanas, como divinas, como também para a vida moral. O meu modo de viver lhe sirva de instrucção. As mais Instruccões da polícia militar. Instrucção. Ordens particulares, que dão a Embaixadores, Enviados, ministros de princepes, Procuradores, Comissarios, &c. Para que saibão o modo com que se hão de haver nas negociações, que se lhe encomendão.”(BLUTEAU, 1712-1734).

Isto é instruir é educar os meninos tanto nos sentido de ensinar conteúdos ou conhecimentos como também dar ordens aos funcionários do Estado ou de sua própria casa.

Já no verbete aprender ou aprendiz no dicionário do início do século XVIII (BLUTEAU, 1712-1734) aparecem os seguintes sentidos respectivamente: “Fazer diligencia para saber alguma cousa [...] Aprendia em breve tempo, o que lhe ensinavão.[...] Em idade já adiantada não tinha Socrates vergonha de aprender a tanger viola [...] Os antigos aprendiam a tanger os instrumentos de corda.[...] O que tem aprendido logica. He preciso, que o Orador aprenda a Philosophia.”. Já o verbete aprendiz tem os seguintes sentidos: “O que aprende, ou que ainda não sabe bem algum officio, ou qualquer outra cousa.[...] Aprendis. Moço, que aprende officio. Onde falla dos aprendizes do famoso escultor Phidias.[...] Pouco exercitado; pouco destro. Sou aprendis neste officio. [...] Por alguém por aprendis em casa de hum mestre.” Já no dicionário de Moraes Silva (1789) os vocábulos significam “tomar, ou receber instrução, ensino, dar-se o estudo, *aprender artes, e sciencias*. Adquirir conhecimento e saber.” ou “o que, a que aprende, principiante, ou principiado em arte, ou officio”. A evolução do vocábulo parece indicar que se inicialmente ele denotava aprender qualquer tipo de conhecimento, sendo ele teórico ou prático no segundo momento o sentido da palavra parece indicar um tipo de conhecimento sempre mais prático ou demonstrável, sendo mesmo aprendiz servido somente para aqueles que aprendem um ofício ou arte e não ciências ou humanidade. Normalmente para este sentido usava-se a palavra, estudar, estudo ou estudante.

Falando nisto, esta contatação fica evidente nas transformações de sentido destes vocábulos nos dicionários. Em Raphael Bluteau (1712 -1732) estudo é “Aplicação do entendimento às letras. O estudo he exercício da faculdade intellectual, parte mais nobre do composto humano.” Já estudar é

Occuparse em apprender as letras humanas, ou divinas. Determino por me a estudar de veras. Hoje não se estuda, ou ninguém se applica às letras. Estudar alguma arte, ou sciencia. Eu todo este tempo estava estudando de dia, & de noite todo o genero de sciencias. Parece, que ninguém tem estudado com grande applicação esta sciencia que não tenha chegado a alcançar o que queria. A casa, ou Gabinete, onde se estuda. (BLUTEAU, 1712-1734)

Estudante é neste dicionário é “O que frequenta o Collegio para aprender.[...] que se exercitavão em recitar orações, ou aos que passavão toda a sua vida em estudar, & em compor livros, ou finalmente aos que ensinavao Rhetorica. Estudante de alum mestre”. Já em Moraes Silva (1789) estudar é “Ap-

plicar se a aprender, e saber sciencia, arte, estudar Leis, Filosofia, Grammatica, Applicar-se a fazer bem exercitando-se. Trabalhar com o entendimento, estuda como lhe agrade, e grangeie a vontade.”. Estudante é “o que cursa escolas de Grammatica até as sciencias sveras, em quanto se não doutora.” e estudioso o que é “contínuo no estudo, estudioso das letras, arte. O que ama, e gosta de possuir alguma coisa com seus trabalho [...] Feito com estudo, curiosidade.” Por fim, estudo é “applicação do entendimento para saber alguma arte, ou sciencia. Reflexão para saber aver-se em alguma coisa. Faço estudo de agradar-lhe, todo o seu estudo he como ha de enriquecer. Cuidado, e aplicação em qualquer coisa. Amor, afeição, o estudo das flores e aí mesmo, não se ponha nos cheiros nenhum estudo, Casa onde se dá lição.”

Sem entrar nos meandros da precisão conceitual da época, os vocábulos relacionados à educação apontam para alguns sentidos presentes naquele tempo. O primeiro deles está relacionado à formação moral, ao controle das paixões, ao ensino da cortesia ou da urbanidade, ao tratamento dos outros e de seus subalternos, sendo homens de Estado ou criados de sua casa. Um segundo sentido está relacionado ao aprendizado das boas letras, das letras humanas e divinas, retórica, gramática e etc. Sendo este sentido mais relacionado a conhecimentos teóricos destinados aqueles que podem ter uma vida dedicada ao ócio. Um outro sentido aparece a partir da análise dos verbetes citados e está relacionado a conhecimentos mais práticos e até mesmos demonstráveis como os relacionados às artes, aos ofícios e às ciências. Por fim, outros dois sentidos aparecem. Um sentido estabelece que estes conhecimentos geram a possibilidade de ganhos e manutenção daquele que tem determinado conhecimento. Um último sentido está relacionado à utilidade de um determinado conhecimento e, consequentemente, com a possibilidade de engrandecer o país que incentivou o desenvolvimento de um determinado conhecimento. Veremos isto mais adiante, mas é necessário pensar um pouco melhor sobre quem são as pessoas ou grupos que mais lidavam com estes múltiplos sentidos relacionados à educação.

Será necessário agora caracterizar o perfil sociocultural dos intelectuais e com isto dizer também, de maneira mais ampla, quem eram os letrados da época. Obviamente, com isto, não se está dizendo que será feito aqui uma pesquisa exaustiva, mas

apenas pequenos inventários inclusive agrupando muitas dessas figuras em grupos, buscando indicar características em comum. Uma sugestão de organização destes intelectuais pode ser encontrada no livro de Júnia Ferreira Furtado (2012). No terceiro capítulo deste livro, inspirando-se em uma tipologia estabelecida por Roger Chartier, Júnia F. Furtado sugere a organização dos intelectuais portugueses ou como ela prefere *Emboabas Ilustrados* em três grupos. Ainda que a preocupação da autora esteja em caracterizar este indivíduos a partir da relação de estabeleceram com Dom Luís da Cunha, seu personagem de investigação, podemos traçar algumas considerações que pode ser estendidas para além desse recorte investigado.

O primeiro grupo seria formado pelos nobres de gosto que seriam “aqueles que por diletantismo e interesse se dedicavam a cultura, exercendo também importante patronato” (FURTADO, 2012:122). Em geral neste grupam ficam os grandes nobres que vinham se preocupando com a cultura, filosofia e ciências e que no limite financiavam a sua produção e aperfeiçoamento. Entre os representantes deste grupo pode-se indicar os próprios reis e príncipes portugueses do período como Dom João V, O Infante Dom Manuel, Dom José I, Dona Maria I e Dom João VI. Eram algumas vezes pessoas interessadas no desenvolvimento do conhecimento e para isso financiavam as pesquisas de vários dos intelectuais propriamente ditos. No caso português o interesse era no engrandecimento na nação que naquele momento era caracterizada como atrasada, até mesmo pelos portugueses cientes do que estava ocorrendo no restante da Europa (FURTADO, 2012; CARVALHO, 1963 e 1986, VILLALTA, 2011 e 2015; DOMINGUES, 2001).

No segundo grupo estariam os letrados que eram, em geral, “oriundos da nobreza, [ainda que nem todos] mas não dispunham de muitos recursos e dependiam da carreira administrativa para seu sustento e mesmo para sua ascensão social. Isso ocorria em geral porque, não sendo primogênitos, não eram os herdeiros dos morgados de suas casas nobres a que pertenciam. A carreira diplomática foi destino comum, na qual muitos desses jovens bem-nascidos iniciaram sua longa folha de serviços dedicados ao rei.”(FURTADO, 2012:130). Neste grupo estavam pessoas como o próprio Dom Luis da Cunha e Diogo de Mendonça e seu filho Diogo de Mendonça Corte Real. Em geral, estes homens se utilizavam de sua posição privilegiada no Estado,

para apoiar atividades ligadas ao desenvolvimento das ciências, artes e belas letras. Nesse sentido, o perfil biográfico de José João Teixeira Coelho, autor de *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*, como descrito por Caio César Boschi (2007) ou as vinculações entre ofício de Estado e desenvolvimentos científico (Cf. DOMINGUES, 2001), é paradigmático. Em geral estes homens buscaram fazer carreira na administração do Império português ou na relação das pessoas com o Estado português.

Por fim haveria um grupo de oficiais “que se articulava a esta República de Letras por ocuparem funções e ofícios cujo desempenho demandava uma cultura letrada, mas vinham de estratos sociais inferiores, não pertencendo à nobreza”. Exemplos desse grupo é o tutor do infante dom Manuel Martinho de Mendonça de Pina e de Proença ou os médicos portugueses de origem judaica, Antônio Ribeiro Sanches e Jacob de Castro Sarmento ou ainda Domingos Vandelli ou Antônio Verney, os dicionariastas Raphael Bluteau ou Antônio de Moraes Silva e os “brasileiros” Alexandre e Bartolomeu de Gusmão e mesmo o geógrafo francês contratado pelo Rei Dom João V para fazer a carta da América Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville. Em geral, estes homens tinham poderosos protetores e patronos que apoiavam suas ações.

Talvez seria interessante pensar um quarto grupo entre estes “intelectuais” que embora não tivessem relação direta com o rei, tinham algum tipo de papel nesta República das Letras portuguesa como os advogados, físicos e clérigos, bem como os professores que de uma forma ou de outra tiveram contatos com o ideário iluminista do período. Alguns deste personagem históricos são bastante conhecidos da historiografia(Cf. CARVALHO, 1986 e FONSECA, 2009c e 2010).

No entanto, mesmo estes exemplos ainda que mais conhecidos não encerram todos aqueles agentes que estão relacionados a República das Letras. Sendo assim, podemos encontrar uma série de outros agentes históricos que tem suas trajetórias pessoais e familiares por vezes muito humildes e que não chegaram a frequentar Coimbra, mas tiveram alguma educação e buscaram se inserir socialmente e amealhar alguma distinção por meio de sua educação. Nesse sentido, mesmos brancos pobres ou mestiços sem muito recursos que conseguiram obter os rudimentos da “alfabetização” do período para se tornaram escreventes, membros do baixo clérigos, pequenos comerciantes e até, eventual-

mente, professores de primeiras letras e com isto ganharem distinção entre os seus de algum modo se enquadram neste último grupo.

Portanto, percebe-se com isto que a tipologia estabelecida por Furtado pode ser aplicada para diferentes contextos no Império Português ou mesmo para outras regiões ou países ainda que fazendo pequenas adaptações. Compreendo assim que esta tipologia é plástica o suficiente para auxiliar na compreensão de outras regiões e a partir dela pode-se antever as concepções que cada um dos grupos tinha em relação ao conhecimento e à educação é o que me interessa nesta tipologia.

Se para o primeiro grupo, os formados pela grande nobreza, e para o segundo grupo, composto pelos mais altos funcionários da coroa, o sentido preponderante do conhecimento e da educação estava relacionado a uma forma de deixar a vida mais prazerosa, pois se apropriavam do conhecimento por dilettantismo. Por outro lado o conhecimento para estes grupos estava relacionado ao progresso de Portugal ou à proteção do Estado português. Sendo assim é bastante relevante a troca de correspondências entre o Dom João V e os governadores de Minas na década de 1720 e que foi parcialmente transcrita na Revista do Arquivo Público Mineiro². Em uma destas cartas o Rei parte do seguinte diagnóstico: “considerando-se que os povos das minas por não estarem suficientemente civilizados e estabelecidos em forma de repúblicas regulares, facilmente rompem em alterações e desobediências e se lhe devem aplicar todos os meios que os possa reduzir a melhor forma”. Parte deste diagnóstico está baseado na seguinte informação: “porque sou informado que nessas terras há muito rapazes os quais se criam sem doutrina alguma, que como são ilegítimos se descuidam os pais deles, nem as mães são capazes de lhes darem doutrina”. Tendo estas informações o Rei ordena que o Governador, Conde de Assumar: “trateis com os oficiais da Câmara das minas desse governo sejam obrigados em cada Vila a ter um Mestre que ensine a ler e escrever e outro que ensine latim e os pais mandem seus filhos a estas escolas e os ditos pais pagarão também aos ditos Mestres o salário correspondente.” Portanto, a educação para estes dois primeiros grupos passa pela família, pois é obrigação da família por estes filhos para aprender a doutrina e sendo

assim os filhos se tornam mais obedientes às ordens de sua majestade, comprehendem sua função subalterna naquela sociedade. Esta educação tem a função de civilizar e colocar os homens em seus devidos lugares, como súditos, controlar suas paixões. A educação aqui servia para controlar e pacificar as Minas do Ouro, também ela tinha a função de fazer progredir a exploração de Portugal sobre a região e fazer progredir o reino no início do século XVIII nos dizeres de Conde de Assumar, Dom Lourenço da Cunha e Dom João V por meio de seus conselheiros do Conselho Ultramarino.

Já para os demais grupos englobam funções e ofícios cujo desempenho demandava uma cultura letrada, mas vinham de estratos sociais inferiores, não pertencendo à nobreza”. Neste existe um terceiro grupo formado por homens que tinham uma relação direta com o Estado e puderem desenvolver suas atividades ocupando posições sólidas no Estado português. Furtado (2012) os chama de oficiais. Um quarto grupo que podemos nomear como doutores ou “intelectuais” não tiveram relação direta com o Rei ou com o Estado português, nem mesmo prestavam serviços à corte ou tinham algum tipo de papel nesta República das Letras portuguesa, mas em geral eram advogados, físicos e clérigos, bem como os professores de alguns das principais cadeira do ensino básico e que com isso tiveram contatos com o ideário iluminista do período. Já um quinto grupo inclui aqueles que tem suas trajetórias pessoais e familiares por vezes muito humildes e que não chegaram a frequentar Coimbra, mas tiveram alguma educação e buscaram se inserir socialmente e amealhar alguma distinção por meio de sua educação.

Tendo em vista estes perfis é possível perceber um certo pragmatismo nas escolhas que fazem, não que isso seja imperceptível nos demais grupos e principalmente no segundo grupo. Para estes últimos grupos o conhecimento também tinha o fim específico do engradecimento de Portugal, mas também da humanidade em geral. Sendo assim, o conhecimento e a educação aqui tem uma função civilizadora. Ou nas palavras de Furtado (2012:115): “Philosophes iluministas, onde quer que estivessem, acreditavam que eram portadores de uma missão transformadora, cujos intelectos seriam capazes de, como uma luz, civilizar a cultura, afastando-a do arcaísmo na qual estaria inserida”. Assertiva que tam-

2 A historiografia sobre o tema é longa a aqui estou me baseando nos textos de Boto (2015), Boto (1997), Carvalho (1963), Carvalho (1986), Carvalho (1978), Dias (1978), Domingues (2001), Fonseca (2009c), Furtado (2012), Morais (2007), Russell (1977), Villalta, (2011), Villalta, Morais e Martins (2015), Zuribi (2004).

bém é registrada por Carlota Boto (1996).

No entanto, não era somente este significado que a educação tinha para estes grupos, ela tinha algo de pragmático que pode ser ilustrada em uma citação que Júnia Ferreira Furtado (2012) faz de Dom Luiz da Cunha: “Que diabo de flato lhe deu para pedir licença no tempo em que el rei lhe faz a maior confiança? Ser philosoph e muito bom; mas não ter que comer é muitas vezes mau” a partir dessa citação é possível antever que a educação e o conhecimento para estas pessoas é o que pagava as contas, portanto não era mais que um trabalho no qual a educação/erudição poderia fazer toda a diferença. Por isto, mais uma vez, faz sentido aquilo que Raphael Bluteau (1712-1734) registra no verbete sobre o Estudo quando informa que se o estudo é “Aplicação do entendimento às letras. O estudo he exercício da faculdade intellectual, parte mais nobre do composto humano. Se não fora o estudo deleite do espirito, seria luxuria. Para se aproveitar desta deliciosa ocupação, he preciso, renunciar as delicias da vida.” ou seja, o estudo disciplina o corpo controla as paixões, a luxuria, pois o “estudo pede descanso & assento.”. Além disso, o estudo “Tem [...] notaveis conveniências. Desterra o ocio, desperta a prudencia, modera os appetites, afia a lingoa, dá nos cargos, & officios da República autoridade, graça na conversação, honra nas academias, & gloria na posteridade.” Isto é, para os intelectuais e homens de Estado o estudo ou a educação mais que somente trazer o progresso para Portugal serve para educação moral da juventude e ainda lhes dá a glória para a posteridade, pois segundo Bluteau(1712-1734) no mesmo verbete, “Pinta-se o estudo em figura de homem moço, porque a adolescencia he docil, & mais própria para tomar doutrina,” Além disso, para os intelectuais as letras trazem prosperidade, emprego e glória. Porque a função do estudo, da pesquisa é dar resultado, pois “Seria desdouro da sabedoria, o não dar fruto”. A partir daqui que percebemos a valorização mais pragmática da educação para os intelectuais que querem levar o “progresso” as “luzes” para a humanidade, é claro, mas também Bluteau(1712-1734) enfatiza as rivalidades e competições entre os membros da República das letras: “Nas Universidades, o primeiro motor deste ceo he a ganancia. Criarão as escolas bolor, se se não untarão as cadeiras.”.

Parte destes múltiplos sentidos está registrado em Carlota Boto (1996, p. 48-67) e na citação que Fonseca (2009c, p. 24) faz do verbete educação da

Encyclopédie dos Iluministas. Neste caso é importante a transcrição literal de parte da citação:

sua educação é, pois, o objeto mais interessante, 1º para eles mesmos, que a educação deverá ser tal que eles sejam úteis a esta sociedade: 2º para suas famílias, que eles deverão sustentar e honrar: 3º para o Estado, que deverá colher os frutos da boa educação que recebem os cidadãos que o integram. (DIDEROT; D'ALEMBERT, Apud, FONSECA, 2009c.)

Isto é, tanto quanto levar as luzes à humanidade ou o permitir o engrandecimento do Estado, educação é o que permite estes “intelectuais” sustentarem e honrarem suas famílias. Os sentidos que a educação assume nos testamentos das Minas setecentistas não estão expostos como em um dicionário ou mesmo como nas instruções que o rei mandava ao governador desta capitania. No entanto, estando atento ao que se apresenta nas entrelinhas é possível identificar os principais sentidos relacionados à educação que estão presentes nestes documentos. Primeiro, no entanto, é importante compreender os sentidos que os testamentos tinham para aquela época. Em trabalhos anteriores (ANGELO, 2013a e 2013b) defendi que os testamentos são um tipo de documento que acompanha a humanidade a muitos séculos e isto tem impactos na leitura que devemos fazer deles. A existência deste tipo documental remete, pelo menos, aos romanos, se não antes. Por isto, já naquele período tinham havia a preocupação de registrar a últimas vontades do testador em relação aos seus bens. Além disso, havia a preocupação de apresentar uma biografia coerente e deixar uma imagem de bom cidadão. Portanto, este tipo de documento guarda uma ambiguidade em seu próprio nascimento, afinal busca tratar e dar provisões aos bens materiais deixados pelo testador e, ao mesmo tempo, tratar da imagem que este deixa a posteridade e seus herdeiros, bem como, busca apresentar um projeto de futuro para seus herdeiros e com isto detém características pedagógicas.

Com a chegada dos tempos cristãos e em especial o período moderno o ato de testar é reanimado, pois neste contexto existe a retomada do direito romano e o testamento é um destes elementos retomados no direito de sucessão. Neste contexto, a preocupação com a salvação de sua alma faz com que o testamento ganhe um nítido caráter religioso. Isto é, este documento passa a tratar não mais somente do que o testador queria que fizessem com seus bens, mas também com aquilo que deveria ser feito em relação a sua alma e a de pes-

soas próximas depois da agonia final. Justamente neste período o testamento chega ao seu momento de maior complexidade em termos de elaboração e redação. Neste momento o testamento ganha as funções de garantidor da salvação da alma do testador, de dar a saber os motivos das ações dos testadores e com isso de dar coerências as ações passadas, garantir a distinção e a pompa, por meio dos ritos fúnebres, que o testador acredita merecer e ao mesmo tempo é neste momento o testador faz transmitir suas lições e exemplos aos seus entes queridos e também, como é a ênfase neste estudo, às gerações seguintes. Sendo assim, o ato de testar é um momento especial para compreendermos as estratégias educativas dos testadores em relação às gerações seguintes. No universo luso-brasileiro do século XVIII, e especialmente nas Minas do Ouro deste período as práticas educativas de uma geração em relação às seguintes tinha formatos distintos daquelas que tradicionalmente se tem em mente. A precariedade das escolas do período não impediu que os pais, parentes em geral, padrinhos e mesmo amigos da família expressassem suas expectativas e traçassem planos, inclusive, educacionais, mas sobretudo formativo de uma maneira geral para seus herdeiros (Cf. CAMPOS, 1994; PAIVA, 2015; ANGELO, 2013a e 2013b).

Relacionado ao sentido moral e religioso da educação, os testadores de Minas no século XVIII buscaram legar um exemplo aos seus entes queridos e herdeiros, por isso o bom cristão/testador devia preparar seu próprio futuro, em geral isto fica evidente, quando determinam em detalhes os ritos fúnebres que devem ser feitos após seu falecimento.

Assim, quando se fala em práticas educativas para o século XVIII não se está falando de ensinar a ler e escrever e sim de ensinar um caminho para a formação e segurança dos irmãos Eugênia e Francisco, bem como a seus escravos Domingos e Manoel. Exemplo de como ocorria a educação/formações das gerações seguintes por meio dos testamentos está nas últimas vontades de José da Camara³, registrado em Vila Rica no ano de 1778. Declara ele ser “natural da freguesia de Santo Andre de Barcelinhos extra muros da Villa de Barcello Arcebispado de Braga filho legitimo de Manoel Ribeiro dos Santos e de sua mulher Catarina da Crus já falecidos”. Em seu testamento José informa que, “Meu corpo será amortalhado no habitu da Ordem de Christo de que sou cavaleiro profeço ungido com o cordão do meu

seraphico Patriarcha Sam Francisco de que sou idigno filho na sua ordem terceira da Penitencia e será sepultado na capela da mesma ordem acompanhado porela e por todos os mais sacerotes da minha freguesia aos quaes como ao Parochio se dará se dará a esmolla costumada”. Este é apenas um dos vários exemplos que podemos encontrar nos testamentos deste período em região. Quase todos os testadores têm preocupação de expressar em detalhes seus ritos fúnebre claro que respeitando os limites financeiros de que dispõe. Em muito casos eles se vinculam a ordens terceiras e irmandades que auxiliam neste momento final sem deixar de apresentar a distinção e pompa que o testador acredita merecer. Isto é, ao se vincularem a estas organizações dão o exemplo de bom cristão e ao mesmo tempo garantem que seus ritos fúnebres serão cumpridos. Isto fica evidente no mesmo testamento de José da Câmara quando registra:

Declaro que sou Irman da Irmandade [...] do Senhor dos Pasos e da Senhora das Merces dos Perdoens nesta Villa e quero que me acompanhem e fação os sufragios dos compromisos e se lhes pague o que se lhe dever e declaro que fui oficial da Irmandade do Santissimo Sacramento em Antonio Dias desta villa e nam sou Irmam de compromiço porem quero que me acompanhe e se lhe dé a esmolla de trinta mil reis e eu Irmandade das Almas por me acompanhar se lhe dará a esmolla de oito mil reis e a Irmandade da Senhora da conceição minha padroeira [deteriorado] companhar se lhe dará a esmolla de trinta mil reis e a minha Irmandade de Senhora das Merces vinte mil reis e a ordem terceira do meu Seraphico Patriarca Sam Francisco digo o Patriarcha se lhe paga o que eu dever e para ajuda de Sua obra lhe deixo trinta mil reis//

Este é apenas uma dos muitos exemplos que podemos citar em relação as práticas fúnebres do período. É claro que a principal função deste detalhamento é garantir a pompa e a distinção que o testador acredita merecer, mas não podemos menosprezar o sentido pedagógico que esta prática tem em relação às gerações seguintes. Neste sentido, José da Câmara, por ser solteiro e nunca ter sido casado deixa às gerações seguintes seu bens por terem sido “adquiridos nesta terra e nam herdados e poriço instituo estes meus herdeiros[Jacinta Ribeiro sua Irmã e na falta dela seus filhos, sobrinhos de José] nas duas partes de meus bens reservando a minha tersa somente”. Como bom cristão que era, assim como muito outros na região e período, José era um homem preocupados com os futuros das ge-

3 Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 31, 1980.

rações seguintes, em especial, sobrinhos, afilhados e crianças com as quais tinha um especial carinho e por isso registrou:

Deicho a meu Irmao Belchior Ribeiro dos Santos morador na freguesia da Itauberaba duzentos mil reis e sendo falecido pasará a seus herdeiros// Deixo a minha afilhada filha de Manoel da Sylva Guimaraes para tomar estado trezentos mil reis// Deixo ao meu afilhado filho digo afilhado Joao filho de Andrea de Ceas Lobato cem mil reis de Antonio de Cerqueira cem mil reis// Deixo a huma pardinha por nome Maria que se acha em casa de Ventura da Costa Rangel filha de huma crioula por nome Bernarda para tomar estado huma morada de casas que tenho na rua direita de Antonio Dias e cem mil reis// Deixo a minha afilhada Branca injeitada por nome Felecianna que se acha em casa de Dona Teresa Maria de Oliveira para ajuda de tomar estado cem mil reis// Deixo a minha afilhada filha de Valentim official de Alfaiaete e de sua mulher Anna moradores na Rua de Santa Quiteria cinquenta mil reis// Declaro que tenho huma crioula por nome Felipa a qual seus filhos já dey liverdade meus testamenteiros lhe comprarão huma morada de casas a custa de meus bens ateh sento e vinte mil reis pouco mais ou menos e lhe entregarão assim como tambem a louça de estanho colheres de latao Trempe game-las mezas velhas catres velho e alguma calxas dos meus usados e lhe darao meus sinquenta mil reis em atenção ao bem que tem me servido// Declaro e insti-tuo herdeiros remanecentes de minha fasenda Francisco Antonio de Araujo casado com huma Sobrinha minha filha de minha Irmaa Jacinta Ribeiro//

Percebe-se nesta passagem que mesmo não tendo herdeiros forçados não deixa de se preocupar com o futuro das gerações seguinte e sempre que possível deixa algum valor para a ajudar no dote de casamento das mulheres e em alguns casos deixa valores para seus sobrinhos sem vincular este valor a qualquer atividade, mas que podemos aventar estar relacionada ao início de sua vida e a oportunidade de conseguir um bom casamento caso o homem tenha uma boa situação financeira. Tudo isto indica uma preocupação de ensinar uma moral para as gerações seguintes ao mesmo tempo que relaciona bens materiais com bens culturais ou simbólicos como casamento. Podemos ainda aventar que estes valores possibilitariam aos herdeiros começar um negócio ou mesmo gastar em seus estudos. Em alguns casos José da Câmara deixa mesmo bens de raias para que seus herdeiros possam começar suas vidas com maior tranquilidade. Dado a função dos testamentos para aquela época é possível perceber a tentativa de deixar uma mensagem, um exemplo aos seus herdeiros e com isto se estabelecerem com distinção em seu tempo e lugar.

É possível que vários deste legados estão relacionados ao que o Doutor Silverio Teixeira pediu

que José Câmara fizesse, pois ao final desta passagem o testador regista que ficou incumbido de umas determinações e como testamenteiro, provavelmente, devia seguir o que estava em

huma carta fexada escripta pelo mesmo e asignada por mim a qual meu testamenteiro vera com todo o segredo cumprirá o que nelle lhe determino para o que há bens do mesmo em meu poder e constarão dos papeis que tenho em meu poder digo tenho se custará nesta parte pelo juramento de meu testamenteiro de que tem cumprido ficando porem obrigado nesta parte a nam dar passo sem se emformar e consultar o dito Reverendo Doutor por he ter declarado varias circunstancias necesarias// [...] Deixo o meu afilhado Joao Filho de Magdalena da Silva Parda forra já falecida moradora que foi na pasagem cem mil reis// [...] Declaro que deixo a Genoveva Rosa da Silveira cem mil reis// Deixo a huma minha afilhada filha de Francisco Alves morador no Caquonde cem mil reis Deixo a minha afilhada filha de huma cabra Luisa que acompanhava [...] o Padre Jose Antunes que foi para o Rio de Janeiro cinquenta mil reis//

Ligar estes bens, muitas vezes vinculando isto a uma tarefa parece indicar a preocupação em dar exemplos nesta hora derradeira, não se apegando aos bens materiais e os doando a seus parentes, consanguíneos e rituais, pois se aprende o controle das paixões ou mesmo conhecimentos em geral pela imitação, pela observação e mesmo pela experiência. O sentido destas doações fica mais claro quanto no final de seus testamente, na verdade em um codicilo que produz anos mais tarde na seguinte passagem:

Deixo os meu escravos Joao Bangueira Domingos Congo Francisco Nago mina forros isentos de toda escravidão pelos bons serviços que me tem feito e se acadonam se acharem suas cartas de alforria por meu falecimento meu testamenteiro lhas passará// E a todos deixo de legado esmolla vinte oitavas para comprarem ferramenta para trabalharem// Tenho hua [...] negra crioula por nome Laurianna que por incapaz de todo o serviço e por nam ser enganado quem a comprar como a [...] me sucedeo quando a compreo a deixo liberta e isenta da escravidão pello amor de Deos e meu testamenteiro lhe pasara carta//

O exemplo é a principal ferramenta de educação como fica evidente no testamento de João da Câmara. As práticas educativas daquela sociedade para com as gerações seguintes podem ultrapassar as relações consanguínea e ganham um caráter de exemplares quando vêm de outras pessoas que tem alguma distinção naquela sociedade.

Outro documento que nos esclarece muito sobre os sentidos e as funções das práticas educativas nas estratégias de distinção social presentes no período em tela está no testamento do Padre Baptista

Ferreira⁴ registrado em Ouro Preto no ano de 1755. O padre, que declara ser natural da Freguesia de “S[anto] Andre de Sousello de lugar de Fente conerta donde nasci e fuy baptisado Bispado de Lamago f[ilho] legitimo de Ant[onio] da Fon[ceca] e de sua m[ulher] Ma/²⁹⁹ rianna Fer[reira] da S[ilva] ambos já deff[untos]//” Além disso informa que não tem filhos e nem os teve “em tempo algum nem herd[eiros] forçados//” No entanto, não deixa que legar bens para as próximas gerações ao informar que deixa a uma sobrinha “M[aria] casada em Arrefana de Sousa com Gregório de Sousa sincoenta mil reis por esmolla por huma so ves//”. Deixa a também à várias outras pessoas

Deyxo por esmolla por huma so ves a m[inha] sobrina Donna M[aria] Violante casada com o D[outor] Des[embargador] M[anoel] Jose de Faria e f[ilha] de meu Irmão P[edro] da Fon[eca] Ferr[eira] Já deff[unto] moradora na Cid[ade] do Porto quatrocentos mil reis// Deyxo a m[inha] afilhada q[ue] por nome não perco f[ilha] de Joao Rib[eiro] Lima m[orador] na Cid[ade] do Porto e calcada de Monte que por esmolla por huma so ves dusentos mil reis// Deyxo a m[inha] afilhada Donna M[aria] f[ilha] do Tem[ente] general Ber[nardo] da S[ilva] Ferrao por esmolla por huma so ves dusentos mil reis// Deyxo por esmolla por huma so ves a m[inha] afilhada f[ilha] de Jeronimo de Castro e Sousa m[orador] nesta freg[uesia] ou afilhado do q[ue] por nome não perco sincoenta mil reis//

Todas estas doações parecem indicar uma preocupação com um futuro mais confortável para gerações seguintes. Não é este o caso, mas, em geral, estas doações são feitas às afilhadas, órfãs ou sobrinhas desde que tomem o estado de casadas, como foi apontado na análise do testamento de José da Câmara. Porém, as doações aqui aparece reconhecer e dar a recompensa por algumas delas já terem se casado. Ou seja, parece ocorrer aqui a confirmação de que as gerações seguintes estão tomando o caminho certo. Outra observação que é possível de fazer sobre este testamento é como o compartilhamento de um determinado capital cultural pode ser extraído dos bens móveis possuídos pelos pelo testador. Isto indicar um compartilhar de gostos e eventos sociais nos quais os pares se encontravam. Afinal qual outro sentido de registrar estes bens em tantos detalhes em um testamento? Sendo assim o Padre Baptista Ferreira assim registra seu bens móveis em seu testamento:

Declaro q[ue] os bens moveis q[ue] ao pres[ente] posso são os seg[uintes] hum breve da marca de ouro com o seu trance semdo mesmo que tudo pesa quarenta e quatro outavas e meya de ouro e outro Castilho de ouro com seu trancasem q[ue] tudo pesa o q[ue] se achar e nesta huma reliquia do S[anto] lenho huma corrente de ouro de braço e mais dou anes de ouro com pedras de Diam[antes] hum relógio e sua corrente tudo de ouro outro relógio de prata duas salvas de prata hum copo de prata de água huma caleura de prata com sua corrente p[ara] água e quatro colheres e outros tantos garfos tudo de prata hu mas esporas de botas de prata e outras de sapatos e o mais q[ue] se achar deste metal asim de ouro como de prata E assim mais posso [...] hum penteador fino de barba com sua toalha grande guarnecido com boas rendas ainda não serviço huma toalha de mesa grande de coarto e outra toalha de mesa com seis guadanapos e dose toalhas demecons tudo lavrado q[ue] ainda estão em folha m[uita] roupa branca assim de sançoens como de camisas e traveceiros// [...] e alguma louca da Índia como xicras o pires com o mais q[ue] se achar todo necesario p[ara] auto da casa e assim tambem vários livros assim de moral como de estórias dous jogos de breve [deteriorado] hum jogo com broxas de prata//

A posse de jóias, de assessórios de roupas em metais preciosos, de livros, de talheres de prata e utensílios de cozinha de louça da Índia indicam a busca e manutenção da distinção no espaço social de Vila Rica do século XVIII. A compreensão que a posse destes itens parecem indicar outras coisas que não somente ser rico, mas também ter civilizado. Qual o sentido de registrar isto no testamento? Acredito que pelo registro ser feito muitas vezes em detalhes isto está relacionado a necessidade de demarcar uma posição social. A posse e a ostentação de um índice de distinção como as jóias, utensílio de cozinha e jantar, livros, móveis ou outros utensílios parecem indicar o pertencimento a um grupo e ao mesmo tempo esta prática contem um caráter pedagógico exemplar, pois indica àqueles que serão membros, pares grupo quando poderão e terão condições de ostentar tal objeto. Isto fica claro também no testamento de Bartholomeu Gonçalves Bahia⁵, registrado em Sabará no ano de 1752 e que tratamos parcialmente no capítulo anterior. Neste testamento observamos a seguinte passagem:

Declaro que não mão do Reverendo Doutor Vigario Geral o Senhor Lourenço Joze de Queiros Coimbra, [...] se acha hum faqueiro que consta de huma duzia de colheres de prata, outra duzia de garfos, e huma duzia de facas com cabos de prata que de sua caza mandou buscar o Dezembargador, Diogo Cutrim de Souza como consta de hum escritinho que se há de

4 IBRAM-MI-AHCP – Volume 0002 (Livro 44) - Testamento de José da Camara 02/04/1778

5 IBRAM-MI-AHCP – Volume 0002 (Livro 44) - Testamento do Padre Baptista Ferreira 14/10/1755

achar entre os papéis avulsos do Dezembargador, Diogo Cutrim de Souza na ocazião que esteve ospedado na caza do dito Reverendíssimo Senhor, o Excellentíssimo Senhor Dom Frey João da Cruz, o qual faqueiro me custou duzentos mil reis em Lisboa, e posto aqui nas Minas, e querendo o dito Reverendíssimo Senhor ficar com elle dando os ditos duzentos mil reis meus testamenteiros lho deixem ficar pello dito preço. [...] Declaro que pessso mais hua livraria com bastantes volumes de direyto e des-tes estão nas mãos do Doutor Joze Telles da Sylva, os textos de direyto Canonico, e hum dos textos de direito Civil.

A posse deste tipo de objeto que contem um valor para além do sentido em si do objeto é indicativo de pertencer a um grupo distinto desta vila. Afinal possuir um faqueiro de prata em uma vila que naquele período tinha muito pouco acesso a esse tipo de objeto. A prática dos empréstimos e trocas indicam pessoas que podem e merecem ter aquilo que é trocado, os pares. Principalmente quando se fala de objetos que carregam sentidos relacionados à civilização, instrução, educação e cortesia. Não gratuitamente livros e talheres são trocados ou emprestados entre os membros deste grupo. Esta prática guarda também um caráter pedagógico exemplar, pois indica quais são as verdadeiras boas maneiras além de, ao mesmo tempo, fechar e indicar os membros do seu grupo, ou seja, aqueles com os quais se pode trocar objetos que todos sabem o sentido. Isto é, todos sabem para que serve este objetos trocado. Aqui falamos mais uma vez de uma educação que tem um sentido de controlar a paixões, indicar uma moral e apontar o que são as boas maneiras e a cortesia. Também não podemos deixar de apontar os sentidos que isso podia ter para as gerações seguintes que por meio de doses homeopáticas compreendiam os sentidos e os significados embutidos nestas ações.

Exemplo de um controle mais formal está no testamento de Paullo Machado Portella⁶, registrado em Vila Rica no ano de 1747. Neste documento o testador informa que é “natural da freguezia de Sam Martinho de [Esquaris] Conselho da Portella das Cabras arcebispado de Braga”. Ainda informa que é “filho legitimo de Domingos Gonçalves Portella e de sua molher Maria Machada ambos já defuntos, e nestas Minas sou cazado com Anna Maria da Con-cessão de cujo matrimonio não temos filho algum”. Porém, “no tempo de solteiro” Paullo teve “hum filho e duas filhas chamados Joze, Maria e Anna os quais” instituiu por seus herdeiros sendo que “Maria

hé cazada com Antonio da Costa Mascarenhas”, seu genro.

Em seu testamento Paulo registra sua preocupação com seus filhos, em especial José, e nomeia por tutor de seus filhos o seu compadre Manoel Luis de Oliveira “a quem pesso pello amor de Deos os eduque e Castigue como filhos seus e se o meo filho Joze for mal prossedido e por[auvilho] quero que o dito tutor o repreenda e castigue e se não tiver emenda pessso ao Senhor General o detremine para a Collonia ou India.”. É interessante que o pai mesmo deixa claro que tipo de punição do filho deve receber caso não siga aquilo que é recomendado. Isto é, com isto temos uma recomendação educacional muito clara para o tutor que passava pela educação e a punição. Tendo em vista a proximidade e confiança que o testador tinha no jesuítas como aponta o trecho a seguir.

Deicho a hua sobrinha de minha molher chama-
da Antonia Bernardina do Anunciada natural da
Ilha Tresseira duzentos mil reis e se compre hua
morada de cazas na Cidade na paragem mais con-
veniente que dever cuja morada de cazas serão
para a dita Antonia Bernardina e dela passarão
pera digo passarão a hua filha da dita e desta
hirão sempre correndo pella linha femenina da
linha reta sempre e nunca se possa tirar da dita
linha femenina cuja compra correrão por eyleys-
são dos Reverendos Padres da Companhia de Je-
sus da Ilha Tresseira e so assim poderá algua das
possuhidoras das ditas cazas se tiver hum filho
só este se quizer ordenar o poderá fazer fazendo
patrimônio nas ditas cazas não tendo Irmã femia
e se acabar a gerassam am alua sem susessam fe-
minina se poderão entam vender as cazas o pro-
duto dellas manda-lo dizer em missas pellas al-
mas de sua obrigassam e do Porgatorio. Deicho a
Sam Francisco Xavier no Convento da Companhia
da Ilha [...] des mil reis em remonerassão dos tra-
balhos que os Reverendos Padres am de ter com
a compra das cazas que assima digo cujo dinheiro
de hua e outra- // de hua e outra esmolla o meu
Testamenteiro entregará ao Reverendo Padre
Reitor do Collegio do Rio de Janeiro puder este
o remeter para o Colegio da Ilha Tresseira e com
recibo do dito Reitor do Rio se levará em conta o
meu Testamenteiro

Tendo em vista este tipo de relação e mesmo a nomeação do Padre Jozé Luis de Oliveira como seu testador é provável que a educação que Paulo queria para seu filho José passava em algum momento pela ida a um Colégio da Companhia de Jesus, no Rio ou nos Açores. Talvez por isso deixar uma casa a sua sobrinha e outras parentes na Ilha Terceira, isto seria uma forma de pagamento e uma forma de garantir a estadia do filho na região. Ainda que o tutor de seu

6 APM/CMS-020, Fls. 106v-109v Testamento de Bartholomeu Gonçalves Bahia 08/01/1752

filho fosse seu compadre Manoel Luis de Oliveira, podemos aventar inclusive que José e Manoel fossem parentes o que indica uma aliança entre as duas famílias para garantir a educação das gerações seguintes. Pesando ainda para esta interpretação parece que Paulo fazia questão que transmitir a valorização da educação e do aprendizado da escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste período as luzes buscavam sepultar aquilo que ainda restava de medieval na cultura da Europa e isso era simbolizado pela atuação dos jesuítas e sua filosofia escolástica. Autores como John Locke, Voltaire e outros foram apropriados das mais diferentes formas pelos portugueses e estes buscaram, assim que possível, aplicar os princípios do Iluminismo em Portugal. Parte disso, pode ser sentido na grande reforma educacional que Portugal empreendeu ao longo da segunda metade do século XVIII, em que pese já ser sentido desde o início do século XVIII. A partir desse momento tudo aquilo que estava relacionado à Educação foi alterado. Claro deve estar que essa reforma foi marcada por disputas, mesmo no momento de sua implantação, mas as concepções de conhecimento e transmissão deste conhecimento ficaram marcadas indelevelmente pelas luzes e pela reforma pombalina da educação⁷.

Inicialmente busquei apresentar o significado do conhecimento para estes homens ilustrados. No caso de Portugal do século XVIII Furtado(2012:117:8) fala que, “pode-se observar, durante o período joanino, a ocorrência do fenômeno das Luzes. Ali houve a articulação de um grupo de intelectuais em torno do rei, que, sob um viés que chamamos iluminista, busca instrumentalizar o seu saber colocando-o a serviço do Estado, especialmente o novo saber de cunho científico”. Isso tudo ocorria em Portugal porque os intelectuais da época compreendiam a situação de Portugal como de atraso. O conhecimento a partir deste momento seria instrumentalizado para o crescimento do país.

Sobre a transmissão do conhecimento é importante o que Villata (2011:160) escreve,

Nos quadros do reformismo Ilustrado, a discussão travada sobre a educação, por sua vez, teve uma conotação claramente política. [...] Entendia-se,

ademas, que havia a necessidade de uma força que promovesse esse progresso – e essa força seria a Coroa, que deveria regular e controlar a educação estatal e consequentemente, para o bem público. (VILLALTA, 2011: 160)

Portanto, de maneira geral o que se percebe para a Europa como um todo e para Portugal em específico que os intelectuais Ilustrados estabeleceram que o conhecimento anterior não era mais suficiente para compreender uma determinada realidade e trazer algum progresso. Sendo assim, o conhecimento válido é aquele que faz um país ou região progredir, avançar em geral economicamente (Cf. BOTO: 2011: 11-9). Para isso era necessário valorizar o conhecimento racionalmente e experimentalmente produzido. Com isso as ciências modernas como a filosofia natural, a medicina, a cartografia entre outras serão cada vez mais valorizadas. Porém, deve se perguntar por quem estas ciências eram valorizadas? Portanto, pode-se compreender que o conhecimento devia partir da prática, da experiência, pois ele seria aplicado a administração pública. Villalta(2011: 162) enfatiza que “Pompal tinha por objetivo criar uma nova elite cultural, mais aberta a um pensamento racional e empírico, e disseminar uma nova mentalidade na sociedade portuguesa, europeizando-a.”

Tendo em vista o que foi apresentado neste artigo podemos inferir que o sentido mais público dado à educação e conhecimento em Portugal estava relacionado a superação do atraso no qual se compreendia que este país estava. Porém, ao se falar assim desconsidera-se que muitos dos intelectuais portugueses do momento estavam completamente inseridos no movimento Iluminista e que este país Ibérico fazia parte da Europa intelectualmente falando. Isto é, o diagnóstico de Portugal estava atrasado em relação a Europa era mais ou menos compartilhado em todo o continente. No geral a oposição escuridão/luzes estava presente no discurso de todos os intelectuais ilustrados, homens letRADOS e homens públicos do período e esta metáfora foi muito utilizada em Portugal.

A multiplicidade de cenas intelectuais que existiam na Europa do final do século XVII e no século XVIII e o esforço que os intelectuais do período faziam para se colocaram a par de tudo o que ocorria na República das Letras é natural que os diversos intelectuais do período tivesse ideias diferentes sobre

7 Arquivo Histórico da Paróquia do Pilar - LIVRO DE REGISTRO DE TESTAMENTOS - Volume 1922- Testamento de Paulo Machado Portella 05/10/1747

papel do conhecimento e da educação para a humana-dade e para eles próprios. Em Portugal, mas em outras regiões é possível perceber uma compre-en-são mais pragmática deste conhecimento, pois, em geral, os intelectuais do período utilizavam seu co-nhecimento, sua erudição para, além de levarem as luzes, a civilização aos rudes e brutos, sustentarem suas famílias. Foi apresentado é que os letrados do período vinham de estratos sociais muito diferentes e que por isso davam sentidos ou ênfases diferentes a educação e ao conhecimento. Claro que muitas vezes os sentidos eram parecidos, como no caso do papel do conhecimento para o engrandecimento de Portugal, mas também distintos quando os nobres de gosto atribuem prazer ao conhecimento e os de-mais grupos compreende as letras como meio de receber a glória, as mercês e o seu sustento. Tam-bém pode-se ver sentidos menos nobres como ga-nância e imortalidade. Afinal se não fosse isso criaria bolor as cadeiras da Universidade. Pode-se dizer que mesmos outros estratos sociais dariam outros sentidos a educação, pensando que ela poderia ser uma distinção em um determinado espaço social ou que educação seria eminentemente exemplar para amplos setores sociais.

FONTES

IMPRESSAS

Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XXX, 1979.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XXXI, 1980.

BLUTEAU, Raphael Padre. Vocabulário Português e latino. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1734. 8 vol..

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da Língua Portugueza composto pelo padre Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Maraes e Silva. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, 2 vol..

MANUSCRITAS

AHPP - LIVRO DE REGISTRO DE TESTAMENTOS - Volume 1922- Testamento de Paullo Machado Portella 05/10/1747

APM/CMS-020, Fls. 106v-109v Testamento de Bartholomeu Gonçalves Bahia 08/01/1752

IBRAM-MI-AHCP – Volume 0002 (Livro 44) - Testa-mento do Padre Baptista Ferreira 14/10/1755

IBRAM-MI-AHCP – Volume 0002 (Livro 44) - Testa-mento de José da Camara 02/04/1778

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia . Quem lia no Brasil colonial?. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comuni-cação, 2001, Campo Grande - Mato Grosso. Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Co-municação. Campo Grande - MT: Intercom, 2001.

ARIÉS, Philippe. E BÉJIN,André (Orgs.) *Sexualidade ocidentais: contribuição para a história e a sociolo-gia da sexualidade*. São Paulo: brasiliense, 1985.

ARIÉS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. Vol. 2.

BOTO, Carlota. O curso de medicina da uni-versidade pombalina: ciência e pedagogia no Iluminismo português. In.:FONSECA, Thais. N. L. E.(Org). *As Reformas Pobalinas no Bra-sil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

BOTO, Carlota. A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Fran-cesa. São Paulo: Editora da Universida-de Estadual Paulista, 1996. (Encyclopaidéia).

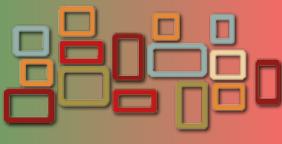
CARVALHO, Rômulo de. Apontamen-to sobre Martinho de Mendoça de Pina e de Proença. *Ocidente*, Lisboa, v. 65, 1963.

CARVALHO, Rômulo de. História do ensi-no em Portugal desde a fundação da nacionali-dade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CARVALHO, Laerte Ramos de. As reformas pom-balinas da instrução pública. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Saraiva S/A. 1978.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. n.278. 1968. DOMINGUES, Angela. Para um melhor con-hecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português

- em finais do Setecentos. História, Ciências, Saúde. Vol. VIII (suplemento), 2001. pp.823-838.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.
- FONSECA, Thais. N. L. E. . *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa*. I. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FONSECA, Thais. N. L. E.(Org). *As Reformas Pobalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.
- FONSECA, Thais. N. L. E. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais 1772-1814*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- FURTADO, Junia Ferreira, A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FURTADO, Júnia F. *Oráculos da Geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- MENESES, José Newton Coelho. Educar na oficina: a aprendizagem do artesão no mundo português e as reformas pombalinas do ensino no final do século XVIII. In.:FONSECA, Thais. N. L. E.(Org). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.
- MENESES, José Newton Coelho. Ensinar com amor uma geometria prática, despida de toda a teoria da ciência e castigar com caridade – a aprendizagem do artesão no mundo português, no final do século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ FA-FICH/ UFMG, vol. 23, n. 37, p.167-183, jan/jun 2007.
- MORAIS, Christiani. C. .Livros de uso escolar nas aulas públicas de Portugal e ultramar durante o período de atuação da Diretoria-geral de estudos (1759-1771). In.:FONSECA, Thais. N. L. E.(Org). *As Reformas Pobalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.
- MORAIS, Christiani. C. . Ler e escrever: habilitades de escravos e forros? (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850). *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, p. 493-504, 2007.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo Cultural na Colônia*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII – Estratégias de resistências através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 2009.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. Ciência e Império: o intercâmbio da técnica e o saber científico entre a Índia e a América portuguesa. In. FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia. (Orgs.). A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. pp.499-524.
- RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. v.3. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.
- VILLALTA, L. C. . O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 331-385.
- VILLALTA, L. C..A reforma pombalina na universidade de coimbra. In. FONSECA, Thais. N. L. E.(Org). *As Reformas Pobalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.
- VILLALTA, L. C.; MORAIS, C. C.; MARTINS J. P. As Reformas Pombalinas e a Instrução (1759-1777). In. FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia. (Orgs.). A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. pp.453-498.
- ZUBIRI, Xavier. *História da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. xxxiv, 589p.



A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM MAIS COMPLETA DE CULTURA ERUDITA NA AMÉRICA PORTUGUESA NOS “SISTEMA FÍSICO E OUTROS TESOUROS DESCOBERTOS” PELOS JESUÍTAS JOSÉ MONTEIRO DA ROCHA E JOÃO DANIEL – SÉCULO XVIII¹

Eulália Maria Aparecida de Moraes²

INTRODUÇÃO

Resumo: Nas obras Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas (1757-1776) e Sistema Físico-Matemático dos Cometas (1759) dos jesuítas João Daniel (1722-1776) e José Monteiro da Rocha (1734-1819), respectivamente, buscamos compreender o momento da efervescência iluminista do século das Luzes e o estatuto fundamental que alicerçou, para o religioso, a ideia de “natureza” no século XVIII. Os jesuítas encontram-se, ora como guardiões da visão Escolástica da Ordem, ora, transitoriamente, na interrupção do curso do pensamento Teológico para mostrarem-se convededores do desenvolvimento científico. Contudo, quando se trata das atividades intelectuais, não é fácil entendermos a relação entre Teologia, Filosofia e Ciência. De que forma os jesuítas a interpretaram, considerando o treinamento dentro de uma tradição Escolástica – com obediência ao Papa e à Fé Católica – mas, ao mesmo tempo, de interesses voltados para o desenvolvimento no campo da ciência da Natureza? Preocupados com a busca da verdade e o uso da razão, historicamente, a trajetória da existência da Companhia de Jesus coincidiu com o início da ciência moderna. Marcada por ambiguidades e contradições, apenas recentemente as investigações, buscam romper com a tradicional historiografia produzida nos dois últimos séculos – XIX e XX.

No curso das relações entre o Velho e o Novo Mundo – a partir do século XVI – a necessidade do reconhecimento engendrou operações simbólicas e significações culturais que permitiram um alargamento do universo, no sentido de recuperar a unidade perdida. A constatação de que estamos diante de alguma coisa distinta, sugere indagações, que certamente nos levam a uma metodologia, nascida de questionamentos simples, como por exemplo: “esta espécie é diferente?” Não há como negar que ao chegar aos trópicos deparou-se o visitante europeu com algo inusitado. Tratava-se de seres, fauna, flora e circunstâncias improváveis dentro do contexto geográfico do Velho Mundo. A natureza desse Mundus Novus colocou em xeque velhos conceitos com os quais se pensava o mundo e que gradativamente já estavam sendo modificados³. As analogias abriam espaço para uma sistematização da natureza e a ampliação da espacialidade foi decisiva para a continuidade do pensamento moderno.

As tendências de uma Reforma Iluminista que aparecem na Expedição “Viagem Philosophica”⁴ – século XVIII – foram traço marcante da administração centralizadora e protecionista do período em que Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal serviu ao Rei D. José I (1751-1777). O impacto das luzes sobre os acontecimentos políticos, como a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e outros eventos até as invasões napoleônicas e o Congresso de Viena trouxeram mudanças significativas para a Europa e Américas.

Ainda que os relatos do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira,

1 O presente artigo é parte da Tese de doutoramento defendida em 2006 na UFPR com o título “Dos Cometas do Nordeste aos Tesouros da Amazônia: Os Jesuítas João Daniel e José Monteiro da Rocha no contexto das ciências naturais do século XVIII”.

2 Doutora em História, linha Cultura e Poder (UFPR) – Professora do Colegiado de História da UNESP-Par – Campus de Paranavaí e do Mestrado ProfHistória – Campus de Campo Mourão.

3 Sergio Buarque de Holanda considerou não ser exagero afirmar que em homens alheios as ruidosas especulações, toscos em seu realismo, inauguraram novos caminhos em direção ao pensamento científico. O tradicional aristotelismo que afirmava ser inabitável a região equatorial ou zona tórrida, “certas ideias sobre as dimensões da Terra, o sítio do orbe, as imaginadas proporções da massa líquida e sólida de nosso planeta, os horríveis monstros antropológicos e zoológicos, as lendas de ilhas fantásticas e terrores inibitórios” tudo isso foi repensado como fatores que obscureciam o entendimento e entorpecia a ação, uma desconstrução que teve início com os rudes navegadores (HOLANDA, 2000, p. 12).

4 Batizada por seus idealizadores de “Viagem Philosophica” é considerada a primeira expedição científica que percorreu a Amazônia brasileira. Durante nove anos (1783-1792) fez reconhecimento sistemático da natureza; flora, fauna, etnias foram registrados pelo naturalista Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira atendendo aos interesses político econômicos de Portugal, em final do século XVIII, período do reinado de Dona Maria I (1777-1792).

responsável pela “Viagem Philosophica”⁵ apresente uma Amazônia de economia ainda voltada para o extrativismo e as antigas aldeias indígenas – fundadas pelos religiosos – elevadas a Vilas e em poder da Coroa, em total abandono. Ainda que no conjunto de notícias do naturalista apareçam denúncias de condições decadentes da colônia – período em que a expulsão da Companhia de Jesus já era um fato consumado, sob a acusação de terem sido obstáculos aos empreendimentos da Reforma de Pombal – Portugal não estava alheio ao iluminismo que se irradiou por toda Europa (SANTOS, 2001).

A passagem do naturalista pela região amazônica de povoamento português é posterior ao momento que havia ocorrido a expulsão dos jesuítas e ainda se definiam as demarcações das fronteiras amazônicas entre espanhóis e portugueses. Naquele momento de saída da Companhia de Jesus da colônia algumas medidas preventivas foram tomadas, como por exemplo, a geopolítica executada pelo Governador geral e “Capitão-General” Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em obediência as ordens do irmão, o Marquês de Pombal. Tais medidas foram: afastar os jesuítas da responsabilidade dos cuidados do governo temporal das Aldeias indígenas elevando-as à condição de Vilas com adoção de nomes lusitanos; um reconhecimento que facilitava os interesses da diplomacia lisboeta com solenidades que marcavam a mudança da representação cultural. Para cada Vila, elegeram vereadores, escolhidos pelos “principais” ou colonos que viviam no núcleo da Vila e moradores agrícolas. Procedeu-se a retirada dos nomes “gentílicos”, substituindo-os por topônimos portugueses (REIS, 1948).

Miranda (1991) examina como a historiografia tratou a ideia do “atraso” cultural e científico de Portugal em relação aos países do além-Pirineus e constata que há uma frequente afirmação de uma Europa desenvolvida contrapondo-se ao atraso cultural e econômico deficiente de Portugal que busca na presença estrangeira a necessária impulso que o tire da letargia. Para o autor, Portugal no século XVIII não passou por uma crise econômica industrial como um todo e a afirmativa de atraso é uma criação do romantismo estranho ao português do século XVIII. Ainda que portugueses e espanhóis desconhecessem alguns movimentos

culturais da Europa ocidental devemos situar a condição política portuguesa no contexto internacional da época, para compreensão de determinadas opções e decisões. Assim sendo, é possível passar em revista a sociabilidade e a difusão dos saberes das instituições portuguesas.

Em Portugal, certa sensibilidade da elite permitiu mudanças e legados inestimáveis. O que torna necessário ao nos referirmos ao alcance do iluminismo em Portugal, evitarmos a simplificação cultural que desconsideram as especificidades do mundo português levando em consideração alguns fatores que delimitam a economia e a sociedade. Com isso responde o historiador, pela separação entre o domínio dos fatos com agentes e posições diversificadas versus interpretações historiográficas que se revestem, em alguns momentos de uma dimensão maniqueísta. “Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto à da nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos” (VEYNE, 1998, p. 18).

Ao final do século XVIII, Portugal podia ser visto inscrevendo-se nas academias, teatros, óperas, ou seja, participando de uma esfera pública. Em 1770 a Universidade de Coimbra apresentava uma vitalidade resultante da Reforma Pombalina. Dentre as alegações que pesam sobre Portugal no período das luzes, destacam-se a censura e o controle da leitura que, sem sombra de dúvida, existiu e é evidenciado pelo ofício de 25 de maio de 1804, que registra a necessidade “imperiosa” de impedir “falsos filósofos do tempo de encherem o mundo de livros perniciosos contra a religião cristã; (...)” (TUDELA et alii, 1999, p. 37). Deve-se dizer que o reformismo dos tempos iniciais da Revolução Francesa foi acolhido a princípio em Portugal numa difusão eufórica dos autores iluministas. Enthusiasmo que não durou muito. Com isso o exame e a censura dos livros aumentaram, aumentando também a propagação dos chamados libertinos (CHARTIER, 1994).

Em 1799, sob o lema “Sem livros não há instrução” D. Rodrigo de Souza criou a “Casa Literária do Arco do Cego” dando mostras de uma preocupação e projeto iluminista quanto às perspectivas internas de uma política preocupada com a organização do saber, que, aliás, desde o início

5 Alexandre Rodrigues Ferreira saindo da Cidade de Belém do Pará viaja o rio Amazonas e afluentes. Navegaram até o alto rio Negro, rios Madeira e Guaporé chegando a Capitania do Mato Grosso, regiões do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, atualmente.

da segunda metade do século era solicitada. A caligrafia⁶ da Casa Literária do Arco do Cego estava comprometida com a política colonial que no plano interno e externo realçava o Brasil. Criada por D. Rodrigo de Souza, mas orientada por Frei Mariano da Conceição Veloso a Casa Literária no curto espaço de sua existência (1799-1801), publicou mais de oitenta títulos bibliográficos e apresentava preocupações em criar um conjunto de estratégias para fazer circular os livros com a divulgação de catálogo das “Obras de Agricultura impressa” na Officina Chalcographica do Arco do Cego, em 1799. O catálogo anuncia ao público leitor uma coleção de títulos que propunha novas práticas agrícolas para a colônia, com bases em inovadores conhecimentos científicos provenientes da Filosofia Natural⁷ (TUDELA et alii, 1999).

O NOVUS, O MILENARISMO E O JESUÍTISMO: O ESPETACULAR ESPECULATIVO DA NATUREZA

As reflexões acima foram ponto de partida para embasamento da presente pesquisa em cuja temática reside o objetivo central do artigo, ou seja, a produção do pensamento jesuítico sobre a natureza no período colonial da América portuguesa – mais especificamente a segunda metade do século XVIII – e a pertinência do conhecimento da moderna ciência em suas memórias ou relatos.

Assim como todos os visitantes do Novo Mundo viajantes cronistas e/ou naturalistas, também nos jesuítas aparece na ordem primeira de suas observações a “natureza”. Fiéis à tradição Teológica da Igreja Católica Romana, a meticulosidade com que narram à natureza do “Brasil” os fariam intérpretes e decodificadores desse meio natural, ao mesmo tempo em que contribuíram para a emancipação do conhecimento da Natureza, acompanhando o movimento geral da filosofia renascentista. Desta forma, utilizaremos para nossa análise duas obras de jesuítas que viveram na América portuguesa na segunda metade do século XVIII. Trata-se de *Thesouro Descoberto no Maximo rio Amazonas* do jesuíta e padre João Daniel

(1722-1776) e *Sistema Físico-Matemático dos Come-tas* do jesuíta José Monteiro da Rocha (1734-1819).

Sob a afirmação de Serafim Leite (1943), consta que João Daniel nasceu no dia 24 de julho de 1722 em Travassós, diocese de Viseu, em Portugal. Na sua passagem pelo cárcere do Forte de Almeida registra-se com a filiação de Manuel Francisco Canário e de Maria – dela não consta o sobrenome. Era costume entre os Jesuítas tomar o sobrenome da mãe quando o do pai já era conhecido, talvez neste costume encontre-se a explicação para o fato do Jesuíta ter adotado Daniel. Estudou humanidades e Filosofia no Colégio Máximo de São Luís. Segundo Serafim Leite em 1747 era aluno que se destacava em Física e ao mesmo tempo estudava Teologia, porque em 1750 no 4º ano desta faculdade ainda era irmão. Ordenou-se sacerdote neste ano e em 1751 apresenta-se como padre já entregue aos ministérios no Pará, percorrendo as aldeias e fazendas. Na Fazenda de Ibirajuba, Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, fez a profissão solene de quatro votos, em 20 de novembro de 1757, enquanto esperava pelo exílio (LEITE, 1943).

Como podemos avaliar, a obra de João Daniel resulta das observações e preocupações do período que como padre missionário andou pelas Fazendas e Aldeias do Estado do Grão Pará e Maranhão, a obra tem preparação e continuidade no cárcere contando com sua memória, com a naturalidade com que se acerca das ideias modernas e porque não dizer, dos saberes da filosofia Iluminista. A obra pode ser considerada uma extensa monografia sobre a Amazônia e contribuição de vulto tratando-se da região.

A obra escrita entre os anos de 1757-1776 divide-se em seis partes, sendo as cinco primeiras partes manuscritos que se encontram como preciosidade da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, desde 1810. Quanto a sexta parte permaneceu em Portugal, uma vez que pertence a Biblioteca de Évora, em cópia microfilmada foi cedida a Biblioteca Nacional para a publicação completa. Verificou-se por ocasião do projeto de publicação dos manuscritos a ausência de um caderno, que deveria conter os capítulos 2.º e 3.º do Tratado Primeiro e parte do capítulo 1.º do Tratado Segundo ao que no código, corresponde a página de número 3 a 18. No Museu Paraense Emí-

6 A arte de gravar em cobre ou em qualquer metal.

7 A primeira publicação era obra composta por cinco volumes, um conjunto de memórias e outros escritos apresentados a sociedade de Agricultura. As coleções propunham novas práticas culturais, tais como: Discurso pratico acerca da Maceração, e Cultura do Canamo, aprovado pela Real Sociedade de Turim; Coleccão de Memórias Inglesas, sobre a Cultura do Canamo; Tractato Histórico e Fysico das Abelhas; Memória sobre a cultura do arroz; Descripción sobre a arvore assucareira; Discursoss sobre os Edificios ruraes; Tratado da Cultura, Uso e Utilidade das Batatas; Memória sobre a Cultura das Batatas ; Memórias sobre as moléstias dos agricultores; Manual pratico do Lavrador; Tractacto sobre os Pessegueiros; Ensayo sobre o melhoramento das terras; Memórias sobre os adubos; Compendio de Agricultura (TUDELA et alii, 1999, p. 61).

lio Goeldi em Belém, uma cópia dos manuscritos do jesuíta João Daniel foi transcrita à mão por Rudolf Schuller (DANIEL, 1976, T.I, p. 5-6). Mas em 1976, por iniciativa da Biblioteca Nacional, publicou-se em dois Tomos a obra completa nos *Annales da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. No primeiro Tomo as partes 1.^a, 2.^a e 3.^a, publicadas somam 437 páginas; no segundo Tomo as partes 4.^a, 5.^a e 6.^a, somam 457 páginas. Em 2004, a obra de João Daniel *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*, foi publicada em dois volumes pela Editora Contraponto.

Crê-se que os escritos tomados de João Daniel nos cárceres de Portugal, Forte de Almeida já eram a composição de seu livro, e de alguma forma no presídio São Julião introduziu-se o papel e a tinta, embora a fonte que lhe fornecia o material um dia tenha esgotado, pois é justamente com esta reflexão que encerra seu último

capítulo *Notícias de algumas bombas e aqueductos para o Rio Amazonas*, ao afirmar: “(...). Porém, como se acaba já o papel, e por outra estes inventos necessitam de se conferir, fiquem reservados para melhor tempo, ou para quem tem [riscado] e nela comodidade, e instrumentos...” (DANIEL, 2004, T.2, p. 621).

Ao ser expulso do Estado do Grão Pará e Maranhão, o jesuíta não poderia ter levado consigo nenhum escrito volumoso. Poderia sim, ter levado algumas anotações esparsas como lembretes e listagens de aldeias a serem visitadas, materiais possíveis de serem acomodados no fundo do baú de exilado. De resto, levou – retido pela memória –, uma intensa acuidade de pensador e intérprete da natureza da região amazônica por ele percorrida. Um conjunto de informações que resultando em uma obra completa, aguardaria dois séculos para ser publicada.

De José Monteiro da Rocha (1734-1819) sabemos que nasceu em Canavezes e faleceu em Carnaxide, Lisboa. Matemático e astrônomo veio para o Brasil jovem, sendo educado por jesuítas numa instituição da Baía. Tornou-se jesuíta em 1752, mas com a expulsão dos jesuítas de Portugal em 1759 abandonou a ordem religiosa e foi ordenado padre secular na Baía, em 1760. Regressou a Portugal para frequentar a Universidade de Coimbra entre 1766 e

1770, onde se formou em Cânones. Em virtude do seu interesse pelas ciências, foi recomendado pelo reitor D. Francisco de Lemos (1735-1822) ao Marquês de Pombal como pessoa competente para organizar a nova Faculdade de Matemática criada com a Reforma de 1772.

Colaborou na redação dos estatutos da Universidade reformada, na parte respeitante às Ciências Naturais e à Matemática. Em 10 de Outubro de 1772 fez a lição de abertura da Faculdade de Matemática, à véspera, José Monteiro da Rocha haviam recebido grau de Doutor incorporando a Faculdade de Matemática. José Monteiro da Rocha ganhou alguma notoriedade como astrônomo com a sua “Memória sobre a determinação das órbitas dos cometas”, apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa em 27 de janeiro de 1782. A publicação desta memória foi feita em 1799, a sua importância foi prejudicada pelo fato de em 1787 o astrônomo alemão H. Olbers (1758-1840) ter proposto a resolução do mesmo problema com um método semelhante ao seu.

Quanto à obra o *Sistema Físico-Matemático dos Cometas* trata-se de manuscrito resultante de anotações e discussões, da observação do então jesuíta

José Monteiro da Rocha no período que residiu na Bahia em 1759 e assistiu a passagem de um cometa. Posteriormente soube-se que se tratava do cometa Halley⁸. A publicação do manuscrito, em 2000, respeitou a ordem em que se encontra o original. Um volume que reúne duas partes cada qual composta por capítulos. A segunda parte sob o título *Directório Prático Astronômico para se calcularem os lugares, movimento, grandeza, distância e efemérides dos cometas* reúne informações de exposição técnica e cálculos de posição e movimentos do cometa. Quanto à primeira parte *Em que se examinam as sentenças dos filósofos e matemáticos mais célebres e se mostra que os cometas são verdadeiros astros tão antigos como o mesmo mundo*, está subdividido em quinze capítulos onde o autor aborda, reflete e conjectura as teorias mais discutidas na época acerca do fenômeno. (ROCHA, Prefácio, 2000, p. VI).

Embora José Monteiro da Rocha fosse um religioso jesuíta, no prólogo teceu elogios a Copérnico,

⁸ Comparando dados de observações de vários cometas, entre os anos de 1690-1695, Edmond Halley concluiu que o cometa de 1531, 1606, 1682 tratava-se de um mesmo astro que realizava órbita elíptica ao redor do sol num período de 75 a 76 anos. Trabalho que foi publicado em 1705 em Oxford. O jesuíta José Monteiro da Rocha não apresenta em seu texto considerações que nos levem a entender que sabia desse detalhe. Era fantástica a conclusão de Edmond Halley: algumas passagens podiam ser previstas. Considerando sua descoberta e cálculos o fenômeno se repetiria em 1758. Uma previsão importante para a época. Com uma antecedência de mais de cinquenta anos previu-se que o cometa seria visto novamente. Mesmo considerando que seus cálculos não foram exatos na previsão da data de seu retorno, uma vez que esse só passou no ano de 1759 é conquista importante para o período.

Descartes, Newton e Gassendi. A obra de Copérnico *De Revolutionibus*⁹ tinha sido retirada do *Index* há apenas dois anos e somente em 1822, seu ensino iria ser aprovado pela Igreja. Uma ousadia, do jesuíta, em manifestar-se simpático a esses autores¹⁰ – com demonstração pública em defesa de suas ideias –, conquanto tenhamos que admitir que à distância em que se encontravam da Metrópole poderia ser o móvel de sua coragem.

Na obra de José Monteiro da Rocha transparece uma atuação de professor, cujo objetivo didático é a divulgação da teoria gravitacional de Newton. Sem intenções proselitistas, o *Sistema Físico-Matemático dos Cometas* é obra que defende laicamente uma teoria moderna, numa discussão direcionada a Filosofia Natural. O esquema escolástico de sua formação aparece na organização da obra, ora na retórica polêmica de crítica ácida ao oponente, ora quando descarta uma ideia de forma dogmática. Embora a obra seja resultado de observação de um religioso-intelectual que pertencia a uma Ordem que mantinha um fluxo de informação com confrades do mundo inteiro, não há como negar que *Sistema Físico-Matemático dos Cometas* revela-se como parte de uma corrente menos conservadora do pensamento científico internacional da América Portuguesa, na segunda metade do século XVIII.

Ao final de 1759 o manuscrito já estava pronto para ser publicado quando a Companhia de Jesus foi extinta em Portugal e domínios no Ultramar. Nesse momento da política de Pombal, foi dado aos jesuítas o direito de abandonarem a Ordem para continuarem residindo nos domínios da Coroa. Caso optassem por continuar na Companhia de Jesus, fiéis a Ordem, então, sofreriam o exílio. O jesuíta José Monteiro da Rocha fez opção pelo abandono da Companhia e passou a fazer parte do clero secular, o que lhe permitiu continuar em Salvador por mais algum tempo. Ser ou ter sido jesuíta nos domínios

portugueses do final de 1757 e 1760, início do processo de expulsão dos jesuítas da Corte e banimento definitivo do Brasil, não era condição do qual se podia manifestar sem receio.

A expulsão provocou a desorganização do sistema de ensino dirigido pelos jesuítas em Portugal e domínios coloniais, o ex-jesuíta candidatou-se para professor de Gramática Latina e Retórica. Posteriormente retornou a Portugal e foi colaborador de Pombal para a Reforma Universitária de Coimbra. Membro destacado da Academia de Ciências, seus trabalhos lhe renderam prestígio na época, quando retomou seu trabalho de pesquisa com cometas, conforme mencionado acima.

Ao correlacionar as informações que aparecem nas obras de João Daniel e José Monteiro da Rocha há um ideário Iluminista que saía em defesa dos “pais fundadores” da Moderna Ciência. Em suas reflexões ou afirmações – sobre a natureza terreal ou cósmica – estão presentes o misto de magia e erudição clássica, este último, dado pelo excesso de rigor na aplicação do conhecimento dos textos antigos, ao mesmo tempo em que nas indagações e dúvidas aparecem os resultados de informações que estavam colocando em xeque certezas seculares. Contudo, se o Reformismo Ilustrado seduziu a intelectualidade e os governantes portugueses com a ideia de que a razão, dentre outras coisas, poderia gerar métodos mais pertinentes para uma exploração mais eficaz dos recursos naturais, o mesmo não se processou de maneira tão efetiva com o cidadão comum e os leitores em geral. Ou seja, o *novus* – novas ideias, novas concepções – iriam conviver, por um bom tempo, com as já existentes. Por vezes podemos identificar até mesmo nos escritos de propagadores da Ilustração, a demonstração de que ainda carregavam conceitos de um legado cultural tradicional, onde se faziam presentes os milenarismos e/ou anticientificismo e as teorias corporativas de poder da Segunda Esco-

9 A obra *De Revolutionibus* de Nicolau Copérnico/ Mikolaj Kopernik – polonês (1473-1543). Astrônomo e matemático desenvolveu a teoria Heliocêntrica para o sistema Solar. Sua teoria colocou o Sol como centro do sistema Solar contrariando então a vigente teoria geocêntrica, que considerava a terra como centro. Sua teoria é considerada uma das teorias mais importantes de todos os tempos, sendo ponto de partida para a astronomia moderna. A teoria copernicana influenciou vários outros aspectos da ciência e do desenvolvimento da humanidade, permitindo a emancipação da cosmologia em relação à teologia, contrapondo-se ao geocentrismo que fora estruturado por Aristóteles e Ptolomeu.

10 Os pensadores mencionados por José Monteiro da Rocha não compartilhavam das mesmas teorias ou ideias. Não existia da parte deles um ideia ou pensamento único, a ideia era heterogênea em alguns momentos antagônica. A teoria da gravitação de Newton, por exemplo, chocava-se com a teoria dos vórtices de Descartes. Quanto a Gassendi, este era antiaristotélico, defendia o atomismo, era acusado de ateísmo e também opositor de Descartes. Ao aderir ao pensamento iluminista, com maior preocupação em rejeitar o pensamento aristotélico-escolástico José Monteiro da Rocha não tinha consciência de uma filosofia auto consistente da natureza. Ser newtoniano, duvidar da ação à distância e defender a existência de um fluido interplanetário em estado turbulento são contradições que estão claras para o homem de ciência da atualidade. Devemos considerar que as ambiguidades e contradições são marcas registradas de um tempo de transição do pensamento.

11 Com a reforma protestante e o nascimento da Ciência Moderna a Teologia configura-se na chamada Segunda Escolástica ou Neoescolástica. Nessa nova modalidade teológica as análises sobre a derivação das concepções da Segunda Escolástica recaem sobre os escritos de São Tomás de Aquino em repúdio a Maquiavel e as “heresias luteranas”; criaram-se as “teorias corporativas de poder e construiu as bases da jurisprudência internacional” (VILLALTA, 1999, p. 27).

lástica¹¹ (VILLALTA, 1999, p. 24).

Desse modo, milenarismos e anticientificismo encerravam uma maneira de ver o mundo que não era somente baseada na religiosidade, mas principalmente na analogia. Era através dela [a analogia] que o universo se ordenava em uma geometria que estabelecia um diálogo semântico entre si mesmo, no qual havia uma escala de valores que estipulava que cada coisa, elemento ou ser devesse ocupar o seu devido lugar. A ordem da ordem era que tudo deveria figurar no catálogo. Neste ponto encontraremos as encyclopédias medievais como ícones desta necessidade, nelas “tudo” figurava em um genérico e tranquilo transcorrer das coisas (DELAUNAY, 1997 e FOUCAULT, 2000).

De outra forma o entendimento da “Moderna Ciência” apontando para uma Filosofia Natural, revelava-se compatível com a ordenação bíblica do utilitarismo pragmático da natureza, presente nas memórias, relatos e observação dos jesuítas João Daniel e José Monteiro da Rocha. A visão cuidadosa em relação à natureza está presente na narrativa dos religiosos que sistematizaram, hierarquizaram e organizaram-na para melhor utilidade.

No estudo da proposta de Reforma Iluminista feita pelo Marquês de Pombal, destaca-se a preocupação com a região Amazônica. Dividida em Estado do Grão Pará e Maranhão, nomeou para Governador geral e “Capitão-General” Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal. Como Governador assumiu a responsabilidade de chefiar a Comissão de Tratado de Limites entre Portugal e Espanha, além da condição de governador que trazia o compromisso de um novo projeto administrativo da Coroa que se estendia à Colônia de além-mar – projeto inspirado na “filosofia das luzes”.

Assim sendo, a região norte da América portuguesa, ou mais especificamente a Amazônia portuguesa do século XVIII é campo de atuação da política administrativa do Marquês de Pombal, através de seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado. De 1751 a 1759, o Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão trocou longas cartas confidenciais com seu irmão Sebastião José de Carvalho e Mello, bem como cartas oficiais com o Rei e representantes da Coroa. Em todas as cartas expressa-se um crescente descontentamento e animosidade das autoridades da Colônia e moradores da região ama-

zônica em relação aos jesuítas. Descontentamento que o Governador relata de forma enfática, carregando nas cores deste ou daquele incidente¹².

Entendendo que a participação dos jesuítas no processo da colonização da América portuguesa seja tema abordado por muitos brasilianistas – alguns já mencionados –, José Sarmento de Matos (1992) considera que um dos aspectos nos quais a historiografia jesuítica enreda-se ao fazer sua leitura sobre a Companhia de Jesus, está justamente em interpretá-los segundo um critério nacionalista. Uma especificidade evidenciada pela imposição do absolutismo Régio na Europa e que, neste sentido, é preciso levar em conta que os jesuítas buscavam uma coerência de intervenção universal. Aliás, no pragmatismo jesuítico deparamo-nos com comportamentos de flexibilidade que podem ser considerados de identificação, em especial na atuação da Companhia no Novo Mundo.

Segundo Luís Carlos Villalta os religiosos tomaram conhecimento do experimentalismo de Bacon, das novas propostas metodológicas nas Ciências da Natureza, das descobertas astronômicas e da Filosofia Natural (VILLALTA, 1999, p. 51). Mesmo que a ciência possa desdobrar-se com certa autonomia, fatores religiosos e econômicos não se distanciam da “Revolução Científica”, que teve seu ponto emergencial no século XVII. Ademais, não podemos aplicar ao passado os critérios de delimitação científica da escola neopositivista. O conceito de ciência passou por mudanças. Quando nos referimos à atividade e produção da “ciência” no passado é necessário pensá-la em termos de ideias estéticas ou filosóficas que a constituíam, ao mesmo tempo em estreita comunhão com a política e as crenças religiosas (CAPEL-SAEZ, 1999).

O novo Universo proposto reduz-se às fórmulas quantitativas e como tal transfere-se de uma tradição de especulação da natureza para uma ordenação racional que dentro da nova imposição de dinâmica do pensamento moderno não deixa de ser especulativa. O Universo na perspectiva da ciência experimental continuará a render homenagem ao Criador e a despeito do cartesianismo, a natureza ainda é Livro. Contudo a metáfora do livro carecerá de uma leitura que se projete dentro do racionalismo. O mesmo acontece com a Bíblia. Nos dois livros – da natureza e bíblico – ocorre uma anulação

12 A correspondência foi reunida por Marcos Carneiro Mendonça e publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1963 sob o título: A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759) compondo três volumes – com 1270 páginas.

do mistério oculto ao vulgo; o sigilo de uma sacralidade secular da relação do homem com a natureza foi substituído por uma tradução que pretende investigar as relações entre entidades definidas por abstrata e logicamente a natureza. Segundo Cassirer (1997) e (1994) esses signos ou imagens não obstaculizam a relação do homem com o mundo, mas sim, apresentam-se como condição que se impõem ao entendimento do espiritual com o sensível.

A tradução da natureza para um sistema de leis em substituição a leitura dos signos, dada pela Ciência moderna, deveria excluir a ontologia simbólica, mas “(...) poucas vezes na história do pensamento uma concepção foi levada ao extremo das suas consequências lógicas, razão por que o diálogo entre ciência e símbolo se transformará numa questão candente, ao longo dos séculos XVII e XVIII na Europa” (CALAFATE, 1994, p. 38). A interpretação da natureza apresentar-se-á segundo critério de sabedoria, um pouco mais que determinista. A nova filosofia herdeira do cartesianismo não foi impedimento para que o teólogo sentisse necessidade de filosofar, assim, como não logrou êxito no isolamento do cientista impedindo-lhe o voo das exigências especulativas. Nesse aspecto atormentado do século XVIII, teólogos buscavam salvaguardar o espírito religioso e ao mesmo tempo discorriam sobre uma multiplicidade de compromisso enquanto refletem o materialismo naturalista. Nesse meio tempo tentavam ler o Grande Livro da Natureza que nada mais era que encontrar confirmações dos escritos bíblicos nas constituintes da natureza.

Conforme mencionamos de início, o mundo natural ganha sentidos controversos quando o modelo é o Novo Mundo. No contato dos jesuítas com a América portuguesa, estes se depararam com uma natureza que por vezes fugia a ordenação divina definida pelo Livro Gênesis. No século XVIII os escritos dos jesuítas ainda se caracterizam por descrições que davam contornos geográficos ao Paraíso Terreal perdido – neste caso uma identidade edênica da Amazônia. Em outros momentos definiam a “natureza hostil” como o Inferno que consome as forças vitais, depauperam a vontade física e muitas vezes corrompem a moral cristã, carecendo da rationalidade utilitarista. Na narrativa bíblica do Livro Gênesis enquanto o Jardim do Éden fora morada perfeita oferecida aos primeiros seres humanos na Terra concebe-se um local especial para a vida do homem (GÊNESE, 2-8). Portanto, para subtrair-se da queda restou-lhe a conquista do mundo natural a fim de recriar o paraíso perdido.

Este aspecto foi transplantado para o que seria a América portuguesa, quando os jesuítas lançaram as bases da catequização. Os jesuítas instituídos pelo poder que lhes concedera a Metrópole até o século XVIII, mantinham suas atenções voltadas para uma hegemonia da terra. Centravam-se na metáfora da desordem reinante na Terra de além-mar justificada pela ação de satanás (SOUZA, 1986). Enquanto na ciência tem-se o significado independente do signo – dando a ordenação que Foucault (2000) chamou de a era da *representação* –, no mito identificam-se signo e significante, assim não há separação entre a imagem e a coisa posto que, a desordem reinante no Novo Mundo e a ação de Satanás se completam.

A “ORDENAÇÃO DA NATUREZA” E A FILOSOFIA ILUMINISTA NAS OBSERVAÇÕES DE JOÃO DANIEL & JOSÉ MONTEIRO DA ROCHA

Prosseguindo com a afirmação de que os diversos valores atribuídos à natureza fundamentaram-na à “luz” da tradicional formulação filosófica do iluminismo sem perder de vista a religiosidade teológica tomista, trataremos nessa etapa de enfatizar tal percepção da natureza procedendo à análise das obras dos jesuítas João Daniel (1757-1776) e José Monteiro da Rocha (1759). Optamos por abordar a obra de cada autor separadamente por entendermos que cada autor tem seu ritmo próprio de pensamento, abordagens e problemas específicos, sem perder, contudo, a proximidade que os identificam como sujeitos da história na nossa opção temporal. Nesse sentido, começaremos pelo jesuíta João Daniel, cuja atenção especial se deve ao contexto espacial da América Portuguesa – o Estado do Grão Pará e Maranhão –, período da administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759).

A análise da concepção, da apreensão e do uso da natureza animal e vegetal no processo de associação do reconhecimento e descrição minuciosos que o jesuíta João Daniel propõe na obra *Tesouro Descoberto no Maximo rio Amazonas* trata os aspectos históricos, nativos, biogeográficos mitológicos e “contos” de caçadores, quando a natureza humanista do Iluminismo, apresentava-se através da “Física Teológica” como “livro divino” e segundo Calafate (1994) devendo ser entendido como leitura de um texto escrito por Deus, a fim de se colher ensinamentos morais, uma vez que a ordem e a harmonia do mundo apontam para um ser inteligente que di-

reciona as coisas naturais ao seu fim.

No estudo da natureza, que aparece nas memórias do jesuíta João Daniel há uma frequente exaltação a filosofia experimental de Francis Bacon¹³ (1561-1626), onde podemos analisar a obra sob três aspectos indispensáveis para entendê-la em seu contexto. 1 – Em primeiro lugar o autor apresenta a região amazônica sob o signo da beleza propiciando o deleite da vida em contato com a natureza; ao observador apresenta-se uma natureza em alguns aspectos de corpo estético harmonioso que oferece espetáculos. 2 – Em segundo lugar uma natureza do ponto de vista da ciência: uma natureza de utilidade social contribuindo para com a reforma da vida do homem, caracterizando, assim, uma das faces do ideal iluminista. 3 – E por último, uma narrativa da natureza coroada por uma argumentação que tem por finalidade dar contornos e riqueza à religião, uma vez que a natureza é proposta como obra maior de Deus.

Na primeira parte do *Tesouro descoberto no Mximo rio Amazonas*, capítulo nove, João Daniel trata *Do clima e saudáveis ares do Amazonas*. Considera que há uma grande oposição entre as alegações do filósofo¹⁴ e os experimentos da vida porque nos experimentos demonstra-se que “nem todos os discursos são evidências na praxe, e que nem toda especulação é infalível nos experimentos. Vê-se claramente esta verdade no Amazonas; (...).” Contesta a filosofia de Aristóteles, pois considera inadmissível que se credite às suas especulações veracidade; afirma não ser possível que no século XVIII se considere a vida sob a “zona tórrida” ou Linha do Equador como “inabitável”. Sua “experiência, e praxe” demonstraram que “não só é habitável, mas muito sadia” (DANIEL, 2004, T. I, p. 77).

A descrição de João Daniel em alguns momentos esquece o deleite e o “tesouro” que está descobrindo no máximo dos rios para noticiar os flagelos que representam as pragas voláteis ou as sevandijas da terra, bem como das verminoses que em sua opinião, são favorecidas pelo clima; os “grandes calores do Amazonas” contribuem para disseminar as en-

fermidades, para as quais, os moradores se valem de tratamento com os recursos da natureza. Muitos moradores morrem vitimados pelas verminoses, outros apresentam sintomas pela cor e manchas pelo corpo e rosto. Descreve a [impigem]¹⁵ como praga que também acomete os moradores da Amazônia. Apresenta-se pelo corpo todo, mas é constrangedor quando aparece no rosto, escreve o jesuíta João Daniel, em seguida faz interessante reflexão de conhecimento da Nova Ciéncia: “(...) deixo aos físicos a questão se as impigens são só algum humor [que] nte, e acre, que sai da cútis; ou se são multidão de bichinhos só visíveis pelo microscópio, que causam aquela comichão, como já hoje segue a mais comum opinião! (...)” (DANIEL, 2004, T.I, p. 248).

As reflexões sobre a medicina dos “humores” e o conhecimento da Moderna Ciéncia dão lugar, em alguns momentos, à descrição de uma natureza que se apresenta como um campo de significados a serem interpretados; a natureza como universo espetacular, abrindo espaço para o deleite do espectador. Exemplo disso é a objetividade com que o jesuíta atesta a existéncia dos “Homens Marinhos”. Como se pode inferir da afirmativa, a investigação científica propõe novas possibilidades com a Filosofia Natural que são abarcadas como conjecturas.

João Daniel informa ao leitor que entre as “bicharias inimigas do corpo” encontradas na Amazônia devido ao calor intenso há uma incidéncia muito grande das “bicheiras” e que elas tem lugar a partir de uma ferida, arranhão, ou uma picada de mosca. Informa que as referidas “bicheiras” multiplicam-se de tal forma que em poucos dias, caso não sejam contidas consomem toda carne e “não os curando ao princípio, quando ainda tem remédio; que sendo já a bicheira, grande, e chegando a comer as entranhas, ou a fazer grandes covas, já então não tem outro remédio, que a cova” (DANIEL, 2004, T.I, p. 214).

João Daniel tece conjectura acerca da origem destes animáculos:

Eu prescindo agora se esta bicharada, que se cria dentro da cútis, se origina de alguma semente de

13 Francis Bacon (1561-1626) preocupou-se em laborar o método eficaz para chegar ao conhecimento objetivo. Durante a Idade Média o método em vigor era o intuitivo-dedutivo e seu instrumento era o silogismo de Aristóteles. Bacon chamou o silogismo de estéril e defende que são os fatos a fonte do conhecimento, devendo estes, serem devidamente observado e atuarem como controle do pensamento. O fato deve ser esclarecido pela razão, sem ser por ela, substituído. É o fato que convalida a razão. Considerando que o silogismo de Aristóteles baseava-se numa lógica chamada Órganon, Bacon chamou sua teoria de Novum Organum, em cuja obra aparecem os princípios básicos do método empírico, aquele que se configuraria no método científico. Trabalho que ganharia contornos da matemática e da física no “pai da ciéncia moderna”: Galileu Galilei (1564-1642).

14 O filósofo: é como São Tomás de Aquino em sua Suma Teológica chama Aristóteles.

15 Designação imprecisa para algumas dermatoses.

algum outro animalejo, como algumas vezes sucede nas carnes tocadas das moscas, que nelas põem varejas; ou [ilegível] cedem da sangueria podre, e carne corrupta, como parece nestas bicheiras, e nos cadáveres enterrados, porque ainda os filósofos¹⁶ não se ajustaram neste, e outros pontos¹⁷, O que admiro é a brevidade com que se criam, e multiplicam! (DANIEL, 2004, T. 1, p. 214).

Analizando as preocupações do jesuíta João Daniel é possível compreender o homem iluminista; o homem que busca compreender o pensamento das luzes e, de forma particular, o pensamento português que estava sendo transferido para a Colônia. Se o ambicioso projeto do Marquês de Pombal tinha por objetivo regenerar a sociedade portuguesa e salvar a colônia de além-mar, na obra *Tesouro descoberto no Maximo rio Amazonas* encontramos as mesmas preocupações. Todo o empenho do jesuíta na “Parte Quinta” é mostrar as possibilidades do desenvolvimento da Amazônia na sistematização e ocupação do território agricultável, bem como, o enriquecimento da povoação com o plantio depois de se estudar o solo.

Do manuscrito de José Monteiro da Rocha temos a comprovação de uma formação que certamente era bastante satisfatória em comparação à educação oferecida pela Europa, em especial na área da Matemática. No exame do manuscrito tem-se a confirmação de que havia uma biblioteca de dimensões importantes para os estudos dos jesuítas e ainda mais, que nos Colégios da colônia havia livros que podiam acompanhá-los em estudos avançados sobre a Astronomia¹⁸. O texto revela conhecimento da matemática disponível na instituição. Lendo o *Systema* podemos concluir por uma biblioteca que elegera as obras de Astronomia. Além dos textos clássicos havia as obras *Almagestum Novum* de Riccioli e *Principia* de Newton, obras e textos que certamente chegaram a Colônia através da rede de correspondência dos jesuítas com outras partes do mundo.

No Capítulo IX: impugna-se o sistema de Mä-

tlin, que os cometas são efeitos imediatos da mão de Deus, José Monteiro da Rocha contrapõem-se à teoria deste filósofo quanto à afirmação de que os cometas “são efeitos extraordinários da mão de Deus, produzidos nos espaços planetários de tempos em, tempos para diversos e altíssimos fins que o mesmo Deus nos ocultou”. Segundo sua avaliação a “filosofia” de atribuir à vontade de Deus para todos os efeitos naturais é muito simplista, argumentos que segundo ele, será reprovada pela boa filosofia, não necessitando para tanto de nenhum discurso:

37. Ninguém ignora que este modo de discorrer tão livre é reprovado na **boa Filosofia**¹⁹. Se fosse lícito a cada um recorrer a Deus para explicar os efeitos naturais, não haveria quem não fosse filósofo. Seria necessário não ter discurso quem não soubesse dizer que o fogo queima porque Deus assim ordenou, que o ar se move em ventos imponentes porque Deus lhe manda imprimir movimentos que o mar conserva alternativamente a ordem de suas marés porque Deus assim quer e assim quis quando fabricou esta grande máquina do Universo, e assim não haveria mistério em toda Natureza por difícil que fosse que não se desse com incrível suavidade a sua explicação. Esta razão geral de todos os efeitos que vemos, porque Deus quer; não é ignorada senão no país do ateísmo (...) (ROCHA, 2000, p. 81-82).

Desta forma, tem-se de um lado a ciência defendida pelo matemático e jesuíta José Monteiro da Rocha a partir da análise de observação de um cometa e por outro lado todos os pensamentos míticos que subsistem no século das luzes.

Segundo Serafim Leite (1993), com a passagem do jesuíta Inácio Stafford por Salvador, na Bahia, iniciaram-se os estudos da matemática nos Colégios da Companhia e estes como podemos ver se mantiveram até o ano da expulsão dos jesuítas em 1759, mesmo ano da observação de José Monteiro da Rocha. Vale lembrar ainda, que Valentin Stancel marcou presença e esforço nos estudos sistemáticos da Astronomia por quarenta anos de atividades

16 Os grifos em negrito são nossos (o jesuíta está se referindo aos filósofos Iluministas).

17 No século XVII, o curioso Francesco Redi mais precisamente em 1668, desferiu um golpe à Teoria da Abiogênese, quando, lendo a Ilíada de Homero, reflete a preocupação de Aquiles em não abandonar o cadáver do amigo Patrócolo, por temer a invasão das moscas que nele depositariam “vermes”, acelerando, desta forma, sua decomposição. À observação literária, seguir-se-ia um longo tratado de investigação: *Esperienze intorno alla generazione de le insetti* (1668) (PAPAVERO et al., 1995, p. 167-170). Contudo, até o século XVIII, ainda encontram-se entre os eruditos defensores de geração espontânea de ratos, por exemplo, a partir de trapos.

18 Pela Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, volume 301 em 1973, nas páginas 212-59, publicou-se a lista incompleta dos livros apreendidos no Colégio do Rio de Janeiro sob o título: “Auto de Inventário e Avaliação dos Livros achados no Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro e sequestrados em 1775”.

19 Os grifos em negrito são nossos.

20 Entre os vários cultores das matemáticas que estiveram na Bahia, Serafim Leite (1993) cita o Padre Inácio Stafford ou Lee professor da Real Academia Matemática do Colégio de Santo Antônio de Lisboa – autor de livros dessa ciência que viveu e trabalhou no Brasil por mais de quarenta anos até a sua morte – e o professor da Universidade de Praga, Valentin Stancel, estudioso da astrologia e observador de cometas – um dos quais, o que apareceu na Bahia em 1664. Este último, além de livros impressos, deixou manuscrito o *Typhis Lusitano ou Regimento Náutico-Novo*, de que se publicaram ultimamente em Coimbra (1944) dois capítulos (LEITE, 1993, p. 221-22).

na Bahia²⁰. A obra *Systema Físico-Matemático* reflete o esforço pela continuidade dos estudos, independente das transferências de um ou outro professor ou mesmo na morte de alguns mestres. O trabalho de observação de José Monteiro da Rocha demonstra observação sistemática com instrumentos astronômicos, com a ajuda dos quais a investigação do sol e planetas era regularmente anotados.

A ilustração dos jesuítas da Colônia Portuguesa, o conhecimento do iluminismo que se disseminava pelos países da Europa alcançando o além-mar é indiscutível, mas vale lembrar que o padre jesuítas Luís Vieira da Silva²¹, graduado pelo Colégio Jesuítas em São Paulo, destacou-se entre os conjurados mineiros pela sua instrução e eloquência, sendo considerado por alguns historiadores uma das mais ilustrados do período colonial, ou seja, de relevante instrução em fins do século XVIII. Eduardo Friero (1981) procedendo ao escrutínio da biblioteca do Cônego da cidade de Mariana referiu-se aos livros do jesuítas como *habitat* de “encantadores” – metáfora reveladora das atribuições dadas aos livros nesse período – e contabilizou duzentas e setenta obras que compõem oitocentos volumes²². À primeira vista avaliou em dois tipos de leituras: a profana e a sacra com obras completas dos doutores da Igreja como Santo Agostinho, Santo Ambrósio, São Jerônimo, São Tomás de Aquino, São Bernardo e São Gregório Magno.

Lá estavam várias obras da Filosofia Metafísica e Lógica, que não podiam faltar na mesa de trabalho de um antigo lente da filosofia: a *Summa Theologica* de Santo Tomás, a *Philosophia peripatética* de Mayr, *Elements de Metaphysicae* do padre Jesuítas Para du Phanjas, a Lógica de Luiz Antonio Verney, as *Disputationes Metaphycae* do padre Jesuítas Silvestra Aranha, a *Metaphysicae* e a Lógica de Antonio Genovesi [Genuense], criador da Economia Política da Itália, filósofo eclético [dos que tentavam conciliar Bacon e Descartes, Locke e Leibniz]. Censurado em Roma por algumas de suas opiniões teológicas; a *Philosophia Mentis* e Os Elementos Metafísicos de Brescia [Brixia] o *Compendium Philosophicum Theologicum* de Manuel Inácio Coutinho (...) (FRIEIRO, 1981, p. 26).

Considera Eduardo Friero que o melhor da biblioteca do Cônego “não estava na quantidade, mas na qualidade das obras reunidas” (FRIEIRO, 1981, p. 46). Num período em que se disseminava o gosto

pela leitura a biblioteca reunia obras de informação e formação, edificação e deleite, com significativo espaço para aquelas que propunham novas ideias, como por exemplo, *L'Encyclopédie de Diderot* e *D'Alembret* em dois volumes. Uma variedade que não escusou nem mesmo os tratados de medicina com obras importantes para a época como: *Exposition anatomique de Structure du corps Humain* [do anatomista francês Winslow], o *Traité de Medicine pratique* [do médico escocês Collen, introdutor de uma classificação metódica da nosologia] e o *Traité de maladies vénériennes* e obras de Tissot [médico suíço que introduziu a prática da vacina]. A escassez de médicos e cirurgiões permitia que os eclesiásticos – entre outros – praticassem o receituário médico. Como curiosos vendiam boticas e manipulavam as mezinhas, portanto não é de se estranhar que o Cônego tivesse em sua biblioteca as referidas obras.

Conforme já mencionado, o século XVIII foi marcadamente o século da busca de instrução, inclinação para a pesquisa, observação e experiência. O desconhecido descortinava-se como um vasto campo para buscas e com frequência os relatos de viagens eram literaturas que abriam as janelas do mundo desconhecido, da natureza externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Jesuítas foram expulsos na administração do Marquês de Pombal sob a alegação de embargo ao reformismo iluminista, contudo há nas obras de João Daniel e José Monteiro da Rocha um conhecimento da racionalidade do século das Luzes bem como da nascente “Moderna Ciência” do século XVIII, ou seja, uma posição diferenciada do tomismo ortodoxo. Mesmo sem autorização para assumir tais ideias e ideais, os jesuítas tinham um conhecimento das propostas iluministas o que aparece em suas obras, notadamente em José Monteiro da Rocha. Em seus escritos pode-se observar que o conhecimento no século XVIII era constituído por uma instável mistura do saber racional e da física moderna, cujas noções teóricas derivavam da prática da magia e de toda uma herança cultural que se pautava nos poderes da autoridade e na redescoberta de textos antigos.

21 Luís Vieira da Silva nasceu no arraial da Soledade, capela filial de Congonhas do Campo, a 20 de fevereiro de 1735. Aos quinze anos entrou para o seminário de Mariana onde permaneceu por dois anos, graduou-se em Filosofia e Teologia Moral, nos Colégio dos Jesuítas em São Paulo. Recebeu todas as Ordens do bispo D. Frei Manuel da Cruz e antes do sacerdócio exercia o magistério no Seminário Episcopal de Mariana regendo a cadeira de Filosofia (FRIEIRO, 1981, p. 14).

22 Das duzentas e setenta obras que compunham oitocentos volumes da biblioteca do Cônego Luis Vieira da Silva, mais de 50 % eram obras em latim, noventa obras em francês, um pouco mais de 30 em português, cinco ou seis em italiano, 24 em inglês [sem autor] e o restante em espanhol, três ou quatro não lhe pertenciam (FRIEIRO, 1981, p. 24).

Alerta-nos Paolo Rossi (2001) para o fato de que os “pais fundadores” da nova ciência, ou seja, aqueles que pensaram e formularam as teorias, bem como os experimentos, viveram em um mundo diferente do que vivemos hoje, suas perspectivas e condição de pertencimento eram de culturas incompatíveis para nós. O século XVIII assistiu ao desenvolvimento da criatividade na matemática, ao mesmo tempo em que floresciam as obras herdeiras da alquimia. Newton, por exemplo, criador do cálculo [infinitesimal] é autor de vários manuscritos de alquimia. E o que sabemos hoje não era e nem podia ser do conhecimento da Moderna Ciência do século das luzes.

Um exemplo da força unificadora é o conhecimento que um jovem de ensino Médio detém hoje. Ele sabe distinguir que a massa de um corpo, conforme a física clássica, é a mesma em todos os pontos do universo, sabe também que o peso varia na medida em que se afasta da terra. Esse estudante conhece a primeira lei de Newton, chamado de princípio de inércia; tal princípio afirma que para deter um corpo em movimento linear uniforme é preciso aplicar uma força. Conhece ainda, a lei de aceleração de Newton, segundo a qual é ela e não a velocidade a resultar proporcional à força – lei que contrariou Aristóteles, que afirmava que a aplicação de uma força dava ao corpo uma velocidade determinada.

Das elaborações escolásticas aos escritos dos *Principia* de Newton temos uma revolução conceitual de grandes proporções que levou mudanças à noção de movimento; mudanças para as noções de massa, de peso, de inércia, de gravidade e de força da aceleração. Com isso apresentam-se novos métodos e uma nova concepção geral do universo físico. A natureza ganhou novos papéis projetando-se sobre ela novos objetivos com determinação para novas funcionalidades (ROSSI, 2001).

Para que a chamada “Física clássica”, se constituísse como unidade temática foi preciso afastar-se de aparentes obviedades que não se tratavam apenas do pensamento tradicional, mas de raízes tão profundas, que em alguns aspectos algumas sobreviveram a qual chamamos “de senso comum”. Toda-via alguns desses “senso” tiveram que ser abolido pela ciência moderna, tal a condição de generalização que carregava. São eles: a) os corpos caem porque são pesados [e aí tendem para seu lugar natural que é o centro do universo, a terra]; b) a velocidade da queda dos corpos era considerada proporcional a densidade do meio, num meio ausente de densidade a velocidade seria infinita [podendo o corpo estar

em mais de um lugar ao mesmo tempo]; c) tudo que se move é movido por uma força, cessando a força o movimento para [quando o cavalo para a carroça também para, uma pedra cai com velocidade maior que uma pluma]. Tratava-se de observações ligadas as experiências cotidianas; concepções que eram leituras fundamentadas em conceitos antropomorfos e que são fundamentais para entendermos a importâncias de algumas afirmações de um religioso do século XVIII. Período de luzes projetadas pelos ilustrados, detentores de um novo conhecimento. Período que ainda se condenava à fogueira por heresia.

FONTES IMPRESSAS:

DANIEL, João. *Thesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. 4.^a, 5.^a e 6.^a partes, padre João Daniel. **Annais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, T. II, 1976, 457p.

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. T. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DANIEL, João. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. T. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica ao Rio Negro**. Belém: Círculo do Livro; Museu Emílio Goeldi, [s/d].

GÊNESIS. In: **BIBLIA SAGRADA**. Tradução dos originais mediante versão dos monges de Maredsous (Bélgica). São Paulo: Ed. Ave Cristo. 1978.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era Pombalina. Correspondência inédita do Governador e Capitão – General do Estado do Grão Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751- 1759**. (Tomos I, II e III), São Paulo: Carioca & IHGB, 1963.

ROCHA, José Monteiro. **Sistema Físico-Matemático dos Cometas**. CAMENIETZKI, C. Z. & PEDROSA, F. M. (Org.). Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins – Mast, 2000.

TUDELA, Ana Paula; CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; CURTO, Diogo Ramada. **A Casa Literária do Arco do Cego: bicentenário, (1799-1801)**:

«sem livros não há instrução». Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda e Biblioteca Nacional, 1999.

REFERÊNCIAS

CALAFATE, Pedro. **A ideia de Natureza no Século XVIII em Portugal**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

CAPEL-SAEZ, Horácio. **O nascimento da ciência moderna e a América**. O papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território. Tradução: Jorge U. Guerra Villalobos. Maringá: Eduem, 1999.

CASSIRER, Ernest. **La Filosofía de la Ilustración**. México: Fondo de Cultura económica, 2002.

CASSIRER, Ernest. **El problema del conocimiento**. El renacer del problema del conocimiento. El descubrimiento del concepto de la naturaleza, los fundamentos del idealismo. México: Fondo de cultura económica, 1997.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural. Entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL, 1990.

DELAUNAY, Paul. **La Zoologie au Seizième siècle**. Paris: Éditeurs des Sciences et des Arts. 1997.

FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na livraria do Conego**. São Paulo: Itatiaia; EDUSP, 1981.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo IV Norte. Obra e assuntos Gerais, séculos XVII – XVIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

LEITE, Serafim. **Breve História da Companhia de Jesus 1549 -1760**. Braga/ Portugal: Livraria Apostolado da Imprensa, 1993.

MATOS, José Sarmento. Os Jesuítas e a ideia de Portugal. **Revista Oceanos**. Lisboa, N. 12, pp. 36-39, nov/trimestral, 1992.

MIRANDA, Tiago Costa dos Reis. **Ervas de ruim qualidade**: a expulsão da Companhia de Jesus e a aliança anglo-portuguesa: 1750- 1763. São Paulo: FFLCH-USP, 1991, (dissertação de Mestrado).

PAPAVERO, Nelson; LLORENTE-BOUSQUETS, Jorge; ESPINOSA-ORGANISTA, David. **Historia de La Biología Comparada desde el Génesis hasta el siglo de las Luces**: Vol.III. De Nicolás de Cusa a Francis Bacon (1493-1634). México: Universidade Nacional Autônoma de México, 1995.

REIS, Arthur César Ferreira. **Estadistas Portugueses na Amazônia**. Rio de Janeiro: Dois Mundos, 1948.

ROSSI, Paolo. **O Nascimento da ciência moderna na Europa**. Tradução: Antonio Angonese. Bauru/SP: EDUSC, 2001.

SANTOS, Eulália. Maria A. Moraes. **A Viagem Philosophica**: O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e a paisagem brasileira do século XVIII. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Estadual de Maringá – UEM. Maringá, 2001. 359 páginas. SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**: Feitiçaria e Religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VILLALTA, Luís Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Prática de Leituras**: usos do livro na América Portuguesa. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1999.

MÃES TUTORAS - OS REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA TUTORIA E AS AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO DE SEUS FILHOS - COMARCA DE VILA RICA, 1770-1830

Kelly Lislie Julio¹

Palavras-chave:
Mulheres; Tutoria; Educação;
Órfãos; Vila Rica

INTRODUÇÃO

Resumo: Esta comunicação, parte de uma pesquisa de doutoramento, baseia-se no cotidiano de algumas mulheres que viveram no Termo de Vila Rica, Capitania de Minas Gerais, entre 1770 e 1830. A intenção com este artigo é discutir o papel das mulheres enquanto tutoras na administração dos bens e educação dos menores. Para isso, apresentaremos brevemente a família e os papéis ideais a serem assumidos por seus membros. Depois, analisaremos os casos de tutorias assumidos por mulheres, destacando os principais requisitos elas deveriam possuir para serem consideradas elegíveis para a função. Finalmente, examinaremos alguns casos de tutorias exercidos por mães, especialmente no que se refere ao direcionamento às formas de educação dos órfãos. Para isso, serão privilegiados os testamentos e inventários dos maridos que nomeavam suas esposas como tutoras, os requerimentos e as justificativas enviados à Justiça pelas mulheres solicitando tal encargo e, também, algumas contas de tutela. Entende-se que a tutoria possibilitava maior influência na formação dos órfãos e na administração de seus bens. Desse modo, ao serem nomeadas ou alcançando a tutoria solicitada junto aos órgãos normativos, as mulheres participavam de modo determinante do processo educativo de seus filhos.

Parte de uma pesquisa de doutoramento que busca identificar o papel das mulheres na educação de crianças e jovens que viveram em sua companhia, a intenção deste trabalho é apresentar algumas práticas desenvolvidas pelas esposas a partir do falecimento de seus maridos. Pretendemos evidenciar as ações e alguns requisitos esperados da mulher para alcançar a tutoria de seus filhos, bem como apresentar algumas práticas desenvolvidas durante o exercício dessa tutoria que possibilitaram o acesso a algum tipo de ensinamento aos órfãos. Com essa finalidade, serão privilegiados os testamentos e inventários dos maridos e os requerimentos das viúvas enviados ao Conselho Ultramarino.

Nos países europeus, dentre eles Portugal, seguindo as concepções que fundamentavam os imaginários de diferentes autoridades civis e religiosas, a família deveria ser constituída a partir do casamento. Em outros termos, era a família celebrada a partir do matrimônio cristão que dava aos súditos as condições para requerer o acesso aos seus direitos e observar determinados deveres. Do mesmo modo, na América Portuguesa, as famílias aqui estabelecidas foram alvos de normas e mecanismos de controle das autoridades metropolitanas e eclesiásticas.

Essas normas e mecanismos de controle estavam relacionados à importância fundamental imputada à família “na montagem e funcionamento das atividades econômicas e nas relações sociais e políticas” (FARIA, 2011, p. 243); mas, ao mesmo tempo, diziam respeito à pretensa função que a mesma teria de propagar o catolicismo, além de disciplinar e ordenar os povos.

¹ Docente na Universidade Federal do Maranhão. Doutoranda na Universidade Federal de Minas Gerais.

Em Minas Gerais, por sua vez, isso não foi diferente. Palco de variados conflitos ocorridos ainda nas primeiras décadas do século XVIII, a região das Minas recebeu atenção especial de D. João V. Preocupado em impor um ordenamento e controle econômico e social sobre a população, determinou que o governador Dom Lourenço de Almeida, já em 1721, tomasse providências capazes de educar a população, o que, em outras palavras, representava a adoção de padrões organizativos europeus. Assim, ordenou ao governador da recém-criada Capitania de Minas Gerais que fizesse o possível para aumentar o número de casamentos, pois se acreditava que os homens e mulheres, uma vez casados, seriam mais obedientes, uma vez que estariam mais apegados à terra e às suas obrigações (FONSECA, 2009, p.32).

Apesar das dificuldades para concretizar tal intento², a concepção de que a família legítima seria o espaço possível para a organização da sociedade ambientou as mentes das autoridades civis e religiosas também nessa região. Com a ocupação do território, Igreja e Estado uniram-se numa mesma parceria e, além das funções já imputadas à família “tradicional”, passaram a defender também a ideia já existente de que, como local de formação das futuras gerações, caberia a ela a propagação das noções de bons comportamentos e bons costumes, dos fundamentos cristãos e, consequentemente, das concepções de civilidade dentro dos moldes europeus.

Nesse contexto, papéis específicos foram atribuídos. Aos maridos caberia a função de administrar o patrimônio familiar, além de deliberar a respeito dos destinos dos filhos e zelar pela honra daqueles que estivessem sob sua responsabilidade (CHEQUER, 2002). Às mulheres, estando à sombra do marido, compreenderia a oportunidade de exercer “os mais importantes papéis que uma mulher poderia desejar”: ser boa esposa e mãe, responsável assim pelo governo do lar e o “nascimento, sobrevivência, saúde e educação dos filhos” (DEL PRIORE, 2009, p. 17).

Como destacou Del Priore (2009, p. 34), todos os esforços foram feitos na tentativa de impulsionar as mulheres para a intimidade doméstica, instigando-as a perceberem o valor do viver

em família e, no seu interior, o cuidado com os filhos. As mulheres deveriam aprender a valorizar os seus encargos e percebê-los como específicos e naturalmente seus. Nesse “processo harmonioso”, a família legitimada tinha a função de alcançar aquele desejo institucional já mencionado; e dos usos que se fizeram dos projetos à família imputados, têm-se alguns relatos.

Em 1784, Dona Tereza de Jesus, moradora da Freguesia do Ouro Preto de Vila Rica, fez um requerimento à Rainha, no qual pediu a concessão da tutela de seus filhos e administração de seus bens³. Nessa mesma solicitação, informou que era viúva do Tenente José Francisco de Sá Mourão, cujo casamento, conforme determinavam os preceitos morais e os ensinamentos religiosos da época, havia acontecido à “face da Igreja (...) e como tais marido e mulher viveram sempre de bem, as portas adentro, e *unidos em boa sociedade*”. Desse legítimo matrimônio tiveram cinco filhos, “todos menores de quatorze anos que a justificante criou e ainda está criando a seus peitos”.

Apesar de o Tenente José Francisco ter falecido sem o testamento, no *Instrumento de Justificação* existente dentro do processo de requerimento, as testemunhas inquiridas atestaram que o mesmo vivia de seus negócios e estava sempre supervisionando o trabalho e auxílio que sua esposa dava “em vários particulares tendentes a negócios de seu casal”. Já D. Tereza, conforme as testemunhas, ainda em vida de seu marido, “sempre viveu com honestidade e exemplar recolhimento e governo econômico de sua casa e família como se fazem as virtuosas e boas mães de famílias no estado de casadas”.

Dona Ana Maria de Jesus, por sua vez, também nos idos de 1784, fez um requerimento à Rainha no qual solicitou a isenção da prestação de contas da tutoria de seus filhos⁴. “Casada à face da Igreja na forma do Concílio de Trento e das Leis do Reino” com Jacinto Pereira Ribeiro, teve três filhos – José, Antônio e Ana –, dos quais foi nomeada pelo marido, em testamento, como tutora e administradora dos bens. Quando vivo, seu marido, português da Freguesia de Santiago Lobão, Bispado do Porto, “vivia de seu negócio de fazenda seca” no Arraial de Congonhas, pertencente à

2 Como destacou Fonseca, dentre os variados impedimentos para atender à ordem do Rei, destaca-se, por exemplo, a falta de mulheres brancas na região (FONSECA, 2009, p. 32).

3 Requerimento de Dona Tereza de Jesus... AHU, Cx122, doc. 33.

4 Requerimento de Ana Maria de Jesus... AHU, Cx121, doc. 02.

Comarca de Vila Rica do Ouro Preto. Conforme as testemunhas, Dona Ana Maria possuía toda capacidade para “administrar, reger e governar não só os seus próprios bens como a legítima de cada um dos menores seus filhos”, pois ela já participava dos negócios da casa mesmo antes do falecimento do marido.

Em que pesem os discursos construídos de acordo com os interesses das testemunhas e das justificantes, é possível perceber, nesses dois casos, famílias assumindo o modelo ideal e, mais do que isso, fazendo uso das normas e das funções a elas atribuídas⁵. Em outros termos, as duas famílias apresentadas se apropriaram de um ideal possibilitando que os anseios de ordenamento propalados pelo Estado e pela Igreja fossem, em alguma medida, atingidos. Por outro lado, ao tornarem para si as normas e funções, essas famílias puderam participar da conformação da sociedade, possibilitando a inserção social de seus membros e criando meios que permitiram educar seus descendentes.

A MORTE NA FAMÍLIA E A ADMINISTRAÇÃO DAS “PESSOAS E BENS DOS ÓRFÃOS”

Entretanto, com a morte de um dos cônjuges os planos das autoridades civis e religiosas poderiam ser ameaçados. Isso porque, o falecimento representava uma alteração na conformação familiar e, consequentemente, na divisão dos papéis apontados acima.

Conforme as *Ordenações Filipinas*, a obrigação de administração da família e dos bens cabia ao marido. Sendo assim, o falecimento da esposa trazia implicações menores, já que a principal autoridade familiar ainda estava viva. Entretanto, com a morte do marido essa administração não necessariamente iria para a esposa, podendo em alguns casos ser transferida para outra pessoa.

Nesses termos, o falecimento do marido, além de provocar uma mudança na vida dos ou-

etros membros, poderia também ameaçar interromper o trabalho da família no que se referia à criação e educação dos filhos conforme os inteiros da Igreja e Estado. Sem a presença do pai de família ou na ausência de um homem que governasse as atividades econômicas e subordinasse seus integrantes, a família, enquanto estrutura sólida e espaço por excelência para a propagação da educação moral aos filhos – na dimensão religiosa e civil – poderia sofrer grande perigo.

Para evitar tal ameaça, com a morte do marido, além do inventário que deveria ser feito junto ao Juízo dos Órfãos, um tutor deveria ser nomeado quando os filhos deixados tivessem idade inferior a 25 anos e não tivessem sido emancipados, sendo entendidos a partir de então como órfãos⁶. A nomeação de um tutor e a abertura do inventário deveria ocorrer em até trinta dias do falecimento.

A feitura do inventário tinha como objetivo listar e avaliar os mais diferentes bens materiais do falecido, além de identificar as dívidas a serem pagas e recebidas. Os bens poderiam ser: roupas extremamente usadas, objetos de trabalho e da casa, os escravos, as moradias e as terras minerais e agrícolas. Era a partir desse processo que os bens deveriam ser partilhados para os herdeiros, o que não necessariamente acontecia, pois conforme a documentação que temos analisado e também como salientou Faria (1998, p. 258), apenas a morte do segundo cônjuge é que tal procedimento ocorria. Quer dizer, na realidade, “o viúvo era aquele que mantinha o controle sobre o total dos bens da unidade doméstica”.

Já a nomeação de um tutor visava a garantia do cuidado com os órfãos e seus bens. Segundo Fonseca (2014, p.34), cabia ao tutor cuidar da “alimentação, do vestuário, da saúde e da educação dos órfãos, conforme sua ‘qualidade e condição’”. Em outros termos, os órfãos deveriam aprender os ofícios semelhantes aos de seus pais: filhos de oficiais mecânicos e lavradores seriam introduzidos nessas ocupações; os demais órfãos

5 Importante destacar que, no processo de Dona Tereza de Jesus, além das informações que atestavam a capacidade da viúva, há também vários argumentos que comprovavam que os bens haviam sido sequestrados pela Fazenda Real, e que, por causa disto, ainda não havia sido feito nenhum pagamento aos credores. No referido processo, não fica clara a existência de algum credor entre as testemunhas, nem uma possível contenda por causa da tutoria, que estivesse atrasando os pagamentos. Entretanto, isso não invalida a possibilidade de muitos dos argumentos estarem relacionados à crença de que, sendo escolhida D. Tereza como tutora, o processo fosse resolvido mais rápido e as dívidas com os credores fossem quitadas.

6 Os inventários eram feitos quando ocorria a morte de qualquer um dos cônjuges. Todavia, a nomeação de um tutor ocorria apenas quando existiam filhos menores de 25 anos, conforme as *Ordenações Filipinas*, Livro I, Título 88 “Dos Juízes dos Órfãos”. As *Ordenações* vigoraram no Brasil até 1917. Nas, a obrigação para se indicar um tutor para os menores ocorria apenas na ocasião de morte do pai. Sendo a mãe a falecida, o pai era automaticamente responsável pelos órfãos e pela administração dos seus bens.

seriam instruídos nas primeiras letras (ler, escrever e contar)⁷. O tutor deveria, ainda, administrar as legítimas dos órfãos, cuidando para que não houvesse perda e se empenhar para aumentá-las.

Se o pai, durante a feitura de seu testamento, manifestasse o interesse por alguém, seu desejo era preferencialmente atendido⁸. Uma vez aceita a tutoria, o tutor seria obrigado a apresentar uma prestação de contas a cada dois anos, na qual seria informado o estado em que se encontravam os órfãos, a educação recebida e com quem estavam vivendo⁹.

É nesse contexto que surgem as viúvas. Para ser tutora, a mulher dependia de uma avaliação sobre seu comportamento e capacidade, a qual era feita por outras pessoas; além disso, muitas vezes essa avaliação precisava percorrer um caminho burocrático.

Havia duas vertentes que poderiam ser trilhadas. A primeira seria a nomeação em testamento pelos maridos. Outra possibilidade seria o envio do requerimento diretamente ao rei via Desembargo do Paço. Esse último caso ocorria, quase sempre, quando os cônjuges haviam morrido sem expressar suas vontades finais. Independentemente da maneira eleita para alcançar a tutoria, os mecanismos movidos refletiam um contexto denso e conflituoso, que se modificava em decorrência das necessidades, expectativas e interesses então presentes naquela sociedade, a qual, por sua vez, era regida pela lei legalmente estabelecida, mas também pelo costume que legitimava as práticas (THOMPSON, 1998).

Quando as mulheres eram instituídas como tutoras pelos maridos, tal nomeação parecia estar

relacionada à afeição e capacidade anteriormente reconhecida pelos seus cônjuges. Esse parece ter sido o caso de Dona Maria Theodora da Silva, viúva do Capitão Domingos José Ferreira¹⁰. Moradores do Largo do Rosário em Vila Rica e casados legitimamente, os dois tiveram 12 filhos, dos quais, no momento da feitura do inventário, nove ainda eram menores de 25 anos. Em seu testamento, presente no mesmo processo, o Capitão Domingos nomeou sua esposa como primeira testamenteira e também tutora de seus filhos. Para atestar sua nomeação, ressaltou que assim o fizera “por conhecer sua capacidade e suficiência que tem para bem reger e zelar tudo quanto lhes pertencer”.

Já Dona Rita Vaz de Carvalho era esposa do português João Francisco dos Santos¹¹. Residindo na Freguesia de Nossa Senhora de Antonio Dias, pertencente ao Termo de Vila Rica, eles tiveram três filhos, sendo que um deles – Feliciano – ainda tinha 20 anos quando os bens do casal foram inventariados. A grande admiração de João Francisco por Dona Rita foi expressa várias vezes em seu testamento. Na disposição da terça parte de seus bens, como era de direito, definiu que, após a realização de suas últimas vontades, sua esposa seria a herdeira, por ser “a pessoa mais grata com merecimento na dita herança”. Nomeou-a ainda por sua primeira testamenteira e declarou que “... pelo grande conhecimento que de mais de trinta e cinco anos tenho de minha mulher e do seu bom e louvável governo, paridade em gastos e em tudo o mais respectivo a despesas (...), por isso a nomeio por tutora do meu

7 Conforme Fonseca (2014, p. 34), na “América portuguesa, especialmente nas áreas mais urbanizadas, as prescrições legais eram praticadas com muitas variáveis, decorrentes da diversidade de conformação da população colonial. A determinação advinda da ocupação ou profissão dos pais na direção dada à educação dos filhos não era tão rigorosa. Era comum que filhos naturais de homens brancos de posses (geralmente portugueses) e mulheres negras (escravas ou libertas), reconhecidos em testamento, fossem enviados a professores particulares para o aprendizado das primeiras letras ao mesmo tempo em que aprendiam ofícios mecânicos com um mestre. A projeção de necessidades materiais futuras fazia com que muitos pais, ainda em vida, organizassem essa forma de educação ‘mista’ e que os tutores responsáveis pelos órfãos seguissem a mesma orientação. Podiam, assim, criar alternativas no processo educacional, sem desobedecer à legislação”.

8 O pedido do pai somente não era atendido se o tutor nomeado no testamento tivesse algum dos impedimentos previstos nas Ordenações: menor de 25 anos; sandeu; pródigo; inimigo do órfão; pobre no momento do falecimento do defunto; escravo; infame; religioso [estão excluídos os presbíteros e demais clérigos] ou impedido em decorrência de algum outro impedimento perpétuo. Ordенаções Filipinas, Livro IV, Título 102 “Dos Tutores e Curadores que se dão aos órfãos”.

9 Nem sempre essa prestação ocorria na prática. Dona Ana Maria de Jesus, já apresentada, fez um requerimento à Rainha pedindo justamente a isenção dessa prestação de contas, pois alegava que delas resultavam avultados custos e que não resultava o mínimo interesse aos órfãos. O pedido fora atendido, baseando-se inclusive na declaração da justiça local. Oliveira (2008) também apresentou alguns motivos. Conforme a autora, a omissão de tal tarefa poderia estar relacionada à tentativa de burlar a legislação para se apoderar dos bens, ou ainda à má administração das legítimas por parte dos tutores.

10 Inventário de Domingos José Ferreira. AHCPop/IPHAN, código 35, Auto 422, Ano 1802.

11 Inventário de João Francisco dos Santos. AHCPop/IPHAN, código 70, Auto 831, Ano 1788. Alfagali (2012) traz algumas informações interessantes sobre João Francisco. Conforme a autora, após um cruzamento de fontes variadas, foi possível identificar que o mesmo era um ferreiro que solicitara em 1750 à Câmara de Vila Rica sua carta de exame de ferreiro, sendo aprovado pelo mestre e juiz de ofício Baltazar Gomes de Azevedo. A partir daí, passou a ser um dos representantes dos oficiais do ferro. Fora ainda juiz de ofício em 1752 e, em 1753, examinador de Domingos Antônio, ferrador, processo em que assumiu a função de escrivão de ofício. João Francisco, conforme informação presente em seu inventário, foi também sócio do Padre Domingos Vaz de Carvalho, com quem estabeleceu uma loja de negócio de caldeiro e um serviço de mina. Dos oito escravos que possuía, seis exerciam as mesmas atividades que seu dono – quatro eram mineiros, e dois, oficiais de ferreiro –, o que possibilita inferir um contínuo processo de ensino-aprendizagem ali existente entre o senhor e os escravos. Agradeço a Crislayne Alfagali por me enviar parte do inventário de João Francisco.

filho Feliciano de menor idade e por administradora de sua legítima..."

No entendimento dos dois maridos, Maria Teodora e Rita Vaz reuniam as qualidades necessárias e devidas para assumirem a tutoria. Para os dois, elas eram mulheres com capacidade e juízo suficientes para continuar a tarefa de criar e educar os filhos, além de administrar os bens e a família. Quer dizer, elas tinham condições de entender e chefiar à todos garantindo a sobrevivência e o processo de formação e inserção social do grupo familiar. Como destacou Algranti (1993) esse entendimento sobre tais características eram capazes de dar *status* às mulheres e, para o nosso estudo, torná-las elegíveis para o exercício como tutora.

O reconhecimento por parte do marido também foi observado por Gorgulho (2011) e Morais (2009). Atendo-se aos “*mais abastados*”, as duas autoras destacaram que as mulheres pertencentes a esse grupo possuíam um maior espaço de ação, que era reconhecido e respeitado pelos maridos. Consequentemente, elas participavam mais da educação dos filhos e de outras atividades do casal, inclusive no plano econômico. Tal fato talvez possa explicar as indicações feitas por seus maridos para que assumissem sua testamentaria, além da função de tutoras dos filhos e administradoras de suas legítimas.

Além dos dois casos apresentados acima, as outras duas viúvas mencionadas no item anterior também tiveram um espaço de ação e manobra muito grande, mesmo quando seus maridos eram vivos. Tanto Dona Tereza como Dona Ana Maria de Jesus exerciam, conforme as declarações das testemunhas, certa autoridade no seio familiar. Sob a coordenação e na “presença e obediência” aos seus maridos, participavam não apenas do cuidado da casa e filhos, mas também dos negócios da família.

Dona Tereza assim como Dona Ana Maria, pelo que as testemunhas afirmaram, eram as responsáveis pela “escrita nos negócios” do casal. Dona Ana

Maria, inclusive, conforme as declarações, era a responsável pelo “manear” dos negócios, pois “seu marido apenas sabia assinar o próprio nome”, enquanto ela “possuía toda capacidade”¹².

Na composição do *Instrumento de Justificação* dessas duas mulheres, tal fato foi ressaltado¹³. Nos dois processos é possível encontrar, em vários momentos, a afirmação de que “essa aptidão e capacidade” habilitavam-nas a cuidar dos filhos, “dando-lhes a educação de que necessitavam”.

A nomeação da esposa como tutora, em algumas situações, dependia de confirmação, dada pelo rei ou rainha de Portugal (CHEQUER, 2002). Conforme a autora, isso ocorria quando a herança deixada ultrapassava a quantia de 60\$000¹⁴. Esse parece ser o caso de Dona Francisca Coelho de Ávila e Silva, viúva de José de Vasconcelos Parada e Souza, sargento-mor de Cavalarias das Minas Gerais. No testamento copiado no processo de inventário, o sargento-mor José de Vasconcelos instituiu sua esposa como testamenteira e tutora de seus três filhos menores¹⁵. Apesar disso, Dona Francisca fez um requerimento solicitando tal encargo, como se atesta nos documentos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino¹⁶. A solicitação foi atendida por D. Maria, pois no inventário há a provisão. Entretanto, tal concessão estava condicionada ao cumprimento da obrigação que compreendia em “doutriná-los e alimentá-los de todo o necessário de sua própria custa”, caso não bastasse para isso o rendimento das legítimas.

Havia casos, ainda, em que, para se alcançar a tutoria, as viúvas precisavam fazer um pedido de provisão diretamente ao rei, via o Desembargo do Paço. Geralmente, como já dito, isso ocorria quando seu marido havia falecido sem testamento¹⁷. Nessas situações, bem como naquelas em que as viúvas eram nomeadas por seus maridos, alguns requisitos eram exigidos dessas mulheres.

Em 1795, na Vila Rica do Ouro Preto, o Bacha-

12 Requerimento de Dona Tereza de Jesus... AHU, Cx122, doc. 33; Requerimento de Ana Maria de Jesus... AHU, Cx121, doc. 02.

13 O Instrumento de Justificação será melhor explicado mais à frente.

14 Apesar de essa cifra ser um valor bastante comum nos inventários, Chequer encontrou apenas 113 pedidos no Arquivo Histórico Ultramarino. Acreditamos que um número muito maior de confirmação de tutoria possa ter existido. Entretanto, pode ter ocorrido uma perda da documentação ao longo dos tempos, inclusive por questões ligadas à conservação. Tal entendimento se deve ao fato de que, muitas vezes, encontramos uma cópia dos pedidos de confirmação ou solicitação da tutoria nos inventários dos maridos. Quer dizer, é bastante comum encontrarmos pedidos que não estão arrolados nos catálogos produzidos pelo “Projeto Resgate”, referentes ao Arquivo Histórico Ultramarino. A título de exemplo, citamos o caso do inventário de Antonio Rodrigues Fontes (AHCPOP/IPHAN, código 18, Auto 169, 1817). Apesar de não existir nos catálogos da documentação existente no Arquivo Histórico Ultramarino nenhum requerimento de Dona Quitéria Gonçalves Fontes, no inventário feito por morte de seu marido há uma resposta positiva de D. João ao seu pedido de tutoria do filho menor Antonio.

15 Inventário do sargento-mor José de Vasconcelos Parada e Souza, AHCPOP/IPHAN, código 70, Auto 840, 1795.

16 Requerimento de Francisca Coelho de Ávila e Silva... AHU, Cx140, doc. 42.

17 Dona Quitéria Gonçalves Fontes, conforme informações presentes no inventário de seu marido, recorreu à mercê régia para ser tutora de seu filho Antônio. No mesmo documento há a informação de que ele havia morrido sem testamento. Inventário de Antonio Rodrigues Fontes (AHCPOP/IPHAN, código 18, Auto 169, 1817).

rel Antônio da Costa, curador nomeado para os órfãos do falecido marido de Dona Joana Gertrudes de Campos, solicitou à justiça que a removesse da administração de todos os bens de seus filhos, para os quais havia sido nomeada em 1784. Segundo o curador, a viúva havia partido para a vizinha Comarca do Rio das Mortes, deixando seus filhos desamparados em Vila Rica e, além disso, não tinha se preocupado em preservar o patrimônio deixado por seu marido. Para completar, conforme as palavras do próprio Bacharel Antônio, ela havia permitido “(...) se aliciar e vencer do seu pouco entender e fragilidade de mulher, admitindo conversações perigosas, faltando ao seu recato e honestidade com que deveria viver (...)”¹⁸.

Conforme o curador, D. Joana Gertrudes não cultivava algumas características importantes que lhe valessem a sua permanência no referido cargo. Faltava-lhe *recato* e ainda boa *capacidade* para reger as pessoas e bens de seus filhos.

A noção de *recato* estava relacionada com a ideia de *honra*, que, por sua vez, estava ligada à fama. Para as viúvas, ser honrada significava viver a viudez sem que houvesse rumores de que estava se relacionando com outros homens ou vivendo sem a “decência devida”. Era importante que essa honra fosse “pública e notória” e percebida por todos à sua volta de modo que pudessem testemunhar essa condição. Conforme destacou Algranti baseando-se em Elias (1993, p. 112), a honra era uma garantia à mulher de participação na chamada “boa sociedade”. Toda mulher deveria almejar uma “boa opinião” das pessoas de sua comunidade sobre seu comportamento.

Já a *capacidade* se baseava nos julgamentos ligados à destreza feminina com os afazeres domésticos. Mas, especialmente, estava relacionada à competência para negociar, gerenciar e definir os diferentes aspectos ligados aos bens da família e ao futuro e sobrevivência dos filhos. O cuidado com as cobranças das dívidas, a continuidade dos meios de subsistência da família, a redistribuição das tarefas entre elas e os filhos, a administração dos emprega-

dos e escravos, o direcionamento dos menores para a aprendizagem de ofícios e outros ensinamentos eram alguns dos elementos esperados dessas mulheres ao assumir a tutoria.

Finalmente, para alcançar a tutoria, além desses dois requisitos, toda mulher precisava provar que se conservava “no estado de viúva”¹⁹ com toda aquela *honra* devida ao seu estado sem que nele seja infamada de modo algum”²⁰. Para isso, existiam os chamados *Instrumentos de Justificação*, nos quais, a partir de certidões e testemunhas, o Juízo de Órfãos local atestaria ou não “as qualidades” da viúva. Como o próprio nome já diz, a função desse documento era justificar os requisitos para assumir a tutoria. Muitos dos pedidos de provisão eram seguidos desses *Instrumentos* que serviam como fundamento para a concessão ou não da tutoria por parte do rei/rainha²¹.

Até o presente momento não foi identificado nenhum caso em que, sendo feito o pedido de tutoria por parte das viúvas, o mesmo fosse negado. Talvez, conforme destacou Guedes, citada por Gorgulho (2011), isso estivesse relacionado à crença, por parte dos magistrados, de um sentimento natural de afeição das mães. No estudo de Gorgulho, a autora conseguiu perceber ainda que havia um número expressivo de tutorias exercidas pelas mães, sendo a maioria dos casos identificados.

A solicitação da tutoria por parte das viúvas ou sua nomeação pelos próprios maridos encerrava o ensejo para que elas continuassem a participar da vida dos filhos, sendo assim, suas responsáveis legais²². Com a tutoria, além do cuidado com a educação, elas teriam a oportunidade de cuidar da criação dos órfãos e administrar suas legítimas, de modo que, ao se tornarem maiores, eles pudessem receber as heranças deixadas pelo pai, sem prejuízo.

Nos documentos aqui analisados, foi possível perceber que todas as mulheres que solicitaram a tutoria ou a confirmação da mesma já estavam administrando “as pessoas e bens de seus filhos” ante-

18 Ainda não foi possível estudar esse processo. Em decorrência disto, todas as informações aqui constantes sobre ele foram retiradas de Chequer (2002).

19 De acordo com as Ordenações, caso as viúvas se casassem novamente, perderiam a tutoria de modo automático. Ordenações Filipinas, Livro IV, Título 102 “Dos Tutores e Curadores que se dão aos órfãos”.

20 Requerimento de Ana Maria de Jesus... AHU, Cx121, doc. 02.

21 Sobre o caso de D. Joana Gertrudes, conforme destacou Chequer, em decorrência do pedido do curador e da não-manifestação de defesa por parte da tutora, os bens foram retirados de sua administração, retornando apenas quatro anos depois, quando a viúva conseguiu provar que, na verdade, o Bacharel Antônio a caluniara e que “era pessoa mal afeita à suplicante”. Na sentença, foi justificado que Dona Joana Gertrudes havia se ausentado para permanecer próxima aos parentes. Em relação aos filhos e suas legítimas, foi mencionado que os primeiros estavam sendo educados em seus ofícios; e, sobre os bens, que, na verdade, haviam aumentado.

22 Havia situações em que a tutoria não era exercida legalmente pelas mães, mas eram elas que ficavam com os filhos. Ver, por exemplo, o caso das órfãs Bibiana e Maria, que, tendo como tutor legal instituído Damazo Francisco de Oliveira, ficaram sob a responsabilidade de sua mãe, a parda Feliciana Maria do Carmo. Citado por Oliveira (2008)

riormente. Diante disso, a intenção era apenas uma confirmação.

AS AÇÕES DAS TUTORAS PARA A EDUCAÇÃO DE SEUS FILHOS

A partir dos documentos analisados, percebemos que as viúvas, quando assumiam a tutoria de seus filhos, buscavam atender as funções esperadas não apenas como tutoras, mas também como educadoras.

Para isso, assumiram o papel de administradora das legítimas de seus filhos; sustentaram a prole à sua custa quando os bens deles não tinham rendimentos suficientes e hipotecavam seus próprios bens na tentativa de garantir a sobrevivência e subsistência dos órfãos. Ao mesmo tempo criou estratégias voltadas para a instrução²³ e perpetuação de conhecimentos, tais como: o encaminhamento para a aprendizagem de algum ofício, das primeiras letras e, em alguns casos, a gramática latina. Nesses termos, além de tutora ela foi também educadora, pois tomou para si, não necessariamente de maneira consciente, a função de preservar valores, concepções de mundo, hábitos e maneiras de agir.

Dona Quitéria Gonçalves Fontes, já brevemente apresentada, declarou que “não sabia ler nem escrever”. Entretanto, a partir da mercê régia que alcançara para ser tutora de seu filho menor, a viúva de Antônio Rodrigues Fontes demonstrou a “capacidade esperada”. Nas prestações de contas de sua tutoria existentes no inventário feito pela morte do marido, há declarações e recibos que comprovam que o órfão “encontrava-se junto com a tutora, aprendendo a ler e escrever” e que os bens pertencentes à legítima do menor tiveram alguns lucros em dinheiro e em produtos, que eram utilizados para o sustento do mesmo²⁴.

Brígida Maria do Rosário era esposa de Pedro Pereira Lima e, por volta de 1790, pediu que fosse confirmada a tutoria e administração dos bens de

seus filhos. Conforme o *Instrumento de Justificação* anexado ao requerimento, ela havia sido nomeada testamenteira e tutora pelo marido em testamento e, desde seu falecimento, encontrava-se no exercício das duas funções. Além disso, era declarado que a suplicante era muito “abonada com bens de raiz (...) muitos escravos e mais bens móveis e que tudo rege por sua pessoa com bom acerto sem que haja desfralde de forma alguma, vivendo com muitas honestidades e alimentando, educando aos ditos seus filhos menores em bons costumes como é constante...”²⁵

Caso exemplar da participação feminina no processo educativo dos filhos e da boa administração dada aos bens dos órfãos é o de Ana Maria de Jesus. No já citado pedido de isenção da prestação de contas da tutoria, Ana Maria justificou que o “falecido seu marido viveu de seu negócio de fazendas secas e ela justificante depois de seu falecimento tem continuado (...) sem que até o presente devesse o crédito de seu negócio”. Além disso, destacou que “não tem deteriorado o seu casal, mas antes o tem aumentado mais (...) de forma que, por seu falecimento receberão os menores seus filhos maior utilidades do que a receberam por falecimento de seu pai...” Finalmente, declarou que se conservava no estado de viúva com toda honra e que dava “a educação necessária [aos filhos] (...) de forma que já mandou seu filho José estudar para a Universidade de Coimbra aonde lho está assistindo com as despesas necessárias a fim de o adiantar nos estudos...”

Ana Maria de Jesus era a segunda esposa de Jancinto Pereira Ribeiro, e, no momento da produção desse *Instrumento*, todas as testemunhas que apresentara para justificar sua capacidade atestaram, “pelo ver e presenciar”, os principais quesitos para que Dona Ana Maria pudesse ser tutora de seus filhos e administradora de suas legítimas.

É certo que discursos poderiam ser produzidos conforme os interesses, como já dito. Dona Ana Maria poderia ter escolhido as testemunhas, exatamente porque os homens por ela apresentados já a conheciam “perfeitamente”, conforme declararam.

23 Conforme Bluteau a palavra instrução poderia ser entendida como “ensino (...) regimento que se dá a alguém para se reger por ele”. E instruir seria “ensinar, dar ensino (...) instruir alguém nos preceitos da Retórica, da Filosofia; em alguma língua; na arte de reinar; no que devemos obrar”. “Instrução/Instruir” In: BLUTEAU, Rafael. Vocabulário portuguez & latino, aulico, anatomico, architectonico bellico, botânico, etc. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>. Acesso em: 24. fevereiro 2014. De acordo com Denipoti e Fonseca (2011, p. 148), no século XVII quando foi publicado o *Didactica Magna* (1657), de Comenius, educação e instrução foram utilizados “para designar, de forma geral, o processo formativo dos indivíduos, com vistas a prepará-los adequadamente para a vida em sociedade”. A partir dessa concepção mais geral, Comenius, de acordo com os autores, apresentaria uma distinção entre os dois termos, explicando que a educação “estaria ligada à formação para o convívio social e a instrução à instrumentação para a aquisição de conhecimento” DENIPOTI, Cláudio e FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Censura e Mercê: os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. In: Revista Brasileira de História da Ciência. V. 04. N. 02, Rio de Janeiro, dez. 2011, p. 148.

24 Inventário de Antonio Rodrigues Fontes (AHCPOP/IPHAN, código 18, Auto 169, 1817).

25 Requerimento de Brígida Maria do Rosário... AHU, Cx 134, doc. 27.

Entretanto, ao que tudo indica, ela parece ter exercido a tutoria com bastante eficiência. Seu filho José, que, conforme suas próprias palavras, ela havia enviado para a Universidade de Coimbra, ao voltar ao Brasil casou-se com Rita Maria Caetana, com quem teve cinco filhos. Mesmo depois de emancipado, sua mãe ainda se fazia presente em vários momentos de sua vida, inclusive auxiliando-o, depois do casamento, e à sua esposa, depois de sua morte. Assim sendo, tornou-se tutora de seus netos, antes de seu falecimento (ANTUNES, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos analisados ajudam a perceber que as famílias legitimamente constituídas e os atores que dela faziam parte procuraram colocar em prática, ao menos aparentemente, as funções atribuídas pelas autoridades civis e eclesiásticas. Por outro lado, ao tomarem para si os desejos institucionais, não caracterizaram uma reprodução, mas uma adaptação à realidade existente no cotidiano de Vila Rica.

Especificamente sobre as mulheres, muito mais do que se restringindo aos afazeres domésticos, deve-se enfatizar que participaram da conformação econômica, social e educativa de suas famílias. Nesse processo, atuaram no “jogo social” existente, traçando estratégias diferenciadas que possibilitaram aos seus filhos alcançar ou manter melhores espaços, distinções e posições.

As mulheres buscavam assim atender ou ao menos apropriar e propagar os interesses e as aspirações circulantes no período e almejadas pelo Estado e a Igreja. Elas eram “jogadoras” do “jogo social”, pois ao mesmo tempo em que eram alvos das concepções e valores de seu tempo, participavam do processo de construção dessas ideias e visões de mundo. Nesse sentido, elas não se escusavam da sua parcela de obrigação no complexo processo de conformação, propagação e mudança dos costumes, valores e das diferentes estratégias da vida cotidiana, ao contrário. Na verdade, assumindo a função de tutora e, consequentemente de educar, elas acabavam, em certa medida, criando uma espécie de equilíbrio entre, de um lado, os valores e ideais em circulação no período e, de outro, as condições práticas subsistentes e os interesses particulares que eram engendrados dentro de seus grupos familiares.

FONTES MANUSCRITAS:

Inventário de Antonio Rodrigues Fontes (AHCPOP/ IPHAN, código 18, Auto 169, 1817).

Inventário de Domingos José Ferreira. AHCPOP/ IPHAN, código 35, Auto 422, Ano 1802.

Inventário de João Francisco dos Santos. AHCPOP/ IPHAN, código 70, Auto 831, Ano 1788.

Inventário do Sargento Mor José de Vasconcelos Parada e Souza, AHCPOP/IPHAN, código 70, Auto 840, 1795.

Requerimento de Ana Maria de Jesus... AHU, Cx121, doc. 02.

Requerimento de Brígida Maria do Rosário... AHU, Cx 134, doc. 27

Requerimento de Dona Tereza de Jesus... AHU, Cx122, doc. 33.

Requerimento de Francisca Coelho de Ávida e Silva... AHU, Cx140, doc. 42.

FONTES ELETRÔNICAS:

BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez & latino, aulico, anatomico, architectonico bellico, botânico, etc.** Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/I>. Acesso em: 24. fevereiro 2014.

ORDENAÇÕES Filipinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. Edição fac-similada da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870. Disponível em: www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.

REFERÊNCIAS

ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. **Em casa de ferreiro pior apeiro: os artesãos do ferro em Vila Rica e Mariana no século XVIII (2012).** Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas:** mulheres na colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil (1750-1822). Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

ANTUNES, Álvaro de Araujo. **O espelho de cem faces:** o universo relacional de um Advogado Setecentista. São Paulo: Annablume, 2004.

CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. **Negócios de família, gerência de viúvas.** Senhoras administradoras de bens e de pessoas (Minas Gerais 1750-1800). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2002.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo:** condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2009.

DENIPOTI, Cláudio e FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Censura e Mercê: os pedidos de leitura e posse de livros proibidos em Portugal no século XVIII. In: **Revista Brasileira de História da Ciéncia.** V. 04. N. 02, Rio de Janeiro, dez. 2011, p. 148.
FARIA, Sheila de Castro. FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento:** fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

. História da família e da demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da historia:** ensaios de teoria e metodologia. 2^a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p.229 - 245.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas Famílias:** Vida Familiar em Minas Colonial. São Paulo: Hucitec, 1997.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Educação na América Portuguesa: sujeitos, dinâmicas, sociabilidades. In: **Questões & Debates**, n. 60. Curitiba: UFPR, jan./jun. 2014.

. **Letras, ofícios e bons costumes.** Civilidade e sociabilidade na América portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GORGULHO, Talítha Maria Brandão. “**Aos órfãos que ficaram”:** estratégias e práticas educativas dos

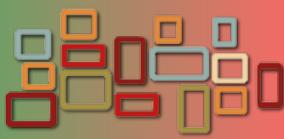
órfãos de famílias abastadas da Comarca do Rio das Velhas (1750-1800). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2011.

MORAIS, Christianni Cardoso de. **Posses e usos da cultura escrita e difusão da escola:** de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del Rei, Minas Gerais (1750-1850). Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2009.

OLIVEIRA, Cláudia Fernanda de. **A educação feminina na Comarca do Rio das Velhas (1750-1800):** a constituição de um padrão ideal de ser mulher e sua inserção na sociedade colonial mineira. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família no Brasil:** história e historiografia. Conferência proferida no departamento de História da Universidade Federal de Goiás. História Revista, Goiânia - GO, v.2, n.2, jul./dez. 1997, p. 07- 21.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Co-mum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



OS LIVROS E AS MESAS: COMO A PALAVRA IMPRESSA CIRCULOU ENTRE PORTUGAL E AMÉRICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII

Hevilton Wisnieski da Silva ¹

Cláudio Luiz DeNipoti ²

INTRODUÇÃO

Resumo: A existência em Portugal no século XVIII, do aparato censório montado por Carvalho e Melo, Secretário de Estado de José I a partir de 1750, produziu uma documentação que nos faz enxergar os limites da pretensão de se adotar medidas ilustradas presentes pela Europa no período. Tais limites não representaram, por outro lado, a inércia diante de sua implementação, realizando reformas e, ao mesmo tempo, conservando o poder na figura do rei e defendendo a moral e os costumes baseados no catolicismo ortodoxo que se pretendia. Esse não cumprimento se deu graças ao modo como se comportaram livreiros e mercadores de livros, leitores e autores, que diante das proibições, arriscaram seguir com seus livros, criando redes de circulação da palavra impressa na contramão da censura. Essa cadeia de relações existente no período, produziu representações e constituiu um espaço de conflitos e debates no interior dos aparelhos do Estado e nas próprias relações entre os livreiros, que enxergavam no negócio do livro, o lucro, se fossem proibidos, ainda maior. Isso não impediu autores de aproveitarem o espaço aberto no mercado para divulgarem as suas ideias, consideradas, muitas vezes, heterodoxas pela censura. Logicamente, anteriormente ao século XVIII, a censura existiu e muita dela se verá nesse contexto. Mas a forma que ela tomou no período em questão é um templo a mais na história, pois representava interesses relativamente diferentes e se situava no momento em que a procura pelo livro aumentava e, portanto, a sua oferta se expandia.

É impossível negar que o livro sempre despertou interesses, não necessariamente intelectuais, mas também econômicos, comerciais, culturais, sociais e estéticos. O livro “é um fato social, isto é, objeto de escrita e leitura, mas também de venda, compra, colecionamento; motivo de censura, crítica, classificação; vítima de esquecimento ou algo retido pela memória coletiva” (SILVA, 1973, p. 441-457). O processo que vai da escrita ao leitor, é complexo e envolve relações de poder, e o sentido dado ao livro não está ligado somente à leitura, mas a toda a cadeia de eventos formada à sua volta.

A atenção, entretanto, será mantida sobre a circulação do livro, o que atualmente é difícil afirmar que tenha tanta importância como a leitura, pelo menos teoricamente, mas que envolve eventos, tais como a própria censura, a edição, o boicote, o esquecimento. O esquecimento está ligado ao conjunto de eventos que norteiam a trajetória do livro, pois em sociedades de caráter autoritário, sejam antigas ou modernas, a primeira etapa para se reconstruir uma história é fazer com que as pessoas se esqueçam da história que já havia sido escrita anteriormente.

Na sua célebre obra sobre cultura e imperialismo, Edward Said nota que ‘[o] poder de narrar, ou de bloquear a formação e a emergência de outras narrativas, é muito importante tanto para a cultura como para o imperialismo, e constitui uma das principais ligações entre ambos. (TAVARES, 1999, p.15)

Estar no centro do debate possibilita dar as coordenadas sociais para forjar uma cultura oficial, transpondo-o para uma fórmula como “o poder de narrar, ou de bloquear a formação e emergência de outras narrativas, é muito importante tanto para a memória, quanto para a censura e constitui uma das principais ligações entre ambas” (TAVARES,

1999, p.15). A *meta-memória*, “conceito que define as representações que o indivíduo faz do que viveu” (CATROGA, 2001, p. 15), está relacionada justamente a construção da memória coletiva e histórica e através dela. A censura tem o objetivo de criar um passado a ser lembrado através do esquecimento.

Apesar de ser um imaginário na relação de forças nas sociedades criar uma hegemonia de ideias na memória coletiva, em muitos casos, dentro de limitações impostas pela resistência formada como produto da censura, se alcança a esperada releitura histórica mais ou menos aceita como uma “espécie de verdade”. O livro é o centro dessa disputa, e a sua circulação demonstra

¹ Mestrando em História, cultura e identidades, Programa de Pós-Graduação em História- PPGH. Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG. heviltonwisniesk@gmail.com.

² Orientador. Pós-Doutor pela USP, Doutor em História pela UFPR. Professor Associado do Departamento de História e Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História da UEPG.

o quanto depende de muitos fatores além da proibição e repressão para que se faça esquecer. “Como a consciência do eu se constrói em correlação com as camadas memoriais adquiridas tem de se ter presente que estas só se formam a partir de narrações contadas por outros, o que prova que a memória é um processo relacional e intersubjetivo” (CATRO-GA, 2001, p. 18).

No século XVIII, durante o reinado de D. José I em Portugal, a censura dirigida por

Sebastião José de Carvalho e Melo, que veio a ser primeiramente Conde de Oeiras (1759), para depois se tornar o Marquês de Pombal (1770), seguia um regimento instituído em 1768

(O Termo “Censurar” não tinha, à altura, o significado que veio adquirindo nos últimos séculos. Para os censores da Real Mesa Censória e os seus coevos a palavra tinha uma amplitude semântica maior, sendo talvez identificada maioritariamente com “examinar”, ou “criticar”. A frase “um livro censurado”, que para um ouvinte actual evocará de forma quase unívoca, um livro “proibido” ou “expurgado” significaria então um livro examinado” ou apenas “um livro que passou pelas mãos de um censor”. BLUTEAU, 1712-1728).

Uma das características do regimento da Real Mesa Censória, foi a predominância da censura escrita e do esquecimento programado das obras em um lugar chamado de *Secreto do Tribunal*. As tradicionais cerimônias de queima de livros foram realizadas raras vezes nesse período. Isso pode ser explicado pela atenção que seria chamada a uma obra penalizada em público, que despertaria maior procura pelos leitores. Nesse caso, uma obra só era proibida ou penalizada ao fogo em público normalmente quando já estava resolvido o problema de sua circulação ilegal.

A sua exposição era uma “comemoração”, “co-memorar o que leva a que a memória deva ser dita na linguagem pública, coletiva e instituinte do rito”. O interesse em questão é a validação do que já tinha-se conseguido *a priori* e estava sendo transmitido ao público naquele momento, com a intenção de se criar um símbolo de poder, um aviso a quem ousasse contrariar a proibição que o rito simbólico proclamava.

É impossível a história do livro, sem pensar nas etapas que vão desde a edição até a circulação e desde o desejo até a posse. “Uma história da leitura não se pode limitar unicamente à genealogia de nossos modos de ler, em silêncio e com os olhos, mas tem a tarefa de redescobrir os gestos esquecidos, os

hábitos desaparecidos” (CHARTIER, 1991, p. 181). Os requerimentos que eram escritos *suplicando*, a liberação de livros retidos nas alfândegas ou a licença para circular pelo império com certos livros de posse própria ou a serem transportados para alguém que os esperava do outro lado do Oceano Atlântico, questionados e transformados em fontes históricas permitem identificar gestos, linguagens, comportamentos, enfim, culturas constituídas a partir das representações em torno do livro. Os tipos de livros que circulavam são percebidos nos róis juntos aos requerimentos, que eram obrigatórios, mas nem sempre traziam as informações todas sobre os livros portados ou enviados, talvez pelo hábito, talvez tentativas de se driblar a censura.

Portanto, pensar o livro em seu contexto espacial e temporal, implica em investigar as representações que são construídas através deste nesse contexto. Como salienta Robert Darnton: “os historiadores têm tratado em geral a palavra impressa como um registro do que aconteceu e não como ingrediente do acontecimento” (DARNTON; ROCHE, 1996, p. 15). Os livros, impressos ou manuscritos, foram motivo de transformações ou de restaurações dessa história e como tais, devem alcançar o seu devido lugar.

LIVROS, LUZES E MESAS

Portugal, evidentemente, refletiu a realidade europeia com peculiaridades próprias a cada Reino, mas com semelhanças entre eles em vários aspectos, como o catolicismo, as monarquias e a censura literária, pois desde mais de um século, autores críticos a tais sistemas amedrontavam clérigos e monarcas com suas palavras de liberdade ou de transformação, em favor do melhor exercício religioso ou político. Uma boa definição do contexto do século XVIII é a da “luz” da razão, uma representação criada pelo imaginário de diversos sujeitos nesse século, que se representavam como dotados de racionalidade em detrimento e “apesar da escravidão e superstição” (HOFF, 1995, p. 12), do atraso intelectual de que consideravam a Europa “vítima”.

O conceito de luz vai adquirindo ao longo do século XVIII, um novo e importante sentido. A imagem da luz é, agora sempre solicitada, de todas as vezes que se fala de razão, liberdade ou felicidade, refletindo-se no termo utilizado para definir esse século. (HOFF, 1995, p. 12)

As formas de representação se deram como

pinturas, comportamentos, o desejo de parecer diferente do modelo tradicional do *Ancien Régime*, o seu oposto e ao mesmo tempo o seu pior inimigo:

Iluminismo é o título de uma gravura de Daniel Chodowiecki, fecundo artista alemão do século XVIII. Nela pode ver-se, num primeiro plano, uma carroagem isolada que, atrás de uma caminhante e um cavaleiro, se desloca ao longo de uma estrada campestre, na sombra de uma escura floresta e em direção a uma povoação acastelada, da qual são visíveis, sobressaindo das árvores que as ocultam, uma torre maior e uma mais pequena. A povoação já está mergulhada numa luz clara, vinda do Sol que irrompe por detrás da linha montanhosa do horizonte. Um sol matutino, cujos raios penetram profundamente num céu ainda de alvorada, prestes a dissipar o véu de neblina que ainda paira atrás da povoação. (HOFF, 1995, p. 11)

A alusão feita nessa obra é esclarecedora quanto às intenções de mudanças, de rupturas de pessoas letradas nas mais diversas áreas e localizadas em lugares os mais distantes um do outro. Como a Alemanha, de Chodowiecki, e a Inglaterra, que já no século XVII havia passado por uma das mais importantes turbulências sociais desenvolvidas pelo questionamento ao *status quo* do poder monárquico.

Entre pessoas poderosas e também entre as camadas subalternas da sociedade que participaram da Revolução Inglesa, “as tentativas de vários grupos, formados em meio à gente simples do povo, para imporem as suas próprias soluções aos problemas de seu tempo, em oposição aos propósitos dos seus melhores, que os haviam chamado a ingressar na ação política” (HILL, 1987, p. 30). Também a França, da dinastia dos Bourbons, e a sua população pobre e faminta diante do luxo dispensado à corte e à família real, contexto em que se levantam escritos e vozes questionando as contradições das instituições políticas e eclesiásticas (não somente aqui). Ibéricos Portugal e Espanha, em seus conflitos por poder e ultramarinos por territórios nas Américas (como os demais países) e não sem críticos das camadas mais pobres da sociedade ao mundo avesso às suas sobrevivências.

As luzes entendidas aqui não no seu conceito *Aufklärung* da Alemanha ou em *Lumières* da França do século XVIII, mas transmitindo a ideia de questionamento ao quadro social, político e religioso do período e em atitudes tomadas em diversos âmbitos para combatê-lo - nasceram de diferentes lugares nas sociedades europeias, dos círculos de leitura aos becos de vilarejos miseráveis. Tinham como pano de fundo as monarquias absolutas, a Igreja, e privilégios que não de forma simultânea passaram a ser

questionados, satirizados e combatidos na Europa anteriormente ao século XVIII, mas passariam a ser representados pelos que viviam nesse período como a expressão máxima do pensamento racional e das críticas ácidas ao *Ancien Régime*.

Várias foram as maneiras de se representar, e a palavra impressa não deixou de ser um dos ícones da representação do Iluminismo. Desde séculos lia-se, na Europa, os mais diversos gêneros, e a censura, que a Igreja desenvolveu em tempos muito anteriores ao século XVIII, buscava controlar as lembranças e os esquecimentos das pessoas sobre o que era impresso ou circulava em manuscritos, que mesmo assim encontraram sempre “válvulas de escape” para a circulação.

É fundamental “compreender como, nas sociedades do Antigo Regime (...) a circulação da palavra impressa transformou os modos de interação social, permitiu novas formas de pensar e modificou as relações de poder” (DENIPOTI, 2014, p.149) na contramão das formas de censura as mais diversas. Como observado por Daniel Roche “(...) *Depuis ses origines, c'est un instrument de combat*” (MARTINS, 2005, p. 15) o livro proibido era o

“livro herético, tratado científico ou de filosofia, libelo político ou crônica escandalosa, o “ferment” segundo Febvre (MARTINS, 2005, p. 15). Esse aspecto poderia, no entender das autoridades censórias, insuflar revoltas, causar turbulências ou inverter mentalidades religiosas da “verdadeira fé” pretendida pelo poder religioso, que era a “única verdade”.

Além da categoria de livros proibidos, havia, ainda, as *contrafacções* (MARTINS, 2005, p. 14), uma maneira fraudulenta de reproduzir obras proibidas ou não, com o consentimento do autor ou sem a sua convivência, que contribuía para difundir obras as mais diversas, aumentando a circulação diante da sociedade portuguesa e dos órgãos repressores das obras proibidas.

O mercado livreiro não representava aos anseios dos autores das obras proibidas, desejava, antes de mais nada, o lucro. A “economia política da literatura” (CURTO, 2007, p. 206) que representava reformas com relação à circulação de livros e a abertura de um mercado livreiro lucrativo era a contradição do próprio regime político vigente, talvez por isso a censura não tenha “baixado a guarda”, muito pelo contrário, pois se de um lado representava lucro de outro representava um alcance maior de variadas temáticas de leitura a um número bem mais elevado de pessoas que no século anterior. En-

tre essas leituras estavam aquelas que questionavam e combatiam o *status quo* do Antigo Regime.

Os lucros faziam valer a pena o risco que corriam, burlando a censura e desafiando os tribunais portugueses e estrangeiros de censura literária, que garantiam o sucesso das obras que circulavam no subterrâneo, sem a aprovação dos censores, fossem eles do Tribunal do Santo Ofício ou das Mesas Censórias teoricamente civis. Encontra-se aqui uma espécie de colaboração entre o pensamento relacionado à oportunidade de lucrar que se desenvolveu nesse período entre os livreiros e impressores e uma variedade de culturas subversivas como as que nasceram no círculo de *philosophes* ou as desenvolvidas entre as camadas subalternas da sociedade, essas que causaram tanto medo no século XVIII.

Houve uma tentativa de inovação do pensamento no trato das coisas humanas, científicas ou filosóficas, representadas pelos autores e leitores.

Isto pode nos esclarecer sobre realidades difíceis de compreender, por não colocarem de maneira simples, de um lado, a censura e, do outro, a liberdade de escrever. Nas sociedades do Antigo Regime, os poderes de censura não estavam bem diferenciados e as autoridades religiosas e políticas concorriam para assumi-los e exercê-los. (CHARTIER, 1998, p. 35)

No caso português, as autoridades oscilavam entre proibições e condenações. Os deputados responsáveis por dar pareceres divergiam nas suas opiniões, mesmo quando os documentos oficiais demonstravam certo grau de consenso. Essa mesma, era uma forma de demonstrar uma unidade de opiniões que não existia, talvez, segundo Payan Martins, para parecer um todo coerente diante do espaço público e dos sujeitos envolvidos no mercado livreiro, criar uma imagem de unidade.

A infração nasceu dentro do sistema: foram os intervenientes deste processo de comunicação – precisamente os mesmos a quem couberam as responsabilidades e os louvores da produção e comercialização do livro lícito – que, reunidos numa cadeia de cumplicidade, muito embora estimulados por motivações diversas, arriscaram a transgressão e criaram um mercado marginal de produção e difusão de livros ilegais. (MARTINS, 2005, p. 543)

Os próprios mecanismos de censura, nas relações entre as autoridades mergulhadas no mercado livreiro em expansão, criavam condições de uma relativa impunidade, que encorajava os livreiros a seguirem com seus negócios. Os livreiros, em suas justificativas, quando tinham os seus livros apreendidos e estavam sob interrogatório, sempre busca-

vam colocar o lado financeiro, em relação ao prejuízo que estariam tendo se não pudessem exercer os seus negócios. As autoridades censórias, muitas vezes buscavam puni-los, utilizando-se justamente desse princípio. Apreendiam os livros e não autorizavam a sua devolução. Diante dessa ameaça, esperavam amedrontar os livreiros pelo prejuízo financeiro (MARTINS, 2005, p. 451) o que não surtiu efeitos muito satisfatórios.

O livreiro-editor dos séculos XVI, XVII ou XVIII define-se inicialmente pelo seu comércio. Ele vende, além dos livros que ele mesmo edita, aqueles que obtém por uma troca com seus colegas: ele lhes envia, em folhas não encadernadas, livros que editou e, em troca, recebe os livros dos outros. Pode possuir uma gráfica, ou então fazer com que uma gráfica trabalhe para ele. É, portanto, em torno da atividade de livraria que se organiza toda a atividade editorial. (CHARTIER, 1998, p. 53)

Os livreiros viviam em “exercício permanente de sua inteligência” (MARTINS, 2005,

p. 624), pois precisavam encontrar meios para fazer circular obras lícitas e ilícitas, meios que não fossem flagrados pelas autoridades. No entanto, era muito difícil não ser do conhecimento de autoridades as estratégias de se burlar a censura. Ao passo que, até a metade do século XVIII, houve mudanças nos mecanismos de censura, e as estratégias utilizadas pelos livreiros, autores ou leitores, eram praticamente as mesmas que vinham desde o século XVII. Havia uma “intemporalidade do uso da repetição das mesmas técnicas de fraudes” (MARTINS, 2005, p. 578). Estratégias como as de “lardear”, ou seja, separar folhas de livros proibidos, colocando-as entre livros lícitos em caixotes nos navios a serem verificados nos portos, eram de utilidade havia muitos anos.

Também era prática comum se utilizar de licenças que eram concedidas a pessoas dutas ou eclesiásticas para justificar a presença de obras ilícitas em suas lojas. Quando eram apanhados pela rede da censura, alegavam sempre desconhecimento ou boa-fé de que tais obras podiam circular legalmente naquele Reino, ou mesmo, que se tratavam de obras destinadas a quem possuísse licença especial. Livros de autores estrangeiros que os diplomatas estrangeiros desejasse possuir, por exemplo, tendo em vista que estes tinham licença para isso. Esse aspecto contribuiu também para a circulação ilegal de obras em Portugal. (MARTINS, 2005, p. 96), argumentando que criam na legalidade da obra proibida naquele Reino ou que eram destinados a diplomatas

estrangeiros, que possuíam privilégios de licença para lerem obras proibidas.

Por outro lado, aquele que desejava ver sua obra circulando por interesses ideológicos, também precisava se precaver diante da vigilância e do risco que corria, tanto se fosse habitante de Portugal, como se fosse um português vivendo fora dos limites territoriais da Corte Portuguesa. “Os autores que tentarão viver da sua pena só irão aparecer no século XVIII” (CHARTIER, 1998, p. 38-39).

Um caso emblemático em Portugal foi o de Luiz Antônio Verney, que escreveu em 1746 a obra intitulada *O Verdadeiro Método de Estudar*. Verney, em sua primeira tentativa de publicação, utilizou a estratégia da *fausse-adresse*, a menção de um lugar existente, mas no qual o livro não foi publicado, ou mesmo, um lugar imaginário, pois “se a censura é por demais severa, os textos são impressos fora do Reino” (MARTINS, 2005, p. 44). O autor também utilizou uma outra estratégia comum há tempos entre os autores, um pseudônimo, Padre Barbadinho da Congregação de Itália. Um emblemático exemplo que demonstra como um autor poderia se comportar para ver as suas ideias circulando à bel prazer dos leitores. A foi obra proibida em 1747, por ser “*injuriosa à Nação e ofensiva de tantos sujeitos ilustres, sem conter, todavia, doutrina formalmente herética*” (MARTINS, 2005, p. 310), dizia o Conselho Geral do Santo Ofício.

Este exemplo que remonta às ditas divergências de autoridades censórias, principalmente no quesito “ser ou não ser herética”, foi um entrave no processo de proibição. A autoria de Verney não foi descoberta, o pseudônimo utilizado “cumpriu bem a sua função de máscara protetora da identidade do autor” (MARTINS, 2005, p. 317). A função de um pseudônimo era uma arma dos autores para realmente tentarem parecer aquilo que afirmavam, ou mesmo exercia uma função de provocação, deixando “evidente aos censores que se tratava de um pseudônimo, assim também se procedia com relação à *fausse-adresse*”, como no caso do livro *O Jornalista Couraçado* em que se imprimia no local de publicação “A cem léguas da Bastilha” alardeando o seu estatuto de fora-da-lei (DARNTON; ROCHE, 1996, p. 53).

Os impressores eram outros sujeitos que justificavam financeiramente o seu envolvimento com o comércio ilegal de livros, pois estes eram muitas vezes passíveis de punições mais severas e precisavam apelar para a necessidade social para tentarem

escapar da rede que os havia capturado. Em colaboração com o autor ou não, o impressor desrespeitava o procedimento legal de uma obra após ter sido censurada e imprimia frases ou tipos que estavam riscados, ou seja, não poderiam conter na segunda impressão (MARTINS, 2005, p. 611-613).

Também os leitores eram atores do teatro do livro:

Poder-se-ia também evocar o contraste que se revelou, no século XVIII, entre leitores de um tipo antigo, que reliam mais do que liam, e leitores modernos, que agarravam com avidez as novidades, novos gêneros, novos objetos impressos - o periódico, o libelo, o panfleto. A clivagem, aqui, remete a uma oposição entre cidade e campo, ou entre gerações (CHARTIER, 1998, p. 92).

A configuração demonstrada por Chartier, remonta, apesar de muitas permanências, a uma característica de ruptura cultural, de aceitação de novas ideias e comportamentos dos leitores que são representados lendo em bosques, em camas, diferentemente daqueles dos séculos anteriores sempre a postos em um escritório, uma sala fechada. Essa nova configuração está estritamente ligada ao livro como protagonista da história, ele se impõe e é autorizado (por mais que combatido pelas esferas autoritárias) culturalmente a fazer parte de momentos cotidianos da vida dos leitores mais abertos a novas leituras.

Os leitores participavam no mercado ilegal, principalmente porque liam obras que eram produto das licenças especiais concedidas a pessoas próximas ou, ao contrário, forneciam livros, tendo licença para ler os proibidos, para pessoas próximas que não possuíam tal licença. Assim, se construía um círculo de colaboração que, no entanto, no caso português, se quebrava no momento do interrogatório por qual categoria fosse colocada diante das autoridades censórias para serem repreendidas.

Os exemplos colocados acima sobre os protagonistas do mercado livreiro, não contemplam a totalidade de estratégias e fraudes, mas eram algumas das técnicas que faziam possível a circulação ilegal das obras proibidas, bem como a sua comercialização. Como o foco na narrativa não é a circulação de obras conhecidamente proibidas, não serão considerados detalhes muito profundos nesse sentido.

No entanto, na documentação analisada é possível notar algumas obras proibidas e outras inclusive suprimidas. A supressão (em sentido metafórico, vale o mesmo que extinção, proibição ou obstáculo moral que suspende e impede o curso ou exercício

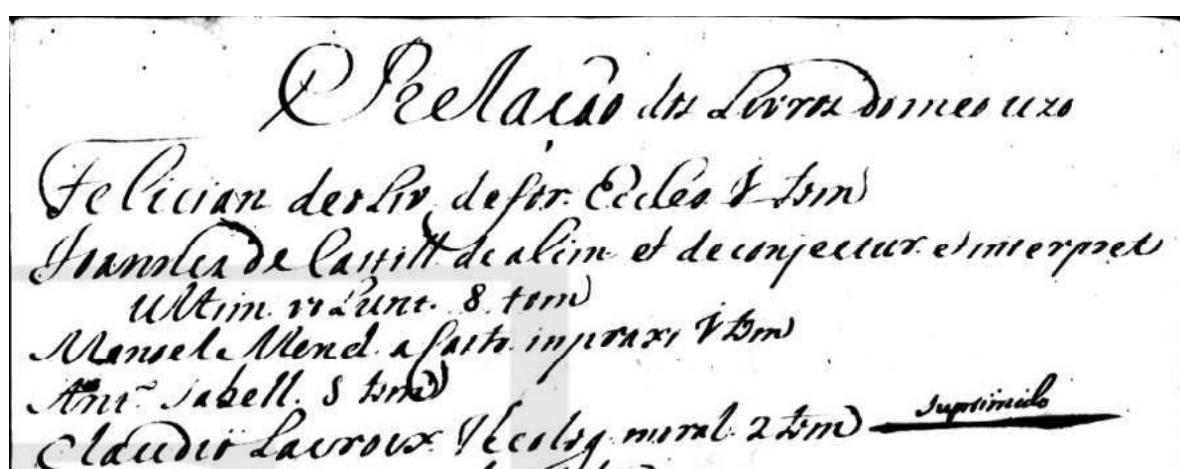
de alguma coisa. BLUTEAU, 1712-1728, p. 795) era o agravamento da pena em relação à proibição. Suprimir significava manter uma obra “na escuridão”, impedindo-a de alcançar a “luz pública”. A construção da narrativa enfatiza a circulação de obras lícitas, que são as mais corriqueiras nas fontes históricas em questão, mas há ocorrências de algumas obras proibidas.

Em 1769, António da Costa Agra, advogado na cidade de Braga, requereu junto à Real Mesa:

Diz Antônio da Costa Agra na cidade do Porto, que na alfândega da mesma estão seis caixões de livros [...] da cidade de Braga onde o supplicante exerce a ocupação de advogado e li toda a relação inclusa que foi lavrada anexada a publicação do edital q[?] aproximam baixou efeito também para lembrança e por isso não circunstanciada na forma do mesmo edital. Era conformidade da ordem de Vossa Majestade que lá na dita alfândega não é admitida ao supplicante extração[?] e dispensa[?] dos mesmos livros dos quais não pode formar relação e o levante[?] no mesmo edital, nem fazer remessa dos proibidos, sem que primeiro sejam entregues ao supplicante para o que recorre a Vossa Majestade lhe faça a graça de ordenar ao Juiz da dita alfândega faça entrega [...] [...] supplicante dos ditos livros para deferir de feita dar cumprir ao dito edital e remeter os proibidos. Pede a Vossa Majestade que lhe façam mandar que o Juiz da Alfândega da cidade do Porto, faça entregar ao supplicante [...] [...] os seis caixões de livros transportados da cidade de Braga que são do supplicante (Real Mesa Censória, caixa 149, 1769).

É importante notar que a quantidade de livros, seis caixões, caracterizam o advogado de Braga como alguém que portava elevado número de obras, o que não era incomum nas Alfândegas dos portos lusitanos. O seu requerimento evidencia que teve problemas com o Juiz da dita Alfândega, o que o faz recorrer ao edital da Mesa e suplicar que lhe fossem entregues os seus livros. Ocorreu um problema nesse caso:

Imagen 01:



Real mesa Censória, caixa 149, 1769.

Nesse trecho da *Relação dos livros incluza*, é risgado ao lado de uma das obras listadas, *Theologia Moral* (CROIX, suprimido na Mesa em 1769) do autor jesuíta *Claude La Croix*, o habitual *suprimido*, o entrave conferido pelo tribunal à circulação da obra proibida.

No final, acabou se consumando o ato da supressão da circulação desta obra: “Por ordem de Vossa Magestade entrega os livros mencionados no Rol Junto, ficando[?] a obra de La Croix, que se fará remeter aquella Mesa na providência costumada. Mesa, 16 de outubro[?] de 1769” (Real Mesa Censória, caixa 149, 1769).

A condição do autor, jesuíta, justifica, e muito, a supressão do livro. Neste ano já regia a censura a Real Mesa Censória que, inspirada na *Dedicação Chronologica e Analytica*, de autoria de José de Seabra da Silva, livro em que os Jesuítas são acusados por todos os erros pelos quais as cortes portuguesas padeciam. Era o retrato do repúdio aos jesuítas por Carvalho e Melo:

Uma das denúncias da *Dedicação Chronologica* era a de que os jesuítas mancomunados com a Cúria romana, tinham monopolizado os instrumentos de censura, quando competia ao poder soberano dos príncipes proceder à censura dos livros não religiosos, bem como zelar pela aplicação das multas e penas corporais contra os “impressores, livreiros e mercadores dos referidos livros” (CURTO, 2007, p. 209).

Assim, era comum não circularem à vontade as obras de autores jesuítas. A perseguição a estes marcava uma mudança de orientação no que diz respeito à religião e mesmo à política, pois os membros da Companhia de Jesus, defendiam uma posição contrária ao regalismo (VILLALTA, 1999, p. 25) instituído por Carvalho e Melo em defesa do trono e do legítimo poder do Estado sobre a religião.

Considerado Paradoxo do Iluminismo (MAXWELL, 1996, p. 2), o Secretário de Estado encontrou no livro o Paradoxo da Censura, pois a orientação ilustrada portuguesa entrava em contradição frequente quanto ao que se proibia e o que fazia parte dos interesses reformistas do próprio Estado português em matéria de iluminismo.

Na medida em que se desenvolveu um aparato censório potencialmente mais eficiente, impressores, livreiros e leitores, todos parte da própria conjuntura social e cultural construída, criaram uma válvula de escape em torno das proibições sobre o livro, criando um mundo paralelo de circulação, tanto de obras ilustradas quanto de religiosas:

“condenada a obra à pena de fogo e posto o seu autor debaixo de vigilância policial, estavam criadas as condições necessárias para que esta se tornasse uma obra de sucesso” (MARTINS, 2005, p. 467). “É possível perceber uma linha fictícia entre dois ‘Portugais’ diferentes, separados por apenas uma década” (TAVARES, 1999, p. 6) e que tem por marco divisor a *Dedicação Chronologica e Analytica: o Portugal de Carvalho e Melo*, supriu a obra de La Croix através da Real Mesa, e o Portugal que antes aprovou a obra, este um reino que contava com a participação dos jesuítas na educação de seus jovens e no trabalho ultramarino na construção cristã das colônias portuguesas.

O resultado desse “choque de Portugais” foi a ruptura da Corte de Lisboa com a Companhia de Jesus, que ocorreu oficialmente em 1759 e que marcou a condição dos jesuítas para José I: supersticiosos e heréticos.

A proibição da publicação e circulação de livros os colocava assegurados como sucessos editoriais (MARTINS, 2005, p. 432). Por isso, o paradoxo da censura impôs vida difícil aos censores que procuravam o quanto antes suprimir obras que após examinadas eram consideradas “ímpias, as mais que já viu” ou “portadoras de ideias perigosas às mentes mais fracas” (MARTINS, 2005, p. 457) e foi o eixo que norteou a organização de Portugal em sua defensiva aos livros portugueses e estrangeiros.

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O LIVRO NO CENTRO DO NEGÓCIO LIVREIRO

A cultura escrita desenvolvida no século XVIII luso-brasileiro, criou várias representações em torno do livro. Por meio destas representações, podemos dizer que as tendências teóricas aplicadas ao

“novo estatuto censor” português no século XVIII, foram construídas por meio das próprias representações que faziam, tendo em vista considerar “não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, 1991, p. 177). As práticas constituídas por essa sociedade evidenciam a forma como davam sentido ao livro em suas relações de poder, sociais, políticas e culturais.

O que o livro significava podia ter diversos sentidos em diferentes grupos, porém, todos estes sentidos serem captados e controlados, era a própria representação do que desejava a Coroa portuguesa, materializada nos órgãos censores. Essas representações aqui podem ser abordadas, em dois exemplos, um sobre o livro em si, outro sobre a leitura.

Em primeiro lugar, apesar de hoje termos uma série de representações sobre o livro e a leitura, em cada tempo as pessoas constroem as suas próprias representações sobre esse objeto, “a operação de construção de sentido efetuada na leitura (ou na escuta) se sustenta como um processo historicamente determinado, cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades” (CHARTIER, 1991, p. 178).

Sendo assim, a leitura de livros proibidos se tornou uma necessidade progressiva na contramão da tentativa de aumento do controle censor instituída pela Real Mesa Censória.

Neste sentido “os livros proibidos eram os mais caros” (MARTINS, 2005, p. 17), e sustentavam um grande negócio nas brechas da censura,

Excluído das prateleiras visíveis das livrarias [bibliotecas], o livro proibido mereceu sempre um tratamento especial, só comparável aos cuidados dispensados aos livros mais raros e preciosos: salas próprias, estantes fechadas à chave com portas de rede metálica, acesso reservado, leitura condicionada. Esta quase “sacralização” do livro ilícito converteu para a criação “d'une mythologie de la bibliothèque interdite”. (ABRAMOVICI, 1996, p. 7)

O livro proibido era representado como algo quase sagrado, sendo destaque entre os livros, o “livro dos livros”, o meio físico de difusão do que mais despertava a curiosidade, ou o interesse em estar incluído no rol dos que eram “portadores da cultura” desse tempo. Esse aspecto mobilizava tanto impressores e livreiros, como leitores, como se verá adiante nos requerimentos à Real Mesa, para poder se fazer circular essa cultura escrita. Criam-se “dois

universos diferentes, mas complementares – o do livro autorizado e o do livro proibido [...] É fictícia a linha de fratura que se pretendeu traçar entre estes dois mundos” (MARTINS, 2005, p. 19).

Em segundo lugar, as pessoas que fizeram parte desse mundo peculiar, representavam-se como a sua própria relação com o livro se dava esteticamente:

O que mais impressionou o viajante foi “um grande e excelente par de lunetas que trazia encavalitado no nariz, embora não aparentasse ter mais de trinta anos. “O barbeiro executou o serviço, apesar do aparato todo, e serviu de pretexto para reflexões sobre a nobreza local, que, carente de cultura, gostava de portar óculos para dar a impressão de muita leitura. (SCHWARCZ, 2002, p. 66)

A observação do século XVII em Portugal feita sobre a preocupação com “se representar como” (ANKERSMITH, 2012, p. 195), parece ser um indício de uma característica visível no século XVIII: o desejo de ler ou possuir criou formas de se representar como leitores, no sentido moderno, ilustrados, tanto intelectual como esteticamente.

O interesse sobre a circulação de livros aqui, não está nos catálogos de livros proibidos, mas o trato deles se dá a título de exemplo compreendendo a bibliografia consultada. A documentação permite ver circular os livros lícitos, ou seja, aqueles que circulavam legalmente, sempre sob a vigilância censora, podendo haver algumas

“emendas” ou “mutilações”. Mas, não os considerados mais perigosos, atentando para a documentação que não me permite tratar de tal aspecto, exceto em alguns casos em que aparece um livro proibido em uma das relações *inclusas* pelo menos em algum momento por órgãos de censura. Mas por serem aparições efêmeras não “dão conta” de uma narrativa sobre eles:

Senhora, Diz João Baptista Reyrend mercador de livros nesta Corte que ele quer mandar para o Rio de Janeiro os livros do Rol incluzo como não o pode fazer sem licença por tanto, pede a Vossa Magestade que lhe faça mercê de lhe conceder. (Real Mesa Censória, caixa 153, 1796)

João Baptista Reyrend, o solicitante acima que mandou em anexo uma lista de livros buscando aprovação para os fazer correr além-mar, entre os quais *Horas de Nossa Senhora diversas Edições*. Ele foi mais um livreiro francês situado em Lisboa e que foi repreendido diversas vezes, sendo obrigado sempre a se justificar e tendo por vezes perdido livros que ficaram encerrados na secretaria dos órgãos cen-

sórios da Real Mesa Censória e Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura de Livros, na segunda metade do século XVIII. Talvez não seja por acaso, que “Reyrend (que visitava entre 1758 e 1787, os grandes editores de Genève, Cramer e Gosse, e encomendava as obras completas de Voltaire), ter acompanhado, em 1808, o exército de Junot, na retirada de Portugal” (CAEIRO, 1980, p. 166). Visavam o lucro, mas precisavam conhecer os gostos literários do público leitor e conheciam de perto aquilo que os atraía enquanto leitura.

Primeiramente, importante notar aqui, que “vários tipos de pessoas, de muitos modos designadas, que com falta de uniformidade utilizam para si próprios as designações dos seus ofícios, dedicavam-se, exclusivamente ou não, à venda de livros. É, portanto, uma questão de vocabulário social” (DOMINGOS, 2000, p. 58). A diversidade de pessoas envolvidas no comércio de livros em Portugal, pode ser confundida em um único termo: Livreiro. Se formando, portanto, categorias que assim podem ser observadas de acordo com Manuela Domingos:

Os Livreiros de corporação, portugueses que exigiam para si os privilégios cabíveis ao seu ofício; os Mercadores de livros, estrangeiros dedicados ao comércio do livro; os Cegos, pertencentes à Irmandade do Menino Jesus dos Homens Cegos, dedicados ao pequeno comércio de papeis volantes, com tenda volante; os Vendedores de livros (volantes) “acusados de serem gente ociosa, de traficarem livros sem as autorizações”. (DOMINGOS, 2000, p. 58-59)

Depois, o que importa, também, é reconhecer que esse terreno que inclui a presença de estrangeiros, e franceses, não foi constituído por acaso. Geograficamente falando, a grande maioria era imigrante de uma região em comum, o Delfinado, mais especificamente o *Briançonnais*, que comportava 51 comunidades no século XVIII.

O comércio de livraria em Espanha e Portugal, como também em muitas cidades de Itália, está totalmente nas mãos de franceses, todos saídos de uma aldeia situada no Vale do Briançônês, no Delfinado. Estas gentes, activas, laboriosas e extremamente sóbrias, vão sucessivamente para a Espanha e aliam-se entre si (...); não somente o comércio de livrarias está nas suas mãos, mas também o dos mapas geográficos, de estampas, (...) etc. (Biblioteca Nacional de Paris. Manuscrito fr. 22130, p. 37. Apud GUEDES, 1998, p. 23)

Os laboriosos briançôneses, entre os quais estava João Baptista Reyrend (piemontês de nação), foram se distribuindo por meio da migração para regiões distantes de suas terras natais, situadas em

região montanhosa e de economia pequena, como as comunidades de Monestier e a própria Briançon, capital do Delfinado. Em épocas frias, quase sem nenhuma atividade econômica, partiam para feiras em outras regiões, para exercerem trabalhos de mestre-escola (GUEDES, 1998, p. 43), ensinando a ler e a escrever. Eram de instrução elevada para o período, chegando a taxa de alfabetização a 90% em meados do século XVIII (GUEDES, 1998, p. 40). Também como comerciantes volantes, geralmente autoridades locais em suas comunidades, os *colporteurs*, que comercializavam inclusive livros e eram muito respeitados pela sua posição no interior das comunidades briançôneas.

Contudo, foram difamados, ao longo do tempo, principalmente por comerciantes fixos, que tinham os seus negócios prejudicados pela sua presença (GUEDES, 1998, p. 5456). Uma característica, que presumo, possa ser a fonte da forma como eram tratados os vendedores de livros enquanto uma *categoria odiosa*, nos conflitos que ocorriam nas relações do mercado de livros português.

Além da característica cultural de migrações, o século XVIII trouxe a essa população maiores dificuldades econômicas e sociais, sob o reinado de Luís XIV. Ocorreram desintegrações de 32 das 51 comunidades que formavam o “país”, pelo Tratado de Utreque em 1713 (GUEDES, 1998, p. 50), potencializando ainda mais as dificuldades financeiras a que estavam expostas. Provavelmente, segundo Fernando Guedes, isso ocasionou um fenômeno de emigrações que está ligado justamente à presença maciça de mercadores de livros franceses em Portugal, principalmente em Lisboa.

É presumível que mantiveram, inclusive, a tradição de coesão social, com negócios inter-relacionados entre famílias briançôneas, casamentos endogâmicos de conveniência que fortaleceram laços de parentesco e os negócios de famílias francesas no estrangeiro.

“É curioso verificar, nos registos paroquiais de batismos, casamentos e óbitos como se encontram frequentemente reunidos num mesmo documento os apelidos da pléiade de livreiros franceses que se notabilizaram em Lisboa (e em Coimbra e Porto) no século XVIII português” (GUEDES, 1987, p. 21). João Baptista Reyend, o nosso suplicante acima, figurava, entre outros franceses, em uma lista de clientes dos Cramer, importantes editores de livros de Genebra no século XVIII (GUEDES, 1987, p. 68), o que configurava o seu negócio como sendo próspero.

Quanto ao livro destacado do *Rol incluzo*, vale lembrar, é uma das obras de caráter religioso que teve a sua circulação proibida em pareceres da Inquisição no século XVII, por conter trechos da Bíblia escritos em língua vulgar, uma resistência que permaneceu ainda nos órgãos eclesiásticos no século XVIII lusitano.

Um outro exemplo é a “reformada” obra de Francisco Larraga, constando em uma das *relações incluzas* ao requerimento à censura Tríplice em 1796, obra que, na versão de Madrid, ainda na segunda metade do século XVIII, encontrava-se proibida pela Real Mesa

Censória preocupando-se em evidenciar o imaginário da unidade de ideias no centro da religiosidade católica, a Real Mesa Censória deliberou, em agosto de 1768, “suprimir o *Promptuário de Theologia Moral* do Frei Francisco Larraga, na edição de Madrid, estampada em 1729, com o fundamento de conter uma ‘Moral relaxada e como tal reprovada’” (MARTINS, 2005, p. 139).

Se explica a sua presença no rol liberado para correr pelo fato de em 1784, ter sido examinada novamente após ter sido em 1780 corrigida e emendada por Dom Francisco dos Santos e impresso em Madrid nesse mesmo ano. “Frei José da Rocha foi de parecer que se autorizasse a circulação da edição madrilena de 1780 do *Promptuário de Theologia Moral*” (MARTINS, 2005, p. 139), assim poderia ser apreciada no Brasil nessa ocasião em que Leandro dos Reis Carril, responsável por 14 pedidos entre 1769 e 1807 (ABREU, 2001, p. 8) mesmo não constando como livreiro em muitos estudos sobre comércio livreiro no Brasil e em Portugal, solicitava mandar para o Rio de Janeiro livros constantes em uma relação junta entre os quais estavam “Larraga-Theologia Moral (LARRAGA, 1780)– Reformada-Madrid [...] Almeida-Recreação Filosófica, 9 t. [...]” (Real Mesa Censória, caixa 153, 1796).

Sobre a *Recreação Filosófica* (ALMEYDA, 1786-1800), apesar de também estar inscrita em um rol autorizado a circular, apesar de pesarem algumas convocações para explicação sobre o porte dessa obra, ela poderia estar circulando, sob vigilância atenta, por assentar um caminho que desviasse os leitores dos “perigos” vindos do iluminismo francês:

Em 1751, ano de publicação em França, dos primeiros volumes da Encyclopédie de Diderot e d'Alembert, o oratoriano Teodoro de Almeida lança a Recreação Filosófica (1751-1800) com o intuito de divulgar conhecimentos úteis a todas as classes de indivíduos. Desta forma cria uma espécie de matriz alternativa

ao espírito encyclopédico, condensando um vasto leque de saberes, técnicas e ensinamentos filosóficos, expurgados dos perigos ideológicos do projecto francês e expostos por meio de uma engenhosa “fabricação” de situações de aprendizagem ilustrativas e lúdicas. (ARAÚJO, 2003, p. 16)

Essa obra se insere no contexto da ilustração portuguesa no século XVIII, ou do iluminismo católico com se refere Ana Cristina Araújo, e apesar de demonstrar uma alternativa às ideias consideradas mais radicais, “o catolicismo não permanece incólume à crítica” (ARAÚJO, 2003, p. 18).

Não é à toa, que a obra de Almeida encontrou problemas na sua circulação, pois continha ideias que estavam já adaptadas aos ideais filosóficos e de progresso do século XVIII. “Na sessão do dia 15 de setembro de 1774, foi analisada a petição que Bento

Rodrigues Castanheira apresentara, pois, tendo comprado as *Recreações Filosóficas*, ‘a Mesa lhas interceptara’ e porque ‘aquele procedimento não era justo depois de consentir a venda daqueles livros’ (MARTINS, 2005, p. 71). Nesse caso, pode ter ocorrido a corriqueira divergência de opiniões entre os deputados da Mesa, ou mesmo somente um engano. Mas muitas ideias relacionadas a criações literárias deste século, por mais que partissem do interior da instituição eclesiástica, característica que não foi exceção em Almeida, eram passíveis do rigor da censura. Assim, “foi encarregado o Frei José da Rocha de as examinar e de lhes fazer a censura” (MARTINS, 2005, p. 71) da obra de Teodoro de Almeida.

O Brasil teve alguns problemas com relação à desobediência, dos quais vale tomar emprestadas as notas de Fernando Guedes: “Temos notícia do governador da Baía, D. Fernando José de Portugal, que fora admoestado pela facilidade com que naquelas paragens se liam obras proibidas” (GUEDES, 1987, p. 80) e o Bispo de São Paulo, escrevendo para Lisboa em 22 de julho 1774, dizia:

Achei que nesta capitania se não deu cumprimento aos Alvarás de Sua Magestade e aos editais expedidos por essa Real Mesa, que proíbem o uso e retenção de livros por ela reprovados; de sorte que os livros, a que chamamos de Estado, que se não permite licença deles a pessoa alguma, por mais privilegiada que seja, se conservam nas livrarias com muito sossego (...) (GUEDES, 1987, p. 80)

Requerimentos de religiosos ilustrados eram muito frequentes e o envolvimento destes na circulação de livros entre metrópole e colônia foi de fundamental importância. Além disso, como se verifica no caso a seguir, o mundo ilustrado luso-brasileiro, como já foi dito, reformista mas, limitado por inte-

resses tecnicistas próprios de Pombal, com vistas ao desenvolvimento econômico, sem que pra isso, ocorressem transformações radicais na sociedade de privilégios própria do Antigo Regime. O religioso mineiro José Mariano da Conceição Veloso:

Fora para Lisboa em 1790 e lá associou-se a outros brasileiros num projeto de publicação de obras de agricultura tropical e outros trabalhos científicos que pudessem auxiliar o desenvolvimento da colônia. Isso levou o grupo a instalar, em 1800, um prelo e uma fundição de tipos, a “Typographia chalcographica, typoplastica e litteraria do Arco do Cego”, nome derivado do endereço junto aquele arco lisboeta (HALLEWELL, 2005, p. 110).

Antes disso, porém, em 1755, Conceição Veloso quereria à Mesa da época o envio de obras relacionadas ao tema que envovia o seu projeto de desenvolvimento: “Tratado de agrimensura, I volume; Compendio de Theorica de Limites, I volume; Grammatica Portuguesa e Inglesa, I volume; Analise das aguas das caldas de [Wikeny] I volume;

Opúsculos da Aritmética Universal 2 volumes; Vistas do Convento da Batalha I volume” (Real Mesa Censória, caixa 153, 1795). Solicitava que fossem entregues a João Manso

Pereira ou “aquele as suas vezes fizer” (Real Mesa Censória, caixa 153, 1795) no Rio de Janeiro. Manso é considerado o primeiro químico (autodidata) brasileiro, envolvido principalmente em estudos de mineralogia, o que o incluía então, no projeto organizado por Conceição Veloso.

Em sua grande importância ao mundo do livro, e porque os livreiros, mercadores de livros, impressores, leitores e até mesmo, muitas vezes, os autores terem sido os mesmos, serão abordados os livros proibidos quando possível através de documentos no segundo capítulo. Tais livros serão abordados, assim como algumas formas utilizadas por livreiros ou leitores para portar e fazer circulá-los, bem como as principais estratégias dos censores para tentar desencorajar os “aventureiros” livreiros e mercadores.

Aventureiros, porque eram em sua maioria provenientes da região briançonesa, que como foi visto, tinham por características, redes de solidariedade em épocas de crise, fortalecendo a coesão social e os imigrantes solitários, se distanciavam disso. Por outro lado:

O êxito desse novo e poderoso grupo de livreiros oriundos da França, radicados em Portugal e na Espanha, explica-se pela necessidade que existia de contatos rápidos, diversificados e eficientes com os compatriotas da mesma profissão, pela nova di-

nâmica que possibilitava melhoria de mobilidade e domínio dos informes comerciais e bibliográficos, pelo protecionismo gregário e um tanto chauvinista entre naturais da mesma região falando a mesma língua. (CAEIRO, 1980, p. 148)

Ora, a realidade aventureira contrastava com a coesão sócio comercial do mercado livreiro construído pelos franceses vindos em sua maioria de Briançon, o que despertou dessa forma, mais do que a vontade, a necessidade de criarem essas redes de solidariedade, pois, como dito, esses imigrantes aprenderam desde muito cedo as vantagens de tais redes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse universo do “se representar como” entre os livreiros e mercadores, é possível perceber, as relações comerciais que franceses como Reynd estabeleceram ao longo principalmente do século XVIII em Portugal e outros sujeitos leitores ou mercadores de livros luso-brasileiros e os vestígios da repressão escrita nos requerimentos. Pois tais requerimentos, mesmo que sejam para circular livros lícitos, são produto da censura na sua forma e linguagem. O caminho que percorremos é um pequeno terreno das representações sobre a ilustração portuguesa e a sua contribuição no mundo das luzes europeias no século XVIII. Caminhar nesse terreno é perigoso, pois estamos passíveis de tropeçar em falsas impressões deixadas nos documentos, que se não questionadas, levam ao risco de interpretações erradas sobre esse assunto complexo tão complexo, pois a documentação expressava a vontade dos censores de registrar a tão desejada unidade nas decisões e os, não menos desejados, êxitos na função de defender o reino dos subversivos, de moral relaxada, dos heterodoxos e heréticos.

Os casos abordados acima sobre a circulação de livros entre Portugal e América Portuguesa, são também, uma pequena parte da grande rede que foi construída entre os dois lugares. No entanto, através deles é possível, se ampliarmos a visão, compreender como funcionavam ou não, as formalidades estabelecidas pelas Mesas, principalmente após a criação da Real Mesa Censória.

As redes de solidariedade criadas entre os livreiros franceses em Portugal, tiveram, como se viu no caso Reynd, mas que envolve na documentação, outras famílias de livreiros, como a Viúva Bertrand e Filhos, participação no trânsito de livros que circu-

laram para a América Portuguesa e que formaram uma cultura escrita brasileira do século XVIII e início do XIX. Não é possível então, perceber toda a cadeia de eventos e as ações dos sujeitos envolvidos nesses casos, mas é possível analisar vários aspectos da cultura lusobrasileira e a tentativa de se caminhar na contramão da ordem estabelecida.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICI, Jean-Christophe. **Le livre interdit**. Paris, Payot et Rivages, 1996.
- ABREU, Márcia. **Circulação de livros no Brasil nos séculos XVIII e XIX – comunicação** - IEL-UNICAMP. Campinas-SP, 2003.
- ALMEYDA, Teodoro de. **Recreação filosófica, ou diálogo sobre a Filosofia Natural**, Lisboa: Regia Off. Typografica, 1786-1800.
- ANKERSMITH, Franklin Rudolf. Representação e referência. In: **A Escrita da História: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012.
- ARAÚJO, Ana Cristina. **A cultura das luzes em Portugal**. Livros Horizonte: Lisboa, 2003.
- BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario Portuguez e Latino**. 1712-1728. Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.
- CAEIRO, Francisco da Gama. **Livros e livreiros franceses em Lisboa, nos fins do setecentos e no primeiro quartel do século XIX**. Bol. Bibl. Univ. Coimbra, vol. 35, 1980, p. 139-168.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. 1^a ed. Quarteto Editora: Coimbra, 2001.
- CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador: Conversações com Jean Lebrun**/ Roger Chartier; tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes — São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. **Revista Estudos Avançados** 11 (5), 1991, p.173-191.
- CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Escrita: séculos**

XV a XVIII. - Diogo Ramada Curto, Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

CROIX, Claude la. **Theologia Moral.** Suprimido no edital da Real Mesa Censória de 24 de julho de 1769. DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. (org.). **Revolução Impressa: a imprensa na França 1775-1800.** São Paulo: Edusp, 1996.

DENIPOTI, Cláudio Luiz. O embaixador, o livreiro e o policial: circulação de livros proibidos e medo revolucionário em Portugal na virada do século XVIII para o XIX. **VARIA HISTÓRIA,** Belo Horizonte, vol. 30, nº 52, p.129-150, jan. / abr. 2014.

DOMINGOS, Manuela D. **Livreiros de Setecentos.** Manuela D. Domingos. – 1^a ed. – Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.

GUEDES, Fernando. **O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história (séculos XVIII e XIX).** Ed. Verbo: Lisboa e São Paulo, 1987. GUEDES, Fernando. **Os livreiros franceses em Portugal no século XVIII: tentativa de compreensão de um fenômeno migratório e mais alguma história.** Academia Portuguesa de História, 1998.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: Sua História/ Laurence Hallewell;** [trad.de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza]– 2^a ed. rev. e ampl.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640.** / Christopher Hill; tradução, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. – São Paulo: Companhia das letras, 1987.

HOFF, Ulrich Im. **A Europa no século das luzes** _____ (Org.) Jaques Le Goff- Construir a Europa/ Tradução de Maria Antónia Amarante; 1^a ed.; Editorial Presença: Lisboa, 1995.

LARRAGA, Francisco. **Promptuário de la Theología Moral.** Madrid, imp. Manuel Martín, 1780. MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. **A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII.** Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia. G.C.: Coimbra, 2005.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: Paraíso do Iluminismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 2002.

SILVA, José de Seabra da. **Deducción Chronologica e Analytica.** – em Lisboa: na oficina de Miguel Manescal da Costa, 1767-1768.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821). **Revista de História,** São Paulo, 46 (94), 1973, p. 441-457.

TAVARES, Rui. Lembrar, esquecer, censurar. **Estudos Avançados,** vol. 13, nº 37. São Paulo, set. / dez. 1999.

VERNEY, Luis António. **O verdadeiro metodo de estudar para ser util à República, e à Igreja: proporcionado ao estilo e necesidade de Portugal.** / exposto em varias cartas, escritas polo [sic.] R. P. *** Barbadinho da Congregasam de Itália, ao R. P. *** Doutor na Universidade de Coimbra; Tomo primeiro [- segundo]. – Valensa [Nápoles]: na oficina de Antonio Balle [Genaro e Vicenzo Muzio], 1746.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa.** 442f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo- USP: São Paulo, 1999

PROJETO DE PESQUISA: DIREITO A TERRA E CONDIÇÃO DE TRABALHO NO SUL DO MARANHÃO A PARTIR DA LIDERANÇA DE MANOEL DA CONCEIÇÃO

Ronisia Mara Moura Silva ¹

Robson Laverdi ²

INTRODUÇÃO

O período da Ditadura civil-militar foi o momento da política brasileira em que os militares governaram o Brasil. Esta época vai de 1964 a 1985 e caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar. Tais ações expandiram-se pelo Brasil, resultando em momentos de tensões, tanto na cidade como no campo.

No Estado do Maranhão diversos conflitos surgiram principalmente pela posse de terra, especialmente na região de Pindaré Mirim, no qual havia muitas áreas devolutas e que começaram a ser ocupadas a partir da década de 1950 por trabalhadores rurais do médio Mearim e migrantes do Ceará e Piauí, que ao adentrarem no território maranhense foram abrindo novas fronteiras produtivas, formando povoações e originando municípios. Nesta localidade onde se tinha matas com grandes plantações de arroz, também se tornou notório às ameaças feitas por latifundiários a trabalhadores que se recusavam a sair das terras que estavam e que foram ocupadas pelos mesmos.

O Maranhão dos anos 60 é uma representação da pobreza, do abandono da população e descaso por parte das autoridades como também da fome, tornando-se terreno apropriado para os anseios de melhoria, presente nos discursos políticos. Paralelo a esta realidade tem inicio a expulsão em massa dos camponeses de suas terras, para darem lugar a essas melhorias, originando principalmente o inchaço populacional urbano.

Dessa forma os projetos idealizados pela política nacional incluiria o estado do Maranhão, pois foi o período da criação da infraestrutura onde viabilizava a construção de estradas que beneficiaria os futuros empreendimentos, que seria a mudança da realidade social.

Em 1967, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) aprovava a Companhia Industrial de Desenvolvimento Da Amazônia (CIDA), projeto de exploração da madeira que, por conveniência da empresa, modificou a estrada da cidade de Coquelândia para a nova cidade de Cidelândia dando acesso ao extremo oeste do Estado.

Para que os interesses fossem concretizados, foi indispensável o uso da legislação, instituindo-se durante o governo de José Sarney a “Reserva Estadual de Terras”, pelo decreto 3.831, de 6 de dezembro de 1968, e seus órgãos as Delegacias de Terras no interior do estado ligadas a Secretaria da Agricultura.

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual do Maranhão. Mestranda em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista pela Fundação de Amparo a Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) 2016. E-mail: ronisia18@hotmail.com

² Orientador da pesquisa. Professor com Pós - doutorado da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: laverdirobson@gmail.com

Em 1968, se teve a criação da Delegacia de terras na cidade de Imperatriz (ao sul do estado) e a lei Estadual de Terras, ambas tornaram-se instrumentos necessários para facilitar a ocupação dos grandes latifundiários. Em 1969, abriu-se nas matas virgens do Pindaré a estrada Açailândia-Santa Luzia, região onde se registraram as mais graves chacinas dos trabalhadores rurais. Dessa forma precisava-se “limpar a área”, e nada melhor para isso do que inventar a existência de movimentos subversivos. Era permitido “matar sem que fosse considerado crime”.

Época em que o maranhense foi despojado do seu patrimônio e também momento em que o Governo criou a Companhia De Colonização Do Nordeste (COLONE) e a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), onde serviriam de supostos projetos de assentamento de trabalhadores.

Mediante este cenário de conflitos os trabalhadores rurais precisavam ter seus direitos respeitados, como também o próprio direito a terra. Como detalha Franklin (2008):

Nessa verdadeira guerra de disputa do espaço territorial e do direito à terra, surgiu o primeiro sindicato autônomo de trabalhadores rurais do Maranhão, com mais de oito filiados, a partir de orientação do Movimento de Educação de Base (MEB), órgão ligado a igreja já pentecostal Assembléia de Deus, de quem eram usadas as casas de oração para reuniões sindicais, situação incomum que terminou de forma conflituosa (CONCEIÇÃO apud FRANKLIN, 2008, p.136).

Nesse contexto e período surge o camponês maranhense Manoel Conceição Santos, na região do Pindaré, juntamente com outros camponeses organizaram os trabalhadores rurais daquela região, depois Manoel participou de entidades como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU) e o Partido dos trabalhadores (PT).

Conceição também participou do curso de formação sindical e cooperativismo promovido pelo Movimento de Educação de Base – MEB, o que o afastou da igreja pentecostal e o aproximou – da Igreja católica, interessando-se cada vez mais pelas lutas sociais; especialmente as lutas do campo (GALANO, 1982).

Revoltados contra a política de baixos preços que atravessadores e comerciantes impunham a seus produtos, e contra as investidas dos grileiros que tentavam por todos os meios expulsá-los das terras, Manoel da Conceição juntamente com diversos companheiros, começaram a fundar “escolas

sindicais” pela região, onde eram debatidas formas de imposição de preços justos e a resistência aos latifundiários, além da alfabetização dos camponeses.

Foram esses camponeses, suas famílias e descendentes, que até a década 1970 fizeram do Maranhão o segundo maior produtor nacional de arroz, utilizando as extensas terras devolutas do oeste e sudoeste do Estado.

De acordo com Manuel da Conceição (1980) o camponês era a força principal, brigava pela terra até a última gota de sangue. A questão central era estabilizar o camponês na terra, fazer a reforma agrária e isso dentro dos moldes de reivindicação reformista não era possível.

Conceição (1980) destaca que: Até então, a polícia via aqueles grupos armados no Pindaré – Mirim simplesmente como defesa dos plantios, do preço da produção: o problema político estava escondido nisso aí. Mas, no momento que a propaganda da Guerra Popular apareceu, não teve mais jeito. A polícia foi para massacrar mesmo, logo na primeira assembleia que foi realizada (CONCEIÇÃO, 1980 P. 157).

Fundador do primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais no Maranhão, em Pindaré-Mirim, Manoel da Conceição juntamente com seus companheiros sindicais, lutaram contra o latifúndio e, sobretudo contra o golpe civil-militar. Neste momento, Manoel como primeiro presidente do sindicato, ganha visibilidade frente à luta dos trabalhadores no estado, quando instaurado o regime militar, o mesmo é considerado pelo estado como “perigoso”, sendo perseguido, preso, torturado, tendo uma perna amputada e mais tarde sendo exilado na Suíça até a lei da anistia, final da década de setenta.

Quando retornou do exílio ao país, Manoel continuou participando da organização dos trabalhadores, ao lado de outras lideranças, encabeçou a lista dos fundadores do PT no Brasil, sendo o filiado de número 3 (três) e ajudou na criação da CUT. Depois, voltou para o Maranhão em meados da década de oitenta, onde, até hoje ao lado de trabalhadores e trabalhadoras como também dos companheiros de luta, milita em organização de sindicatos, movimentos sociais, cooperativas, associações comunitárias e do próprio Partido dos Trabalhadores.

Esta proposta parte da importância de analisar as condições de vida e trabalho do camponês no Sul do Maranhão durante o período de 1960 a 1980, despertada pela vontade de que a comunidade conheça a realidade do trabalhador do campo, como

também os conflitos e tensões vivenciados pelos mesmos, sendo essa uma parte da história do estado do Maranhão.

PROBLEMÁTICA

CONFLITOS NO TERRITÓRIO MARANHENSE

O Estado do Maranhão foi palco de intensos conflitos ganhando bastante intensidade entre as décadas de 1960 a 1980, estando relacionados em parte ao fator da grilagem e a posse da terra. Conforme Victor Asselin (2009), um estudioso da questão agrária, a grilagem de terra não é um fato isolado, correspondendo a um modelo econômico e uma estrutura sociopolítica estrutural, sendo planejada e estimulada. Numa perspectiva de mesma direção Pedrosa destaca que a partir da década de 1960 tiveram inicio os confrontos a partir da pressão da grilagem pelas terras devolutas do Estado, assim como expropriações forçadas por grandes empresas (PEDROSA, 2012, p33).

É na região do Pindaré no estado do Maranhão, aonde a violência da expropriação e da grilagem chegou primeiro. Ali, desde os primeiros anos da década de 1960, os camponeses faziam resistências às investidas de grandes latifundiários, “coronéis” da terra e às vezes também da política, que se faziam representar através de capangas pistoleiros ou mesmo instituições do governo, como a polícia.

A região do Pindaré é entendida nesse contexto como um dos primeiros locais para a difusão da expropriação e da violência que se manifestaram com bastante vigor no espaço agrário maranhense após a segunda metade do século XX. As ações da grilagem e a violência rapidamente se expandiram no território maranhense demonstrando a versão eficaz dos conflitos manifestados no campo. . “Quando o campo se esvazia, as cidades se enchem. O mundo da segunda metade do século XX tornou-se urbanizado como jamais fora” (HOBSBAWM, 1995, p. 288).

Ameaças, invasões de roças e casas, prisões, alienamento e mortes faziam parte do método e do processo de intimidação, expropriação dos posseiros maranhenses. Eram essas ações rotineiras nos anos de 1970 no sudoeste maranhense, principalmente no Alto Pindaré.

Nesse mesmo período intensificaram-se os problemas referentes à terra no estado. Esses pro-

blemas resultaram de múltiplos fatores, inclusive do processo de migração de nordestinos para o Maranhão que alcançou seu apogeu até os anos de 1960. Paralelo a este momento ocorre o desenvolvimento da malha rodoviária que passa a atrair grupos econômicos que despertam o interesse pela terra como valor de mercado.

Pedrosa (2012) destaca que, “essas regiões recebiam o fluxo migratório de camponeses expulsos das regiões de colonização antiga e de outros Estados do Nordeste, nas quais se fazia mais violenta a pressão pelo pagamento da renda e do foro” (PEDROSA, 2012, p.17).

Entretanto, os conflitos de terra no estado se acirraram de fato quando da implantação da “Lei Sarney de Terras” (Nº 2.979/ 17-07-1969), também chamada de “Lei de Terras do Sarney”, que respaldava a privatização das terras públicas do Maranhão e incentivava a expansão de projetos agropecuários e agro-industriais, excluindo famílias rurais do acesso a terra.

A “Lei de Terras Sarney” objetivou também a transferência de grandes terras a grupos empresariais do nordeste e Centro-sul do Brasil, como também eram leiloadas terras entre amigos, sócios e parentes da família Sarney. Surgindo dessa forma uma reinvenção do latifundiário moderno.

Azevedo; Alencar; Soares (2014) explica que: A questão fundiária maranhense tem sua origem na forma como se distribui o acesso aos recursos fundiários, estando relacionados a políticas governamentais que vem se desenvolvendo, sendo acentuada com a “Lei Sarney de Terras” (AZEVEDO; ALENCAR, SOARES, 2014, p.05).

Cabe destacar também que muitos outros compraram posses e títulos para a formação de fazendas. Alguns, empresários e fazendeiros de outros estados, com recursos próprios; outros, através de projetos aprovados por instituições financeiras como afirma Franklin (2008):

A fragilidade dos posseiros se dava principalmente porque a quase totalidade dos que imigraram para o sudoeste maranhense era de camponeses analfabetos ou pessoas de pouca instrução, sem noção legal de posse ou propriedade; para quem a terra devoluta, sem produção e sem reclamante, era território de quem nele se atrevesse a derrubar, queimar, plantar e colher; que tivesse disposição e coragem para a lida da roça. Documentação de terra não era objeto de sua preocupação (apud FRANKLIN, 2008, p.135).

É importante pontuar que essa estrutura gera com frequência os conflitos pela posse de terras no

Estado, entre os antigos ocupantes, e os “ditos proprietários”, na maioria das vezes oriundas do próprio estado ou de outras localidades, aumentando principalmente o índice de violência.

Entretanto esses conflitos produziram uma incipiente resistência política dos camponeses frente aos conflitos da terra, que passam a se organizar através dos sindicatos dos trabalhadores rurais como forma de fortalecer o movimento camponês e lutar por seus pelos direitos.

Dentro deste espaço sindical, destacou-se Manoel da Conceição, um camponês posseiro, teve sua vida marcada pelas expulsões das terras em que morava e juntamente com um grupo de trabalhadores rurais em defesa dos interesses dos trabalhadores camponeses fundaram o primeiro sindicato de trabalhadores rurais da história do Maranhão localizado em Pindaré-Mirim, no qual Manoel da Conceição foi escolhido o primeiro presidente do sindicato.

A partir deste momento e por sua atuação a frente do sindicato, Manoel da Conceição passa a ganhar visibilidade dentro do movimento camponês em Pindaré – Mirim e na região, como também no cenário maranhense, emergindo como símbolo aglutinador para os camponeses daquela localidade. Nessa região, em que estava localizado o sindicato, o conjunto de militantes chegou a aglutinar 100 mil trabalhadores rurais.

Quando se instaurou o golpe militar, só no sindicato de Pindaré “havia quatro mil camponeses que incomodavam bastante os fazendeiros da região”, que não se conformavam com a concentração das terras e suas consequências. Logo após o golpe militar o governo manda fechar os sindicatos colocando-o na clandestinidade. Através da resistência, o governo utiliza vários recursos na tentativa de intimidar os trabalhadores, principalmente a violência física como as comuns prisões e espancamientos ocorridos.

A partir deste momento, Manoel da Conceição, já pela segunda vez como presidente do sindicato, passa a ser perseguido, preso, torturado durante o período da ditadura civil-militar, principalmente por organizar os trabalhadores daquela região do Maranhão. Surgindo um ponto de partida para vários conflitos entre os trabalhadores e o governo, tanto na esfera municipal, estadual e federal.

Conforme apresentada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV):

De imediato, o Exército ocupou a sede da entidade e ali ficou por 60 dias. Duzentos lavradores

foram presos. Somente no mês de junho daquele ano, Conceição foi preso cinco vezes na cadeia municipal. Mesmo fechado pela ditadura, o sindicato tinha quatro mil filiados em 1968, quando a polícia invadiu uma de suas sedes e baleou o dirigente na perna direita. Após seis dias preso e sem ser medicado, teve de amputar a perna. (CNV, 12/12/2014).

É importante ressaltar, que a reflexão sobre a luta pela posse da terra requer inúmeras mudanças principalmente por possuir em sua essência questões culturais, econômicas, sociais e políticas que precisam, portanto, ser tratadas em conjunto. A luta e resistência camponesa estão assentadas num conjunto de relações tradicionais, culturais, econômicas e políticas cultivadas há séculos pelo campesinato que se distendem na construção do território camponês. Através das práticas de lutas, realizadas no território camponês, o campesinato tem reclamado e construído o seu lugar social.

De acordo com Barbosa (2008), já “na década de 1970, iniciou-se o processo de cercamentos, quando fazendeiros/grileiros (muitos de outros estados da federação) se apropriaram de terras cercando-as em grandes áreas (fazendas), sobretudo para a realização de projetos agropecuários” (BARBOSA, 2008, p.264). O incentivo à pecuária, respaldado pelo governo do estado, começou a agravar a situação de trabalhadores rurais, uma vez que áreas agricultáveis passaram a ser substituídas por pastagem.

O espaço rural maranhense apresentou como traço visível à violência generalizada que se difundiu no campo. Foram esses camponeses, suas famílias e descendentes, que até o período de 1970 fizeram do Maranhão o segundo maior produtor nacional de arroz, utilizando as extensas terras devolutas do oeste e sudeste do Estado.

Apesar disso, a política governamental não os amparou legalmente; eles não se favoreceram com o domínio nem a posse das terras. Com isso, deu-se margem e se incentivou a disputa pela posse e titularidade das áreas, entre eles e os grileiros, a serviço de empresas, fazendeiros e de políticos; um embate desigual imperava: a expropriação, a violência e a morte.

Entretanto no sentido de prover terras aos trabalhadores rurais e amenizar as tensões existentes no estado, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passa a atuar na regularização fundiária da área de posse camponesa sob disputa com terceiros, principalmente no que concede a ocupação de terra realizada por camponeses em movimento espontâneo ou organizada.

De modo geral e mais objetivo, a Constituinte passa a possibilitar legislativamente o direito aos camponeses de obterem imóveis rurais de terras públicas e/ou devolutas através da Reforma Agrária. Com isso o reconhecimento burocrático concedido pelo governo através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a estes camponeses sendo até mesmo assentados na terra, assegura esses direitos, surgindo para os camponeses à oportunidade da obtenção de créditos fundiários.

REALIDADE RURAL E MEMÓRIA

Entende-se que o território é uma construção social, resultante das várias relações de poder estabelecidas e existentes no espaço e que são geradoras de conflitos entre as classes sociais. Dessa forma, o território é instrumento da luta de classes. Como aponta Oliveira (2007), “O território é assim, o produto concreto das lutas de classe travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência” (OLIVEIRA, 2007, p.8).

Para Fabrini (2012) esses “enfrentamentos do campesinato ao agronegócio/latifúndio manifestados nas ocupações de terra, são centrais na construção do território camponês. Pois o conflito gerado permite ao campesinato a possibilidade de retorno/ acesso a terra com a conquista dos assentamentos, no qual são materializadas as relações camponesas e construído o território camponês” (FABRINI, 2012, p.39). O movimento camponês ao abdicar o modelo de agricultura imposto pelo latifúndio/agronegócio tem se instituído como protagonistas na recriação e na segurança da existência do campesinato.

A partir da reflexão historiográfica comprehende-se que a ocupação do Cerrado brasileiro ocorreu principalmente após a instalação da capital federal no centro-oeste do país. Nesta época, no entanto, uma grande parte da população já morava na região, sendo mais da metade desta, residente em áreas rurais. Com a edificação da nova capital brasileira, Brasília, surgiram também novos caminhos, que possibilitaram um avanço ainda maior da ocupação do Cerrado. Destacam-se, neste âmbito, as rodovias, como facilitadores no processo de ocupação do Cerrado principalmente no sul do estado do Maranhão.

O processo de ocupação do sul do estado do Maranhão não diverge do processo de ocupação do Cerrado como um todo no Brasil. Tendo em vista

que esse processo foi realizado com base na “facilidade” do Estado do Maranhão, no quais muitos agricultores principalmente da região sul do Brasil se deslocaram para a região maranhense por serem atraídos pela facilidade de crédito e pela oferta dos baixos preços das terras.

De acordo com a reflexão de Rocha (2015), “para estes migrantes, a chegada ao Maranhão não resolveu seus problemas quanto à posse da terra. A implantação de rodovias em território maranhense veio contribuir para a valorização da terra perante o capital, transformando grande parte das áreas de lavoura e extrativismo tradicionais num processo de pecuarização apoiado por políticas governamentais, através de incentivos fiscais que favoreceram a implantação de grandes empresas. Como consequência, ocorreu a expulsão do pequeno trabalhador rural (posseiro) que continuou avançando para as áreas devolutas do estado” (ROCHA, 2015, p.16).

De forma distinta da que ocorria na região sul do Estado do Maranhão, as terras no sul do Brasil apresentavam já nessa época um aumento expressivo em seus valores, sendo que este fato era principalmente decorrente da alta concentração fundiária. Rocha (2015) destaca: que “várias foram às ações governamentais destinadas à execução de um desenvolvimento econômico, que na realidade se apresentam como responsáveis pela expropriação de um grande número de trabalhadores rurais e que foram propiciadoras de inúmeros conflitos, envolvendo a posse de terra por classes sociais antagonistas” (ROCHA, 2015, p.17).

A reflexão de Ribeiro (2011) sobre o movimento camponês aponta que o mesmo é “uma unidade em processo de construção, por isso caracterizado como um sujeito político coletivo; é constituído por uma diversidade de formas assumidas pelos movimentos sociais populares, que se organizam para enfrentar os desafios próprios das relações sociais peculiares ao trabalho no e do campo, no Brasil” (RIBEIRO, 2011, p.460). A cultura neste contexto indica a totalidade daquilo que é aprendido e compartilhado pelos indivíduos como membros da sociedade, “a cultura consiste nas ideias e nos padrões de comportamento que os integrantes de uma sociedade aprendem através da linguagem e de outras formas de interação simbólica” (CARMO, 2007, p.101).

Além disso, a cultura produz sentido sobre a nação, através de seus hábitos e valores; sentido com os quais podemos nos identificar construindo

identidades, esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.

Pensar a história do Brasil, a partir da perspectiva da memória camponesa, ou seja, dos desvios e das interrupções, significa também lançar o olhar para as vítimas do passado que ficaram no meio do caminho, presentificar suas ausências e combater seu esquecimento.

Para Pollak (1989), "Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc" (POLLAK, 1989, p.7).

A Comissão Camponesa da Verdade (2014) no relatório final das violações de direitos no campo faz a seguinte abordagem:

Na luta camponesa por direitos e contra o latifúndio e a propriedade privada, figuram ações de milícias privadas, jagunços, pistoleiros, e outros, em violências reiteradamente marcadas como "crimes comuns". Entretanto, poucos são investigados os agentes do Estado que participaram ativamente de ações repressoras, por convivência ou omissão, dos crimes cometidos no campo. Tampouco é aprofundado o impacto das políticas públicas que se abateu contra a população rural no período. Falar em memória e verdade no campo deve abrir a possibilidade de reescrever um capítulo da história brasileira e reconhecer e responsabilizar agentes do Estado por violações de direitos, cometidos no abuso de suas competências (CCV, 2014, p.26).

Diante do exposto a escolha para realização da pesquisa é a região Sul do Estado do Maranhão, sendo motivada, pela expansão dos conflitos, ocorrente inicialmente na parte Norte do estado e posteriormente na parte Sul.

Dentro da temática de análise das Lutas Camponesas no Sul do Maranhão de 1960 a 1980. É importante entender elementos de memória, que são característicos ao Brasil rural, ligados pelos relatos de personagens que participaram deste processo de conflito e tensão, das lutas e dos movimentos sociais no campo.

Quanto às reflexões sobre memória, Thompson (1998, p.17) frisa que "é preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir

e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência de fatos coletivos".

Segundo Amado (1995, p.132) "A memória toma as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro; graças a essa capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado, e o futuro, futuro, isto é: dessa capacidade da memória brota a consciência que nós, humanos, temos do tempo".

Para Soares; Antunes (2010, p.16) "Relembrar significava reencontrar pessoas, tanto aquelas que amava e admirava, quanto as que desprezava, todas figuras que o ajudavam a se repensar".

Entretanto muitos foram os personagens da nossa história comum que enfrentaram diretamente os desafios da questão agrária, como também os conflitos e tensões do campo, através da memória meu trabalho reconstrói a história desses personagens camponeses, que em algum momento desse período da história foram considerados subversivos por suas ações e tiveram suas lutas silenciadas..

Além disso, o propósito é entender de que maneira a construção social da memória sobre a liderança de Manoel da Conceição expressa as tensões, valores e esperanças do movimento camponês na sua luta pela transformação da realidade rural no Sul do Maranhão?

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

A pesquisa tem como objetivo geral: compreender o movimento camponês no sul do Maranhão, através das marcas de memória existente no assentamento Serafim (localizado no Sul do Maranhão) e de documentos do INCRA no período de 1960 a 1980.

ESPECÍFICOS:

Destaca-se a importância de:

- Verificar o contexto da disputa pela terra no período de 1960 a 1980.

- Entender a organização do espaço agrário no sul do Maranhão a partir de registros documentais e das narrativas.
- Conhecer quem eram os grupos que detinham a posse de terra no estado do Maranhão.
- Analisar a Legislação que regulamentava a disputa pela terra.

OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Apresentam-se os objetivos específicos, seguidos das questões operacionais, juntamente com algumas fontes relacionadas às temáticas.

Para atingir o objetivo proposto é de suma importância verificar **o contexto da disputa pela terra no período de 1960 a 1980**, a nível de Brasil e principalmente no Estado do Maranhão enfatizando a região sul do Estado. Sendo importante constatar:

- Quem eram os sujeitos envolvidos na posse pela terra?
- Quais os fatores motivadores das tensões e conflitos no campo?
- Como se configurava o espaço urbano e rural e de que maneira se dava a disputa pela terra?

Para responder a essas questões operacionais centra-se na leitura e fichamento do conjunto bibliográfico referente ao assunto e que se encontra descrito abaixo:

- “A questão agrária no Brasil História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964”, João Pedro Stedile (2012);
- “A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980”, João Pedro Stedile (2012);
- “O cativeiro da terra, José de Sousa Martins” (1996);
- “A luta pela Terra no Brasil”, João Pedro Stedile (2012);
- MARTINS. José de Sousa. Reforma Agrária: o impossível diálogo, 2004;
- _____. Expropriação e violência: a questão política no campo. 1991;
- _____. Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. 2003;
- _____. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político, 1981;

- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Modo capitalista de produção e agricultura. 1987;
- _____. A agricultura camponesa no Brasil. 1996;
- ANTUNES, Ricardo. O Novo Sindicalismo no Brasil. São Paulo: PONTES, 1995
- BOITO Jr. Armando et al. O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BONIN, Ana Maria A. et al. Movimentos Sociais no Campo. Paraná: Criar Edições, 1987.
- Perer Burke. História e Teoria Social.
- José de Souza Martins (1982). Sobre o modo capitalista de pensar.
- Maria da Glória Marcondes Gohn .Teorias dos movimentos sociais.
- Iria Zanoni Gomes (2011). A construção de uma nova subjetividade.

Para entender a organização do movimento camponês no nordeste é interessante realizar incialmente leituras sobre as Ligas camponesas no qual faremos uso da leitura de João Stedile na obra “A questão agrária no Brasil História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964” seguida das demais obras do autor mencionadas acima; também faremos uso da obra “Movimentos Sociais” de Ana Maria Bonin buscando entender os próprios movimentos sociais; para contextualizar a questão Agrária faremos uso das obras de José de Sousa Martins e para entender o espaço sindical no Brasil no período em estudo, faremos uso da obra de Armando Boito “O sindicalismo brasileiro nos anos 80” como também a obra de Ricardo Antunes.

É importante entender o **contexto da organização do espaço agrário no sul do Maranhão a partir de registros documentais e das narrativas**. Sendo importante verificar:

- Como o movimento camponês se organizava no período em estudo?
- Qual era a situação fundiária do Estado no período estudado e como a mesma se configurou?
- Quais elementos permite caracterizar a realidade rural nesse determinado período?

Para atingir os objetivos a partir de **registros documentais** será analisado os documentos do INCRA, e a **partir das narrativas** assumo trabalhar com a História oral que valoriza as vozes dos mais diversos grupos sociais e possibilita outras versões

do processo histórico, através da realização de entrevistas com trabalhadores rurais do Assentamento Serafim que participaram e vivenciaram momentos da história maranhense e que inscreveram outras vozes a essa história para que possa ser registrada, discutida e assim não ser dissipada.

Faremos uso também da análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados obtidos através das entrevistas com os assentados no qual no intuito de analisar e interpretar as mensagens transmitidas pelos sujeitos da pesquisa.

Desta forma Amado explica (1995, p.135) que “Mediadas pela memória, muitas entrevistas transmitem e reelaboram vivências individuais e coletivas dos informantes com práticas sociais de outras épocas e grupos. A dimensão simbólica das entrevistas não lança luz diretamente sobre os fatos, mas permite aos historiadores rastrear as trajetórias inconscientes das lembranças e associações de lembranças; permite, portanto, compreender os diversos significados que indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm”.

Como também optamos pela leitura de:

- CABRAL, Maria do Socorro C. Caminhos do Gado: Conquista e Ocupação do Maranhão. MA, SECMA, 1992.;
- ARCANGELI, Alberto. O mito da terra: uma análise da colonização da Pré-Amazônia Maranhense. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987;
- CARVALHO, Carlota. O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil. 2. ed. Imperatriz: Ética, 2000;
- COELHO NETO, ELOY. História do sul do Maranhão: terra, vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979;
- Conflitos e resistências no sertão maranhense, Sávio José Dias Rodrigues (2012);
- Memória Mediação e Campesinato, Helciane de Fatima de Abreu Araújo (2010);
- ANDRADE, Manoel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste, 1998;
- LE GOFF, J. História e Memória. Campinas. 1994;
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. 1990;
- MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL, Michael Pollak, Estudos Históricos, 1992;
- Memória, Esquecimento, Silencio, Michael Pollak, Estudos Históricos, 1989;
- Porteli (1997), *Forma e significado na História*

Oral como significado, A pesquisa como um experimento em igualdade;

- _____, *O que faz a história oral diferente;*
- O massacre di civitella vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944), Porteli, Usos & abusos da história oral V Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. - Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- Usos & abusos da história oral V Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. 2006
- Raphael Samuel, Teatros de Memória, 1997; Beatriz Sarlo (2007), critica do testemunho: sujeito e experiência;
- _____, A retórica testemunhal.
- _____, Além da experiência.
- _____, Experiência e argumentação.
- _____, Pós-memória, reconstituições.
- _____, Tempo passado
- Joel Candal (2011), Memória e Identidade: dos indivíduos as retóricas holistas.
- _____, Da Mnemogênese à memogênese.
- _____, O jogo social da memória e da identidade: fundar, construir.
- _____, O jogo social da memória e da identidade; transmitir, receber.
- _____, Pensar, Classificar: Memória e ordenação do mundo.
- Verena Alberti, Fontes Orais: Histórias dentro da História.
- _____ (2005), Tratamento das entrevistas de história oral no CPDOC.
- _____, Manual de história oral.

Sendo que será desenvolvida também uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa Bibliográfica será feita com base em livros, jornais, revistas, sites, documentos, atinentes às temáticas em questão. Onde se dará na forma de uma leitura analítica.

É fundamental dentro dos objetivos secundários **conhecer quem eram os grupos que detinham a posse de terra no Estado do Maranhão.** Verificando inicialmente:

- Como era organizado esse espaço social e em que situações havia o conflito pela posse de terra?

Sendo indispensável à leitura de:

- Fátima Lomba de Fárias (2006), A vivência

da reforma agrária nos assentamentos.

- Regina Sader . Migração e Violência - O Caso da Pré-Amazônia Maranhense.
- LUNA, Regina Celi Miranda Reis - A Terra era Liberta, UFMA/Secr. Educação do MA., 1984.
- SADER, M. Regina de Toledo - Espaço e Luta no Bico do Papagaio - Tese, USP, 1987.
- Maria da Glória Gohn, Histórias dos movimentos e Lutas Sociais: A construção da cidadania dos Brasileiros.
- Patrícia Mechi (2013), Camponeses do Araguaia: Da guerrilha contra a ditadura civil-militar à luta contemporânea pela terra.
- CPT (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA): Conflitos no campo 1986.
- _____: Conflitos no campo 1987. Márcia Motta e Paulo Zarth (Orgs.): Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, 2008.
- Helciane de Fátima Abreu Araujo; Ditadura Militar e Repressão aos movimentos sociais e sindicais atuantes no campo no Maranhão – anos 1960-1980.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Carajás: A guerra dos mapas. Belém: Falangola, 1994.
- _____. Transformações econômicas e sociais no campo maranhense. Autonomia e Mobilização Política dos camponeses no Maranhão. São Luís: Vol 5, 1981.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Laís. Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo. In: Pesquisa Antropológica. Brasília, nº 9-10, 1976.
- CONCEIÇÃO, M. da. **Essa terra é nossa.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.
- Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.) 2009. Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v. I: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980.
- CHARTIER, R. À beira da falésia: A história entre certezas e inquietude, 2002.
- MARTINS, José de Souza. A aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil: a aliança do atraso. In: _____. O poder do atraso. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: Os comunistas e a constituição de classes no campo, 1995. Tese (Doutorado) – IFCH, Unicamp.
- _____. A questão da reforma agrária no Brasil. 1983. Dissertação (Mestra-

do) – FFCL, Universidade de São Paulo.

- _____ Movimentos Sociais no Campo, Lutas por Direitos e Reforma Agrária na Segunda Metade do Século XX. In: CARTER,
- Miguel (Org.). Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: Editora UNESP, 2010, pp.113-136.
- Ana Carneiro. Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos / Ana Carneiro ; Marta Cioccari ; – Brasília : MDA, 2010.

É importante também **analisar a legislação que regulamentava a disputa pela terra no Estado do Maranhão.** Sendo necessário verificar:

- De que maneira a legislação era aplicada no Estado do Maranhão?
- De que forma dentro da esfera política, o Estado intervivia nas questões agrárias?

Sendo importante para responder a essas questões, a leitura bibliográfica de:

- Bernardo Mançano Fernandes. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Artigo publicado na Revista de Cultura Vozes Também disponível na página <http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html>
- Medeiros, Leonilde Sérvolo de. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia das Lutas no Campo. São Paulo: Contexto, 1996.
- Ribeiro, Darcy. O Povo Brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Ana Maria Simões Coelho, Mariana Guedes Raggi; Mário Emmanuel de Oliveira Moraes, Perla Zusman e Sérgio Martins. Associação dos Geógrafos Brasileiros (DEN) - Coordenação de Publicações - Terra Livre.
- LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1949.
- ALMEIDA, Alfredo W. Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- _____. Preços e Possibilidades: A organização das quebradeiras de coco babaçu face à segmentação dos mercados. In.: ALMEIDA, A. W.;

- SHIRASHI, J.; MESQUITA, B. (Orgs.). Economia do babaçu: Levantamento preliminar de dados. 2. Ed. São Luís: MIQCB; Balaios Typographia, 2001, 27-46.

 - _____ . A mulher camponesa e o estado. In:
 - ANDRADE, Maristela (Orgs.), Viúvas entre a violência e a impunidade. São Luís: NAV; Mestrado em Políticas Públicas, UFMA, 1997.
 - COSTA, Wagner. Sob o Signo da Morte: Decadência, Violência e Tradição em terras do Maranhão. 2000. 200 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
 - _____ . Do Maranhão Novo ao Novo Tempo: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís, 1998. Mimeografado.

CRONOGRAMA

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Maria Teresa de. AZEVEDO, Ana Carolina Nunes SOARES, Paulo Henrique Ferreira. **A Luta pela posse da Terra no Maranhão: Caso de CAXIAS-MA.** Anais do I SENGES. Maceió - AL, 2014.
- AMADO, Janaína. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral.** São Paulo, 1995.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem: Corrupção e Violência em terras do Carajás.** Imperatriz – Maranhão: Ética, 2009.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Trabalho, conflitos e identidades numa terra de babaçu.** Artigo. Disponível: <file:///C:/Users/Admin/Downloads/137-400-I-PB.pdf.2008>.
- CARMO, Paulo Sérgio. **Sociologia e sociedade pós – industrial: Uma introdução.** São Paulo: Paulus, 2007.
- FABRINI, João Edmilson. **Assentamento Celso Furtado: Da Conquista da Terra às formas de resistência do Território camponês.** Revista Pe-gada – vol. 13 n.1, 2012.
- FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz.** Imperatriz-Maranhão: Ética, 2008.
- FERRAZ, Siney. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: Sete Barracas em busca de um elo.** Imperatriz – Maranhão: 2º Ed. Ética, 2000.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos; O breve século XX: 1914-1991;** tradução Marcos Santarrita - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Geografia e os movimentos sociais. In: Perspectiva Geográfica.** Marechal Cândido Rondon, PR: UNIOESTE, n. 3, 2007. P. 7-28.
- PEDROSA, Luís Antônio Câmara. **A Questão Agrária no Maranhão.** Disponível em: <http://www.abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf>. Acesso em: 24 set. 2012.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, silêncio. Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- RAMALHOSO, Wellington. **CNV conta história do líder camponês Manoel da Conceição: Fundador do PT torturado na ditadura foi solto a pedido do papa.** São Paulo: Artigo Publicado em 12/12/2014. Disponível: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/12/12/fundador-do-pt-torturado-na-ditadura-foi-solto-a-pedido-do-papa.htm>
- RIBEIRO, Marlene. **Educação do campo: embate entre movimento camponês e estado.** Porto Alegre- RS, Artigo Publicado: 15/04/2011.
- SANTOS, Manoel da Conceição. **Chão de minha Utopia.** Paula Elise Ferreira Soares, Wilkie Buzatti Antunes, organizadores. -Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: história oral.** Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. 2. Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992. Acesso em: 24 set. 2012.

PROJETO DE PESQUISA: REPRESSÃO E CONFLITOS: ALEMÃES E NACIONAIS NOS DISCURSOS DO JORNAL “O COMÉRCIO” E NA DOPS NO PERÍODO DO ESTADO NOVO EM UNIÃO DA VITÓRIA (PR) E PORTO UNIÃO (SC)

Zuleide Maria Matulle ¹
Niltonci Batista Chaves ²

Resumo: Este projeto de pesquisa tem como objetivo investigar os conflitos entre imigrantes alemães e a população nacional em União da Vitória e Porto União, tendo como recorte temporal o Estado Novo. Trata-se de um regime que colocou em prática uma política de massas, nacionalista e intervencionista. Selecioneamos como fonte o jornal *O Comércio*, de 1937 a 1945, de propriedade do intelectual local Hermínio Milis, fundado em 11 de junho de 1931. Utilizar-se-á também documentos do Arquivo da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, referente ao primeiro governo de Vargas. O propósito é entender: como os discursos produzidos e publicados pelo jornal *O Comércio* e os documentos da DOPS revelam as tensões entre imigrantes alemães\descendentes e nacionais nas cidades de União da Vitória (PR) e Porto União (SC) no contexto da repressão do Estado Novo? A metodologia utilizada é a Análise de Contéudo de Laurence Bardin (2011). Acredita-se que a pesquisa poderá contribuir com os debates sobre o nacionalismo, os desdobramentos locais da política do Estado Novo, bem como a redefinição do que significou a presença da suástica no interior do Paraná. Essas cidades possuem um número significativo de descendentes de alemães, e talvez, produzindo um trabalho dessa natureza, possamos encontrar algumas explicações para as tensões vividas entre os sujeitos e as contradições desse período.

INTRODUÇÃO: O TEMPO E O ESPAÇO

União da Vitória e Porto União são cidades limítrofes entre Paraná e Santa Catarina, banhadas pelo rio Iguaçu. Fazendo um rápido recuo no tempo verificamos que as cidades têm sua história ligada à ocupação dos Campos de Palmas, no Paraná, e a criação de gado naquela localidade. Riesemberg (1973) destaca que em função desse povoamento e sua atividade econômica, abriram-se novas passagens para escoar a produção. Em 1942, Pedro Siqueira Côrtes, a serviço dos fazendeiros de Palmas, procurou um ponto em que o rio Iguaçu desse vau, ou seja, que permitisse a passagem das tropas. Em torno dessa passagem do rio e a estrada aberta posteriormente houve, lentamente, a cristalização da cidade.

Porto União da Vitória, denominação da época, teve emancipação política e desmembramento de Palmas em 1890. Elas foram separadas em 1917, depois do acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina na conjuntura da Guerra do Contestado. A população da região era formada até o século XIX por indígenas das etnias kaingang, xoklengs e botocudos. Entretanto, a partir do final do século começou a receber levas de imigrantes. Os primeiros a chegar foram os alemães como informa Cleto da Silva (2006, p. 45), quando destaca que em dias de junho “do ano de 1881, chegavam a União da Vitória, numa lancha, a expensas do Coronel Amazonas Marcondes, os primeiros colonos estrangeiros, em número de 24, na maioria alemães”.

Importante destacar que as referidas cidades receberam imigrantes alemães vindos do país de origem no final do século XIX e início do XX, bem como alemães e descendentes que deixaram os estados do Rio Grande do Sul e cidades catarinenses para se estabelecer na região. Também fizeram parte da ocupação desse espaço italianos, poloneses, sírio-libaneses e ucranianos constituindo-se numa região de múltiplas feições étnicas.

O período mais problemático dentro da temática de conflitos entre alemães\descendentes e nacionais é o das décadas de 1930 e 1940, período do Estado Novo. Trata-se de um regime autoritário, plantado com o golpe de novembro de 1937, que consolidou propostas em pauta desde outubro de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu a presidência da República. É certo que se trata de um regime que adotou uma série de medidas que provocaram modificações substanciais no país. Mas, com a ajuda de Pandolfi (1999, p. 10),

1 Mestranda em História, Cultura e Identidades pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bolsista CAPES/Fundação Araucária.

2 Professor orientador. Doutor em História pela UFPR e professor do Depto. de História e do Programa de Mestrado em História da UEPG.

percebemos que Getúlio Vargas cercou-se de poderes excepcionais, “as liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido e os partidos políticos extintos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime, e a repressão policial instalou-se por toda parte”.

Em Gertz (1991) verificamos que a campanha de nacionalização se realizou em dois níveis: um, o educativo, desencadeado de forma generalizada logo após a implantação do Estado Novo. O outro, o repressivo, foi inicialmente mais seletivo, mas, depois de 1942, se voltou de forma generalizada contra tudo que fosse alemão ou relacionado com o Eixo. É este último nível que nos interessa, pois os imigrantes alemães\descendentes foram colocados sob suspeita, muitos foram presos pela polícia política, a DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social. Trata-se de uma modalidade policial que desempenhou uma função preventiva e repressiva na história do Brasil, “tendo sido criada com fins de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a ordem e segurança pública” (XAVIER, 1993, p. 32).

É importante pontuar que quando o Brasil declara-se contra o Eixo na Guerra, em 1942, o país já acumulava 118 anos de presença alemã no território, tomando como ponto de partida a fundação da colônia São Leopoldo no Rio Grande do Sul, em 1824. As cidades de União da Vitória e Porto União acumulavam 60 anos de presença alemã. Mais que isso, observando as páginas do jornal *O Comércio*, de propriedade de Hermínio Milis, com sede em Porto União, é possível verificar que nas referidas cidades alemães e descendentes ocupavam postos em diversos setores da sociedade. Eles se encontravam na política, no comércio, na indústria, na agricultura, na ferrovia, muitos alcançando inclusive representatividade econômica e social.

Nas décadas de 1930 e 1940, as cidades colhiam os frutos do desenvolvimento econômico acarretado pela ocupação da terra, pela navegação a vapor no rio Iguaçu, pela chegada da ferrovia, exploração da madeira, da erva mate, etc. Muitos alemães dedicaram-se a agricultura em seus lotes pautados na pequena propriedade familiar. No entanto, há uma parcela significativa de alemães presentes no quadro urbano das cidades, mais especificamente no comércio. Assim, ao andar pelas ruas da cidade deparava-se facilmente com fachadas de estabelecimentos comerciais cujos nomes remetem a alemães. É exemplo disso a Casa Omega, ourivesaria e

relojoaria de Afonso Luiz Friedrich; Alfredo Metzler & Irmãos, agente autorizado Chevrolet; Casa Winter, de Eugenio Winter; Farmácia União, de propriedade de Willy Jung; Casa Becker, de Adolfo Becker, etc.

Nesse sentido, observamos a presença de alemães em diversos espaços das cidades, os quais manifestavam uma identidade baseada no pertencimento étnico à nação alemã. Ao andar pelas ruas era comum ouvir saudações e conversas em língua alemã mesmo depois da proibição de falar alemão em público. Trata-se do Edital da Secretaria de Segurança Pública, de 28 de janeiro de 1942, assinado por Francisco Gottardi, Secretário dos Negócios de Segurança Pública em Santa Catarina, publicado no Diário Oficial do Estado. O documento informava aos estrangeiros naturais dos países do Eixo, isto é, Alemanha, Itália e Japão, que estava proibido, a partir dessa data, pronunciar “[...] hinos, cantos e saudações que sejam peculiares, bem como o uso dos idiomas dos países acima apontados”.

Esse espaço nos remete a ideia de bairro, um lugar de aproximação e repetição, o espaço de uma relação com o outro como ser social. Para o autor o bairro aparece como “o lugar onde se manifesta um ‘engajamento’ social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição” (MAYOL, 2009, p. 39). Assim, conviver no bairro não é algo simples. Sair de casa, andar pela rua, entrar em um estabelecimento comercial, por exemplo, é inscrever-se em uma rede de sinais sociais, ou seja, existe uma maneira adequada de se portar perante o coletivo. Caminhar pelo bairro implica em reconhecer e aderir a um sistema de valores e comportamentos uniformes.

Mayol (2009) elucida isso através do conceito de conveniência,

“um compromisso pelo qual cada pessoa, renunciando à anarquia das pulsões individuais, contribui com sua cota para a vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protegidos. Por esse ‘preço a pagar’ (saber ‘comportar-se’, ser ‘conveniente’), o usuário se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana” (MAYOL, 2009, p. 39).

Assim, podemos dizer que em União da Vitória e Porto União um vizinho não é uma pessoa íntima e não é um estranho. Elas se encontram com frequência no espaço central da cidade: nos cafés, cinemas,

hotéis e estabelecimentos comerciais, ou seja, no espaço social do bairro. Relacionar-se com essa vida coletiva e obter os benefícios de um ‘bom comportamento’, implica em reconhecer esse tecido social. É preciso medir as palavras, as atitudes, reprimir o que não convém, pois o bairro é um ambiente que não admite transgressões, potencializando as tensões entre os sujeitos na década de 1940.

SITUANDO A TEMÁTICA NO CAMPO HISTORIOGRÁFICO

Vários historiadores já refletiram sobre a imigração de alemães, sobre o nazismo e a repressão policial durante o Estado Novo, cujos resultados são naturalmente controversos. Destacamos isso porque o passado é, por definição, “um dado que coisa alguma pode modificar. Mas o conhecimento do passado é coisa em progresso, que ininterruptamente se transforma e se aperfeiçoa” (BLOCH, 1974, p. 55). Portanto, situar nossa pesquisa nesse campo historiográfico não é uma tarefa muito fácil, começemos, então, pela imigração alemã para o Brasil.

Não cabe nesse momento fazer um resgate pormenorizado do processo imigratório no Brasil. Nossa intenção é destacar da imigração aquilo que julgamos necessário para dialogar com nosso objeto de interesse. Sendo assim, ressaltamos que desde o século XIX imigrantes estiveram ligados ao processo de colonização do país. A legislação brasileira regulamentando esse processo é vasta, complexa, conflituosa e reflete os interesses dos grupos sociais nas diferentes fases pelas quais passou o processo imigratório no Brasil. Verificando esse projeto percebemos, por exemplo, o objetivo de preencher vazios demográficos através de núcleos coloniais de pequena propriedade familiar, com o intuito de valorizar terras despovoadas, protegê-las dos ataques de indígenas, etc. Em pauta verifica-se, ainda, a substituição do trabalho escravo pelo livre, mesclando iniciativas particulares e do governo (PETRONE, 1987, p. 260).

Entretanto, os imigrantes tinham um papel adicional a exercer, o qual ajuda a entender o contexto brasileiro no século XIX. Segundo Seyferth (2002, p. 120), os imigrantes tinham a função de contribuir para o branqueamento da população e, ao mesmo tempo, submergir na cultura brasileira através de um processo de assimilação. Na transposição dessas ideias há uma clara preferência pelos alemães

considerados bons trabalhadores. A autora destaca que “alemães e italianos são as nacionalidades mais frequentemente situadas no topo da hierarquia dos desejáveis, bons agricultores”. Esses elementos colaborariam para a dissolução das máculas da sociedade enquanto o Brasil assistiria o desaparecimento de sua etnicidade.

Porém, esse processo não foi tão simples assim. Observando o projeto imigratório vê-se abertamente a disparidade entre a legislação em andamento e a prática. A falta de recursos para demarcação dos terrenos, abertura de estradas e serviços essenciais, contribuiu para a formação de uma forte organização comunitária pelos alemães. Vide, como exemplo, a criação de associações, escolas, sociedades culturais e recreativas, etc.

Sobre isso Seyferth (2000) ressalta que:

“a concentração em áreas restritas, relativamente isoladas da sociedade brasileira, apesar da posterior introdução de outros imigrantes, facilitou a manutenção dos costumes e o uso cotidiano da língua alemã. A carência de serviços públicos e a instabilidade dos assentamentos, por sua vez, ensejaram a constituição de uma organização assistencial comunitária e a criação de uma rede escolar particular” (SEYFERTH, 2000, p. 29).

É certo que há exagero quando se fala em colônias auto-suficientes e isolamento das comunidades. Entretanto, a organização comunitária construída, a lógica econômica baseada na pequena propriedade familiar, a deficiência da prática imigratória, as características desses imigrantes, contribuíram para a identificação dos sujeitos com a nação alemã e a não assimilação ao corpo nacional. Vê-se a construção de uma identidade teuto-brasileira, baseada na *Deutschum*, que corresponde à reprodução de uma cultura alemã que asseguraria proteção e idealização de uma comunidade.

A *Deutschum* pressupunha a existência de um vínculo entre a nação alemã e os alemães no estrangeiro, devido aos laços de sangue que os unem, ou seja, essa ideologia “supunha que a nacionalidade alemã era herdada por meio do sangue (*jus sanguinis*) e perpetuada pela cultura, língua, costumes e espírito próprios do povo alemão” (SEYFERTH, 2000, p. 301). Percebe-se que emergência de uma identidade teuto-brasileira, a *Deutschbrasiliener*, ameaçava a integridade brasileira e a população de origem alemã do sul do Brasil passou a ser estigmatizada por constituir “quistos étnicos”. Essa identidade contrariava “os pressupostos do estado nacional, pautado pelo ideário assimilacionista que visava à

integração étnica e cultural de todos os seus habitantes no corpo social da nação”, que se intensifica no Estado Novo (SEYFERETH, 2000, p. 301).

Vale ressaltar que os primeiros protestos de intelectuais e políticos brasileiros contra o uso da língua alemã, contra a manutenção de costumes muito diferentes em relação ao Brasil, as discussões sobre o perigo alemão, isto é, o interesse da Alemanha pelos territórios do Brasil, povoados por populações de ascendência germânica, datam do início da República. Vide, como exemplo, Sílvio Romero, um intelectual defensor da tese do branqueamento gradual da população brasileira através da mestiçagem. O autor entendia a imigração europeia como solução para a população brasileira. Porém, expressava um sentimento antigermânico, criticando o modo como a colonização germânica foi realizada no Brasil. Romero, em *O Allemanismo no sul do Brasil*, obra publicada em 1906, destacava negativamente a forma de vida, a concentração e a organização social dos sujeitos de origem germânica no sul do país.

Portanto, debates sobre os alemães e sua concentração no sul do Brasil não foi novidade nas décadas de 1930 e 1940, marcados pelo projeto de nacionalização levado a efeito por Getúlio Vargas. Discussões sobre a emergência de identidade teuto-brasileira e o projeto nacionalista remontam ao processo imigratório e o quadro político em pauta desde o início do século XX, tomando maiores proporções durante o Estado Novo.

Esse quadro se revela ainda mais problemático quando nos aprofundamos na questão da imigração alemã para o Brasil. Essa expressão, por exemplo, pode sugerir a exclusão da diversidade dos grupos que entraram em terras brasileiras, mais especificamente na região sul do país ao longo do século XIX e início do XX. É importante superar ideias pré-estabelecidas quando o assunto é imigração alemã. Sobre isso Gertz (1991, p. 09) mostra que os imigrantes não constituíram um grupo homogêneo. O autor destaca que “nem todos os alemães e descendentes do Rio Grande do Sul eram colonos. Havia colonos, colonos luteranos, colonos católicos, comerciantes, industriais, proletários”. São sujeitos que possuíam ideais e interesses materiais diferentes.

O sul do Brasil recebeu imigrantes que vieram de regiões diversas, falavam dialetos diferentes e mesmo em sua forma de viver eram diferentes. Magalhães (1998) explica que os alemães que chegaram ao Brasil antes de 1870, os chamados alemães

de 1848, ou os Brummer (mosqueteiros), não se harmonizaram de pronto com os alemães da nova leva, os chamados Reichdeutsche (alemães do império), uma vez que trouxeram na bagagem a experiência da nação alemã, falavam um alemão difícil de compreender e expressavam um amor ao país de origem que não conseguiam entender. Sendo assim, o que pensar em relação aos imigrantes do pós Primeira Guerra Mundial, que se destacam em União da Vitória e Porto União como nazistas, segundo o olhar da DOPS?

Devido à diversidade de sujeitos é necessário atentar para o fato de que nem toda a população de origem alemã aderiu ao germanismo, ou seja, à preservação consciente da germanidade através da manutenção da língua, dos costumes e da pureza do sangue, fomentando a coesão dos indivíduos, que perfilhou nas comunidades a partir do final do século XIX. A ideologia do germanismo, por exemplo, veio sendo apresentada em teses acadêmicas produzidas no Brasil como uma ideologia “que perpassa toda a população de origem alemã, mais ou menos no sentido de que basta a pessoa chamar-se Schmidt ou Schneider para estar disposta a morrer por esta ideologia” (GERTZ, 1989, p. 175). Essas concepções sobre a imigração de alemães, no plural, são importantes nesta pesquisa, uma vez que essa diversidade é encontrada em União da Vitória e Porto União.

Muitos historiadores já se dedicaram a investigação do partido nazista presente no país, cujos resultados são controversos. Gertz (1991), desenvolvendo seus estudos sobre o Rio Grande do Sul, defende que não havia uma política de força para a América Latina, o nazismo não conseguiu a adesão total da comunidade alemã. O autor assinala que desde o final do século XIX e, principalmente, no período de 1933 a 1945, houve o surgimento de estereótipos e preconceitos contra os alemães. É um equívoco comprar esse discurso enraizado tanto na tradição brasileira como na historiografia, pois eles ajudaram a criar o fantasma do perigo alemão, da existência de um plano de conquista do sul do Brasil, longamente arquitetado desde o início da imigração, bem antes de Adolf Hitler iniciar suas atividades na Alemanha.

Assim, julgamos que as considerações de Gertz contribuem para a pesquisa na medida em que alerta para a necessidade de compreender que nem todas as portas alemãs estavam abertas para o nazismo. Além disso, alertam para a necessidade de observar

3 Disponível em:<http://pibmirim.socioambiental.org/institucional/quem_somos

a construção do mito do perigo alemão, que serviu aos desdobramentos da política desse período, contribuindo para um clima de suspeição, de desconfiança generalizada na sociedade.

Por outro lado, Dietrich (2007), em sua dissertação de mestrado, na qual estudou o partido nazista em São Paulo, encontrou indícios de que havia uma organização partidária de força. O número de filiados em todo o país girava em torno de 2900 membros, sendo a maioria, algo em torno de 92%, formado de alemães do Reich. O partido tinha boa representatividade na comunidade alemã, “pois os nazistas se fizeram presentes em vários segmentos sociais. Não se infere que todos os alemães eram pró-nazismo, mas sim que o nazismo se encontrava infiltrado nos mais importantes núcleos dessa comunidade” (DIETRICH, 2007, p. 348).

Analizando o estado de São Paulo a autora concluiu que houve mesmo a disseminação do nazismo em sua forma mais crua e não de um pangermanismo que caracterizou as comunidades alemãs estabelecidas no Sul do país. Entretanto, analisando fontes como o *Deutscher Morgen*, órgão oficial do Partido, ela destaca que não encontrou menção de que o partido pretendesse interferir na sociedade ou na política brasileira. O alvo de atuação do partido era a comunidade alemã, consistia em “despertar essa comunidade ao ‘novo tempo’, que com o movimento do nacional-socialismo, estava surgindo em sua Pátria-mãe” (DIETRICH, 2007, p. 348). A reflexão realizada pela autora contribui para nossa pesquisa por mostrar que em São Paulo o nazismo teve maior influência. Vale ressaltar que a estrutura funcional do Partido Nazista no Brasil, cujo chefe era Hans Henning Von Cossel, encontrava-se em São Paulo. Além disso, São Paulo foi o estado de maior concentração de partidários, somando 785 filiados.

Contudo, o estudo de Dietrich, sobre São Paulo, e de Gertz, sobre o Rio Grande do Sul, são pertinentes na medida em que auxiliam na comparação de ideias, com o que ocorreu em outras regiões. Não se trata de negar a presença de militantes e agentes do NSDAP (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiter Partei* – Partido Nacional dos Trabalhadores Alemães), de negar a existência de redes de espionagem, de atividades de propaganda, de grupos nazistas em território brasileiro, tampouco, negar o interesse de levar a doutrina nazista aos países hospedeiros. Busca-se, aqui, avaliar a influência do nazismo nesses espaços, pois alguns grupos eram constituídos de poucos membros, como foi o caso de União da Vitória e Porto União. Os sujeitos en-

volvidos com o nazismo em nosso recorte de pesquisa estavam inseridos no bairro, marcado pela conveniência, pelo contato interpessoal e imprevisível, bem como vigiados pela polícia política, que passou a tachar os alemães e descendentes como perigosos à segurança nacional.

Nesse contexto, mostra-se pertinente a dissertação de mestrado de Athaides (2011), na qual se refletiu sobre o partido nazista no Paraná (1933-1942). O autor realiza um mapa do funcionamento da NSDAP no Paraná, entre os anos de 1933 e 1942, bem como o desmonte dessa máquina partidária pelas autoridades repressoras do Estado Novo. O autor destaca que o Paraná teve considerável importância nos planos gerais do Grupo Nacional do Partido. Os nazistas conseguiram apregoar a doutrina nos meios que interessavam ao partido. Mas, o autor se deparou com uma comunidade permeada por conflitos políticos e cindida entre partidários e não partidários da causa nazista. Foi comum, ainda, “truculência dos nazistas na tentativa de impor sua ideologia, que serviu para afastar parte dos alemães, se não da ideologia, pelo menos dos quadros formais da NSDAP” (ATHAIDES, 2011, p. 208). Essas considerações abrem margem para pensar que a associação direta de alemães ao nazismo é um equívoco.

Athaides (2011) problematiza isso destacando o perfil desses nazistas. Para o autor trata-se de:

“jovens entre 25 e 35 anos, nascidos na Alemanha, que experimentaram de alguma forma a Primeira Guerra Mundial; ocupavam no país, em sua maioria, funções comerciais e industriais e pertenciam aos setores médios urbanos, boa parte com formação profissional definida e empregados em grandes firmas e indústrias alemãs que se instalaram no Brasil” (ATHAIDES, 2011, p. 46).

Esse perfil parece se reproduzir nas cidades de União da Vitória e Porto União. De acordo com os documentos produzidos pela polícia os sujeitos apresentados como membros do grupo nazistas local são imigrantes do pós Primeira Guerra Mundial e tiveram algum tipo de envolvimento com esse conflito ao lado da Alemanha. Esse foi o caso, por exemplo, de Henrique Klein, nascido no Brasil, educado na Alemanha, que retornou ao país depois da Primeira Guerra. Podemos citar, ainda, o ex-combatente Cristian Guth, destacado como soldado, bem como Carl Guth, que prestou serviço militar pouco antes da Guerra (proprietário do Moinho Guth, em União da Vitória).

Vale destacar, portanto, que o nazista em nosso recorte espacial de pesquisa tem um perfil bem delineado. Os tentáculos nazistas, fortemente difundidos pela polícia, não abarcaram os alemães estabelecidos no país no século XIX, por exemplo. Ainda sobre o nazismo, a tese de doutorado de Dietrich (2007) sobre o partido nazista do Brasil, tendo como fonte documentos de arquivos brasileiros e do arquivo da A.O. (Organização do Partido Nazista para o Exterior), mostra-se pertinente a nossa pesquisa. A autora questiona se no Brasil o partido nazista se tropicalizou, ou seja, investiga se a realidade brasileira teria causado modificações no funcionamento do nazismo no Brasil. Ela defende que em contato com a realidade brasileira o nazismo se anuançou, tropicalizando-se.

A autora indica a existência de um nazismo diferente daquele proposto pelo Terceiro Reich, mesmo com esforço da organização internacional do partido em seguir o modelo original. A rigidez do modelo causou suas principais falhas como, por exemplo, a proibição de descendentes no partido em uma população formada por muitos *Volksdeutsche* (homens do povo – descendentes), uma vez que o partido somente aceitava como membros os *Reichdeutsche* (cidadãos alemães). Ademais, para a autora, o nazismo se caracterizou mais pela fascinação e menos pelo terror no Brasil.

Assim, julgamos ser pertinente dialogar com essa perspectiva, pois os alemães envolvidos com o nazismo não estavam na Alemanha. É certo que estavam em grandes centros, como São Paulo, mas também em cidades interioranas, como União da Vitória e Porto União. Não podemos esquecer que esses supostos nazistas fazem parte da vida coletiva do bairro, precisam lançar mão da conveniência para conviver nesse espaço, pois suas relações não ocorriam com membros do alto escalão nazista da Alemanha, ao contrário, se davam com os comerciantes locais, com o vendedor de bilhetes do cinema, da estação, com os professores da escola dos filhos, etc.

Mais que isso, o NSDAP organizava-se com a direção central em São Paulo, cinco Círculos (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e com os *Orstgruppen*, grupos locais de amplitude estadual ou municipal. Podemos mencionar também outras divisões, geralmente de amplitude municipal: os *Stützpunkte* (pontos de apoio), *Blocks* (blocos) e *Zellen* (células) (ATHAIDES, 2011, p. 39). Isso quer dizer que os nazistas do nosso re-

corte de pesquisa, estavam na ponta última dessa estrutura, pois pelo número de membros – apontados pela DOPS – formavam uma célula nazista. Desenvolveram atividades de propaganda nazista e reuniões como sugerem os documentos, mas é necessário entender melhor as especificidades do nazismo no contexto de União da Vitória e Porto União.

DOPS, DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

É importante pontuar que parte das nossas fontes são documentos oriundos da repressão, mais especificamente da Delegacia de Polícia de União da Vitória, contendo 390 páginas. São documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná, do primeiro governo de Getúlio Vargas até o final da Segunda Guerra Mundial. Os documentos estão disponíveis para consulta no Arquivo Público do Estado, em Curitiba. Trata-se de informes oficiais e mandados de prisão, solicitação de salvo-conduto, pedidos de devolução de aparelhos de rádio, relatórios secretos, depoimentos, fotografias, bem como fichas e pastas individuais que dizem respeito a imigrantes alemães radicados, ou em circulação pelas cidades. Bauer e Gertz (2009, p. 177) explicam que se trata de documentos conseguidos através de ações legais e ilegais, incluindo a violência física e psicológica. São, portanto, “produtos de situações-limites, onde a intolerância é parte vital do sistema”. Trata-se de documentos produzidos pela lógica policial e que precisam ser problematizados.

A DOPS surgiu em 1933, com a criação da Delegacia Especial de Segurança Pública e Social – DESP. Segundo Dietrich (2007) essa polícia exercia controle baseada na ideia da desconfiança. Nessa lógica, a simples denúncia originava a prisão do suspeito, a mera possibilidade de um delito vir a ser praticado determinava o encarceramento de um indivíduo. Ela interferia no cotidiano da população, identificava os suspeitos, vigiava o cotidiano, confiscava provas, escrevia relatórios e efetuava prisões.

Além disso, trata-se de uma instituição organizada hierarquicamente. Havia delegados, policiais de alta e baixa patente, os quais nitriam interesses próprios, além da necessidade de justificar o próprio aparato repressor. Queremos destacar que a “ameaça dos ‘espiões’, ‘sabotadores’, ‘boateiros’, etc. era funcional para a manutenção de seus empregos e a

expansão dos recursos alocados às instituições repressivas" (OLIVEIRA, 2011, p. 44). Nesse contexto, não é difícil de imaginar os agentes policiais correndo atrás de quem quer que seja com o objetivo justificar seus próprios cargos e salários.

Mais que isso, Cancelli (1994, p. 93) explica que o governo conseguia fazer, "através de seus múltiplos instrumentos de propaganda, com que a população se sentisse engajada nas campanhas cívicas para a construção de um novo país", o que ela chama de delegados ideológicos do Estado. É certo que a influência da propaganda na sociedade não pode ser exacerbada. Mas, é verdadeiro que a população mesmo de cidades interioranas era saturada de imagens de Getúlio Vargas, bandeiras, hinos, cultos cívicos e discursos sobre o Estado Novo, publicados nos jornais e transmitidos via rádio, o que pode ter influenciado o convívio e as tensões entre os sujeitos.

Magalhães (1997), quando discute a lógica da suspeição e os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil, pensou a figura do informante. Trata-se daquele que colaborou espontaneamente com a instituição policial, que não pertencia formalmente ao sistema, mas suas informações contribuíam para que a repressão preventiva fosse praticada. Para a autora o colaborador da repressão sempre age sozinho, seu campo de investigação é o seu próprio ambiente de convívio. Os vizinhos e amigos são seu objeto de suspeição e ação. Qualquer desvio nesse espaço social marcado pela aproximação e por códigos de comportamento poderia ser denunciado.

Assim, observamos de um lado um aparato repressivo instituído, por outro, supostos nazistas, organizados e ativos, bem como nacionais que não escapavam à influência da propaganda estado-novista, o que reflete um ambiente de convívio marcado pelas tensões entre os alemães e os nacionais. Podemos conversar novamente com Mayol (2009, p. 50) quando destaca que o sujeito deve manifestar "o mínimo possível de desvio em relação aos estereótipos admitidos pelo bairro. E, ao contrário, deve afirmar a maior participação na uniformização dos comportamentos".

Nos documentos recortados para essa pesquisa, do primeiro governo de Getúlio Vargas até o final da Segunda Guerra Mundial, é possível verificar o discurso da DOPS sobre o imigrante alemão\descendente, pontuado como inimigo. É comum nas fontes termos como nazistas fervorosos, súditos do Eixo, elementos perigosos, nazista destacado e ele-

mento nocivo, junto a relatórios de transgressões cometidas. Ademais, vê-se, por exemplo, alemães e descendentes tendo seus aparelhos de rádio recolhidos pela polícia, salvo-conduto negado, alemães falando na língua pátria em público depois da proibição e nacionais denunciando essas práticas junto à delegacia.

A partir desses documentos verificamos o clima de desconfiança, talvez exacerbado, na década de 1940, bem como evidenciam um espaço conflitante. Dudek (2015, p. 12), em sua dissertação de mestrado sobre política, repressão e nacionalismo no Vale do Iguaçu durante a era Vargas, refletiu sobre as transformações no cotidiano dos alemães com a repressão. Utilizando os documentos da DOPS e o jornal local tinha como objetivo "entender como se deram as disputas no espaço coletivo, no campo das ideias e como se desenvolveram as relações desses indivíduos com os grupos brasileiros".

O autor destaca que a legislação do Estado Novo não modificou apenas o cotidiano dos 'subversivos do Eixo'. Para que as leis tivessem sucesso, "a população brasileira e de imigrantes que nada tinham a ver com o nazismo tiveram de reorganizar o seu modo de viver, para atender aos objetivos do Estado Nacional". Nesse processo, apurou-se que brigas pessoais se transformaram em denúncias, as interações sociais entre os sujeitos transformaram-se, ficando claro o descontentamento de parte da população em relação aos imigrantes. Na sua concepção o governo mantinha a população sempre alerta e "fazia crer que o Estado era o único capaz de salvar os brasileiros do inimigo" (DUDEK, 2015, p. 124).

Esse autor utiliza em sua reflexão além dos documentos da DOPS o jornal *O Comércio*. Porém, não problematiza a figura de Hermínio Milis, um intelectual situado em um lugar social, que possui uma trajetória e que participa do cotidiano das cidades. Assim, trazendo o jornal para a discussão, fazendo dele fonte primária da pesquisa junto com os documentos da DOPS, julgamos avançar no debate sobre a região sul do Paraná e norte de Santa Catarina no contexto da repressão aos alemães no Estado Novo.

O JORNAL O COMÉRCIO

O que segue foi construído a partir das recomendações de Luca (2011). A autora explica os procedimentos iniciais para aqueles que querem utilizar a imprensa como fonte histórica. Destaca que é

crucial, por exemplo, atentar para as características de ordem material do periódico, pesquisar a forma de organização interna do conteúdo, caracterizar o grupo responsável pela publicação, identificar os principais colaboradores, o público a que se destinava, bem como analisar o material de acordo com a temática escolhida.

Conseguimos apurar, até o momento, que em União da Vitória e Porto União a principal fonte de informação da população era o jornal *O Comércio*, de Hermínio Milis, um intelectual de influência na região. O jornal foi fundado em 11 de junho de 1931, podendo ser visto como uma vitrine do cotidiano das cidades. Seis meses depois do lançamento do jornal Milis foi preso e mandado para a cidade de Florianópolis. Na primeira fase o jornal funcionou de junho a dezembro, reabrindo em maio de 1932. Hermínio Milis foi militante da imprensa da capital do Estado de 1924 a 1929. Exerceu atividades no jornal “*A República*”, de Florianópolis, no qual matinha uma seção sobre linguagem portuguesa. Foi inspetor escolar, professor, fundador da Sociedade Musical Lira do Iguaçu, fundador do Centro Cultural Professor Cleto, fundador do Comité Popular Pró-Getúlio Vargas e fez parte da Sociedade de Língua Portuguesa de Lisboa. Em 1932 foi nomeado Escrivão do Crime, Júri e Execuções Criminais da comarca de Porto União.

Além de Hermínio seu filho Ari esteve ligado ao jornal. De 1933 a 1936 Ari exerceu a função de Servente do Cartório do Crime da Fazenda da Comarca de Porto União. Em 1936 começou a trabalhar em *O Comércio*, no setor de cobranças e corretagem. Terminou o curso de Magistério, mas preferiu seguir carreira como jornalista, tornando-se redator de *O Comércio* em junho de 1940. Exerceu, ainda, cargo nos escritórios do III Distrito de Obras e Cadastros, setor responsável pela construção da Variante Féreia da Serra de São João - R.V.P.S.C (funcionário da Rede Viação Paraná-Santa Catarina).

Podemos dizer que os Milis são intelectuais regionais. Esse termo é apresentado por Vilhena (1996), quando discute o movimento folclórico no contexto da estruturação das Ciências Sociais no país. A discussão feita pelo autor é importante para nossa pesquisa porque é possível captar do texto o perfil desses intelectuais espalhados pelo território brasileiro, fora do eixo Rio-São Paulo. Trata-se de intelectuais não acadêmicos e ligados a institutos e academias locais, mantinham interesses diversos e atuavam em diferentes campos como, por exemplo,

profissionais liberais, funcionários públicos e professores. Esse perfil é semelhante a trajetória de vida de Hermínio e Ari Milis em União da Vitória e Porto União. Os Milis não eram frutos do mundo acadêmico, porém, fizeram das letras uma missão política, ocupando um lugar na sociedade.

Apontamos isso porque a imprensa também teve participação em provocar o clima de suspeição. Capelato (1999, p. 171) destaca que a Constituição de 1937 legalizou a censura prévia aos meios de comunicação. A imprensa, “através de legislação especial, foi investida da função de caráter público, tornando-se instrumento do Estado e veículo oficial da ideologia estado-novista”. O seu artigo 122, por exemplo, dizia respeito à liberdade de imprensa e admitia a censura a todos os veículos de comunicação. A lei prescrevia com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, “a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação”.

Um dos instrumentos de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação foi o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, órgão criado para estabelecer controle sobre aquilo que se produzia durante a política varguista em termos de cultura e política. O DIP, criado em 27 de dezembro de 1939, estava subordinado diretamente à autoridade estano-novista, e cuidava da elaboração do estofo ideológico do sistema. Ele produzia e divulgava “o discurso destinado a construir certa imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e o povo” (CAPELATO, 1999, 173).

Com a entrada do Brasil na Guerra a suspeição-demonização do outro tomou forma mais explícita na imprensa, com a publicação de artigos e a veiculação dos imigrantes e descendentes como inimigos do país e prováveis colaboradores do Eixo, parte da lógica de construção do inimigo. É um pouco do que Fáveri (2002) discute em sua tese sobre o cotidiano e o medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Verificamos que palavras como traidores, alienígenas, espiões, boateiros, quinta-coluna, sabotadores, homogeneizando os alemães e apresentando-os como inimigos eram comuns nos jornais.

A autora apresenta algumas notícias, publicadas em letras garrafais nos jornais em Santa Catarina, como por exemplo: “Nazista, canalha! O teu sangue corre nas sarjetas para pagar a tua traição”, e ainda, “Todos os quinta-colunas, todos os espiões, todos

os traidores irão, de ferramenta ao ombro, abrir estradas para o Brasil!”, no jornal “A Notícia” da cidade de Joinville (FÁVERI, 2002). Tais conteudos, porém, não são encontrados no jornal O Comércio.

Como destacamos anteriormente as páginas do jornal fornecem ao pesquisador um mapa dessa sociedade. Vê-se que imigrantes alemães\descendentes faziam uso do jornal para fazer propagandas de suas casas comerciais e serviços, as quais foram referenciadas anteriormente, o que pressupõem um vínculo econômico e social desses alemães com o jornal e seu jornalista. É importante destacar que Hermínio Milis está aqui, é nesse espaço que circula e estabelece suas relações, ou seja, no bairro.

Além disso, trata-se de um jornal que reproduziu os discursos oficiais do Estado. Na primeira página deu ampla divulgação aos atos do governo e publicou fotos de Getúlio Vargas, do Interventor Nereu Ramos, proferiu elogios ao seu governo, em meio às propagandas de casas comerciais e serviços de alemães\descendentes. Nas páginas do jornal há textos extraídos de outros periódicos como, por exemplo, o Boletim Mercantil, publicado entre 1936 e 1941, pela Agência Econômica e Financeira Paz Ltda. Trata-se de um semanário dedicado a publicação de artigos de propaganda antibritânica e pró Terceiro Reich. O jornal não obteve o registro necessário para seu funcionamento no DIP, sendo suas atividades encerradas no ano de 1941.

Do Boletim Mercantil o jornal de Milis publicou o artigo de título Um pouco de lógica, em julho de 1941, na primeira página. Trata-se de um artigo de crítica aos ingleses, os quais destacavam que havia descontentamento na Alemanha. Na visão do autor do texto era um argumento ingênuo, pois a Alemanha encontra-se em excelente situação militar. O Chanceler do Reich, destaca o texto, “não falhou ainda em nenhuma de suas promessas. Necessariamente sua palavra é ouvida e acreditada; e como essa palavra nunca falhou, não pode haver descontentes quanto a ela... sinão na Inglaterra” (O COMÉRCIO, 1941, p. 01). A Alemanha atual, é um texto de março de 1941, que discorre sobre como a Alemanha encontrou no Nacional Socialismo a unidade da nação. Destaca, por exemplo, que “Hitler protegeu assim a Alemanha contra novas violências e injúrias e realizou a ardente aspiração dos alemães e dando novo impulso à criação de valores alemães” (O COMÉRCIO, 1941, p. 01).

A ilusão do inverno, os adeptos da causa comunista continuam a esperar pelo frio, é um texto ex-

traído de um periódico chamado Idéias, publicado em novembro de 1941, e fala sobre a campanha do exército germânico na frente oriental, destacando que “nenhum inverno deterá a investida germânica. A sorte da Rússia já está traçada. É a sorte do Mundo. O comunismo não sobreviverá à derrota militar dos exércitos vermelhos”. A Alemanha salvá-la-à dos regimes da oprobrio, salvando a civilização cristã do perigo que a ameaça” (O COMÉRCIO, 1941, p. 01).

No jornal O Comércio encontramos vários textos sobre o comunismo, em cujo conteúdo aparecem termos como perigo vermelho, perigosos extremistas, mal de Moscou, estrangeiro mal agradado a hospitalidade brasileira, ação maléfica do comunismo no mundo, os horrores do comunismo, etc. O anticomunismo ficou impregnado no discurso oficial brasileiro, deixando clara a existência de um inimigo que precisava ser combatido. Esses textos aparecem de forma mais constante no jornal a partir de 1935, tendo vista a Intentona Comunista.

Não é nosso objetivo deslocar nosso objeto de interesse, isto é, as tensões entre alemães e nacionais no Estado Novo. Ao destacar a questão do comunismo queremos ressaltar a existência de um clima de ataque a essa ideologia e de caça aos seus adeptos no jornal, o que parece não ocorrer em relação aos alemães, pois chama nossa atenção no semanário a ausência de um clima de suspeição e medo em relação aos alemães\descendentes. Os textos que encontramos no jornal, até o momento, fazem elogios a Alemanha e sua forma de governo. Termos como nazistas, quinta-coluna, elementos perigosos, súditos do Eixo, comuns no discurso da DOPS e na imprensa de outras cidades, não aparecem em O Comércio.

É certo que o acervo do jornal está fragmentado, pois com o agravamento da Guerra o jornal diz ter tido dificuldades para fazer circular o semanário por falta de papel especial para jornal, o que dificulta nossa compreensão do assunto, pois nossa teve sua periodicidade interrompida. Porém, há no jornal algo que vale a pena investigar como, por exemplo, os seus silêncios em relação aos alemães\descendentes. Os Milis, Hermínio e Ari, donos e redatores do jornal, também fazem parte do tecido social do bairro, também estão inseridos nesse espaço, relacionam-se com diferentes sujeitos dessa sociedade, dos prefeitos ao chofer de praça, tendo que fazer uso do conceito de conveniência apontado por Mayol (2009), e talvez, fazendo uso de estratégias

discursivas que tendem a atenuar o discurso do jornal sobre determinados assuntos.

Diante do exposto, a presente pesquisa se refere aos desdobramentos locais das políticas do Estado Novo, da repressão e dos discursos produzidos sobre os alemães\descendentes, que diz respeito a uma rede de atores sociais e a um período significativo para a história do Brasil. O propósito é entender: como os discursos produzidos e publicados pelo jornal *O Comércio* e os documentos da DOPS revelam as tensões entre imigrantes alemães\descendentes e nacionais nas cidades de União da Vitória (PR) e Porto União (SC) no contexto da repressão do Estado Novo? Essas cidades possuem um número significativo de descendentes de imigrantes alemães, e talvez, produzindo um trabalho dessa natureza possamos encontrar algumas explicações para as tensões vividas entre os sujeitos e as contradições desse período.

OBJETIVOS E QUESTÕES OPERACIONAIS

A pesquisa tem como objetivo geral: compreender as tensões entre imigrantes alemães\descendentes e elementos nacionais através dos discursos do jornal *O Comércio* e dos documentos da DOPS nas cidades de União da Vitória e Porto União, no contexto da repressão do Estado Novo. Como objetivos específicos e questões operacionais destaca-se a necessidade de:

I - Entender o contexto da imigração alemã para o Brasil, bem como em União da Vitória e Porto União. Para isso julgamos pertinente verificar: Quais os objetivos em pauta com a inserção de imigrantes europeus em território brasileiro, mais especificamente de alemães na região sul? Como esse projeto de imigração para o Brasil contribuiu para a emergência de uma identidade teuto-brasileira baseada na germanidade? Qual o contexto da imigração em União da Vitória e Porto União e como se configurou a instalação de alemães nesse espaço?

2 - Entender a relação entre nazismo e os alemães e compreender a adaptação dessa ideologia no Brasil, percebendo as especificidades do nazismo nas cidades mencionadas. Para alcançar esse objetivo é importante verificar: Qual a diversidade de origens e culturas

se esconde atrás do termo imigrante alemão? Como a diversidade de sujeitos ajuda a explicar a adesão pouco expressiva do ponto de vista numérico em comparação com a comunidade teuta residente no país? De que forma a ideologia do nazismo se desenvolveu em território brasileiro? Quais as especificidades do nazismo no contexto de União da Vitória e Porto União?

3 - Compreender o ambiente urbano e o cotidiano da população de União da Vitória e Porto União no final da década de 1930 e início de 1940. Para isso faz-se necessário responder: Como se configura União da Vitória e Porto União em termos de espaço rural e urbano e como a população está distribuída nesse espaço? Como se configura o quadro urbano de União da Vitória e Porto União e onde estão localizados os alemães\descendentes? Como esse espaço social e as relações cotidianas apresentadas pelo jornal *O Comércio* e pela DOPS auxiliam na compreensão das tensões entre alemães\descendentes e nacionais?

4 - Avaliar o discurso do jornal *O Comércio* e da DOPS sobre os imigrantes alemães. Para alcançar esse objetivo julgamos ser capital entender: Qual o posicionamento do jornal *O Comércio* diante dos debates sobre os alemães\descendentes no Estado Novo? Como a trajetória de vida de Hermínio e Ari Milis ajuda a compreender o posicionamento do jornal sobre os alemães? Como o jornal *O Comércio* se insere na sociedade de União da Vitória e Porto União? Qual o papel desempenhado pela DOPS no contexto nacional? Como a DOPS apresenta os imigrantes alemães\descendentes em União da Vitória e Porto União?

METODOLOGIA

Para entender os objetivos em pauta com a inserção de imigrantes europeus em território brasileiro e como esse projeto de imigração para o Brasil contribuiu para a emergência de uma identidade teuto-brasileira, realizar-se-á leitura e fichamento de textos como, por exemplo: *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*, de Célia Maria Martinho de Azevedo (1987); *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*, de

Luiza Horn Iotti (2001); Os caminhos para a cidadade: ideais da imigração europeia nos discursos da elite política brasileira (1846 – 1888), dissertação de mestrado defendida por Cacilda Estevão dos Reis (2004); A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito (2000), de Giralda Seyferth. Utilizar-se-á, ainda, os textos: Velhos e novos nacionalismos e Pan-germanismo e nacional-socialismo, capítulos de Pan-germanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil, de Marionilde B. Magalhães (1998).

Para discorrer sobre o contexto da imigração nas cidades e como se configurou a instalação de alemães nesse espaço, faremos uso de leituras como: A instalação humana no Vale do Iguaçu e A Nau de São Sebastião, obras escritas por Alvir Riesemberg, as quais trazem informações quantitativas sobre a instalação humana no vale do Iguaçu. Podemos encontrar dados sobre a organização de lotes, concessão de terras na região através das atas da câmara do município de União da Vitória. Também dispomos de um trabalho de título, Terras públicas e particulares: o impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada, de Rosângela Cavallazzi da Silva (1983), que faz um estudo sobre a ocupação e povoamento de Santa Catarina no meio oeste, o qual contém elementos sobre a ocupação da terra em Porto União.

Para entender a relação entre nazismo e alemães, bem como compreender a adaptação dessa ideologia no Brasil, separamos para leitura e fichamento textos como: Os imigrantes de origem germânica no sul do Brasil, capítulo da obra de Marionilde B. Magalhães (1998); O perigo alemão, de René Gertz (1991); Nazismo tropical? O Partido Nazista do Brasil, de Ana Maria Dietrich (2007); Nazismo d’além mar: conflitos e esquecimentos (Rio Grande do sul, Brasil), de Taís Campello Lucas (2011); *Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer: A Seção Brasileira do partido Nazista e a questão nacional e NSDAP no Brasil* problemas de pesquisa, de Luis Edmundo Moraes (1996).

Para entender as especificidades do nazismo em União da Vitória e Porto União faremos uso de documentos encontrados na pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória. Os documentos como, por exemplo, pastas individuais dos sujeitos apontados como membros do grupo, relatórios e fotografias, trazem informações sobre o grupo nazista da região. São, pois, documentos que revelam a investigação da polícia sobre o nazismo local. Utilizar-se-á esses documentos em diálogo com o trabalho publicado por Rafael Athaides (2011), de título, O

partido nazista no Paraná 1933-1942.

Para compreender o ambiente urbano e o cotidiano da população de União da Vitória e Porto União, vamos utilizar leitura e fichamento de obras sobre história local. Estamos falando das obras: A instalação humana no Vale do Iguaçu, publicada por Alvir Riesemberg (1978); Apontamentos históricos de União da Vitória, de José Cleto da Silva (2006). Também podemos encontrar dados no IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) e no IPEADATA, base de dados demográficos.

Para o entendimento do quadro urbano de União da Vitória e Porto União e onde estão localizados os alemães\descendentes será utilizado o jornal O Comércio. O procedimento é mapear as publicações do jornal e encontrar pistas sobre o quadro urbano das cidades. Além disso, os documentos da DOPS também fornecem elementos importantes como, por exemplo, a citação da fábrica de bebidas de Antonio Missau (vigiada pela polícia), do Hotel Paraná, o qual foi palco de conflitos entre alemães e nacionais, etc. Nos documentos policiais é possível verificar, ainda, as atividades dos sujeitos, dados que ajudam a compor o quadro urbano das cidades. Um exemplo disso é Bertholdo Hay que foi vigiado pela DOPS desde 1938, proprietário de um conhecido comércio das cidades, diretor da Sociedade de Cantores Alemães de Porto União e camarista da cidade de União da Vitória em 1936-1937.

Vamos nos valer também de leitura e fichamento do livro: No tempo dos trens nas Gêmeas do Iguaçu: uma viagem ao passado, de Leni Trentim Gaspari (2011). Esse trabalho é importante, pois fornece um bom quadro da transformação urbana que ocorreu nas cidades a partir da chegada da ferrovia, bem como da construção da estação ferroviária, inaugurada de 1942. Além disso, serão utilizadas fotografias que retratam o quadro urbano das duas cidades nas décadas de 1930 e 1940.

Para localizar os alemães dentro desse espaço o jornal e os documentos da DOPS são bons instrumentos. Nesses documentos conseguimos verificar, por exemplo, que a Empresa de Eletricidade e Telefone Alexandre Schlemm S. A, concessionária dos serviços de iluminação elétrica pública e particular e do serviço telefônico das cidades, era de propriedade de Alexandre Schlemm, um descendente de alemães. Mais que isso, a empresa teve em sua equipe de funcionários vários alemães, todos vigiados de perto pela polícia. O jornal, por sua vez, como se

trata de uma fonte inserida na sociedade e dela participando, está recheado de dados que fornecem a localização dos sujeitos, nas propagandas, nos editoriais, etc.

Como esse espaço social e as relações cotidianas apresentadas pelo jornal e pela DOPS auxiliam na compreensão das tensões entre alemães\descendentes e nacionais, pode ser verificada buscando elementos no próprio periódico. Os documentos da DOPS também mostram elementos para pensar o cotidiano alterado pelos desdobramentos da política estado-novista. Casos como o de falar alemão em público e manifestar-se publicamente a favor do Eixo, por exemplo, servem para recompor as relações cotidianas em nosso espaço de pesquisa.

Para avaliar o discurso do jornal *O Comércio* e da DOPS sobre os imigrantes alemães, qual o posicionamento do jornal diante dos debates sobre os alemães\descendentes no Estado Novo, optamos por mapear os temas publicados pelo jornal a partir de 1937, data de implantação do Estado Novo. Curiósamente, o jornal *O Comércio* faz circular texto de elogio a Alemanha quando as redes de espionagem alemã, e a própria Alemanha começam a se tornar um problema de segurança nacional.

Para verificar como a trajetória de Hermínio e Ari Milis ajuda a compreender o posicionamento do jornal sobre os alemães utilizar-se-á textos escritos e publicados pelo próprio jornal sobre Hermínio e Ari Milis. Observando o jornal verificamos que em datas comemorativas como, por exemplo, nos aniversários do periódico, no mês de junho, é comum encontrar textos que revelam a trajetória de seus redatores. É possível encontrar dados biográficos de Hermínio Milis nos documentos e atas da Academia de Letras do Vale do Iguaçu – ALVI, uma vez que Milis é patrono de uma das duas cadeiras. Ademais, *O Comércio* é um jornal que continua em circulação, o que facilita a realização de pesquisas mais apuradas no acervo caso seja necessário.

Vamos realizar também leitura e fichamento do livro: *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*, de Daniel Pecault (1990), o qual recupera a trajetória da intelectualidade de 1920 a 1982, destacando a posição social dos intelectuais, o lugar que atribuem a si próprios e as articulações entre o campo intelectual e a esfera política. Nessa mesma perspectiva é importante o texto de Luiz Rodolfo Vilhena (1996), *Os intelectuais regionais*, para entender e discorrer sobre o perfil dos intelectuais espalhados pelo território brasileiro na primei-

ra metade do século XX.

Para perceber como o jornal *O Comércio* se insere na sociedade de União da Vitória e Porto União, vamos utilizar o próprio periódico através do mapeamento de sua publicidade. Que tipo de publicidade e apelo o jornal faz junto à população? O jornal oferece preços baixos, facilidades de pagamento, por exemplo? Qual a tiragem do jornal nas décadas de 1930 e 1940? Realizar-se-á também um mapeamento dos temas publicados que fornecem ao pesquisador um pretenso público.

Para discorrer sobre o papel desempenhado pela DOPS no contexto nacional realizar-se-á leitura e fichamento de obras como, por exemplo: *O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional*, de Maria Luiza Tucci Carneiro (1999). Ela discute como se desenvolveu a trama desse Estado intervencionista e disciplinador, bem como a função da polícia na dinâmica de domesticação das massas, que procurava silenciar aqueles que eram considerados potencialmente perigosos. O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo, publicado por Priscila Ferreira Perazzo (1999), também será utilizado. A autora dedica parte de sua pesquisa a documentação policial que se refere aos mecanismos de repressão aos alemães vistos como súditos do Eixo.

Como a DOPS apresenta os imigrantes alemães\descendentes em União da Vitória e Porto União é uma questão que pode ser trabalhada a partir dos documentos da pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória. Eles mostram o discurso sobre os imigrantes alemães e as ameaças quanto à prática do nazismo que circulava pelas delegacias. Vamos analisar esses documentos com a ajuda de Caroline Bauer e René Gertz (2009), os quais discutem o uso de fontes sensíveis da história recente. Os autores explicam de que forma o pesquisador deve entender e trabalhar com esses documentos.

Pretende-se utilizar os documentos da DOPS e o jornal *O Comércio* mediante a Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin, que atrela análise quantitativa e qualitativa, metodologia interessada no conteúdo dos discursos a partir da semântica através de unidades de registro. O método consiste em um conjunto de técnicas e instrumentos metodológicos que são capazes de efetuar a exploração objetiva de dados informacionais ou discursos, “fazendo aparecer no conteúdo das diversas categorias de documentos escritos – artigos de imprensa, entrevistas, questionários, documentos históricos, textos literários, etc” (ZICMAN, 1985, p. 94).

Essa metodologia aplicada ao jornal *O Comércio* pode revelar quais os conceitos em pauta no período do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial em União da Vitória e Porto União. Os conceitos que aparecem com frequência nos discursos da polícia política sobre os alemães\descendentes pode ser um contraponto interessante na análise sobre para entender as tensões vividas entre os sujeitos e as contradições desse período em um espaço geográfico relativamente pequeno, mas que é o universo desses sujeitos.

A proposta é decodificar os textos contidos nas páginas do jornal, mapear as unidades de registro de acordo com a temática da pesquisa, observar a posição de Hermínio e Ari Milis, a quem eles se dirigem, bem como o meio social no qual eles estão inseridos. Analisar-se-á os documentos da DOPS utilizando-se dos mesmos critérios, entendendo-os como portadores de um discurso produzido pelo órgão repressor, ou seja, é a polícia destacando que determinados elementos eram nazistas. Isso tudo implica em problematizar essas fontes como discursos do real, não se tratando da realidade em si.

FONTES

A Alemanha atual. *O Comércio*. Porto União, 30 de mar. 1941, p. I.

A ilusão do inverno. *O Comércio*. Porto União, 30 nov. 1941, p. I.

Anúncios. *O Comércio*. Porto União. Exemplares diversos, 1937 a 1945.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 10 de novembro de 1937. Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF, 10 de novembro 1937.

Edital Secretaria de Segurança Pública. Diário Oficial. Santa Catarina, 28 de janeiro de 1942. p. 4.

Lista dos funcionários da Empresa Alexandre Schlemm S.A. Arquivo Público do Paraná. Curitiba. DOPS, pasta da Delegacia de Polícia de União da Vitória, 10 jun. 1942.

MILIS, Hermínio. Jornalista Ari Milis o novo Redator de *O Comércio*. *O Comércio*. Porto União, 30 de

jun. 1940, p. I.

Um pouco de lógica. *O Comércio*. Porto União, 27 jul. 1941, p. I.

REFERÊNCIAS

ATHAIDES, Rafael. *O Partido Nazista no Paraná 1933-1942*. Maringá: Eduem, 2011.

AZEVEDO, Célia Maria Martinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Caroline; GERTZ, René. Fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 173-193.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 2ª Edição. Lisboa, Publicações Europa-América, 1974.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 2ª edição, 1994.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 167-178. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

CARNEIRO, Maria L. Tucci. O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 327-340. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

CLETO DA SILVA, José. *Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933)*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

DIETRICH, Ana Maria. *A caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a Mira da Polícia Política*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, FAPESP, 2007.

_____, *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

DUDEK, Wanilton. *Política, repressão e nacionalismo: o cotidiano da comunidade alemã do Vale do Iguaçu durante a Era Vargas*. União da Vitória: UNIUV, 2015.

FAVÉRI, Marlene. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

GASPARI, Leni Trentim. *No tempo dos trens nas “Gêmeas do Iguaçu”: uma viagem ao passado*. União da Vitória: Fafiu, Coleção Vale do Iguaçu, n. 97, 2011.

GERTZ, René. Preconceitos de sangue. In: *História: Questões e Debate*. Curitiba, vol. 10, n. 18, p. 157-180, jun.-dez, 1989.

_____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1991.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

LUCA, Tania Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 111-153.

LUCAS, Taís Campelo. *Nazismo d’além mar: conflitos e esquecimento (Rio Grande do Sul)*. Tese de doutorado. Universidade do Grande do Sul. Porto Alegre: 2011.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, vol.17, n. 34, p. 203-220, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200011>

_____, Marionilde Brephol. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1998.

MAYOL, Pierre. O bairro. In: CERTEAU, Michel. A

invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MORAES, Luis Edmundo. *Ein Volk, Ein Reich, Ein Führer! A Seção Brasileira do Partido Nazista e a Questão Nacional*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

OLIVEIRA, Dennison de. *Os soldados alemães de Vargas*. Curitiba: Juruá, 2011.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 9-14. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1990.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

PETRONE, Maria Theresa. Política imigratória e interesses econômicos: (1824-1930). In: *Emigrazioni europee e popolo brasiliano. Atti del Congresso euro-brasiliano sulle migrazioni*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1987, p. 257-269.

REIS, Cacilda Estevão dos. *Os caminhos para a cidadade: ideais da imigração europeia nos discursos da elite política brasileira (1846 – 1888)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2004.

RIESEMBERG, Alvir. *A instalação humana no Vale do Iguaçu*. [S.l.: s.n.], 1973.

_____. *A Nau de São Sebastião*. Curitiba: IHGEP, 1978.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil. Etnicidade e Conflito. In: FAUSTO, B. (org.). *Fazer à América. A imigração em massa para a América Latina*. 2^a Ed. São Paulo: Edusp, 2000, p. 273-313.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. In: *Revista USP*, São Paulo, n.53, p. 117-149, mar./mai. 2002.

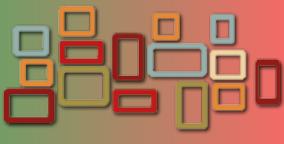
SILVA, Rosângela Cavallazzi da. *Terras públicas e particulares - o impacto do capital Estrangeiro sobre a ins-*

titucionalização da propriedade Privada (um estudo da "Brazil Railway Company" no Meio oeste catarinense).
Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1983.

VILHENA, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais: os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 11, n. 32, p. 125-150, 1996.

XAVIER, Marília. Antecedentes institucionais da polícia política. In: *DOPS: A lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1993, p. 32-36.

ZICMAN, Renée B. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. In: *Revisão História e Historiografia*. n. 4. São Paulo: EDUC, 1985, p. 89-102.



PROJETO DE PESQUISA: OS 100 PRIMEIROS ANOS DA IMPRENSA: UM INVENTÁRIO COMEMORATIVO A PARTIR DA REVISTA DO IHGB

Alvaro Daniel Costa ¹
Claudio Luiz DeNipoti²

INTRODUÇÃO

O ano de 1908 foi um marco na história brasileira, pois se comemorava o 100º ano da imprensa no país. Cabe lembrar que no mesmo contexto também se lembrava do centenário da vinda da família Real, ou seja, de transformações consideradas essenciais na história do país como, por exemplo, a abertura dos portos bem como a mudança do status jurídico de Colônia para Reino Unido. A imprensa fez parte dessas mudanças, sendo vista como o início da emancipação do Brasil por muitos historiadores. De acordo com Márcia Abreu (2010) o Brasil foi o 12º país da América Latina a obter, da respectiva metrópole o direito de impressão. Alfredo de Carvalho nos *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana* revela que aqui foi o último lugar a se chegar a imprensa e ilustra dando exemplos de quando a prensa tipográfica chegou nos países vizinhos (1908, p.15)³

Resumo: O projeto de dissertação se baseia em um estudo da memória e comemoração do centenário da imprensa a partir da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A edição comemorativa da revista IHGB visava elaborar uma espécie de inventário completo sobre todos os jornais publicados em território nacional até então. Cada estado teria um responsável por realizar esse levantamento que posteriormente seria publicado em formato de inventário. Dessa maneira, o foco principal deste estudo é analisar o discurso comemorativo do centenário da imprensa através do Tomo Consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa no Brasil bem como outras edições regionais produzidas pelo IHGB. Neste caso, a imprensa como veículo fundamental na formação de uma rede de comunicação, considerando sua relevância cultural e política através de seus inúmeros discursos.

Enquanto já existia no México, desde 1539, no Peru em 1585, e nos Estados Unidos, em 1638, só após a transmigração da família real portuguesa foi, a 13 de maio de 1808, inaugurada no Rio de Janeiro a Impressão Regia, primeira typographia que possuímos. Entretanto, o invento de Gutemberg cedo tivera ingresso em Portugal, onde já pelos anos de 1464 ou 1465 funcionavam prélos

Antes toda a documentação política e administrativa teve de se processar por meio dos manuscritos. De acordo com José Mindlin (2011, p. 19) duas medidas foram importantes no momento que a corte portuguesa era transferida pra cá: a abertura dos portos e a Impressão Régia. Foram esses fatores que abriram o Brasil para o mundo do ponto de vista político e cultural sendo a primeira com efeito imediato e a segunda com resultados mais tardios.

Marialva Barbosa (2013) relembra que apesar da tipografia vir “na bagagem do rei” no começo a função da Impressão Régia era a publicação de papéis oficiais do governo. Barbosa (2013, p.39) aponta que “rapidamente a Impressão Régia passaria a imprimir outros tipos de publicação, inclusive livros. E será de sua tipografia que sairá, quatro meses depois do início de seu funcionamento, o primeiro jornal a circular no Brasil: *A Gazeta do Rio de Janeiro*”. A demora da chegada da palavra escrita, sobretudo, por jornais, se deve a outros fatores, um deles é que a palavra impressa poderia ser um

1 Mestrando no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UEPG e Bacharelado em História pela mesma instituição. Bolsista CAPES/CNPQ. Email: alvarominogue@hotmail.com

2 Orientador. Pós-Doutor pela USP, Doutor em História pela UFPR. Professor Associado do Departamento de História e Programa de Pós-Graduação de Mestrado em História da UEPG.

3 Serão mantidas todas as grafias originais da época.

perigo, uma vez que poderia ocorrer a difusão de ideias subversivas.

Olga Sodré (2011, p.5) em uma apresentação no livro *História da Imprensa no Brasil*⁴ pondera que a mesma é fonte fundamental para a compreensão e explicação da realidade social do país. No livro *História cultural da Imprensa-Brasil 1800-1900* (2010, p.25), Marialva Barbosa relembra que:

No caso da imprensa brasileira, depois da gênese-instaurada pela implantação da imprensa no país com a vinda da família real em 1808-, passa-se a um período em que a imprensa divide-se entre oficial e “oficiosa”: é o tempo da supremacia do jornalismo como representante da fala oficial do poder político. Na sucessão de tempos dessa história, a fundação da Aurora Fluminense, por Evaristo da Veiga, e do Jornal do Commercio (e de seu antecessor diretor, o Spectador Brasileiro), em 1827, marcaria outro tempo singular: o início da imprensa que buscara na construção de um discurso de cunho político a base de sua produção editorial. No momento seguinte, irrompem os debates em torno da questão republicana e abolicionista, e o jornalismo será, nessas interpretações, palco fundamental para ampliação dos grandes embates discursivos nacionais. Ampliando a nova cultura política, os jornais amplificam as discussões, construindo ideias dominantes num jornalismo de viés exclusivamente opinativo. Nesse cenário, ganha uma interpretação particular o jornalismo abolicionista: se para alguns autores sua atuação foi fundamental, para outros, o poder de difusão restrito desses periódicos levou-os a construir mais uma importância simbólica do que de fato, exerceram na sociedade. E, finalmente, nessa história sujeita a interpretações particulares emergem as tecnologias de um novo século e as transformações da imprensa na cidade, capitaneadas pelas mudanças da alvorada do século XX.

Nos fins do século XIX com a República e advento de novas tecnologias a imprensa periódica se diversifica cada vez mais. Segundo Maria Lourdes Eleutério (2012, p.83)

A imprensa conheceu múltiplos processos de inovação tecnológica que permitiram o uso de ilustração diversificada-charge, caricatura, fotografia-, assim como o aumento das tiragens, melhor quantidade de impressão, menor custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação de massa. No campo gráfico, as transformações foram intensas e impactantes. Como um movimento orquestrado, os setores de suporte daquela atividade conheciam avanços, surgindo rapidamente um mercado consumidor, enquanto se estimulava a produção interna do papel, matéria-prima fundamental para desenvolvimento do ramo. A imprensa tornava-se grande empresa, otimizada pela conjuntura favorável, que encontrou no periodismo ensaio ideal para

novas relações de mercado do setor, Logo, aquela imprensa periódica resultou em segmento polivalente, de influência na otimização dos demais, isto é, da lavoura, comércio, indústria e finanças, posto que as informações, a propaganda e a publicidade nela estampadas influenciavam aqueles circuitos, dependentes do impresso em suas variadas formas. O jornal, a revista e o cartaz-veículos da palavra impressa- aliavam-se às melhorias dos transportes e dos meios de comunicação, potencializando o consumo de toda ordem

O século XIX pode ser definido como a época das transformações no mundo e Brasil, tendo a imprensa seu contributo nessas diversas mudanças culturais, sociais e políticas. Por esse motivo, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) publicou o *Tomo Consagrado à Exposição Commemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil*. Cada estado brasileiro teria um responsável pela organização do seu catálogo. Inúmeras figuras intelectuais e políticas corroboraram para a coleta de dados, de modo “Todos esses catálogos, alguns primorosamente elaborados, pantenteam a boa vontade de seus organizadores que prestaram, desse modo, relevantíssimo serviço à bibliografia brasileira e mais digna homenagem à impressa de nossa terra” (p. 9 e 10).

Como Manoel Luiz Salgado Guimarães aponta em seu artigo “*Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*” os produtores desses catálogos do IHGB são os *hommes de lettres*. Figuram dentre eles: médicos, engenheiros, políticos, etc. Como resultado desse esforço foi publicado em 1908 um Tomo contendo o catálogo de jornais do Norte e Nordeste totalizando 821 páginas em que são descritos sumariamente um pouco de cada publicação.

Dessa maneira, nota-se uma preocupação do IHGB em deixar registrada a história da imprensa periódica do Brasil, uma vez que era o centenário da mesma e muito da história do país é revelado através do impresso, por essa razão, os catálogos ajudam a perceber e relevar muitas das práticas de leitura e a rede de comunicação que começou a se formar por aqui. Apesar de fornecer dados sobre o surgimento de cada jornal em cada cidade ou província, o catálogo ajuda a entender o que Marialva Barbosa (2013, p.69) chama de “explosão da palavra impressa”. Na opinião de Renée Barata Zicman (p.89) a “imprensa é rica em dados e elementos e

⁴ Livro escrito pelo seu pai Nelson Werneck Sodré. O autor colocou em relevo o papel da imprensa na formação histórica do país desde os primeiros periódicos sendo responsável pela transformação do Brasil e atuando como participante da mesma.

muitas vezes permite um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais políticas, etc". O estudo da história da imprensa pode contemplar História Social, História Política, História das Mentalidades, História da Leitura, dentre várias possibilidades que a imprensa nos oferece.

O surgimento do IHGB entra em contexto de produção da história da nação, ou seja, da criação de uma história nacional através de pesquisas no território brasileiro. Ainda sobre o Instituto deve-se apontar a importância no que tange a constituição de um acervo documental sobre a história do Brasil cujo objetivo era despertar a consciência da necessidade da busca de documentos (leia-se fontes) que ajudassem a contar a nossa história. O fim do Instituto é de “coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes a história do Brasil”, ou seja, a configuração de um centro documental que possibilitasse futuras pesquisas. Houve também uma parceria com outras Instituições estrangeiras bem como ramificações no próprio território nacional. Dessa maneira, o IHGB funcionou como um repositório multiforme de dados para a história das ideias do passado brasileiro e patrocinou uma série de pesquisas em diversas regiões do território nacional.

De acordo com Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2012, p.8) “a nação brasileira nasce e cresce com a imprensa” e que uma pode explicar a outra. As autoras enfatizam que a imprensa é a um só tempo objeto e sujeito da história brasileira. Pode-se dizer que os jornais revelam aspectos culturais, sociais, políticos em momentos distintos do país como, por exemplo, da fase colonial até a republicana. O Instituto ainda teve importância no que se pauta a constituição de um acervo documental sobre a história do Brasil, cujo escopo era despertar a consciência da necessidade da busca de documentos (leia-se fontes) que ajudassem a contar a nossa história.

Para compreender a proposta do trabalho deve-se entender a relação do IHGB com os pressupostos teóricos sobre memória, história, narratividade, objetividade, discurso e poder. Umas das maiores aproximações teóricas dessa pesquisa e com a obra *Memória, História e Historiografia* de Fernando Catroga (2001), pois o IHGB é um “produtor” ou um “reprodutor” de memória, ou melhor, memórias (no plural) por excelência. O próprio título da obra

de Catroga já sugere o que o autor vai trabalhar que é essa relação entre memória (saber ainda não institucionalizado) com historiografia (aquela já balizada por pares e que configuraria em um atestado de verdade). O autor cita Ricoeur quando afirma que o primeiro passo, a saber, que recordar é um ato de alteridade⁵.

Para que nos reconheçamos enquanto sujeitos é necessário conhecer o passado para que o próprio presente adquira sentido. Catroga fala muito sobre o sentido de se estudar o passado e que o presente histórico é um ponto de encontro entre recordação e esperança. Hartog (1996, p. 07) cita Julien Gracq quando afirma que “História tornou-se, essencialmente, uma admoestação dirigida ao presente pelo futuro”.

Pode-se fazer um comparativo com o IHGB quando parte de seu projeto é justamente rememorar e produzir um conhecimento para geração futura, mas que compreenda o seu próprio tempo, entretanto, trata-se nesse caso de uma memória coletiva, pois se busca uma identidade nacional. Para Catroga (p.18) o século XIX “conduziu aos conceitos de *memória social* e *memória colectiva* e ao reforço da definição da sociedade como um organismo ou uma totalidade”. Justamente essa era uma das proposições iniciais do IHGB, construir uma história nacional através de um conjunto de ideais expressos em seus estudos monográficos expostos em seus mais diversos números. Contudo, deve-se ter em mente uma dimensão do presente. A produção do IHGB era realizada por homens do seu tempo e de um determinado lugar social em uma concepção de Michel de Certeau no famoso texto *Operação Historiográfica*. Por esse motivo, a dimensão de presente é essencial para se construir a história através da memória, entretanto, deve-se entender que ela é seletiva, pois ela é um recorte “iluminado” pelo historiador. O princípio da memória está em recordar e essa por sua vez subordina-se em um princípio de realidade, ou seja, de algo que já existiu e que deixou vestígios.

Catroga ainda discorre que a memória possui um papel pragmático e normativo, ou seja, se ela existe foi porque foi lembrada e diferenciasse daquilo que foi esquecida. Através da memória forma-se uma identidade numa relação dialógica entre o eu e o outro. Trazendo para o presente projeto pode-se dizer que o IHGB é um espaço “selecionador de memórias”, pois os intelectuais do período que

5 (CATROGA, 2001, p.17)

selecionavam através do seu discurso sobre o que iam escrever, com quais objetivos a fim de contrapor uma “amnésia” de fatos que, se não lembrados, não ajudariam no constructo de uma sociedade, por essa razão, a criação de uma memória era fundamental para o projeto de um Brasil Nação. A imprensa acompanhou essas transformações e por isso mereceria uma “homenagem” com esse catálogo.

O contexto que o surgimento da imprensa e do nascimento do IHGB converge para o momento que Catroga chama de século da memória e da história. Havia uma ânsia em buscar no passado uma explicação para legitimar o presente. Ele explica que

A partir do que ficou exposto, é lógico que tenha sido na modernidade, e sobretudo no século XIX que este ritualismo memorial ganhou a sua mais pública expressão, podendo mesmo sustentar-se naquela que foi o “século da memória” (Pierre Nora, 1984). Mas também, e não por acaso, o “século da história”, isto é o século da construção mítico simbólica da nova ideia de nação. Entende-se as transformações sociais, culturais e simbólicas exigiam que os indivíduos, as famílias, as novas associações (assentes no contrato), as classes, os novos Estados- Nação procurassem no passado como o havia feito a antiga aristocracia- a sua legitimação (CATROGA, 2001, p.29)

No caso na pesquisa sobre IHGB e centenário da imprensa é necessário refletir de que maneira os intelectuais e homens de letras buscaram no passado, exemplos de jornais e periódicos a fim de legitimar um jornalismo que se construiu juntamente com a nação. O contexto analisado pela presente pesquisa (ano de 1908) converge para um momento de inspiração da escola metódica em que o documento é a prova do real, por isso selecionar, coletar e trazer o que já existiu de periódicos faz parte desse inventário sobre a história da imprensa em uma atribuição acumulativa, ou seja, tudo o que foi pesquisado se torna fonte de pesquisa e contribui para contar a história nacional. Para Catroga (2001, p.32) “O investimento historicista e comemorativo constituía uma prática adequada e uma concepção acumulativa, evolutiva e continuista de tempo e à função normativa e integradora de memória”.

Outra discussão que contribui para a pesquisa é pensar no IHGB como um espaço que promove “ritos de memória”. Rememorar um século de história da comunicação é de certa forma fazer o que Catroga (2001, p.40) chama de rito de recordação. A produção da história/historiografia seria um modo de combater o esquecimento ou a já mencionada amnésia. O século XIX e início do século XX coincidem

com o momento que o autor aponta como “sociedades de memória” ou “apoteose do historicismo”.

Caberia à História exorcizar a morte dando luz ao conhecimento através do que Catroga chama de re-presentificação e que o testemunho do documento liga a memória à História. O IHGB ao propor um estudo praticamente quantitativo sobre a imprensa periódica brasileira funcionaria como fonte produtora de memórias e tradições cujo escopo seria resgatar uma história que julgava importante.

Dentre os objetivos do *Tomo Consagrado* na primeira parte do volume I (p.8) estão

1º Exposição de todos os jornais publicados no Brasil, no século decorrido de 1808 a 1907 (31 de dezembro); 2º Publicação de uma monografia, ou memoria histórica sobre a gênese e os progressos da Imprensa periódica no Brazil; 3º Publicação de um catalogo methodico de todos os specimens, ou colleções que figurarem na Exposição 4º Cunhagem de uma medalha comemorativa.

Podem-se elencar algumas palavras-chaves que demonstram a importância da memória já tratada anteriormente, todavia, não qualquer memória, mas uma que expressasse a gênese e os progressos da imprensa periódica. Outro aspecto importante é o método utilizado através de um catálogo metódico, ou seja, os produtores dessa memória sendo influenciados por um determinado contexto de produção do conhecimento histórico. A narrativa calcada em uma aparente objetividade, mas que reflete características de seu tempo.

Outro ponto é mencionar que a memória (em uma acepção Moderna) é um produto da história. O que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez foi materializar essa memória em um *Tomo*, cuja comemoração é uma expressão da própria condição histórica de seus produtores, ou seja, ele mesmo busca se autoconhecer através de fatos passados. A imprensa, querendo ou não, mudou um pouco a dinâmica do Brasil ao formar uma rede de informação, pois mesmo boa parte da população não sendo letrada tinha acesso a notícias via oralidade, em espaços de sociabilidade, etc. Nesse quesito Catroga (2001, p.66) afirma que: “a memória, tal como a historiografia, é uma das expressões da condição histórica do homem”. O IHGB percebendo isso acreditou que essa história deveria ser rememorada. Talvez por isso a palavra chave que conduza boa parte da pesquisa seja memória da imprensa bem como a comemoração do seu centenário.

Dessa maneira, o catálogo elaborado pela revista IHGB, nos revela várias informações sobre o surgimento da palavra impressa, por essa razão, faz-se o

seguinte questionamento: De que maneira o campo intelectual do IHGB concebeu a história da imprensa a partir do *Tomo Consagrado à Exposição Commemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa no Brasil* em 1908?

OBJETIVO GERAL

Analisar o discurso comemorativo do centenário da imprensa através do *Tomo Consagrado à Exposição Commemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa no Brasil* bem como outras edições regionais produzidas pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender a intelectualidade no período (século XIX e início do século XX)
- Analisar o contexto de produção do conhecimento histórico no que tange ao período de produção do *Tomo Consagrado*, ou seja, verificar que métodos e correntes teóricas foram utilizados para composição desse catálogo.

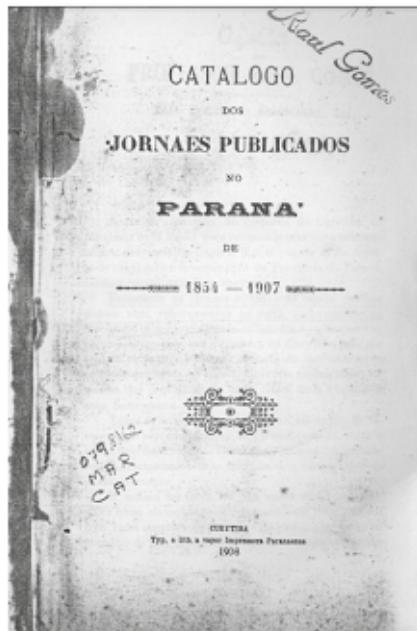
METODOLOGIA E FONTES

Inicialmente, o trabalho utiliza pesquisa bibliográfica para construir a base de referências que dá sus-

tentação à proposta. O projeto também se sustenta em pesquisa documental (arquivo já disponibilizado na internet, Biblioteca Nacional e Biblioteca de Humanas da UFPR) de arquivos históricos do centenário da imprensa.

Tomando conhecimento da primeira parte volume I do Tomo, nota-se que é apenas um volume introdutório que fala sobre os objetivos de se criar uma grande memória dos periódicos do Brasil com a criação de um catálogo do centenário da imprensa no país. Dessa maneira, cada estado teria um responsável por elaborar uma monografia ou memória histórica que mostrasse sobre imprensa de seu estado.

O primeiro volume possui texto de autoria de Alfredo de Carvalho intitulado “Gêneses e Progresso” que cita ideias gerais sobre o centenário da imprensa. O autor discorre sobre os primeiros veículos que circularam nos estados como, por exemplo, a *Gazeta do Rio de Janeiro* (primeiro jornal impresso no Brasil datado de 10 de setembro de 1808), *Aurora Pernambucana* (primeiro jornal de Pernambuco datado de 27 de março de 1821), o *Constitucional* (primeiro imprenso da Bahia) e o *Farol Paulistano* (primeiro jornal de São Paulo datado de 7 de fevereiro de 1827, dentre outros. Na mesma edição do Tomo existe um artigo foi publicado no Jornal “O Commercio” em 29 de agosto de 1908 exaltando a importância histórica desse levantamento como “esplendido triumpho para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (pág.77). Reconhece o esforço daqueles que participaram desse levantamento



Exemplo dos catálogos elaborados, cujo objetivo era fazer um inventário sobre todos os jornais que o Brasil teve durante seu centenário. No primeiro exemplo, a Revista IHGB e ao lado o catálogo paranaense elaborado por Romário Martins

ao reunir mais de 15 mil espécies de jornais “Lutando com o indifferentismo de muitos, a má vontade de outros, a inércia de mais alguns, o Sr. Max Fleiuss conseguiu ainda assim reunir mais de quinze mil specimens de jornaes aqui publicados, a partir de 1808” (p.78).

Já a parte II volume I conta com o levantamento referente ao nome dos jornais publicados, cidade, tempo de circulação, posicionamento político, etc.

Dentre as fontes encontradas está a contabilização de 5277 publicações da Região Norte e Nordeste. Da listagem o estado que mais se destaca é Pernambuco com 1622 publicações, seguido de Ceará 947, já o Pará apresenta 697 periódicos. Dos outros locais Alagoas somou 471 jornais, Amazonas o número foi de 347, Maranhão 308, Rio Grande do Norte 255, Sergipe 226, Piauí 219 e Paraíba 185.

Na publicação da parte I volume I aparece quais foram os últimos estados que a imprensa chegou: Amazonas em 1851 e Paraná em 1853. Os motivos são explicados por “Paraná e Amazonas foram os últimos Estados em que penetrou a imprensa, facto aliás bastante explicável pela sua tardia condição em províncias” (p.70).

Aspectos gerais como ano, cidade, nome da publicação, durabilidade, posicionamento político fizeram parte deste levantamento preliminar que contou com um responsável para cada estado. Além dessa edição do Tomo foi encontrada uma edição introdutória falando dos objetivos da equipe IHGB e falando brevemente sobre os primeiros impressos de cada estado.

Outros inventários encontrados foram *Catalogo de Jornaes Publicados no Paraná* escrito por Romário Martins e *A Imprensa Periodica de São Paulo de 1823 até 1914* produzido por Affonso A. de Freitas. O primeiro conta com 158 páginas e foi publicado em 1908, enquanto o segundo apresenta 825 páginas e publicado uns anos após o centenário em 1915. Outra fonte é trazer exemplos (com finalidade de ilustração) dos principais periódicos que marcaram a história do Brasil, muitos deles estão disponibilizados na Hemeroteca Digital Brasileira. Todas as fontes mencionadas servirão de base para a dissertação proposta no sentido de compreender o desenvolvimento da imprensa no Brasil juntamente com a conexão da palavra imprensa como veículo de compreensão da realidade social.

Além da descrição documental uma análise de conteúdo se faz válida, pois se deve discutir o que

CATALOGO GERAL

1.000

1 - Aurora Pernambucana — Na Oficina do Trem de Pernambuco. Com licença do Ministro da Polícia, 1821, 16-4°.

O n. 1 saiu na terça-feira, 27 de março, e o n. 30 (ultimo) na quinta-feira, 10 de setembro; nos ss. 28 e 29 saíram suplementos de 1 pag., em 28 de agosto e 4 de setembro. No alto trazia uma visível allegoria representando uma paisagem arborizada e, no fundo, o sol nascendo do mar, e, sob o céu, a epígrafe:

Depois de preceitos temporais,
Nocturna sombra, a sublima vento,
Traz o sonho serena claridade,
Esperança de perto e salvamento.

Caxias.

Publicava-se semanalmente e vendia-se na rua do Crepuzo, na Loja n. 11, a 80 réis o n.º, sendo o seu preço duplo a benefício dos adesados do Trem Militar. Nas primeiras ns. não vinha a designação do lugar da impressão; mas do n. 3, da segunda-feira, 25 de abril, em diante começou a se declarar impresso Caxias, e do n. 6, de domingo, 29 de mesmo mês, Na Oficina do Trem de Pernambuco. Cada n.º constava da 4 pp. não numeradas, de 2 colunas de composição, excepto o n. 1, que trazia apenas 3 pp. de 1 coluna, estando a quarta em branco. Nid este é o primeiro jornal pernambucano, criado sob os auspícios do Governador Luiz do Rego Barreto e exclusivamente redigido pelo seu secretário Rodrigo da Fonseca Magalhães, moço português que, pelos seus elevados talentos e pele sua ilustração, daria mais tarde a maior culminante posição na política do reino.

2 - Segarregra — Na Oficina do Trem de Pernambuco (n. 1); Na Oficina do Trem Nacional de Pernambuco (ns. 2-4); Na Typografia Nacional de Pernambuco (ns. 5-15); Na Typografia de Cavalcante e Compagnia

Exemplo da descrição de jornais do Estado de Pernambuco no Tomo Consagrado à Exposição Commemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil.

foi publicado, posição política. Outra metodologia é a análise do discurso no sentido de se entender a produção desses catálogos comemorativos pelos intelectuais do IHGB. Mais um fundamento metodológico perpassa ao levantamento da produção historiográfica em torno de temas como História da imprensa, História do Brasil (contexto político/social) e História Intelectual para compreender a produção de 100 anos de imprensa no Brasil.

Marques de Melo⁶ (2006, p.227) pondera que o estudo historiográfico da imprensa é uma verdadeira mina de conhecimentos “não somente como fonte de sua própria história, mas também das situações e acontecimentos os mais diversos”. Recuperar os processos comunicativos do passado exige pensar que sempre envolve ações de sujeitos comunicacionais (o homem). Para a autora são os atores sociais que constroem a história da comunicação e que a mesma deve

⁶ O autor cita Wilhelm Bauer (pág.227) quando pondera que: “a imprensa é como um diário de sua época, cuja consulta é necessária às gerações futuras, inclusive para descobrir os mais finos estímulos da vida pretérita”.

privilegar as ações humanas no passado. Barbosa esboça uma definição de história da comunicação quando relata que a história da comunicação é a reconstrução, pela interpretação (ou ato interpretativo), dessas múltiplas mediações e de suas materializações em processos complexos. Para ela a história é a reconstrução e interpretação onde estão incluídas, necessariamente, as visões de mundo presentes, sendo os textos históricos os fiadores do passado. A história estaria além da disciplinarização do saber, ela é a forma que o ser humano percebe a duração e como visualiza a relação ruidosa com o passado, presente e futuro. Ainda resalta o fato do ser humano se constituir na história e que muitas coisas são esquecidas, cabe ao historiador lembrar-se de algo “escondido/esquecido” e dar luz a esse conhecimento. O fator esquecimento é sempre importante, uma vez que só existe lembrança porque há esquecimento.

A relação história-comunicação é necessária para entender as ações humanas no tempo. Recuperar processos comunicacionais passados é pensar que são os atores sociais que constroem a história e que muitas vezes ficam materializados em diversos suportes midiáticos através dos discursos. Muitas narrativas podem se perder no tempo, entretanto, são “iluminadas” pelo historiador que vê nelas seu objeto de pesquisa, de descobrir aspectos gerais ou particularidades de determinados temas, de modo a construir a memória e a disseminando através da sua escrita.

Quando se estuda história da mídia é necessário que se compreenda a complementaridade entre elas enquanto teorias e discursos. Os suportes midiáticos são excelentes fontes para a história uma vez que elas revelam muito sobre aspectos de um fato social/cultural. Tanto a história quanto a comunicação como caminhos narrativos (textos de múltiplas naturezas). Parafraseando Jacques Le Goff, os impressos são documentos-monumentos de um período, pois são atestados de documentos de um tempo e lugar.

Para as autoras Ana Paula Goulart Ribeiro e Marialva Carlos Barbosa, no livro *Comunicação e História-Partilhas teóricas* (2011, p.11), os meios de comunicação “se transformam em espécies de fiadores do momento histórico”. Outro aspecto é pensar o processo comunicacional como algo relacionado às práticas sociais e culturais. Asa Briggs e Peter Burke na obra *Uma história social da mídia* (2006, p.72) relembram que “o surgimento dos jornais também estimulou a leitura em

voz alta no café da manhã ou no trabalho, assim como o fato de tantas pessoas lerem as mesmas notícias ao mesmo tempo ajudou a criar uma comunidade de leitores”.

No Brasil mesmo com o predomínio do analfabetismo, o jornal fez criar uma rede de leitura⁷, pois mesmo através da oralidade as notícias eram repassadas. Para Barbosa (2013, p.78) “a proliferação dos periódicos no território brasileiro diz respeito à função que exercem na construção de uma esfera pública atuante e assumida pelo jornalismo” e que a palavra impressa se constituía na palavra duradoura. Ainda de acordo com a autora (2013, p.75)

A imprensa servia, portanto, para que os “atos e provisões” de diferentes governos chegassem ao conhecimento de todos. Mas os jornais tinham outras funções: definir a posição política adotada; expressar opiniões e juízos de valor; discutir as palavras de ordem do dia; e ampliar conhecimentos, dando aos que manejavam a pena o privilégio de instruir, educar, enfim, levando as Luzes àqueles que estavam “imersos nas trevas da ignorância”

No começo as publicações ainda eram escassas, entretanto, a partir da década de 1820 acontece uma expansão dos impressos, devido à relativa liberdade de imprensa. As mudanças políticas tiveram influência no aumento do número de periódicos. No ano de 1821, Dom João VI assinou um decreto suspendendo provisoriamente a censura prévia da imprensa, contudo, somente em 1830 que um projeto de lei sobre liberdade de imprensa foi regulamentado. A partir de então o circuito de informações cruzavam os limites regionais. Para Barbosa (2013, p.65) “Da mesma forma, num circuito de opiniões que cruzavam os limites regionais, aquilo que era impresso nos jornais que proliferarão na corte a partir de 1821 também fazia eco nos que aparecerão inicialmente nos territórios politicamente mais importantes”. A autora complementa afirmando que “Do ponto de vista contextual, podemos situar o período entre 1820 a 1840, quando ocorre a explosão da palavra impressa pelo território, como uma época marcada pelo processo da independência, de consolidação da monarquia e da formação do Estado Nacional” (BARBOSA, 2013, p. 66).

A chegada da Imprensa Régia permitiu para além de uma proliferação dos impressos, mas a expansão do mundo letrado dando novos sentidos ao mundo narrado, mesmo que fosse mesclado com uma cultura oral. Seguindo este ponto de vista Barbosa

7 Seguindo a linha de raciocínio de Barbosa (2013), pode-se dizer que o universo da leitura ainda era restrito a poucos. Figuravam nessa categoria os homens influenciados pelo “signo das luzes” como advogados, médicos e profissionais da elite. Estes seriam os “intérpretes da nação”

(2013, p.97) relembra que “o mundo da impressão invadia cidades, vilas, lugares distantes da Corte. E pelos periódicos tomava-se conta do que acontecia, não apenas nas províncias, mas em terras distantes. Tomar conhecimento do que estava escrito naqueles impressos era participar do mundo”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (orgs). *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- BARBOSA, Marialva. *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- BARBOSA, Marialva; RIBEIRO, Ana Paula Goulart (orgs). *Comunicação e história-Partilhas teóricas*. Florianópolis: Insular, 2011.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, Marialva. *Por uma história dos sistemas de comunicação*. In: Revista Contracampo. Niterói, VI, n.01, julho/dezembro 1997.
- BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro. 2ª edição, 2006.
- CARVALHO, Alfredo de. Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana de 1821-1908. Recife: Typografia do Jornal do Recife, 1908.
- CARVALHO, Alfredo de. Genese e progresso da imprensa periódica no Brazil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: 1908, vol. 1, p.77.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra, Portugal: Quarteto, 2001.
- COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais- Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lurdes. *Imprensa a serviço do progresso*. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- HARTOG, François. *Regime de Historicidade [Time, History and the writing of History - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.htm>
- LANGLOIS, Ch. V. SEIGNOBOS, Ch. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: Encyclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. v. I
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARTINS, Romário. *Catalogo dos jornaes publicados no Paraná de 1854 a 1907*. Curtyiba: Impressora Paranaense, 1908.
- MINDLIN, José. *Impressão Régia: Seu significado e suas realizações*. In: ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (orgs). *Impresso no Brasil: Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 19-21
- MELO, José Marques de. *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus, 2006.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, vol. 1, p. 8-10.
- RÜSEN, Jörn. *Narratividade e objetividade na Ciência Histórica*. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXIV, n2, p. 311-335, 1998.
- ZICMAN, Renée Barata. *História através da imprensa-algunas considerações metodológicas*. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. São Paulo, v.4, p. 89-102, 1985.

